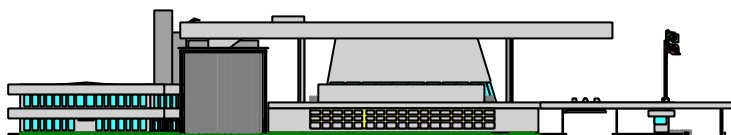


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 13 DE ABRIL DE 2009

NÚMERO 6.019

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR
SOCIALISTA**
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-
Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-
Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andriano
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andriano
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andriano
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-
Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa
Diretora e Publicações Diversas,
diagramação, editoração,
montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e
revisão das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita
Wendhausen Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação
e**

Serviços Gráficos:
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2019
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 60 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 025ª Sessão Ordinária
da 16ª realizada em 07/04/2009
.....2

Atos da Mesa

Ato da Presidência.....18
Atos da Mesa.....18

Publicações Diversas

Audiências Públicas.....19
Aviso de Licitação56
Aviso de Resultado.....56
Extrato.....56
Ofícios.....56
Projeto de Lei57
Projeto de Lei Complementar....
.....57
Portarias.....58

PLENÁRIO

ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Comunica o falecimento da mãe do deputado Dado Cherem.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de São Bento do Sul.

Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o Movimento Popular pela Moradia de Qualidade no

Brasil; refere-se ao projeto do governo federal de construir um milhão de casas populares; comenta a grave estiagem no oeste do estado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Comenta o financiamento de casas populares.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Sugere o aumento do número de casas populares, que serão construídas pelo programa do governo federal em Santa Catarina, para atender os atingidos pelas cheias.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de vereador de São João Batista; refere-se à Frente Parlamentar da Logística Portuária de Santa Catarina.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Reporta-se ao Dia do Jornalista; comenta a importância do jornalista Márcio Moreira Alves para o Brasil; aborda a ação civil do Ministério Público sobre a ponte Hercílio Luz.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Refere-se ao Dia da Imprensa.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (aparte) - Tece comentários acerca da ação civil do Ministério Público com relação à ponte Hercílio Luz.

DEPUTADO JAILSON LIMA - NO dia Mundial da Saúde, exalta as políticas implementadas pelo ministério da Saúde.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Pronuncia-se sobre o Dia do Jornalista e sobre o Dia Mundial da Saúde.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de inúmeras entidades ligadas à área da saúde.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Analisa a situação da estrutura para a realização de transplantes no país e no estado.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Pede agilidade na solução quanto ao desaparecimento dos depósitos bancários de clientes da agência do Banco do Brasil de Pedras Grandes.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (aparte) - Concorda com a convocação dos dirigentes do Banco do Brasil para prestar esclarecimentos à Alesc.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a eleição de Ronaldo Baumgarten Júnior para a presidência da Associação Comercial e Industrial de Blumenau.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Faz considerações sobre projeto de lei que estabelece uma política estadual de combate ao bullying, aprovado na Casa e sancionado pelo governador; critica a impossibilidade de abatimento no Imposto de Renda das despesas com educação e saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Repudia a decisão da Polícia Militar de expulsar o soldado Marcelo Quint da Silva por ter participado de mobilizações reivindicatórias em 2008.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Anuncia a presença do prefeito Elói José Quege, de Três Barras, juntamente com o vereador Ernani.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Propõe isenção de pagamento da taxa de pedágio em Palhoça.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Apóia a iniciativa do deputado Cesar Souza Júnior quanto ao pedágio em Palhoça.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra a posse de Bruno Breithaupt na presidência da Fecomércio; discorre sobre os *shoppings centers* do estado construídos pela Almeida Júnior; saúda a chegada do novo bispo a Blumenau.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra pesar pelo falecimento da sra. Ely Cherem, mãe do deputado Dado Cherem.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se ao Dia Mundial da Saúde.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra o Dia do Jornalista.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Parabeniza os jornalistas pelo seu dia.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Parabeniza os jornalistas pela passagem do seu dia.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Solicita retirada de vetos.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discute o PL n. 0450/2007, que proíbe a venda e consumo de bebidas alcoólicas em lojas de conveniências instaladas em postos de combustíveis, localizados em área urbana, no estado de Santa Catarina, nos horários estabelecidos entre 0h e 6h.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Aborda o PL n. 0450/2007.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Refere-se ao PL n. 0450/2007.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Manifesta-se acerca do PL n. 0450/2007.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Refere-se ao PL n. 0450/2007.

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO (pela ordem) - Reporta-se ao PL n. 0450/2007, de sua autoria.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Cesar Souza Júnior.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita subscrever requerimentos da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Solicita subscrever requerimentos do deputado Pedro Uczai.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Cesar Souza Júnior.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda moção de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao presidente da República, solicitando a instituição de incentivos fiscais às empresas de transporte coletivo no país, através de envio de projeto de lei ao Congresso Nacional.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Refere-se à moção, de autoria do deputado Kennedy Nunes, solicitando a instituição de incentivos fiscais às empresas de transporte coletivo no país.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discute moção, de autoria do deputado Kennedy Nunes, solicitando a instituição de incentivos fiscais às empresas de transporte coletivo no país.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aborda moção, de autoria de vários srs. deputados, solicitando a definição do calendário eleitoral para a eleição dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, dos municípios de Balneário Rincão e Pescaria Brava.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita subscrever pedido de informação do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda pedido de informação, de sua autoria, solicitando informações sobre o processo de criação do município de Balneário Rincão.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comenta sobre área de terra pertencente ao Badesc na Caieira, Saco dos Limões; aborda o problema de transporte coletivo para os moradores da Costa da Lagoa; refere-se à reforma da ponte Hercílio Luz.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se ao problema do *bullying* escolar.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Aborda o problema da violência contra educadores nas escolas.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Refere-se à comissão de emancipação do Balneário Rincão; comenta a duplicação da BR-101 Sul.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Aborda a duplicação da BR-101 Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência antes informa a este Plenário que faleceu a mãe do deputado e secretário da Saúde, Dado Cherem.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o líder do PSDB, deputado Serafim Venzon, para que comunique oficialmente o falecimento a este Plenário.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria, em primeiro lugar, anunciar o falecimento da sra. Ely Cherem, mãe do deputado Dado Cherem, cujo sepultamento ocorrerá hoje, às 15h30, em Brusque.

Quero agradecer a deferência desta Casa em enviar os deputados para representar a Assembléia Legislativa na cerimônia de sepultamento da dona Ely Cherem. Ela tinha 70 anos de idade e contribuiu muito com a sociedade brusquense, por isso merece a nossa homenagem.

Em segundo lugar, sr. presidente, quero anunciar que na semana passada apresentei o projeto de lei que trata da autorização para o governador gastar recursos do Orçamento e da Defesa Civil diretamente com os atingidos pelas enchentes, através da SDR. Sr. presidente, trata-se do Projeto de Lei n. 0100/2009.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, queria anunciar a presença, nesta Casa, do vereador Tadeu do Nascimento, de São Bento do Sul e também do Ted Areal Miranda Santa Cruz, que estão-nos visitando.

Muito obrigado pela presença e sejam sempre bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

Deputado Dirceu Dresch, v.e.a. pode usar a tribuna, uma vez que esta sessão será presidida pelo deputado Jailson Lima e na sua vez ele ocupará o seu espaço, se v.e.a. concordar.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL e ouvem-nos pela Rádio Alesc Digital, nossos visitantes no dia de hoje, eu gostaria de comunicar o grande trabalho que vem sendo feito, em nível de Brasil, em nível de estados, pelo Movimento Popular pela Moradia de Qualidade no Brasil, lutando por uma PEC que está no Congresso Nacional, no sentido de que 2% do Orçamento da União sejam destinados constitucionalmente para a habitação popular no Brasil.

Junto a isso, também quero aqui comemorar a iniciativa do nosso governo de lançar o programa que prevê a construção de um milhão de casas populares no país. Quero levantar ainda uma proposta da nossa bancada, inclusive estamos apresentando uma moção nesse sentido, pois já foi dito aqui que, pelo projeto, essas casas só seriam construídas em municípios com mais de 100 mil habitantes. Nós entendemos que o programa deva ser ampliado, a fim de que municípios menores também sejam beneficiados, pois vimos em outras experiências que as cidades com mais de 100 mil habitantes não tiveram condições de aplicar todos os recursos.

Então, a nossa expectativa é que de fato os pequenos municípios, as cooperativas e as organizações dos trabalhadores, que é um dos itens desta lei, possam ter acesso aos recursos, ou seja, concordamos com a iniciativa de que as cooperativas e associações de trabalhadores tenham acesso a esses recursos também, porque os municípios, os estados, têm tido dificuldades de acessar os recursos, custando muito para chegarem lá na ponta. Então, eles têm que ser os mais diversificados possíveis no conjunto das organizações que estão lá na ponta trabalhando pela população. É importante que os recursos cheguem à população.

Nós vamos trabalhar para isso e a nossa bancada vai assumir esta luta. A expectativa é de que se construa em torno de 25 mil casas no nosso estado para atingir a nossa população, principalmente a de baixa renda.

Estamos aqui nesta luta, propondo - e dez deputados já assinaram - a criação de uma frente parlamentar nesta Casa para acompanhar toda a implementação do programa nacional; lutar por novos programas; incluir 2% do que for aprovado na PEC no Congresso Nacional, para a população que não tem casa saber que há um volume "x" de recursos da União que será aplicado em habitação. Por isso estamos nesta luta e vamos trabalhar firme nessa expectativa.

A bancada do Partido dos Trabalhadores está apresentando hoje nesta Casa, um projeto de lei que fixa 1% do Orçamento do estado em habitação em Santa Catarina. Nós estamos vendo a Cohab tratando e discutindo a questão da habitação, mas não há recursos. Então, nós queremos que haja recursos destinados à habitação de Santa Catarina no nosso Orçamento. Então, 2% da União e 1% do estado devem ser aplicados em habitação popular.

A expectativa é de que tenhamos em torno de 200 mil famílias em Santa Catarina que não têm uma casa digna para morar. E esperamos ter com esse grande programa, em torno de 25 mil habitações do governo federal aqui no estado. Queremos, logo, logo poder dizer que o estado poderá ter segurança para investir em 10 mil casas por ano, para estas 200 mil famílias, que até hoje ainda não têm casa, em Santa Catarina.

Srs. deputados, a expectativa é de 10 mil, mas podem ser 20 mil. Não fiz a conta ou o que de fato significaria 1% do Orçamento do estado para ser aplicado aqui em habitação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. deputado Dirceu Dresch, gostaria de cumprimentar v.exa. pelo seu pronunciamento.

Acredito que essa iniciativa tomada pelo Congresso Nacional, de fazer uma emenda à Constituição Nacional destinando 2% para a habitação, será o melhor instrumento para diminuir uma cobrança que hoje nós fazemos para as classes mais desfavorecidas.

V.Exa. sabe que todo mundo que financia hoje uma casa na Caixa Econômica Federal, na verdade, paga três casas. Duas para o banco e uma para ele. Ao final do prazo ele pagou o valor de três casas. Então, se buscarmos uma maneira de injetar um dinheiro para ele do Orçamento, certamente ele vai contribuir, mas somente com uma casa. Seria uma maneira de acabar com esse modelo perverso, que vem de muito tempo. E nós precisamos encontrar uma forma para que as pessoas menos favorecidas possam ter a sua casa, contribuindo com parte do seu orçamento também para ajudar a pagar um pouco. Mas não como é o atual modelo financeiro brasileiro, que acaba de uma forma injusta, cobrando mais dos mais pobres na hora dos financiamentos.

Por isso, quero fazer parte desta comissão que v.exa. destaca, da frente parlamentar pela casa digna de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Iniciativa louvável essa de v.exa., considerando-se as 200 mil famílias, o déficit habitacional em Santa Catarina.

Eu só gostaria de ratificar o meu pedido e foi feita uma moção aprovada nesta Casa - e v.exa. com o trânsito que tem junto à Casa Civil, à ministra Dilma Rousseff -, de que ampliássemos o projeto de 24 mil para 30 mil casas em Santa Catarina. E, de forma específica, que essas seis mil casas excedentes pudessem ser um investimento nas cidades que sofreram a calamidade de 2008.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado.

Com certeza, a luta pela habitação nos une. Vamos trabalhar firme nessa expectativa. E há uma expectativa muito grande na sociedade brasileira no sentido de que esse investimento chegue de fato até a população.

Por isso, deputado Serafim Venzon, nós concordamos com a sua participação também na frente parlamentar, estamos ainda buscando assinaturas e deputados que queiram entrar nessa luta pela habitação.

Concluindo, quero dizer que neste final de semana andei muito no oeste catarinense, em muitos municípios e de fato preocupou-me a situação que o oeste passa a viver. Temos aí um conjunto de municípios que já estão em estado de emergência. A situação da estiagem está agravando-se. Hoje, pela manhã, na vinda, escutando o rádio, percebi que as informações não são nada alentadoras, deputada Professora Odete de Jesus. A perspectiva é que nós tenhamos chuva só para o final do mês de maio e nós já estamos numa situação extremamente complicada. A situação em Chapecó, por exemplo, é gravíssima, somente doze horas por dia é que a população tem água. No município de Guaraciaba, também tivemos informação, a situação é muito grave, com a perspectiva de não haver água nos próximos dias. Hoje, também decretaram estado de emergência outros municípios como Pinhalzinho, Saudades e Nova Erechim, enfim, boa parte da região.

Como diz a dona Maria Dias, lá do município de Saudades, que faz 30 anos que mora numa propriedade de 10 hectares: "nunca fiquei sem água." E ontem, ela comentou que só havia água para cozinhar, para alimentar a família.

Então, isso mostra que a questão ambiental vem se agravando muito. Municípios como Guatambu, Nova Itaberaba, Nova Erechim e Planalto Alegre, todos estão buscando água no rio Chapecó. Então, de fato, precisam ser tomadas medidas urgentes.

Há expectativa de buscar alternativas que possam de fato dar condições para a população da região ter uma situação mais tranqüila, pois no momento, problemas climáticos, como a questão da estiagem, já pela segunda vez assolam a região oeste catarinense, que desde novembro tem sua safra prejudicada, e agora os agricultores estão perdendo a safra, que ainda era uma das apostas dos agricultores familiares.

Então, precisamos de medidas urgentes por parte do governo do estado, por parte do governo federal, e dos municípios, para que os agricultores possam continuar produzindo, caso contrário, teremos problemas no abastecimento de água para os animais, principalmente dentro das propriedades dos agricultores familiares.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar o vereador Saul, de São João Batista, que hoje participa dos trabalhos desta Casa.

Em segundo lugar, quero cumprimentar também o presidente da Fiesc, Alcantaro Corrêa, que por ocasião da sua viagem aos países asiáticos, visitou o porto de Cingapura, que tem 54 berços de atracação e 350 guindastes para carga e descarga.

Por isso, quero lembrar aqui que no dia 22 deste mês, às 10h30, a Frente Parlamentar da Logística Portuária de Santa Catarina, que já foi formada por esta Casa, vai se reunir para darmos mais agilidade ao nosso porto de Itajaí, de Navegantes, e a outros portos, porque estamos longe de alcançar aqueles números que Cingapura já tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres sras. deputadas e srs. deputados, gostaria, no dia de hoje, 07 de abril, de fazer uma referência, uma homenagem a todos os jornalistas catarinenses pelo seu dia, homenageando aqui um dos grandes jornalistas e políticos que o Brasil já teve, que é o nosso ex-deputado federal, jornalista Márcio Moreira Alves.

Márcio Moreira Alves fundou o MDB, em 1966, no mesmo ano que fundamos o PMDB em Florianópolis. Foi uma figura de destaque no cenário nacional da República, durante um dos piores períodos que este país já passou que foi o da ditadura militar de 1964.

Márcio Moreira Alves se elegeu deputado federal pelo PMDB em 1966, e teve sua passagem pelo Congresso Nacional marcada pela luta em favor da democracia e contra a ditadura militar.

Um dos seus discursos famosos, não pelo conteúdo do pronunciamento, mas pelo momento em que o fez, foi lá no pinga fogo da Câmara Federal. Logo após a invasão da Universidade de Brasília pela Polícia Militar, Márcio Moreira Alves fazia uma comparação histórica, no sentido de que as mulheres dos militares brasileiros, mais precisamente dos oficiais, fizessem a greve, ou se declarassem em greve como fizeram as mulheres de Atenas, não permitindo que seus maridos exercessem a sua função marital e pedindo também para que as mulheres se negassem a dançar com os oficiais como medida de represália contra a ditadura militar.

Esse discurso, relativamente sem importância, feito lá nos cinco minutos destinados a cada deputado federal foi levado a sério pela junta militar que governava este país, no início de dezembro de 1968, e os militares que comandavam o processo da ditadura militar exigiram ou pediram ao Congresso Nacional que cassasse Márcio Moreira Alves. E o Congresso Nacional, numa atitude em defesa da democracia, resolveu não aceitar o pedido. Logo em seguida, em 13 de dezembro, tivemos a edição do AI-5 - Ato Institucional n. 5, que levou este país aos piores momentos de terrorismo da ditadura militar, os chamados anos de chumbo da ditadura militar.

O deputado federal Márcio Moreira Alves foi cassado, juntamente com outros dez deputados. Exilou-se no Chile e depois em Cuba; voltou do exílio durante a redemocratização do Brasil, tentou mais uma vez a vaga de deputado federal pelo Rio de Janeiro, mas não conseguiu. Depois acabou sendo um dos jornalistas mais famosos deste país com uma coluna no jornal *O Globo*.

Escreveu um livro sobre uma experiência administrativa, a primeira experiência administrativa com respeito à participação popular, que foi exatamente a administração do ex-senador, ex-deputado federal e ex-prefeito de Lages, Dirceu Carneiro, quando Márcio Moreira Alves escreveu o livro chamado *A Força do Povo*. E aí começou a escrever sobre as experiências administrativas positivas no Brasil; fez um trabalho mais propositivo, pegando as experiências que aconteciam no Brasil inteiro, na área social, da educação e da saúde,

porque hoje a mídia trabalha muito a questão negativa das coisas que acontecem por todo o Brasil, e Márcio Moreira Alves resolveu escrever sobre as experiências positivas que aconteciam pelo Brasil afora.

Eu tive a oportunidade, deputado Professor Grando, durante o tempo que permaneci em Brasília como deputado federal, de ir morar no mesmo hotel que Márcio Moreira Alves. E muitas noites, nos jantares, ou no café da manhã, conversávamos sobre as experiências interessantes que ele escrevia e sobre as experiências que também nós tínhamos aqui no estado de Santa Catarina.

Esse grande jornalista, homem público, morreu há dois dias. E deixou marcada na história do Brasil a sua passagem pela luta contra a ditadura, engrandecendo o Congresso Nacional e a classe política. Como jornalista, quero aproveitar a oportunidade para homenagear todos os jornalistas de Santa Catarina, na figura desse bravo jornalista e político que foi Márcio Moreira Alves.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - A história é a força motriz de um povo. V.Exa. viveu parte dessa história. Mostra que realmente a homenagem é justa, aproveitando o momento do Dia da Imprensa para falar do nosso companheiro e amigo, Márcio, como sempre o chamamos. E quero dizer também como v.exa. faz falta em Brasília: está aí a prova dos seus diálogos e dos seus trabalhos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Deputado Professor Grando, cumprimento-o e incorporo ao meu pronunciamento o seu aparte.

Quero também, deputada Ada De Luca, fazer referência, nos três minutos que me restam, a um absurdo que aconteceu recentemente nesta cidade.

Florianópolis tem um símbolo, tem uma referência, tem uma marca que muito representa para a cidade, não só pela obra de engenharia, mas pelo símbolo que representa. Refiro-me à ponte Hercílio Luz.

O governador do estado de Santa Catarina, numa atitude acertada, resolveu restaurar e recuperar a ponte Hercílio Luz para que seja usada dentro do sistema viário num futuro sistema de metrô.

Essa ponte tem 85 anos. Foi construída pelo ex-governador Hercílio Luz, em 1924. O Ministério Público devia estar elogiando e até pressionando os órgãos públicos para que ela fosse restaurada logo. E não, deputada Ada de Luca, fazer o que fez querendo o laudo ambiental da ponte Hercílio Luz, uma ponte que foi construída há quase 125 anos, nesta cidade. E se essa ponte já causou algum prejuízo na questão ambiental, no que eu particularmente não acredito, já faz mais de 100 anos. Mas agora o Ministério Público entra com uma ação civil exigindo uma série de documentos e laudo ambiental para a continuidade das obras da ponte Hercílio Luz, atravancando o desenvolvimento desta cidade, causando surpresa a todos os catarinenses, principalmente, deputado Professor Grando, a nós, de Florianópolis. Isso é um absurdo! Não conheço nenhum outro absurdo deste tamanho.

É importante que esta Casa se manifeste porque é uma obra que tem a participação de uma série de entidades de Santa Catarina. As nossas universidades não merecem ser paralisadas por um capricho de um membro do Ministério Público de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Deputado Edison Andrino, quero cumprimentá-lo, pois realmente se trata de uma decisão que vai contra os interesses da cidade e que tem um fundamento jurídico frágil.

Quero cumprimentar v.exa., dizendo que esta Casa tem que se manifestar de maneira veemente contra esse excesso do Ministério Público, cuja atuação sempre elogiamos aqui. Acho que nesse ponto o MP se intromete indevidamente, causando uma decisão que é danosa à coletividade florianopolitana e catarinense.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Espero que o Ministério Público caia na real, respeite a população desta cidade e retire urgentemente essa ação civil pública contra a restauração de um patrimônio que se não tivesse sido feito, aí, sim, mereceria uma ação judicial obrigando o estado a restaurá-lo para o bem desta cidade, para o bem da cidade de Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada de Luca) - Com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar as sras. deputadas e os srs. deputados e dizer que, como médico, cabe-me registrar que hoje é o Dia Mundial da Saúde, implantado no dia 7 de abril de 1948 pela Organização Mundial da Saúde. Naquela época já se estabelecia que o conceito de saúde não era apenas o atendimento às pessoas, mas envolvia um conjunto de ações voltadas principalmente para o meio ambiente, como cuidados com a água, saneamento básico e ações de promoção à saúde.

Em Santa Catarina e no Brasil, os precursores, os grandes sanitaristas Oswaldo Cruz e Saturnino de Brito, deputada Ana Paula Lima, fizeram campanhas de vacinação e políticas de investimento em água e saneamento básico.

Ao mesmo tempo, torna-se importante ressaltar que o ministério da Saúde fez um alerta ontem para a questão da obesidade no Brasil. Uma pesquisa com aproximadamente 60 mil brasileiros mostrou que o índice de obesidade no Brasil está-se tornando preocupante, havendo um crescimento maior entre mulheres e homens, sendo que nas mulheres é um pouco mais. A maior parte dos casos está ligada ao sedentarismo e ao uso abusivo de álcool, principalmente na faixa etária dos 18 aos 24 anos e predominantemente entre as mulheres.

Cabe esse alerta, srs. deputados, para que as secretarias municipal e estadual de Saúde exerçam uma ação preventiva no contexto do alerta e da orientação aos riscos do uso de bebidas alcoólicas.

Cabe-nos também salientar, nesta data, a postura pujante e determinante do nosso ministério da Saúde em políticas de medicação. O ministro Temporão criou um programa em que empresas nacionais farão parcerias público-privadas com algumas empresas internacionais para a produção de medicamentos que são importantes no cenário econômico brasileiro, principalmente em relação ao ministério da Saúde. Não se

trata apenas de produção de medicamentos, mas também de transferência de tecnologia, para que possamos consolidar o parque de produção de medicamentos no Brasil, evitando custos importantes e melhorando a produção nacional, criando a independência do segmento da importação.

Alguns dados são importantes e relevantes. Só no ano passado, por exemplo, o ministério da Saúde gastou R\$ 800 milhões na compra direta de medicamentos. Essas parcerias significarão uma economia total de R\$ 160 milhões para o ministério da Saúde com a aquisição de fármacos.

Com relação à compra de medicamentos importantes como o anti-retroviral utilizado para o tratamento da Aids, o Tenofovir, que é um medicamento importado, o Brasil gasta quase US\$ 1 mil por ano para tratar em torno de 40 mil pacientes. E essa medicação será fabricada no Brasil.

Outro dado importante e que é um alento aos hemofílicos, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que tem sido, neste Parlamento, um defensor das questões incontestáveis da saúde, é o fator 7, que é um fator sanguíneo para o tratamento da hemofilia A. O Brasil, através do Farmanguinhos e em parceria com um laboratório indiano, passará a produzir essa droga. No ano passado foram comprados R\$ 44 milhões só desse fator 7 de um laboratório da Noruega e da Dinamarca.

Isso mostra claramente que a política de medicação que está sendo implementada pelo nosso ministro, com as parcerias público-privadas, representa avanços significativos do ponto de vista dos investimentos no estado brasileiro e na redução da dependência de tecnologia.

Se nós formos analisar o Orçamento do ministério da Saúde, só na compra de medicamentos, em 2002, foram investidos R\$ 2,1 bilhões; em 2005 chegou a R\$ 3,2 bilhões; em 2006 foram investidos R\$ 4,2 bilhões; em 2007 foram investidos R\$ 5,1 bilhões e em 2008 foram investidos R\$ 5,8 bilhões.

Nós temos que ter claro que esses investimentos ainda não são suficientes pela demanda que temos no Brasil, mas é uma ampliação significativa diante do cenário que tínhamos.

Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina, em matéria publicada fala da questão da saúde, porque o tema do Dia Mundial da Saúde é salvar vidas com hospitais seguros em situações de emergência. Ele escreveu um artigo esta semana nos jornais alertando para essa situação que as entidades médicas têm no contexto da saúde.

Por isso é importante resgatarmos mais uma vez algo que é fundamental para a saúde no Brasil, que é a aprovação da Emenda n. 29 na Câmara Federal, que já foi aprovada pelo Senado. Mas para isso falta luta dos segmentos da saúde neste país, dos médicos, das entidades profissionais que atuam e trabalham por uma perspectiva de melhoria do contexto da saúde neste Brasil.

A Emenda n. 29, que foi aprovada no Senado Federal, está agora parada na Câmara Federal desde agosto do ano passado, pois os deputados federais deveriam tê-la colocada para frente. Ela prevê que os três entes da federação - união, estados e municípios - tenham que aplicar um volume mínimo de recursos em cada instância para o atendimento à saúde.

Esse é o nosso trabalho, sempre contextualizando, principalmente os parlamentares que nesta Casa intervêm mais na questão da saúde, como é o caso da deputada Ana Paula Lima e dos deputados Serafim Venzon, Antônio Aguiar e Dagomar Carneiro.

A Emenda n. 29 é algo fundamental para a saúde do Brasil. Por isso o nosso trabalho tem como intento pressionar a Câmara Federal, no sentido de que seja aprovada o mais rápido possível, porque com certeza o ministério da Saúde assim terá mais recursos para aplicar nas áreas de que necessitamos tanto no Brasil como, principalmente, nas políticas de inclusão social que o ministério está fazendo.

Portanto, cabe-me, neste momento, como médico, parabenizar o ministro Temporão, do PMDB, que à frente do ministério da Saúde tem feito um papel fundamental na construção de uma reforma sanitária efetiva e na ampliação dos atendimentos e dos níveis de profissionalização da saúde neste Brasil.

Parabéns a todos os profissionais da saúde do estado de Santa Catarina, que ajudam a construir dias mais solidários e melhores. E que cada vez mais tenhamos um Dia Mundial da Saúde...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, sras. deputadas, srs. deputados, deputada Ana Paula Lima, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisada, hoje temos duas datas muito importantes para comemorar: o Dia Mundial da Saúde e o Dia do Jornalista.

Os bons jornalistas levantam cedo, trabalham muito porque os acontecimentos não marcam hora nem momento. Então, eles sempre têm que estar atentos, prontos, lendo muito, e mesmo assim muitos não são reconhecidos. Mas não poderíamos deixar passar em branco essa data importante, pois são eles que divulgam os nossos trabalhos neste Parlamento, mostram o que estamos fazendo e assim por diante.

(Passa a ler.)

"O Dia do Jornalista, um dia tão importante, foi instituído em 1931 pela Associação Brasileira de Imprensa em homenagem a João Batista Libero Badaró, médico e jornalista que morreu assassinado por inimigos políticos em 22 de novembro de 1830, em São Paulo. O movimento popular gerado por sua morte levou à abdicação de dom Pedro I, no dia 7 de abril de 1831.

Eu não quero homenagear quem não respeita a ética e, portanto, não respeita a fidelidade às suas fontes e à verdadeira informação. Não! Esses não são jornalistas. Não vou falar desses que faltam com o respeito à essência do jornalismo, que é apurar um fato e mostrá-lo como é e não conforme interesses específicos, particulares que acabam norteando a linha editorial de um veículo.

Quero homenagear os muitos profissionais dos inúmeros veículos que levam a informação com respeito ao cidadão. Quero homenagear o jornalista, e há jornalistas dinâmicos, cujo maior patrimônio é a credibilidade, algo que se conquista sendo correto, sendo ético, sendo responsável, tendo a real percepção da importância do que o seu trabalho representa no meio social.

O jornalista que merece o nosso reconhecimento hoje é cada vez mais exigido nas habilidades e competências."

Quero parabenizar o funcionário que faz a parte jornalística do meu gabinete, que é o Ivan Pimentel, uma pessoa altamente ética, confiável, para quem quero dar nota dez, pois faz todo o meu trabalho e divulga-o aos 293 municípios.

Parabéns, Ivan Pimentel!

Agora quero falar um pouquinho sobre o Dia Mundial da Saúde, e são também os jornalistas que divulgam a Saúde.

Hoje, 7 de abril, é comemorado o Dia Mundial da Saúde! Temos aqui a presença de muitas autoridades e trabalhadores da área da saúde. Quero citar o nome da presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, sra. Márcia Helena Barbosa, que nos honra com a sua presença maravilhosa, sempre linda, sempre cheia de alegria, nesta Casa, como também da vice-presidenta da Rede Feminina de Combate ao Câncer, sra. Sônia Lemos.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer está aí com os seus voluntários, verdadeiros anjos da guarda cuidando da saúde das mulheres, porque não é fácil trabalhar na área da saúde! O presidente da comissão de Saúde, deputado Genésio Goulart, com o apoio de alguns deputados, colocou-me na vice-presidência, deputada Ana Paula Lima. V.Exa., que é da área da saúde, enfermeira formada e que tem contribuído muito neste Parlamento, sabe que essa área não é fácil!

A nossa comissão tem feito de tudo para dar respaldo a todos catarinenses. E agora vou começar, através da nossa comissão, a fazer diligência nos hospitais para ver se a Cartilha dos Direitos do Paciente, de nossa autoria - em todas as unidades hospitalares está essa cartilha, com os seus 33 artigos -, está sendo cumprida, porque se não estiverem sendo cumpridos alguns dos seus artigos, se a pessoa que não estiver recebendo um bom atendimento poderá até registrar um BO, deputada Ana Paula Lima, e trazer para a comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, porque a população precisa ser bem atendida, afinal de contas, a doença também não avisa o dia em que vai chegar!

Nós temos muitos médicos em nosso Parlamento, como os deputados Jailson Lima, Antônio Aguiar e Serafim Venzon, que fizeram o juramento de atender bem as pessoas, e eu sei que eles têm atendido! E nós, que somos parlamentares, representantes da população, temos o direito também de denunciar quando as pessoas não são bem atendidas nos hospitais. As propagandas, às vezes, divulgam que existe um postinho com atendimento 24 horas, mas a realidade é outra. A população está ali, quer ser atendida, mas muitas vezes o postinho que está lá no município para atender a população não atende.

Então, nós queremos e exigimos o bom atendimento à população! E se a população denunciar para a nossa comissão de Saúde que está sendo mal atendida, nós vamos levar adiante, vamos denunciar e falar aqui da tribuna. Mas quero dizer ainda que a vida continua e temos que lutar por melhorias na área da saúde!

Quero ainda falar sobre outro assunto. Eu estive participando, na sexta-feira, de uma formatura maravilhosa do ensino fundamental, do Ceja, no município de

Garopaba, na sede da aldeia, na comunidade dos Quilombolas, ocasião em que adultos estavam recebendo seus certificados. Eu fiquei muito honrada por ter recebido o convite, mas volto a falar neste assunto em outra oportunidade.

Muito obrigada e que Deus abençoe a todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de fazer um registro, sra. presidente, pois hoje é o Dia Mundial da Saúde e nós temos várias associações presentes nesta Casa, que nos dão a honra da sua visita:

Apasc, Associação dos Portadores de Parkinson;

Abraz, Associação Brasileira Alzheimer, regional de Santa Catarina;

Acelbra/SC, Associação dos Celiacos de Santa Catarina;

ACO, Associação Catarinense dos Ostomizados, regional de Santa Catarina;

ACO/SC, Associação Catarinense dos Ostomizados de Santa Catarina;

Gapa, Grupo de Apoio aos Portadores de HIV;

Rede Feminina de Combate ao Câncer;

Grupo Hércules;

Vigilância Epidemiológica de Florianópolis;

Programa de Hepatite do Estado de Santa Catarina;

Associação Brasileira de Enfermagem, sra. Maristela Azevedo;

Enfermeira Ana Maria Alvarez, coordenadora do Neti, Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Também quero registrar a presença da sra. Honorina da Silva e da sra. Erbênia Fernandes, representando o município de Gaspar;

Coren/SC, sra. Jaçany Aparecida Borges Prudente; e

Associação dos Mucoviscidóticos de Santa Catarina.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Esta Casa registra com muita satisfação a presença de todos os visitantes e parabeniza todos, principalmente as associações, pois são verdadeiros anjos da guarda.

Esta Presidência, de acordo com os srs. líderes, suspende a presente sessão pelo tempo de dez minutos, antes do horário dos Partidos Políticos, para a realização de ato em referência ao Dia Mundial da Saúde.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) (Faz soar a campanha) - Estão reabertos os trabalhos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente em exercício, Ada De Luca, srs. parlamentares, público que nos assiste.

(Passa a ler.)

"O dia de hoje, 7 de abril, é a data em que reverenciamos o Dia Mundial da

Saúde, motivo pelo qual faço uma abordagem que pretende ter cunho suprapartidário. Quero falar da saúde e fazer uma relação desta com a Páscoa, pois estamos na semana em que festejamos esse evento religioso que é marca do renascimento.

Destaco, por isso, a edição desta semana da revista *Veja*, cuja reportagem de capa aborda os transplantes - tenho, repetidas vezes, vindo a esta tribuna para falar sobre transplantes - e o resultado obtido pela medicina com eles, que é marca de renascimento. A revista dá um destaque todo especial ao eficiente serviço de captação de órgãos existente em Santa Catarina.

Aqui, desta tribuna, já tive a oportunidade de abordar a atuação da SC Transplantes e o espírito de desprendimento dos catarinenses, que têm como característica a solidariedade. Santa Catarina tem um cadastro de doadores com índices que ministério da Saúde projeta para o Brasil só para 2015. Portanto, Santa Catarina avança no setor de transplantes.

É bem verdade que o secretário de estado da Saúde, Dado Cherech, foi o responsável pela bem-sucedida campanha publicitária para ampliar o número de doadores, veiculada com o seguinte mote: 'Deixe uma herança que vai salvar vidas.' Isso talvez explique por que o estado de Santa Catarina tem índices de doadores que superam os de países desenvolvidos como, por exemplo, a Alemanha, o Canadá e a Suécia.

Mas o sucesso na captação de órgãos, na motivação para as doações e na eficiência nos transplantes têm relação direta com a fundamental cadeia de solidariedade formada por profissionais da área da saúde, motivo de orgulho para Santa Catarina. São equipes existentes na quase totalidade de nossos hospitais onde há serviços de neurologia, onde há profissionais treinados em captação de órgãos. A maioria das equipes tem a liderança de médicos intensivistas, que atuam nas UTIs, com capacidade de avaliar casos de morte encefálica. Eles contam outros profissionais da área médica, enfermeiros, psicólogos, que fazem a abordagem daquelas famílias que vivem um momento delicado e acabam praticando um gesto de grandeza.

Quem doa órgãos permite o renascimento!

A reportagem da *Revista Veja* relata como um transplante pode mudar a vida das pessoas. Conta até o caso de uma família que negou a doação de órgãos da filha mais velha e depois viu o filho ser beneficiado como a doação de um fígado.

Santa Catarina hoje é referência também pelo menor número de recusas às doações. Tem índice de 80% na conservação de pacientes com morte encefálica, o que permite a eficiente doação dos órgãos. São índices que superam centros como São Paulo.

Equipes como a do Núcleo de Transplantes de Fígado do Hospital Santa Isabel, de Blumenau, têm eficiência reconhecida por números que falam por si: no ano passado realizaram 91 transplantes, quase o mesmo número do Hospital Albert Einstein, de São Paulo, onde aconteceram 95 cirurgias no ano. Vejam a diferença: Blumenau e São Paulo. São Paulo fez 95 transplantes e Blumenau fez 91 transplantes!

Para finalizar, gostaria de fazer referência à participação, hoje, em Brasília, da diretora-geral da secretaria de estado da Saúde de Santa Catarina, Carmen Zanotto, como convidada pela Organização Pan-Americana de Saúde para participar da celebração em torno do Dia Mundial da Saúde. Ela fará uma palestra sobre a agilidade na reação do sistema público de saúde diante dos prejuízos provocados pelas enchentes e desmoronamentos de terra ocorridos em nosso estado em novembro do ano passado.

O tema é 'Quando ocorre um desastre, os hospitais seguros salvam vidas'. O objetivo é auxiliar os outros estados na organização de processos que permitam uma abordagem sustentável em casos de desastres, especialmente na rede hospitalar, o que envolve estrutura física, planejamento, recursos humanos e atuação no momento de crise. Ou seja, é mais um reconhecimento público em relação à eficiente estrutura da Saúde existente em Santa Catarina."

Amigos catarinenses, desejo a todos uma Páscoa de muitas reflexões sobre temas como os aqui abordados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra a sra. deputada Ada De Luca, pelos minutos restantes.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados, públicos que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, em nome de Márcio Moreira Alves quero cumprimentar todos da imprensa escrita, falada e televisada do estado de Santa Catarina e do Brasil.

O caso que acompanhamos nas últimas semanas foi um absurdo! Quero iniciar a semana também chamando a atenção de todos para o cúmulo da irresponsabilidade com o cidadão catarinense.

Há exatos 15 dias, mais de 200 correntistas da agência do Banco do Brasil do município de Pedras Grandes, no sul do estado, descobriram um fato inacreditável: todo dinheiro que haviam economizado e investido na poupança havia sumido. Dinheiro que fora acumulado por muitos e muitos anos das suas vidas, num trabalho árduo, penoso, deles e da família.

Desde então, o que temos visto são pessoas que confiaram ao banco as suas economias tentando receber alguma explicação e, quem sabe, ter o seu dinheiro de volta. Por parte da diretoria do Banco do Brasil, pouca ou quase nenhuma atitude para resolver o problema. Segundo notícia publicada pelo jornal *Diário Catarinense*, na última sexta-feira, o gerente-executivo da rede Banco do Brasil/Besc, José Carlos Reis da Silva, disse: 'O banco tomou conhecimento sobre possíveis problemas em movimentações financeiras na agência do Besc de Pedras Grandes dia 20 de março'. O mesmo gerente disse, em entrevista à RBS-TV, que o banco já iniciou o ressarcimento para aqueles que 'comprovadamente tiveram prejuízo.'

Para mim, as atitudes e as declarações dos dirigentes da instituição mostram duas coisas: omissão e descaso. Os correntistas confiaram o seu dinheiro ao banco e agora têm que provar que fizeram os depósitos. Isso é um absurdo! Queremos transparência!

A prevenção e a reparação dos danos patrimoniais e morais, assim como a facilitação de defesa com a inversão do ônus da prova em favor do cliente estão assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor. Nesse caso, o ônus da prova cabe ao banco e não ao cliente. É o banco que tem que comprovar que determinada conta não foi lesada, e não o cliente que tem que correr atrás do prejuízo causado pela instituição.

Até agora o Banco do Brasil só tem respondido ao que a imprensa questiona, mas não se manifestou oficialmente sobre o envolvimento de funcionários, não divulgou nada, nem o total dos valores que foram surrupiados. Os clientes do banco já estão perdendo as esperanças de ver o seu dinheiro de novo e um grande desespero se abate. Será que eles vão ter que esperar o fim das investigações, das auditorias, para ter uma explicação convincente? Isso nós não podemos admitir de forma alguma. Nós, parlamentares, temos que ter uma atitude. Não podemos ficar calados diante dessa irresponsabilidade. O mínimo que se espera é transparência na apuração dos fatos e agilidade no ressarcimento dos danos sofridos pelos correntistas.

Quero manifestar o meu apoio na busca de justiça aos clientes que foram lesados pelo Banco do Brasil de Pedras Grandes. Estou encaminhando hoje mesmo um requerimento com mensagem de apoio aos correntistas que ficaram sem as suas poupanças, mas, principalmente, estou solicitando que o Banco do Brasil explique a esta Casa, aos seus parlamentares, aos seus clientes e à sociedade catarinense como tem encaminhado efetivamente as investigações para que se esclareça o que aconteceu com o dinheiro de mais de 200 correntistas de Pedras Grandes, e qual a previsão para que todos tenham as suas quantias devidamente devolvidas.

Também estou encaminhando um requerimento ao procurador-geral da Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, para que tome todas as medidas cabíveis a fim de garantir o direito dos clientes, por se tratarem de consumidores hipossuficientes nessa relação de consumo.

Isso é um absurdo! O Banco do Brasil tem a obrigação de prestar contas à sociedade. Queremos agilidade, transparência no processo de investigação e de ressarcimento e, acima de tudo, o respeito com as pessoas que foram lesadas pelo próprio banco.

Para encerrar, eu vou copiar uma frase do jornalista Boris Casoy: 'Isto é uma vergonha!'

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Concedo um aparte a v.exa., deputado Lício Mauro da Silva, para engrandecer o meu discurso.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Deputada Ada De Luca, o assunto é extremamente interessante, mas, ao mesmo tempo, muito grave. Eu quero parabenizá-la justamente pelo ponto de vista de chamarmos a direção do banco à Assembleia Legislativa para que dê as explicações necessárias quanto ao desvio desses recursos da poupança de aproximadamente 200 pessoas, que representam, na verdade, mais de 200 famílias.

Parabéns pelo seu pronunciamento! E gostaria que v.exa. fizesse essa proposição à Mesa Diretora ou à comissão de Economia, ou para as duas, em conjunto, de Economia e de Finanças, para que fizessem essa ação de tal forma que eles viessem aqui dar uma explicação. Eu fiquei muito curioso com esse fato!

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Muito obrigada, deputado Lício Mauro da Silveira. O seu aparte só veio engrandecer o meu discurso.

Volto a repetir, isso é uma vergonha! Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, é apenas para registrar, com muita satisfação, a eleição, do dia de ontem, do nosso amigo Ronaldo Baumgarten Júnior como presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Ele foi eleito ontem, com 77 votos, ou seja, a unanimidade dos eleitores que lá compareceram.

Nós queremos, juntamente com os deputados de Blumenau, ratificar a satisfação da conquista do Ronaldo Baumgarten Júnior como presidente da Acib.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, eu persisto no assunto que venho debatendo há mais de ano nesta Casa, deputada Professora Odete de Jesus, que culminou com a aprovação, por unanimidade, do projeto de lei que apresentamos ainda em 2007 e no final do ano passado esta Casa aprovou e o governador sancionou no início deste ano. Refiro-me ao projeto de lei que estabelece uma política estadual de combate ao *bullying*, esse termo que é novo para um velho problema.

Eu peço à nossa assessoria que reproduza hoje uma matéria veiculada no *Jornal Hoje*, da Rede Globo, que mostra o quanto esse tema ganha destaque na grande mídia nacional. Depois eu complementarei o meu pronunciamento.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Estamos com um problema de áudio. Eu espero que a nossa assessoria possa identificar o problema. Eu ainda estou inscrito para voltar à tribuna num segundo momento porque essa matéria, que foi transmitida pelo *Jornal Hoje*, há duas semanas, mostra o quanto esse tema está ganhando repercussão no cenário nacional. Tanto que o governo do estado de São Paulo começou a distribuir uma cartilha a todos os alunos da rede pública começando a tratar desse tema. O governo federal está implementando um 0800 para denunciar a prática dessa violência silenciosa que ocorre no dia-a-dia nas escolas, porque, segundo a dra. Cleo Fante, a maior estudiosa do *bullying* no Brasil, 45% dos alunos são vítimas ou agentes diariamente de *bullying*, deputado Lício Mauro da Silveira.

É um tema realmente assustador. Essa violência alastra-se, deputado Herneus de Nadal. Antigamente esse assunto era tratado como brincadeira de criança: os tais apelidos pejorativos, as agressões físicas, emocionais, e todo tipo de ação de violência em qualquer uma das formas que acabam produzindo uma queda no rendimento escolar e, muitas vezes, levam o aluno à evasão escolar.

Os altos índices de evasão escolar dão-se exatamente por conta desse tipo de violência silenciosa, quase imperceptível, que as crianças sofrem no dia-a-dia na sala de aula e acabam constrangidas, acanhadas, com vergonha. E muitas vezes não relatam isso para os professores e para os pais, e aí o rendimento escolar começa a cair e o aluno acaba evadindo-se da escola.

Ou então, o efeito é pior ainda, muito mais maléfico, quando essa agressão, quando essa violência acaba por gerar um trauma que vai amadurecendo e crescendo durante a adolescência e chegando na juventude, podendo transformar esse indivíduo, esse cidadão, num agressor, como temos vários exemplos de massacres provocados por jovens, por adultos em escolas no exterior, especialmente nos Estados Unidos. Tivemos o caso na escola de Columbia, que foi o mais famoso, com mais de 20 vítimas fatais. E houve tantos casos aqui no Brasil, em São Paulo, na Bahia, com inúmeros relatos de violência, de massacres em escolas, atingindo professores e alunos vítimas de *bullying* escolar.

Eu vou esgotar mais esse tema, na medida em que a nossa assessoria conseguir identificar o problema para que possamos retransmitir essa reportagem do *Jornal Hoje* que eu considero extremamente importante para chamar a atenção e para que possamos avançar nessa discussão.

Estamos discutindo com o secretário Paulo Bauer no sentido de fazermos uma parceria entre a secretaria de Educação, esta Assembléia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, e a comissão de Educação desta Casa, para que possamos popularizar e socializar o debate sobre esse tema com professores, com alunos e com toda a rede escolar de Santa Catarina.

Outro tema, deputados Lício Mauro da Silveira e Kennedy Nunes - e, inclusive, estou encaminhando moção para o Fórum Parlamentar Catarinense, para a secretaria da Receita Federal e para os diversos órgãos do governo federal que tratam da matéria -, diz respeito ao assunto que neste mês de abril, especialmente, a maioria da população brasileira e 100% dos assalariados chega a se revoltar quando dos ajustes das contas com o Leão, com o Imposto de Renda.

Não dá mais para calar diante da injustiça que se vê praticada contra o assalariado. Um pai, deputado Lício Mauro da Silveira, que tenha um filho só na universidade, por mais barato que seja o curso, a graduação, a mensalidade média, hoje, não baixa de R\$ 400,00. Isso dá um investimento em educação, deputado Ismael dos Santos, de, no mínimo, R\$ 5 mil/ano para o pai que tenha um filho só na universidade. E aí na hora de ajustar as contas com o Leão, deputado Herneus de Nadal, esse pai, esse assalariado, que teve de 15% a 27,5% da sua renda retida na fonte, consegue deduzir apenas R\$ 2.600,00 do investimento em educação!

Isso não é correto, isso não é justo, não é possível! O investimento em educação não pode ser limitado! E ainda mais, deputado Jean Kuhlmann, limitado a um valor tão irrisório! Como é que um pai de família, que tem dois ou três filhos em idade escolar, na hora de ajustar as contas com o Imposto de Renda só vai deduzir R\$ 2.600,00?! Não pode haver essa limitação! Já basta a não-correção da tabela ao longo dos anos!

E o que é mais grave ainda, deputado Herneus de Nadal, é no caso da dedução por pagamento de plano de saúde ou de tratamento médico odontológico. Quanto ao tratamento em si, a consulta, o exame, não há limite, mas para os medicamentos não há isenção, não há dedução. E aquele assalariado, aquele aposentado que tem um gasto mensal de R\$ 500,00, R\$ 600,00, R\$ 800,00, R\$ 1 mil por mês com medicamentos, por que não pode comprovar, deputado Jailson Lima, e aí deduzir também dessa sua renda que o Leão já retém lá fonte?

Mas é um tema que não se pode esgotar e nos encaminhamentos que vou fazer pretendo voltar a essa discussão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio AleSC Digital, telespectadores da TVAL e público que nos acompanha nesta sessão, teríamos muitos assuntos para tratar neste pronunciamento, como esse debate acerca do pedágio, a situação da paralisação dos policiais e bombeiros militares de Roraima, mas, infelizmente, chegando aqui na cidade, houve um assunto que me surpreendeu, e de forma negativa, de modo que precisamos falar dele, ou seja, a decisão do comandante do 4º Batalhão de excluir, de expulsar da Polícia Militar de Santa Catarina o soldado Marcelo Quint da Silva, por ter participado das mobilizações reivindicatórias dos praças naquele mês de dezembro.

Então, já temos aqui, deputado Herneus de Nadal, a primeira vítima do processo sumário de exclusão de um policial militar, e, diga-se de passagem, um excelente policial militar, a quem, pelo fato de não ter ainda dez anos, não foi dado sequer o direito à ampla defesa e ao contraditório, e foi excluído de forma sumária, a partir do processo administrativo disciplinar feito no 4º Batalhão da Polícia Militar.

O soldado Quint, com sete anos de Polícia, foi um excelente policial militar, e isso pode ser perguntado a todos os pares com os quais trabalhou nesse tempo em que esteve na Polícia Militar. Ajudou a construir o Grupo de Resposta Tática de Palhoça, trabalhou um ano na cidade de Brusque, trabalhou a maioria do tempo no Pelotão de Patrulhamento Tático - PPT -, também na cidade de Palhoça. Agora, ultimamente, até por retaliação, estava trabalhando no 4º Batalhão, no centro da capital.

No dia de ontem, o comandante do 4º Batalhão, concordando com o capitão que presidiu o processo administrativo disciplinar, assinou a exclusão. Ele tem 48 horas para apresentar a defesa. Pelo andar da carruagem, já sabemos qual será o resultado disso. Esse é um assunto que precisa ser refletido por esta Assembléia Legislativa e pela sociedade catarinense, porque a segurança do nosso povo, a segurança da nossa sociedade está sendo prejudicada para preservar a vaidade de alguns e a prepotência de outros.

O Quint sempre foi um excelente soldado, inclusive na avaliação do comandante. A sua situação começou a mudar há uns dois anos, quando, trabalhando na radiopatrulha na cidade de Palhoça junto com o soldado Clemilson, sofreu um acidente com a viatura na BR-101. Já está provado que a responsabilidade pelo acidente não foi do motorista da viatura, mas do motorista do outro veículo, quando houve o abaloamento atingindo a viatura.

O comandante da Polícia Militar de Palhoça queria que o soldado Quint e o soldado Clemilson pagassem o estrago da viatura, mas evidentemente eles recorreram e acharam que seria injusto esse pagamento, já que não tiveram responsabilidade no acidente. Depois disso o soldado Quint passou a não prestar mais no conceito de alguns oficiais da Polícia Militar. Assim, porque participou do movimento ocorrido no mês de dezembro e aproveitando o fato de ter menos de dez anos de serviço, estão excluindo-o de forma sumária sem direito de defesa.

É evidente que a assessoria jurídica vai recorrer, inclusive vai impetrar um mandado de segurança com relação a isso, mas nós precisamos registrar o fato aqui e chamar a atenção da sociedade, das autoridades do estado, dos deputados estaduais aqui presentes, do Ministério Público, do Poder Judiciário e também do Poder Executivo estadual e do Poder Executivo municipal de Florianópolis, porque o comandante que assinou a exclusão do soldado Quint é o mesmo coronel que pediu voto para certo candidato na eleição do ano passado, situação que consideramos uma barbaridade. A Segurança Pública está sendo prejudicada devido à vaidade, à prepotência de alguns poucos oficiais da instituição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de anunciar a presença do prefeito de Três Barras, Elói José Quege, que é médico, juntamente com o vereador Ernani e o acompanhante. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, volto à tribuna para falar do tema já debatido aqui anteriormente, através do vereador Nildo Artur Luz, com a presença do presidente da Câmara Municipal, vereador Nazareno Martins, e também do vereador Ademir Farias, sobre o grande crime que está na iminência de ser cometido contra o povo do município de Palhoça, o pedágio que querem colocar num local absolutamente sem sentido, já no final do município, segregando mais de seis bairros do centro de Palhoça e da região da Grande Florianópolis.

Pois bem, de prático o que nós podemos fazer ainda? Na semana passada tivemos uma audiência pública aqui e ficou muito claro que, por parte do governo federal, da ANTT, não há mais conversa: o povo de Palhoça, para o governo federal, tem que pagar o pedágio e ponto final.

Restam duas alternativas, a legal, ou seja, uma lei que coíba isso, ou o caminho judicial. Do ponto de vista judicial, há grandes esperanças, pois houve uma decisão, também na semana passada, no Rio de Janeiro, sobre uma situação idêntica à de Palhoça, em que a Justiça disse que placa do município não pode pagar pedágio no perímetro urbano.

Eu não vejo diferença nenhuma entre a situação de Palhoça e a situação da SC-401, onde houve, na época, uma grande mobilização contrária, que impediu a cobrança de pedágio na rodovia.

O que se quer fazer com Palhoça agora é algo absurdo. Os representantes da concessionária estiveram presentes à audiência pública e foram muito claros, afirmando que o edital lançado pelo governo federal permite cobrar pedágio de todos, inclusive dos palhocenses, dos moradores da Guarda do Embaú, da Pinheira, do Furadinho, enfim, de todos os bairros daquela região, e que eles vão cobrar e ponto final, vão cumprir apenas aquilo que o edital permite.

A ANTT tem-se furtado ao debate, tem-se furtado a abrir a possibilidade para essa isenção justa. O que resta agora? O caminho judicial e o caminho legislativo.

Quero comunicar aos srs. deputados e a todos aqueles que nos acompanham através da TVAL que ingressei com um projeto nesta Casa, no dia de hoje, que é idêntico ao que já está em vigor no estado do Paraná. O projeto tem apenas dois artigos e prevê a isenção do morador que tem a placa do município onde passe uma praça de pedágio.

Quero dizer aos srs. deputados que não me basta a alternativa da tal ponte que se vai construir ali na Barra do Aririú, porque até chegar a ponte é preciso passar por dentro de um bairro, por uma estrada com muitos quilômetros não pavimentados e a comunidade não quer tráfego pesado. A comunidade quer aquela ponte para servir à comunidade e não quer caminhão e carreta passando por dentro do bairro Barra do Aririú. Além disso, uma ponte demora, sendo otimista, de um ano e meio a dois anos para ficar pronta. Temos que brigar, sim, pela isenção, contando com a Justiça e contando com esta Casa que não se vai furtar ao seu dever.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Cesar Souza Júnior, quero cumprimentá-lo pela iniciativa e já quero antecipar, na comissão de Constituição e Justiça, o meu voto favorável e o meu empenho em favor da aprovação desse projeto de autoria de v.exa.

Não tenho dúvida de que a nossa bancada, os deputados Lício Mauro da Silveira, Kennedy Nunes e todos e os demais, posicionar-se-á favorável. Entendo que é muito procedente a preocupação de v.exa. em defesa da população de Palhoça, mas repito que a população do grande sul catarinense como um todo será muito prejudicada pela localização escolhida para a instalação da praça de pedágio. Se a praça estivesse em qualquer outro lugar ao norte da capital não teríamos esse problema. Não é uma questão de mérito, de ser a favor ou contra o pedágio. A nossa preocupação, a nossa questão, o mérito dessa discussão é a localização da praça. V.exa. tem razão e pode contar com o nosso apoio a essa matéria.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado Joares Ponticelli, vou mais além. O precedente que estamos tratando hoje aqui vai servir para muitas outras cidades do estado, já que o trecho sul da BR-101 também vai sofrer concessão. E certamente vão querer locar outras praças de pedágio em perímetro urbano de outro município. Então, se tivermos aqui uma lei ou um precedente judicial, vai servir para prevenir que outros municípios do sul do estado passem por essa situação, como também que outros municípios do vale do Itajaí passem por essa situação quando o iminente pedagiamento da BR-470 também se efetivar. Então, o precedente de Palhoça vai servir para diversos outros municípios do estado. Ao que parece não se vai escapar da concessão de rodovia e a tendência é avançar.

Então, srs. deputados, fica aqui o registro desse projeto, ao qual dei entrada na Casa. Além disso, convido os srs. deputados para se fazerem presentes numa reunião que estamos requisitando com o Ministério Público Federal em Santa Catarina, que já agiu no sul, no norte e está na hora de agir também na região da Grande Florianópolis, manifestando-se contra esse

absurdo. Já existe a decisão jurisprudencial de segundo grau no Rio de Janeiro e precisamos fazer isso valer aqui também. O tempo urge já que a empresa quer cobrar ainda no final deste mês.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Senhor presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL, os que nos ouvem pela Rádio Alecs Digital, senhoras e senhores que nos acompanham das galerias do nosso Parlamento.

Quero, em tempo, fazer alguns registros. Na semana passada tomou posse como presidente da Fecomércio o empresário Bruno Breithaupt, empresário do setor da construção civil, setor importante da economia brasileira e catarinense, que dará continuidade ao brilhante trabalho feito por Antônio Edmundo Pacheco.

Foi uma solenidade altamente prestigiada pela gente de Jaraguá do Sul. A classe empresarial daquele município, unida em seu nome, trouxe ônibus com diversos empresários de pequeno e médio porte para prestigiá-lo. Diversas lideranças nacionais do sistema Fecomércio lá estavam presentes.

Ele certamente será um empresário referência em Santa Catarina. Bruno Breithaupt, que já participa do sistema Fecomércio há muitos anos, fará um brilhante trabalho. Esta Casa certamente, Bruno, não te faltará em tudo aquilo que for necessário para que o Parlamento possa melhorar o comércio, melhorar as relações comerciais em Santa Catarina, porque além de girar a economia, o comércio também faz parte do turismo.

Um estado pujante precisa de um comércio pujante; um estado com vocação política precisa de um comércio atualizado, com pessoas bem treinadas, com produtos de qualidade; um estado moderno precisa estar preocupado com o ato de servir a comunidade. Por isso quero parabenizar o empresário Bruno Breithaupt, desejando-lhe pleno êxito à frente da Fecomércio; parabenizo também toda a diretoria e todo o sistema Fecomércio.

Na esteira do comércio, na esteira do aprimoramento do sistema, visitei, na semana passada, o empresário Jaimes de Almeida Júnior, que em Joinville está fazendo uma grande obra. Ele mostrou detalhadamente todo o projeto que está realizando na cidade de Joinville.

Deputado Darci de Matos, com certeza, o que Jaimes de Almeida Júnior fez em Blumenau com o Shopping Neumarkt haverá de fazer na cidade de Joinville. Haverá de construir um grande shopping, um shopping moderno e com diversas características que eu gostaria de relatar a v.exas.

Primeiramente, o empreendimento irá gerar mais de 500 empregos diretos. Como bem definiu o empresário Jaimes de Almeida Júnior, esse empreendedor que está construindo o shopping em Joinville, trata-se de um empreendimento privado com alma pública. É um empreendimento feito pela iniciativa privada, mas com alma pública porque receberá pessoas de todas as raças, todos os credos, todas as idades, enfim, todos aqueles que vão ao shopping para fazer compras ou para o lazer, porque esse

equipamento virou sinônimo de lazer. Várias famílias catarinenses, independentemente de classe social, lá se misturam, promovendo, inclusive, a integração entre as classes sociais, o que é importante.

Mas quero dizer que, em 2008, mais de 21 milhões de pessoas passaram pelos *shoppings* de Jaimes de Almeida Júnior, o Neumarkt, de Blumenau, e o Balneário Camboriú Shopping Center, de Balneário Camboriú. Os *shoppings* da Almeida Junior apresentaram um crescimento de 8% nas vendas nos meses de janeiro e fevereiro de 2009.

A empresa Almeida Júnior está localizada também em São Paulo. Por estar em São Paulo, está próxima dos grandes magazines, podendo assim fazer um mix de produtos nos seus *shoppings*, o que realmente orgulha Santa Catarina.

Então, quero parabenizar o empresário Jaimes de Almeida Júnior que está criando o Joinville Garten Shopping, cuja inauguração está prevista para abril de 2010. Nessa data, Joinville e a região norte como um todo ganharão um novo equipamento turístico, um novo empreendimento. E, diga-se de passagem, em tempo de crise, de dificuldades, quando alguns empreendedores até se retraem, Jaimes de Almeida Júnior, com toda a sua força, todo o seu *know-how*, todo o seu conhecimento, inaugura um novo *shopping*. Contava ele ainda que vários empresários de Joinville têm ido até onde está a maquete do *shopping* para investir, comprar lojas. Isso mostra a pujança de um investimento como esse.

Por isso, eu gostaria de fazer o registro nesta Casa de que a Almeida Júnior tem uma área bruta locável de mais de 34.500m² em Santa Catarina e que inaugurará obra também nas cidades de Chapecó e de Joinville, consolidando ainda mais a sua posição como a maior rede de *shoppings* em nosso estado.

Então, este pronunciamento tem o objetivo de estimular a Almeida Júnior, estimular o Jaimes, toda sua equipe e diretoria, porque são profissionais que prestam atenção nos detalhes. Segundo ele, para tudo há três formas de fazer: fazer, fazer bem feito e fazer muito bem feito. E o Jaimes sempre escolheu a terceira alternativa, que é fazer muito bem feito.

Mas quero também fazer um último e terceiro registro. Gostaria de dizer que, no último sábado, recebemos em Blumenau o novo bispo. Estavam presentes a deputada Ana Paula Lima, os deputados Ismael dos Santos e Décio Lima, o prefeito João Paulo Kleinübing, enfim, diversas lideranças que acolheram e receberam o novo bispo de Blumenau.

Eu quero aqui, em nome do Parlamento catarinense e em meu nome, parabenizar dom Angélico Sândalo Bernadino pelo trabalho que fez a frente da nossa catedral, da nossa diocese. Mas com os braços abertos queremos receber também dom José Negri, o nosso mais novo pastor.

Temos certeza de que dará as mãos a todas as cidades que compõem a diocese de Blumenau e fará um grande trabalho, dando continuidade ao trabalho de dom Angélico, mas inovando num momento difícil que atravessam a nossa Blumenau e o vale do Itajaí.

Tenho certeza absoluta de que a vinda de dom José Negri, em cuja cerimônia também estavam presentes o arcebispo metropolitano e o núncio apostólico, é um presente para a nossa Blumenau e para o vale do Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Enquanto a deputada Ana Paula Lima prepara-se para falar, quero aproveitar para comunicar, não sei se já foi comunicado, em meu nome e em nome dos demais colegas, mais uma vez, o pesar pelo falecimento da mãe do deputado Dado Cherem, sra. Ely Cherem. Gostaria que ficasse registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Já foram feitas diversas manifestações, inclusive a Presidência desta Casa já autorizou que fossem enviados os nossos mais profundos pesares em nome de todos os srs. deputados pelo passamento da dona Ely Cherem, de 69 anos, residente em Brusque. Já falei, inclusive, por telefone, com o deputado Dado Cherem, e a Assembléia já se está manifestando em nome de todos os deputados.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, srs. parlamentares, gostaria de agradecer a presença, nesta Casa, no dia de hoje, de todas as associações de portadores de patologias, inclusive, utilizando um espaço na nossa sessão para fazer reivindicações a nós, parlamentares, e detalhar os trabalhos que eles estão realizando em suas associações e, certamente, reivindicando principalmente à comissão de Saúde alguns encaminhamentos. Pela primeira vez também irão se organizar num fórum, em que estarão presentes todas as associações de portadores de patologias do estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"O Dia Mundial da Saúde é celebrado hoje em 191 países. E o tema deste ano é 'Salvar Vidas: hospitais seguros em situação de emergência'.

Nobres pares, existe necessidade de chamarmos a atenção para a situação dos hospitais, quando da ocorrência de situações extremas, como as de calamidade pública ou desastres, como a catástrofe que ocorreu em nosso estado no mês de novembro de 2008.

No Brasil, marcamos essa data lembrando que com quase 184 milhões de habitantes possuímos um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, o nosso SUS, criado na Constituição Federal de 1988. Mas apesar de o Sistema Único de Saúde ser uma referência, é evidente que temos muito a avançar, tanto na abrangência dos serviços oferecidos como na qualidade do atendimento à nossa população.

É importante destacar que, através do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, muitos programas foram criados para beneficiar um número cada vez maior dos usuários do Sistema Único de Saúde. Entre esses programas estão os que dizem respeito à saúde do idoso, à saúde da mulher e à saúde da família. Esses programas já beneficiaram mais de 90

milhões de habitantes em 5.220 municípios. Esse dado por si só já representa uma mudança grandiosa.

Também crescemos na área científica de pesquisa e tecnologia de ponta. Temos uma atuação de excelência no quesito de transplantes, inclusive, levando o nosso estado, Santa Catarina, através do nosso Hospital Santa Isabel, da cidade de Blumenau, a ser uma referência em nível nacional.

Porém, senhoras e senhores, ainda é preciso avançar muito mais. Quando se trata de saúde, o tempo tem outro significado, e a preocupação com a vida é uma constante nos dias de hoje.

Como enfermeira de formação, posso afirmar que não somente o Brasil, mas também o mundo apresenta antagonismos: de um lado descobrimos a cura de doenças até então fatais, mas de outro ainda morrem pessoas por falta de acesso ao tratamento e à medicação.

Dispomos de equipamentos de última geração, mas ainda são perdidas vidas de pacientes que não podem esperar na fila dos exames. Por exemplo, as nossas mulheres têm acesso gratuito aos exames de prevenção ao câncer de mama, ao câncer do colo uterino. Mas o número de mulheres ainda mutiladas, principalmente pelo câncer de mama, está crescendo a cada dia. E isso é alarmante. E ainda assim muitas mulheres e homens morrem por falta de conhecimento, de informação.

Vejam que nós hoje temos no país uma política de saúde pública voltada especificamente para as mulheres. Em Santa Catarina, é preciso fazer uma referência à participação efetiva do governo federal, por conta dos prejuízos sofridos na rede hospitalar dos municípios atingidos pelas enchentes e deslizamentos do ano passado.

Quero mais uma vez salientar, srs. parlamentares, e é bom o povo de Santa Catarina entender e saber, que os recursos oriundos do governo federal foram na ordem de R\$ 100 milhões para os hospitais e municípios, somente os atingidos pela catástrofe. Eu, como parlamentar, quero ver se esses recursos do governo federal estão sendo destinados a esses hospitais e a esses municípios que decretaram estado de calamidade, estado de emergência. Vieram, portanto, na ordem de R\$ 70 milhões para custeio, e os próximos R\$ 30 milhões são para investimentos.

Na semana passada, eu mesma acompanhei a liberação de recursos federais para os hospitais do vale de Itajaí e também para o norte de Santa Catarina, alto vale do Itajaí, que também foram liberados pelo governo federal, juntamente com o secretário Dado Cherem e com a secretária-adjunta do estado, sra. Carmem Zanotto.

Mas, sras. deputadas e srs. deputados, o acesso à saúde se dá pelo caminho mais curto; na saúde pública, por exemplo, o gestor municipal é quem está mais perto do cidadão, seja pelo atendimento direto ou pelo encaminhamento a outras esferas governamentais. Por isso, é preciso que tenhamos a responsabilidade de tratar a saúde com seriedade e com muita agilidade.

Quando falamos de saúde precisamos sempre reiterar o trabalho e a dedicação dos incansáveis profissionais da área da Saúde. Também precisamos, srs. parlamentares, destinar e verificar que sem uma política de valorização dos profissionais que atendem na área da Saúde estaremos

fadados, deputado Antônio Aguiar, à diminuição do número de profissionais. Portanto, de nada adiantarão equipamentos de alta tecnologia, equipamentos de ponta, se não tivermos funcionários para atuar nessas áreas, se não houver quem possa operar esses equipamentos. Não adianta ter mais hospitais, se não existirem funcionários, médicos e profissionais da área de enfermagem para trabalhar.

Portanto, sras. parlamentares e srs. parlamentares, quando o assunto é saúde estamos falando de preservar a vida. E neste dia que mais de 190 países comemoram da mesma data alusiva, certamente é porque sabemos que é da saúde que decorre a sobrevivência e a continuidade da espécie humana. Não há vida sem ela. Fazemos deste dia uma oportunidade para analisar a nossa realidade, em termos de saúde, e a própria realidade mundial.

Ciente da necessidade que há muito que fazer, apesar do que já foi feito, quero também salienta, sra. deputada e srs. parlamentares, que o dia de hoje, sim, é um momento de reflexão. Verificamos aqui o depoimento de várias associações de portadores de patologia, que merecem, sim, o nosso atendimento e o nosso respeito, porque fazem um trabalho voluntário, que muitas vezes a rede pública e a rede hospitalar não conseguem fazer. Eles fazem esse trabalho de prevenção das patologias e também de informação a respeito do tratamento dessas patologias."

Também quero salienta que precisamos, de uma vez por todas, descentralizar, principalmente, o sistema de saúde. Verificamos ainda no estado de Santa Catarina, e isso verifico todos os dias, as "ambulancioterapias", as quais precisam acabar de uma vez por todas. As pessoas que precisam de tratamento de saúde têm que ser tratadas em seus municípios de origem e não vir para a Capital do estado de Santa Catarina.

Que este dia, sr. presidente, sirva de reflexão para nós, deputadas e deputados estaduais, e que possamos amenizar o sofrimento da nossa gente.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos à Ordem do Dia. Antes, porém, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, só gostaria de fazer um registro, se v.exa. me permite.

Hoje, não é só o Dia Mundial da Saúde, é também o dia de uma categoria da qual faço parte, com muito orgulho, que é o Dia do Jornalista.

Portanto, temos um requerimento hoje de minha autoria, solicitando o envio de mensagem de cumprimentos todos os colegas jornalistas da Casa, assim como aos que acompanham os trabalhos da Alesc por Santa Catarina e pelo Brasil, parabenizando-os por essa nossa profissão, a de jornalista, que relata, na verdade, os fatos que ocorrem.

Então, deixo meus parabéns a todos nós, jornalistas. E faço com muito orgulho, por saber que também represento essa categoria nesta Casa, por esta profissão que tenho tanta honra de exercer. Depois de 15 anos trabalhando na área, fui buscar a minha formação acadêmica no Instituto Luterano de Santa Catarina.

Parabéns a todos nós jornalistas!
Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Gostaria também de registrar os meus cumprimentos à classe dos jornalistas, pois o meu avô, o ex-deputado Honorato Tomelin, foi o jornalista que criou o primeiro

jornal *Diário de Blumenau*, na década de 50. Se hoje é difícil um jornal diário, imaginem o que era na década de 50.

Então, gostaria de parabenizar os jornalistas no nome do conhecido, na minha cidade, como o decano da imprensa catarinense, o ex-deputado Honorato Tomelin.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Não posso deixar de forma alguma, srs. deputados, de me irmanar aos deputados Kennedy Nunes e Giancarlo Tomelin e aos demais deputados que, porventura, venham parabenizar a classe de jornalistas pelo dia de hoje, pois essa é uma profissão que conhecemos muito bem, pois convivemos com jornalistas e fazemos também parte desse meio. Então, queremos, dessa forma, congratularmo-nos com toda a classe de jornalistas, que no dia-a-dia desta profissão um sacerdócio.

Era isso que eu gostaria de deixar registrado, sr. presidente.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero encaminhar o pedido de retirada, pela liderança da nossa bancada, de dois projetos que são vetos do governador, de autoria do sr. deputado Pedro Uczai. Já que ele está viajando, nós estamos pedindo para trazer esses projetos de volta na próxima terça-feira, quando o deputado estará aqui, na terça-feira ou quarta-feira da semana que vem. Esse acordo já havia sido feito na semana passada, ou seja, que deixaria a análise desse projeto para a volta do deputado. Então, nós queremos reforçar esse pedido.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0086/2008, de autoria do deputado Manoel Mota;

A comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0605/2007, de autoria do deputado Darci de Matos.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0590/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que dispõe sobre a proibição da entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados e similares.

Ao projeto foram acrescentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno

único do Projeto de Lei n. 0003/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Parapsicólogos Clínicos do Sistema Grisa do Estado de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0297/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que altera o art. 1º da Lei n. 13.348, de 2005, que estabelece condições de estacionamento em *shopping centers*, supermercados e agências bancárias.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei 0450/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que proíbe a venda e consumo de bebidas alcoólicas em lojas de conveniências instaladas em postos de combustíveis, localizados em área urbana, no estado de Santa Catarina, nos horários estabelecidos entre 0h e 6h.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Conta com parecer contrário da comissão de Economia, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, eu jamais advogaria a causa dos postos de gasolina, de acordo com a proposição do deputado Narcizo Parisotto, quanto a essa proibição. E aqui vou dar um exemplo para reflexão.

Tenho um posto de gasolina, pago meus impostos, recolho os tributos regularmente, pago o alvará de funcionamento, discrimino o que vou vender no meu boteco do posto de gasolina e de repente, do lado do meu estabelecimento, existe um outro que vende os mesmos produtos, com as mesmas características do nosso produto, de qualidade melhor ou não, e vende livremente.

Qual é a diferença, deputado Narcizo Parisotto? Não tem! Então, temos que avaliar isso com uma amplitude maior. Quem não tem boteco e não vende gasolina, vende outros similares, que seria atribuição de outros estabelecimentos comerciais. Agora, nós temos nos postos de gasolina um

departamento denominado conveniência, que é para coisa rápida, como a erva-mate ou os produtos que não encontramos no mercado à noite, porque está fechado. Então, é para que de repente o caminhoneiro, o visitante ou outro alguém, que sinta a necessidade desse produto, possa adquiri-lo. Tanto é que os produtos menos vendidos são os alcoólicos, porque muitas vezes ele só quer o local para comprar o combustível, pois já traz no bagageiro do carro, no seu isoporzinho, a bebida geladinha comprada no supermercado, numa boa. E o dono do posto, é claro, permite, porque isso movimenta o seu estabelecimento. Quem compra a cervejinha, compra um chocolate, um salgadinho e assim por diante.

Por isso, não sou nem contra nem a favor, vou me abster de votar nesse projeto por tudo aquilo que já expliquei e porque seria uma concorrência desleal com o estabelecimento do lado do posto de gasolina, que vende o mesmo produto.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peça a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, fui relator desse projeto na comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, encaminhei parecer contrário à aprovação da matéria e quero aqui justificar por quê.

Entendo que não podemos proibir as lojas de conveniência de vender bebidas alcoólicas, porque nem todas as pessoas que vão às lojas, a esses estabelecimentos, estão conduzindo veículos. A proibição é para quem estiver conduzindo veículo e for ingerir bebida alcoólica.

Então, se adotarmos essa regra, vamos trazer um sério prejuízo àqueles empreendedores, aos comerciantes, que têm naquele local o seu ganho, com a venda de produtos das lojas de conveniência.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, já discutimos esse assunto em Joinville. Nós temos lá um grave problema que eu acho que se espalha por outras cidades do estado e também do Brasil.

São vários condutores de veículos que param os seus automóveis nos postos de combustíveis, principalmente de sexta-feira para sábado e de sábado para domingo, e acabam fazendo desses locais os seus *points* para ingerir bebida alcoólica, trazendo uma dificuldade muito grande no descanso noturno das pessoas que moram naquela região.

Eu entendo que assim como a farmácia deve vender medicamentos, e para isso existe proibição para que ela não venda outros produtos, o posto de combustível deve vender combustível e lubrificante, e as lojas de conveniência devem vender produtos de conveniência. Agora, a bebida alcoólica

não é conveniência, ela não está colocada como conveniência. Conveniência é um biscoito, um café, um lanche. É óbvio que a pessoa, ao comprar esses produtos, vai fazer uso ou vai comer enquanto estiver dirigindo ou andando de carro, porque senão ela pararia num bar, num restaurante ou em outro ambiente que lhe permitisse consumi-los.

O conceito de uma loja de conveniência num posto de combustível é dar possibilidade ao motorista que porventura pare para abastecer o carro de pegar algo para comer durante a viagem, senão ele pararia num outro local para comer especificamente aquilo!

Eu voto favoravelmente ao projeto de lei agora em discussão, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, por entender que posto de combustível não é para fazer cartel e vender a preços iguais. Inclusive está entrando hoje nesta Casa um requerimento de minha autoria, pedindo para o Ministério Público estadual de Joinville que verifique a formação ou não de cartel, porque nós temos preços quase que padrão entre todos os postos de combustíveis e não podemos permitir que esse caso venha trazer mais malefícios às pessoas. Infelizmente, por mais que a legislação seja dura, por mais que a penalização seja muito dura, nós ainda temos vários motoristas que acabam parando nesses postos para pegar latinha de cerveja ou outras bebidas alcoólicas para fazer uso delas enquanto estão dirigindo.

Portanto, eu não creio que isso, deputado Renato Hinnig, me perdoe, venha trazer prejuízo aos comerciantes, porque a missão deles não é vender bebida alcoólica, a missão dos postos de combustíveis é vender combustíveis e lubrificantes, senão eles teriam que abrir um bar, uma lanchonete ou um restaurante.

Por isso que nos postos de combustíveis maiores existe o posto de combustível, existe o restaurante, e o papel do dono do posto de combustível é ter o seu lucro na venda dos lubrificantes e dos combustíveis e não na venda de bebida alcoólica!

E eu estou falando aqui de um produto que a Igreja Católica há dois anos, na sua campanha nacional, era contra dizendo que o álcool era a porta de entrada para todas as outras drogas.

Então, deputado Professor Grando, eu entendo que o dono do posto de combustível tem que obter o seu lucro (e tem muito) na venda do combustível e do lubrificante.

E não venham me querer dizer que os postos de combustíveis pelo estado vão quebrar se não venderem bebida alcoólica nos postos. Isso é uma barbaridade!

Nos Estados Unidos a legislação é dura. Deus o livre se algum motorista for pego com bebida, mesmo que fechada, na parte da frente do carro! Se o motorista passar em algum mercado e comprar uma bebida, mesmo que esteja fechada, ela terá que ficar no porta-malas do carro! Não é deputado Reno Caramori? Porque se for na parte da frente do carro, ele será preso em flagrante. Não precisa estar aberta a bebida para ele ser preso em flagrante.

Nos Estados Unidos as lojas de conveniência que existem nos postos de combustíveis, deputado Antônio Aguiar, não vendem qualquer tipo de bebida alcoólica, vendem café, suco, refrigerante, lanches, remédios, mas não bebida alcoólica.

Então, entendo que esse projeto vai salvar vidas, deputado Narcizo Parisotto. E por conta disso a bancada recebeu a liberação, porque nem todos pensam como este deputado. Mas eu pedi a liberação ao nosso líder para poder votar favoravelmente

a esse projeto de lei de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de parabenizar o deputado Narcizo Parisotto pelo brilhante projeto e tomar as palavras do deputado Kennedy Nunes, que tão bem explanou as razões da importância desse projeto.

Parabéns, deputado Narcizo Parisotto!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Quero também dar os parabéns ao colega de Parlamento, deputado Narcizo Parisotto, e endossar as palavras do brilhante deputado Kennedy Nunes. Quero dizer também que fui relatora de um projeto cerca de três anos atrás, quando solicitei vistas na comissão de Saúde, sobre a venda de bebida alcoólica nas escolas. Fui a única deputada a dizer "não" à venda de bebidas alcoólicas nas escolas, pois eu tive sérios problemas com isso quando professora no 2º grau.

Mas, sr. presidente, quando falamos a verdade em prol da população somos, muitas vezes, mal interpretados. Por causa disso foi gerado um problema gravíssimo nesta Casa e esta deputada foi levada à comissão de Ética para ser cassada.

Houve desentendimento aqui, mas quero dizer bem claro que fui firme, e quero endossar as palavras do deputado. Quando da minha relatoria eu falei que permitir a venda de bebida alcoólica nas escolas seria abrir uma porta para a entrada de drogas. Fui bem clara, mas fui mal interpretada.

Quero deixar bem claro que sou favorável ao projeto de autoria do deputado Narcizo Parisotto, porque quando a pessoa quer tomar a sua bebida ela vai ao bar comprar e não a um posto de conveniência.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu agradeço a defesa do deputado Kennedy Nunes, meu amigo, meu irmão, até porque ele fez uma defesa tão elegante, tão sábia, que eu não saberia fazê-la, mesmo sendo o autor do projeto. E também quero agradecer aos demais deputados que se manifestaram a favor.

Eu quero esclarecer ao deputado Reno Caramori que o horário da proibição seria apenas da meia-noite às 6h, e somente para bebida alcoólica, nada mais. Quer dizer, a proibição seria para que não houvesse a venda de bebida com álcool dentro dessas seis horas, o restante do horário seria liberado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Os deputados Reno Caramori, Renato Hinnig e Joares Ponticelli se abstêm de votar.

Aprovado por maioria.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0201 e 0202/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0203/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0204/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0205/2009, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0206 e 0207/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0208/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0209/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch e 0210 e 0211/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria de todos os srs. deputados, que solicitam o envio de mensagem de pesar ao deputado Dado Cherem e familiares, pelo falecimento da sua mãe, sra. Ely Cherem.

A Presidência defere de plano.

Esta Presidência comunica que defere de plano os seguintes requerimentos:

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da CBF e ao Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, manifestando apoio para sediar a Copa de 2014.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Araranguá e São Domingos, cumprimentando-os pelo aniversário dos referidos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Galvão, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes da Câmara de Vereadores de Araquari e Ouro, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Galvão, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Ascurra, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, com a aquiescência do autor, gostaria de subscrever este requerimento.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a aquiescência do autor, o deputado Giancarlo Tomelin também subscreve este requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes, pedindo a duplicação da BR-280, trecho entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, pedindo maiores esclarecimentos referentes à instalação da praça de pedágio na BR-101, km-221, no município de Palhoça.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, com a aquiescência do autor, gostaria de subscrever este requerimento.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a aquiescência do autor, o deputado Joares Ponticelli também subscreve este requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de São José, cumprimentando-o pela instalação de lombada eletrônica na rua Vereador Arthur Manoel Mariano, em frente ao Núcleo Espírita Nosso Lar, no Bairro Forquilha.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, solicitando medidas administrativas para garantir o direito dos clientes da agência do Besc/Banco do Brasil, do município de Pedras Grandes, que tiveram suas contas poupanças lesadas.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Besc/Banco do Brasil, solicitando esclarecimentos referentes ao número de pessoas lesadas, incluindo o valor total subtraído das contas poupanças e os procedimentos adotados para solucionar o problema para indenizar os clientes.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara de Vereadores de Pedras Grandes, manifestando apoio aos clientes da agência do Besc/Banco do Brasil, que tiveram suas contas poupança lesadas e que aguardam ressarcimento.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, com a aquiescência da autora, eu gostaria de subscrever este requerimento.

(A autora aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com aquiescência da autora, o deputado Joares Ponticelli subscreve também este requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Araranguá, Seara, Araquari, Camboriú, Ascurra, Galvão, Ipupirimir, Ouro e São Domingos, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Banco do Brasil em Santa Catarina, solicitando a transformação do posto de atendimento em agência bancária, no município de Santa Terezinha.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministério Público Estadual, solicitando a verificação da isonomia dos preços praticados pelos postos de combustíveis no município de Joinville.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, no município de Tijucas, cumprimentando-o pela semana das missões.

O Sr. deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só quero esclarecer que são três requerimentos de autoria da deputada Ada De Luca que eu quero subscrever. Os três tratam do problema da agência do Besc no município de Pedras Grandes. Um à Procuradoria do Ministério Público, outro ao presidente do Besc/Banco do Brasil e outro para o presidente da Câmara de Vereadores. São os requerimentos de n.s 0329/2009, 0330/2009 e 0331/2009.

Portanto, eu quero subscrever os três requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com certeza a deputada Ada De Luca terá o maior prazer em ter a subscrição de v.exa. no seu requerimento.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu gostaria de pedir licença ao deputado Pedro Uczai, que não está aqui, para subscrever os requerimentos de sua autoria de n.s 0320/2009 e 0323/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Também o deputado Dirceu Dresch subscreve os requerimentos de autoria do deputado Pedro Uczai.

Esta Presidência comunica que ainda serão deliberados os seguintes requerimentos:

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o

envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense de Imprensa, no município de Florianópolis, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Jornalista.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, ainda pertinente aos requerimentos, antes que v.exa. coloque em votação as moções, eu gostaria também de pedir permissão ao deputado Cesar Souza Júnior para subscrever o requerimento de sua autoria que solicita ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres maiores esclarecimentos referentes à instalação da praça de pedágio na rodovia BR-101, km-221, no município de Palhoça.

Essa polêmica já vem sendo solicitada há bastante tempo, inclusive já foi determinada uma audiência pública na comissão de Transportes, e eu entendo que realmente nós devemos discutir e encontrar um denominador comum, para que não seja sacrificado o morador que vai quatro, cinco vezes por dia passar por aquele pedágio. Então, eu acho que é importante que isso seja esclarecido de uma vez por todas à nossa comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, apelando pela supressão do art. 20 da Medida Provisória n. 451/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada ao reitor e aos presidentes do Sindicato dos Trabalhadores e Associação dos Professores da UFSC, solicitando apoio à luta dos servidores pela adoção da jornada de trabalho de seis horas diárias, com carga horária semanal de 30 horas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada ao ministro dos Transportes, ao presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao Superintendente Regional do DNIT em Santa Catarina e à Coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando repúdio na instalação de praças de cobrança de pedágio em trechos de rodovias federais que cortam o território catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao presidente da República, aos ministros da Fazenda e do Planejamento e à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a construção de proposta de apoio financeiro aos municípios, de forma a não acumularem perdas nos repasses dos recursos do governo federal, oriundos do Fundo de Participação dos Municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo agilidade na aprovação do projeto de lei de autoria dos deputados federais Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro, que determina que a homologação de reservas indígenas sejam feitas por lei ordinária, sujeitas à apreciação do Legislativo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao presidente da República, solicitando providências urgentes e emergenciais no sentido de minimizar os efeitos da estiagem nas regiões meio-oeste, oeste e extremo oeste de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro dos Transportes e à ministra-chefe da Casa Civil, pedindo a implantação do trevo de acesso ao município de Irani, localizado na BR-153, no km-66.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo a instituição do benefício de ressarcimento e/ou compensação aos empregadores que mantiverem e custearem seus trabalhadores em unidades de ensino particulares.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao presidente

da República, solicitando a instituição de incentivos fiscais às empresas de transporte coletivo no país, através de envio de projeto de lei ao Congresso Nacional.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, para discutir.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero não só manifestar o meu apoio a essa moção do deputado Kennedy Nunes, mas também sugerir que s.exa. faça um requerimento idêntico, porque acho que a nossa bancada deve fazê-lo, deputado Reno Caramori, a sua excelência, o governador do estado, porque o governador esquece com muita frequência os compromissos que assumiu, principalmente nos períodos de campanha.

Refiro-me à primeira campanha do então candidato Dário Berger à prefeitura de Florianópolis, isso em 2004; naquela crise do transporte coletivo em Florianópolis houve toda aquela ofensiva do governador para tentar atingir a então prefeita Angela Amin e o nosso candidato Francisco de Assis, o Chiquinho. O governador, em alto e bom som, em várias manifestações, assumiu solenemente o compromisso de encaminhar para a Assembléia Legislativa, ainda naquele ano, deputado Jailson Lima, um projeto de lei propondo a isenção do ICMS do transporte coletivo.

Lembra disso, deputado Décio Góes?

Sua Excelência, o governador Luiz Henrique - e eu não sei por onde anda -, deve estar viajando agora. Mas, com toda certeza, dos 56 secretários regionais que tem, mais os 56 adjuntos, o que dá 112 secretários, desses, quase uma centena deve nos estar assistindo pela TVAL, até porque dizem que não há mais orçamento para executar.

Quero lembrar a essa quase centena de secretários que o governador de Santa Catarina prometeu solenemente em 2004 isentar do ICMS o transporte coletivo, aqui na Capital e em todo o estado, para baratear a passagem.

Há muitos adesivos por aí, e o governador esqueceu esse compromisso também. Eu acho que devemos fazer o governador lembrar que prometeu solenemente isentar do ICMS, em 2002, o combustível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peça a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o deputado Reno Caramori, para discutir.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, concordo plenamente com a proposição do deputado Joares Ponticelli, até porque o estado de Santa Catarina é o estado que tem a maior incidência de imposto do país. Nós, além do ICMS nas linhas interestaduais, temos a TA.

Hoje, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quase 25% do valor da passagem é imposto estadual e taxas.

Portanto, se conseguirmos fazer com que o governo determine a redução dos valores, tanto das taxas como do ICMS, teremos as empresas descontando esses valores do valor da passagem, dando

oportunidade ao usuário dos transportes coletivos de pagar menos pela passagem.

Sabemos que a passagem é cara em Santa Catarina, é mais cara do que em outros estados que não têm TA e que não têm ICMS.

Por isso, mais uma vez entendo que o governo deveria olhar mais para a classe menos favorecida, que é formada pelos usuários do transporte coletivo urbano, rodoviário, intermunicipal e interestadual. Assim, acho importante o governo rever isso não para socorrer as empresas, mas para socorrer o usuário, que paga 25% de imposto sobre o valor da passagem quando tem que viajar para trabalhar e não para passear.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria de responder ao deputado Joares Ponticelli, porque s.exa. indagou sobre o governador. O governador está viajando, sim, está no oeste, desde ontem, inaugurando obras. O governador Luiz Henrique está, desde ontem, inaugurando obras no oeste do nosso estado.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, também gostaria de assinar essa moção, com o compromisso de assinar junto a moção do PT, a ser enviada ao governador do estado, no sentido de poder cumprir aquele compromisso da redução do ICMS do transporte coletivo, fato que, realmente, trará benefício para o povo catarinense.

Acontece que, num momento de crise como o que estamos vivendo, concessões e benefícios foram dados pelo estado. De um Orçamento de R\$ R\$ 11 bilhões, concedeu-se R\$ 3 bilhões de benefícios fiscais. Com isso o governo acabou esquecendo aqueles que realmente precisam, que são os que usam o transporte coletivo. E neste momento de crise internacional o governo não tem mais como fazer uma política de enfrentamento à crise, porque nos bons tempos já deu todos os benefícios que o estado poderia dar. Perdeu uma oportunidade de acertar as dívidas dos servidores, acertar as dívidas históricas, como essa do ICMS para o transporte coletivo, que beneficiaria toda a população. Pelo contrário, privilegiou os grandes grupos econômicos de Santa Catarina e neste momento não tem mais o que oferecer para enfrentar a crise.

Então, todos os estados, todos os municípios e o país têm programa para enfrentar a crise, menos Santa Catarina. Santa Catarina não apresenta nada de novo nessa área, porque já gastou tudo antes com benefícios às grandes corporações econômicas.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jorginho Mello e outros, a ser enviada ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral Federal, solicitando a definição do calendário eleitoral para a eleição dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, dos municípios de Balneário Rincão e Pescaria Brava.

Em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, com a autorização dos autores, gostaria de também assinar esse documento, porque há uma falta muito grande de informação relativa a esse assunto. A população das duas localidades, tanto de Balneário Rincão como de Pescaria Brava, tem uma expectativa grande nessa definição. Não sabem a informação correta, e fica uma disputa política em torno das notícias, criando uma instabilidade na localidade, o que não é positivo para o município.

Então, é importante até para nós da Assembléia Legislativa sabermos como está todo o desenvolvimento desse projeto, para podermos dar a informação correta para as comunidades.

Por isso, estou pedindo permissão para também assinar esse documento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Décio Góes, esta Presidência recebeu os deputados Manoel Mota e Ronaldo Benedet e a deputada Ada De Luca na Presidência, juntamente com uma comissão dos respectivos municípios, para tratar do assunto. Informei a eles que já havia tomado a providência de indagar ao Tribunal Regional Eleitoral sobre o calendário e que eles teriam que nos fornecer de forma oficial. Por isso, eles assinaram o documento, que fica franqueado também aos srs. deputados Décio Góes, Joares Ponticelli e a qualquer sr. deputado que queira subscrever essa matéria.

Feito os esclarecimentos, deputado Joares Ponticelli, era sobre isso que v.exa. iria falar?

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu tenho um pedido de informação sobre essa matéria e gostaria de acrescentar alguns dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito bem!

Em discussão.

(Pausa)

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao governador do estado e ao procurador-geral do estado, solicitando informações sobre o processo de criação do município de Balneário Rincão.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, eu gostaria também, com a licença do deputado Joares Ponticelli (o

anterior era com a sua licença, e eu agradeço), de participar também desse pedido de informação pelos mesmos motivos que apresentei antes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com certeza, o deputado Joares Ponticelli vai acolher a sua solicitação.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Acolho a proposição assim como também quero subscrever a moção de autoria de v.exa. e dos demais deputados.

É que de fato v.exa. colocou muito bem, ou seja, várias lideranças nos procuraram, tanto de Pescaria Brava como também do Rincão, e aqui me refiro especificamente ao Rincão, porque foram essas lideranças que me procuraram neste final de semana.

Deputado Décio Góes, mais precisamente ontem, no município de Tubarão, eu recebi uma comitiva de lideranças do Balneário Rincão, lideradas pelo nosso companheiro Naelti Vianna, ex-vice-prefeito do município de Içara, que veio solicitar o nosso apoio também nesse processo.

Deputado Jorginho Mello, nos 11 anos que estou nesta Casa, foram apenas em dois municípios que votei favoravelmente pela emancipação: aqueles dois distritos que comprovaram as suas condições para se tornar municípios. E aqui quero trazer algumas informações adicionais sobre a situação do Balneário Rincão.

A emancipação, só para lembrar, deputado Reno Caramori, o plebiscito foi feito no ano de 2003, quando 53,2% da população de Içara manifestou-se favorável pela emancipação do Balneário Rincão. E naquele mesmo ano de 2003, esta Assembléia Legislativa aprovou a Lei n. 12.668, que criou o município de Balneário Rincão.

Infelizmente, naquele mesmo ano, a Procuradoria-Geral da República ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - Adin, que suspendeu por liminar a eficácia da lei que criou o município de Balneário Rincão, com a promulgação da Emenda Constitucional n. 57, deputado Reno Caramori, que convalidou os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento dos municípios cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006. E a do Rincão é de 2003.

Portanto, a Emenda Constitucional n. 57 retirou a inconstitucionalidade da Lei Estadual n. 12.668.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que o município de Balneário Rincão, deputado Jorginho Mello, está criado e que a Adin perdeu o seu objeto. E a informação que temos é que o próprio governador já solicitou a sua retirada. Mas no momento em que a emenda constitucional convalidou todas as criações de municípios até 31 de dezembro de 2006, naturalmente que Balneário Rincão já é município desde aquela época.

A assessoria jurídica da Confederação Nacional dos Municípios recomenda exatamente esse encaminhamento: a mobilização das Assembleias Legislativas de cada estado, para que providências sejam tomadas no sentido de viabilizar para o próximo pleito a eleição de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores desses municípios - em nosso caso, Balneário Rincão.

Os dois municípios, portanto, Balneário Rincão e Pescaria Brava, estão aptos para a eleição no próximo pleito de 2012. Balneário Rincão, segundo dados do TRE, tem 6.712 eleitores habilitados, para uma população, segundo o senso do IBGE de 2007, deputado Reno Caramori, de aproximadamente 14 mil habitantes. Na temporada de verão, entretanto, chega próximo de 120 mil habitantes.

Queremos dizer com isso que o novo município de Balneário Rincão, deputado Décio Góes, num *ranking* entre os 100 maiores municípios do estado, com essa população, ocuparia, hoje, o 77º lugar. Nada menos, deputado Elizeu Mattos, do que 216 municípios têm população menor do que o município de Balneário Rincão.

Segundo outras informações que levantamos, o município de Içara, que é o município-mãe, investe por mês, deputado Décio Góes, em Balneário Rincão, algo em torno de R\$ 130 mil/mês. Com a emancipação, contando só com o FPM e o retorno do ICMS, o novo município terá, aproximadamente, uma arrecadação de R\$ 7 milhões/ano, no mínimo, fazendo uma previsão bem pessimista.

Então, vejam que vai ser um ganho extraordinário para aquela população, para aquela comunidade. O novo município terá a segunda maior praia de Santa Catarina, com uma orla de aproximadamente 13 quilômetros; possui sete lagoas, sendo que uma delas abastece com água potável o município de Içara; possui um distrito industrial com capacidade para abrigar empresas de médio e grande porte; possui mais de 150 estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte; possui cinco postos de saúde, dois colégios estaduais, cinco colégios municipais e centros de educação infantil; possui comércio atuante e interessado no crescimento local, Câmara de Dirigentes Lojistas e mais de 40 entidades organizadas.

No nosso entendimento, deputados Reno Caramori, Lício Mauro da Silveira e Décio Góes, o novo município de Balneário Rincão preenche todas as condições para a sua implantação. A população de Içara, que é o município-mãe, como dissemos, aprovou a emancipação em 2003. É favorável, portanto, à implantação do município. E nós demonstramos aqui que com um investimento de aproximadamente R\$ 130 mil por mês, que é o que Balneário Rincão recebe nos dias atuais, ele poderá, a partir da implantação do município, receber recursos da ordem de, no mínimo, R\$ 7 milhões por ano, contando apenas com o retorno do FPM e do ICMS.

Portanto, sr. presidente e demais deputados, no nosso entendimento esta Assembléia precisa abraçar essa causa, como v.exa. já propôs através da moção, que também subscrevemos, e também nós, através do pedido de informação que estamos fazendo, deputado Manoel Mota. V.Exa. sabe da minha posição da época. Eu sempre tive uma posição contrária a emancipações, mas no caso do Rincão e da Pescaria Brava resta comprovada a necessidade e o ganho que aquelas populações terão com a implantação desses municípios.

Espero, portanto, que possamos, suprapartidariamente, deixando de lado... E aqui o deputado Décio Góes colocou bem. É claro que os vários grupos já começam a se manifestar, mas num primeiro momento nós

precisamos juntar todas as forças, suprapartidariamente, para ver efetivamente o município implantado. E depois, no momento correto, no momento da eleição, é claro que os partidos, as alianças serão construídas para elegermos aqueles que comandarão o novo município. Mas daqui até lá temos que empreender todos os esforços nessa direção.

O Balneário Rincão não tem mais nenhuma ilegalidade na sua criação, é município, sim, legalmente criado, e precisamos agora empreender os esforços para que esse novo município seja implantado definitivamente.

Esta é a minha manifestação, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, quero falar de um projeto que chegou a esta Casa para que todos os srs. parlamentares o entendam, e até porque fomos prefeito de Florianópolis.

Há uma área pertencente ao Badesc, e tenho certeza de que a maioria dos parlamentares a conhece, que se chama Caieira. Lá no Saco dos Limões, sobe-se, e colocamos ônibus, quando fomos prefeito. E com o crescimento da cidade, também no morro do Monte Serrat o ônibus sobe. Então, o que está acontecendo, hoje? Naquela região está-se fazendo o PAC. Assim, a linha de ônibus poderá subir pelo Monte Serrat e descer pela Caieira, ou subir pela Caieira e descer pelo Monte Serrat, unindo as comunidades.

Por que esse projeto está nesta Casa? É que aquelas terras que foram ocupadas no morro pertenciam, e pertencem, ao Badesc. Assim, o Badesc está doando ao estado, e o estado, por sua vez, está fazendo a doação ao município porque aquela área está inserida no PAC. Isso vai beneficiar aproximadamente mil famílias, e estão sendo feitas vias para o ônibus passar e as pessoas poderem se locomover, e também casas (moradias, creches, postos de saúde), enfim, toda a infra-estrutura.

Portanto, é natural que nós todos possamos apoiar a legalização daquelas propriedades que são de origem pública, e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento em que cada proprietário passará a ser dono das suas terras.

E tudo isso depende do projeto que está nesta Casa, de origem governamental, e está inserido dentro PAC, que é esse projeto do governo federal, do governo estadual e do município de Florianópolis.

Outra questão que entendemos ser importante é o grande parceiro que o estado é da capital de todos os catarinenses, e isso fica claro e evidente em todos os projetos.

Também ontem participei de uma luta comunitária da nossa capital, que trata da Costa da Lagoa. Quando se fala em Costa da Lagoa, muita gente diz: "Eu passei por lá", e já começo a prestar atenção e pergunto: como? Daí a pessoa responde: "Eu estava passeando de carro". Imediatamente respondo: não, na Costa da Lagoa não se chega de carro! Foi uma opção daquela comunidade, na época em que éramos prefeito - e ela quis preservar o meio ambiente -, que não fosse feita estrada porque houve uma mudança na sua atividade: de agricultura passou para pesca, restaurantes e turismo.

Então, para se chegar à Costa da Lagoa, vai-se até a Lagoa, pega-se um barco e chega-se até ela. Ou vai-se até o Rio Vermelho, atravessa-se a Lagoa e chega-se até a Costa da Lagoa. Muitas pessoas confundem a Costa da Lagoa com a Costa de Dentro, com o Canto da Lagoa. Mas aquela é uma comunidade onde vivem mais de 400 famílias que ainda mantêm as origens, o sistema açoriano, e vale a pena conhecê-la.

O interessante é que, de todos os turistas que vêm visitar a Costa da Lagoa, a maioria é de fora. Como é que eles sabem dessa região, da sua beleza, enquanto que nós, aqui de Florianópolis, do continente, de Santa Catarina não conhecemos?

Mas por que as pessoas daquela comunidade sofrem? É que elas têm que pegar um barco, pagar R\$ 2,10 para vir até a Lagoa da Conceição, pegar outro ônibus e pagar mais dois reais e pouco para chegar até o centro. Então, com ida e volta dá mais de R\$ 9,00. Isso não é justo porque outras comunidades que estão mais distantes, como é o caso do Rio Vermelho e da própria Barra da Lagoa, que é em frente, gastam somente uma passagem única.

Então, por que essas pessoas, que são as mais carentes e que são nativas, não têm o auxílio do sistema integrado de transporte? São crianças que vêm para estudar, são pessoas que vêm para trabalhar. E, mais do que isso, a capital gasta por mês R\$ 600 mil de subsídios com os empresários de ônibus para manter o preço da passagem. V.Exas. lembram o que foi prometido naqueles meses antes das eleições. Assim, quem gasta R\$ 600 mil não pode auxiliar um pouco aquela comunidade, que é uma das mais carentes - eles têm muito orgulho, são pobres, mas não são miseráveis -, no que é de direito e é justo? Por que eles têm que pagar o dobro para vir até o centro realizar as suas necessidades, os seus serviços?

Estamos reivindicando, já encaminhamos vários requerimentos e esperamos - já ouve uma audiência pública na Câmara Municipal - que se encontre uma solução no sistema de transporte da Costa da Lagoa.

Para finalizar, queremos dizer que sabemos que as sinalizações são feitas através do Deinfra. Sinalizações, por exemplo, nas faixas de rodovias dizendo que a tantos quilômetros há um hospital, que há uma ponte sobre um rio, sinalização para prevenções de animais na pista, pista escorregadia e tal. Eu dei uma sugestão quando eu estava na Fatma, que foi até utilizada em algumas estradas de origem estadual, do BID - e gostaram da sugestão -, que dizia: essa ponte é sobre o rio tal, pertencente à bacia hidrográfica tal. Aí as pessoas começaram a entender que as cidades são irmãs, porque aquele rio passa pelas mesmas cidades, e todos devem cuidar daquele rio da bacia hidrográfica, porque o planejamento agrícola está sendo feito através de microbacias.

Então, é o sistema de fraternidade, de integração e de conhecimento. Quem vai daqui para o oeste nem sabe que passa duas vezes pelo rio Canoas, porque não há placas. Passa aqui perto de Rio Rufino, onde o rio Canoas vem lá do Campo dos Padres, em Urubici, continua, passa lá em Correia Pinto, e, se bobear, ele já está indo, paralelo, lá para a região de Campos Novos, lá para a região de Curitiba.

E nós temos que ter esse conhecimento porque os rios são veias, são necessários, e a água é essencial, a bacia hidrográfica é o futuro do planejamento, e nós temos que respeitar isso.

Por isso, o custo para o próprio Deinfra fazer a placa é o mesmo, e deve colocar lá: água é energia, água é alimento. Deve começar a mostrar o rio, a bacia hidrográfica ao qual pertence e fazer toda uma campanha educativa em relação à água. A água é vida!

E quero dizer também, já que estamos falando sobre a questão de sinalização, que estranhemos, hoje - e isso não deixa de ser uma preocupação, e eu acho até que bem intencionada -, quando um promotor, um procurador da República em nível federal, como se diz, pede que se faça o estudo social da ponte Hercílio Luz. E já foi feito pelo Ibama, pela característica que tem a ponte Hercílio Luz, o licenciamento ambiental para a reforma. No meu ponto de vista, posso até estar equivocado, acho que já foi feito há seis anos, quando se começou a primeira reforma da ponte Hercílio Luz.

No intuito de estudar a questão urbana, no intuito dessa integração urbana no seu problema social, que nós chamamos ISO 18.000, porque a ISO 14.000 é a que trata da questão ambiental, tem toda a razão. Agora, isso não significa que vai interromper uma obra que tem investimentos públicos, e os recursos de cada cidadão. E sendo uma obra pública bem feita, bem realizada, quanto menos tempo se gastar, estará fazendo-se economia. E sendo bem feita, que fique bem entendido, não é fazendo rápido e mal feita. E quanto mais demora, se é interrompida, o custo é maior, e todos nós vamos pagar.

Acho que pode ser feito esse estudo social, esse estudo urbano, sem interromper a obra da ponte, caso mereça fazer esse estudo, porque ele é uma complementação a mais do que se deva fazer para melhorar essa obra. Eu entendo que até o final de 2010 nós vamos ter essa obra pronta com a sua utilidade, com os benefícios a todos os catarinenses que virão até a capital. E quem sabe na futura Copa do Mundo que vamos ter, a nossa capital mereça o destaque que deve ter.

E também quero colocar claramente que esse trabalho, esse processo temos que fazer com todo o afinco para que realmente as coisas aconteçam. E espero que até 2010, e com certeza irá ocorrer, todos os municípios de Santa Catarina estejam interligados por via asfáltica. Isso é qualidade de vida melhor, isso é escoamento de produção e um estado mais progressista.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Valeu, deputado Professor Grando!

Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, voltamos à tribuna porque prometemos que, se a nossa assessoria técnica conseguisse resolver o problema do vídeo, retomariamos o horário ao qual nos inscrevemos para falar sobre o problema do *bullying* escolar, essa matéria que, como dissemos, há dois anos estamos debatendo. E agora, na conversa que tivemos com o secretário de Educação, na semana passada, estamos iniciando algumas tratativas no sentido de - e precisamos conversar também com o deputado Pedro Uczai, presidente da comissão de Educação - empreendermos um esforço, através da Assembléia, por intermédio da Escola do Legislativo e a comissão de Educação, para, juntamente com a secretaria de estado da Educação, começarmos a socializar a discussão sobre esse velho problema com um nome novo.

Peço que seja rodada a matéria então.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Srs. deputados, como vimos, esse é um assunto que preocupa muito toda a comunidade escolar brasileira nesse momento, e é um tema que está sendo muito debatido. E no projeto de lei de nossa autoria que esta Assembléia aprovou, e, repito, que o governador sancionou no início deste ano, o nosso objetivo é exatamente constituir, criar uma política estadual de combate, porque, primeiro, esse problema tem que ser debatido no âmbito da comunidade escolar, tem que ser colocado numa linguagem que a comunidade escolar como um todo compreenda, tem que haver o envolvimento do aluno, dos pais, dos professores, de todos aqueles que se relacionam, que são agentes do processo ensino/aprendizagem, deputado Professor Grando, para que possamos identificar as vítimas e os agentes para, a partir disso, combater essa violência silenciosa. E essas referências não são da dra. Cleo Fante, mas, conforme a pesquisa que a dra. Cleo já trouxe a esta Casa Legislativa, aproximadamente 45% dos alunos no Brasil seriam vítimas ou agentes do *bullying* escolar.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço o deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. tem toda a razão. A escola se integra com a comunidade. Então, a influência da comunidade sobre a escola é muito grande, e a escola repete para o bem ou para o mal o que há na sociedade. Por exemplo, há a questão do narcotráfico, que está presente nas escolas no dia-a-dia, e tem-se que cuidar da ditadura do narcotráfico e a sua maneira de agir; a violência não só entre estudantes e alunos, mas contra o professor, contra a autoridade, e hoje se tem que pedir auxílio.

Inclusive, temos um projeto de lei inédito no país - nenhum estado está fazendo isso -, e já foi sancionado, só falta colocar em prática, dispondo sobre uma política contra a violência ao educador. E há casos de os alunos irem armados, de os professores irem armados à escola para se proteger, e temos visto pela imprensa casos e casos.

Eu quero parabenizá-lo porque essa é uma preocupação verdadeira. Quem é professor conhece, a escola tende a reproduzir a sociedade em que está inserida, no bairro em que está inserida, no morro, na

periferia, enfim, para o bem e para o mal, ela está integrada, e nós temos que ajudar a melhorar.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Professor Grando.

Essa era a matéria que queríamos dividir, deputado Jailson Lima, nosso presidente neste momento, porque entendemos que consegue simplificar esse debate.

Eu espero que nós possamos, nesta Casa, deputado Manoel Mota, e a partir daqui, com os órgãos da Casa, a comissão de Educação, a Escola do Legislativo, numa parceria com a secretaria de estado da Educação, com a Undime, com as secretarias municipais, debater esse assunto à exaustão, porque esse é um caso de violência que se repete, infelizmente, na escola pública e privada de Santa Catarina e do Brasil, a cada dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Aliás, deputado Joares Ponticelli, trata-se de um tema pertinente e importante nos dias de hoje, porque a educação é de fundamental importância para qualquer país.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Manoel Mota, representante legítimo do PMDB nesta Casa, histórico, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, gostaria de dizer que acompanhei atentamente o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli e tenho sentido - e v.exa. está preocupado, temos que reconhecer, afinal, é a sua área - que nós precisamos fazer alguma coisa para ajudar, contribuir.

Mas eu vim aqui para falar um pouquinho da comissão de emancipação de Balneário Rincão. Aquela comunidade muitas e muitas vezes veio aqui, por cinco, seis, sete, oito anos, fazendo um movimento, pressionando para conseguir a sua emancipação. Foi feito um plebiscito e a emancipação foi acatada, mas depois uma liminar inviabilizou a criação do município.

Agora, Brasília, o Congresso Nacional, definiu que só dois distritos de Santa Catarina vão ser emancipados, Balneário Rincão e Pescaria Brava. São duas regiões importantes. Balneário Rincão é um balneário extraordinário, grande. Vai ser um município com um futuro brilhante, vai ter uma arrecadação favorável, vai ter equipamentos, máquinas para trabalhar e manter toda a infra-estrutura. Com isso ganha a população, tranquilamente, e ganha também Içara.

No verão, Içara poderia recolher as máquinas para cuidar das estradas, criar fluxo de caixa, mas acaba tendo que investir no balneário. Com a emancipação de Balneário Rincão, definida essa questão, o município de Içara vai ficar com mais recursos para investimentos e o novo município, Balneário Rincão, vai ficar com mais recursos para também melhorar, com certeza. É um grande balneário, e emancipado vai ser uma das grandes praias do sul de Santa Catarina, não tenho dúvida nenhuma.

Então, a comissão, os vereadores de Içara, o ex-prefeito Dado, uma comissão grande já está trabalhando, o pedido foi atendido e já está sendo encaminhada, pelo presidente, toda a informação possível para conhecimento e definição pelo TRE de quando Içara e Pescaria Brava poderão se preparar para uma nova eleição.

Acredito ser uma conquista real para esses dois distritos e ganha a população, tranquilamente. Então, essa é uma questão importante.

A segunda questão - e gostaria de dizer que foram 14 anos de luta, e de lá para cá vemos vidas ceifadas a cada instante - é relativa ao movimento em favor da duplicação da BR-101, e foi tão grande que eu respondo por processo na Polícia Federal por aquelas paralisações. Uma vez nós paramos o tráfego das 6h às 16h, havia uma fila com mais de 60 quilômetros. Outra vez paramos das 9h às 15h. Enfim foram muitos e muitos movimentos até termos a garantia da ordem de serviço para começar a duplicação.

E nós criamos uma comissão permanente da qual fazem parte presidentes de Câmaras, associações comerciais, CDLS. Enfim, representantes da sociedade inteira pertencem a essa comissão que acompanha os trabalhos da BR-101.

No ano passado nós fizemos um dia de fiscalização. Saimos de Osório e fomos até Palhoça para ver os pontos críticos, fazendo um diagnóstico. Fomos a Brasília e s.exa., o ministro, assumiu o compromisso de, imediatamente, terminar o projeto de engenharia em três pontos, que são os gargalos que ainda não estão concluídos: no Morro do Formigão, em Tubarão, o projeto de engenharia ainda não está concluído; assim como não está concluído o projeto da ponte da Lagoa de Cabeçuda e do Morro dos Cavalos. Daqui a um ano ou um ano e pouco ficará pronta a duplicação e ficarão esses gargalos, fazendo com que os motoristas fiquem meia hora ou uma hora a mais no trânsito.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Há dois anos, e v.exa. estava junto, nós tivemos uma audiência pública próximo a BR-101 ali na Lagoa de Cabeçuda onde nos foi mostrado o projeto da ponte. E v.exa. diz agora que o projeto de engenharia final ainda não está pronto?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Não está pronto!

O Sr. Deputado Professor Grando - Naquela vez já foi-nos mostrado o projeto!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - V.Exa. recorda bem, né?

O Sr. Deputado Professor Grando - Sim, estavam presentes vários srs. parlamentares, inclusive foi uma iniciativa do deputado Décio Góes, que sempre preocupou-se muito com a BR-101.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Nenhum dos três projetos de engenharia estão concluídos e hoje toda a sociedade está preocupada. Alguns lotes estão andando muito bem; outros não.

Há, aos quatro ventos, o clamor das empresas. Algumas já se retiraram, outras estão querendo se retirar. Se uma obra dessas parar as obras em um lote é quase um ano para outra empresa retomar os trabalhos.

Então, preocupados com tudo isso, no dia 17 nós vamos fazer uma vistoria. Vamos ter o conhecimento de toda região, de todos os pontos críticos de Osório até Palhoça, porque entendemos que isso é fundamental. Nós fizemos, há quase um mês, uma reunião no Rio Grande do Sul, lá em Terra de Areia, e vimos que a obra está mais atrasada do que a nossa ainda. E lá temos o apoio dos vereadores, dos prefeitos que já assumiram o compromisso de vir a Araranguá para montar uma comissão para falar com o ministro dos Transportes em Brasília.

Então, agora, vamos fazer toda essa caminhada para levantar um diagnóstico real, os pontos críticos, ver aquilo que está andando, aquilo que está mais devagar a fim de que nós possamos juntos fazer um levantamento de tudo para sentarmos com s.exa., o ministro dos Transportes, e levantar essa questão para a garantia da continuidade da obra, no sentido de que a obra não pare em trecho nenhum e possamos finalizá-la.

A grande verdade é que a obra no nosso estado está mais adiantada do que no Rio Grande do Sul. Tenho que admitir que todo o nosso trabalho valeu a pena. Agora é preciso não só estar adiantada, mas ser concluída.

Sua excelência, o presidente da República, tem cumprido religiosamente os pagamentos e não é com dinheiro de financiamento do BID, é com dinheiro do Brasil; o presidente tem pago as empresas. Aqui, há três anos, para ganhar a licitação, as empresas cotaram um preço um pouco abaixo do real e hoje estão com dificuldades.

Agora, elas precisam ter compromisso e cumprir. Nós vamos trabalhar, queremos a continuidade da obra com rapidez, queremos qualidade da obra, porque estamos ajudando o ministro dos Transportes, o governo federal, a fiscalizar essa obra. Cada Câmara de Vereadores é responsável pela sua região. Qualquer encaminhamento que não esteja bem ou um trabalho que não esteja adequado na BR-

101, nós levantaremos a questão. Nós estamos trabalhando para ter uma duplicação de qualidade, que orgulhe não só o presidente, mas toda a sociedade.

Então, é com esse espírito que estamos aqui e estamos convidando os parlamentares e a sociedade para acompanhar, no dia 17, essa caminhada de Osório até Palhoça e, no dia 18, uma audiência pública, em Araranguá, para que possamos discutir essa questão e montar a equipe que vai a Brasília reivindicar e continuar trabalhando.

Assim, acho que é minha obrigação, como parlamentar...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns, deputado Manoel Mota, v.exa. é um protagonista da BR-101 e de um grande debate no estado de Santa Catarina, principalmente porque representa muito para o desenvolvimento do nosso estado e para a segurança no trânsito.

De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas à pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária de 8 de abril de 2009:

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0297/2008;

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0450/2007;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0004/2009;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0005/2009;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0009/2009;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0025/2009;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0015/2009.

Os srs. parlamentares receberão nos seus gabinetes a minuta descrevendo o conteúdo de cada projeto de lei.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 324, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições Prorroga por 10 (dez) dias o prazo da Comissão Especial, integrada pelos Senhores Deputados Antônio Aguiar, Elizeu Mattos, Joares Ponticelli, Décio Góes, Serafim Venzon, Cesar Souza Júnior e Professor Grando, para analisar as inscrições dos candidatos à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em, 13 de abril de 2009
Deputado JORGINHO MELLO

Presidente
* * * X X X * * *

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 132, de 13/04/2009

Estabelece ponto facultativo no âmbito da Assembléia Legislativa.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, RESOLVE:

Art. 1º Em complemento ao disposto no art. 1º do Ato da Mesa nº 043, de 16 de fevereiro de 2009, considerar ponto facultativo no âmbito da Assembléia Legislativa o dia 09 de abril de 2009, quinta-feira, data de início dos atos religiosos da Semana Santa.

Art. 2º A carga horária suspensa será compensada nos dias 8, 13, 14, 15, 16 e 17 de abril do corrente ano, na fração de uma hora por dia.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 133, de 13/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **BEATRIZ CAMPOS ELIAS ACORSI**, matrícula nº 1842, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para compor a Comissão Legal de Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01/03/2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputada Ada de Luca - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, TURISMO E MEIO AMBIENTE E DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL PARA DEBATER SOBRE O CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, RELIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 14H, NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) -

Senhoras e senhores, boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo, damos início a esta audiência pública, proposta pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Agricultura e Política Rural, de Turismo e Meio Ambiente, para discutir o Projeto de Lei 0238.0/2008, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente.

Informamos que o projeto de lei está disponível na íntegra para pesquisa no site da Alesc: www.alesc.sc.gov.br.

Convidamos para tomar assento à mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: senhor deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça; senhor deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural; senhor deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, neste ato representando o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia; senhor deputado Professor Grando; senhora deputada Professora Odete de Jesus, presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; senhora deputada Ada De Luca, presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher. (Palmas.)

O cerimonial comunica aos interessados em fazer uso da palavra que deverão fazer sua inscrição com os integrantes das Comissões.

Com a palavra o senhor deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator do projeto, que irá presidir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Boa-tarde.

Agradecemos a presença de todos os senhores e de todas as senhoras que nos honram com sua presença e compartilham conosco esta audiência pública.

Gostaria de convidar para também fazer parte conosco aqui na mesa o deputado Antônio Ceron, secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina; a doutora Juliana Guimarães Malta Corte, representando neste ato o governador Luiz Henrique da Silveira e que fará a exposição do projeto de lei do Código Ambiental; o doutor Darlan Airon Dias, procurador da República em Criciúma; o doutor Luciano Trieweller Naschenweng, promotor de Justiça do Ministério Público Estadual de Criciúma; o senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc); o senhor Enori Barbieri, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc); o senhor Guido Bürigo, vice-presidente da Regional Sul da Fiesc; o senhor Décio Sonaglio, neste ato representando a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc); o senhor Édio José Del Castanhel, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma; o senhor Hamilton Guidi, presidente da Fundação do Meio Ambiente de Criciúma, neste ato representando o prefeito de Criciúma; e o deputado Altair Guidi, secretário de Estado do Planejamento.

Prezados senhores, o motivo da nossa audiência pública diz respeito ao projeto de lei que a Assembléia Legislativa recebeu, de origem governamental, criando o Código Ambiental do Estado de Santa Catarina. Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça, a qual presido, e as Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura estão realizando dez audiências públicas no interior do Estado com o intuito de ouvir as pessoas que queiram dar sugestões a fim de modernizar o projeto, para que ele se torne uma lei definitiva no Estado de Santa Catarina.

Como o referido projeto tem 306 artigos e revoga 26 leis, precisamos fazer um profundo estudo sobre ele e discuti-lo com toda a sociedade. Esse tem sido o motivo das audiências públicas que estamos realizando. Posteriormente este deputado, como relator da Comissão de Justiça, e os deputados-relatores das outras Comissões deverão emitir um parecer baseados naquilo que a sociedade entender que é melhor para Santa Catarina.

Quero registrar a presença do deputado Joares Ponticelli e convidá-lo a fazer parte da mesa. (Palmas.)

Eu gostaria de deixar claro como será o andamento da nossa audiência pública: inicialmente os presidentes das Comissões farão uma breve manifestação; posteriormente a doutora Juliana fará uma exposição do projeto de lei; em seguida concederemos dois minutos aos parlamentares aqui presentes; depois ouviremos os representantes das instituições organizadas e, finalmente, deixaremos a palavra livre a todos que quiserem se manifestar, os quais devem fazer a sua inscrição com os servidores das Comissões da Assembléia Legislativa.

Desde já agradecemos a compreensão de todos.

Com a palavra o deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, para a sua manifestação inicial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Inicialmente, boa-tarde a todos os presentes.

Em nome das mulheres que estão na mesa - a doutora Juliana, a deputada Odete, a deputada Ada -, cumprimento os demais membros que dela fazem parte,

Por iniciativa dessas quatro Comissões - de Meio Ambiente, de Agricultura, de Finanças e de Constituição e Justiça -, estamos fazendo dez audiências por todo o Estado para apresentar, popularizar o texto do projeto proposto, colher sugestões, fazer análise, com o intuito de subsidiar o debate que vamos fazer na Assembléia Legislativa, que tem por objetivo adaptar o máximo possível a legislação à realidade de Santa Catarina, conscientes que somos das diretrizes gerais de uma lei maior que nos dá norte.

A lei permite criar figuras de compensação por serviços ambientais, permite rever as nossas questões de APP com reserva legal para as pequenas propriedades, com uso racional e sustentável dessas nossas reservas de APP. Então, há um conjunto de avanços que podem ser possibilitados nessa lei, e é isso que a gente quer com esse Código Ambiental, que busca reunir todas as legislações ambientais num instrumento que vai facilitar a compreensão, a aprovação, o trâmite dos projetos e a fiscalização pelos órgãos ambientais.

Agora, temos que estar conscientes de que, por si só, o Código Ambiental não resolve todos os nossos problemas. É preciso concluir o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Inventário Florístico-Florestal, o Plano de Zoneamento Costeiro, enfim, alguns instrumentos que venham complementar esse Código e provavelmente minimizar uma série de conflitos que a gente observa na área ambiental em Santa Catarina.

Quero agradecer por serem parceiros e nos ajudar neste debate, desejando uma boa audiência para todos nesta tarde.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra ao deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA (SC) - Boa-tarde a todos os senhores e a todas as senhoras.

Com a permissão do deputado Titon, do deputado Décio Góes, da deputada Ada De Luca e da deputada Odete de Jesus, quero saudar todos os colegas deputados; as autoridades que foram convidadas; o nosso Ministério Público, através dos nossos promotores; o nosso secretário da Agricultura.

Esta é a quarta audiência pública que nós estamos fazendo de um total de dez, e tenho dito que estamos diante da possibilidade de eleger e fazer, quem sabe, a mais importante lei que tramitou na Assembléia Legislativa nos últimos anos. Venho dizendo isso desde a primeira reunião e estou confirmando isso em cada audiência que nós temos, haja vista a quantidade de participantes dos mais variados setores. São pessoas urbanas, pessoas da agricultura participando, porque temos necessidade de fazer uma lei com equilíbrio, coisa que não temos hoje. Hoje temos uma lei que diferencia aqueles que trabalham na agricultura e aqueles que moram nas grandes cidades.

Aquilo pelo qual somos fiscalizados para que seja obedecido, aquilo que a legislação diz hoje é diferente daquilo que acontece nos grandes centros. Portanto, precisamos buscar [esse equilíbrio] através dessa lei que a Assembléia Legislativa, por intermédio de seus quarenta deputados, vai ter a oportunidade de escrever - e acredito que se possa fazer isso ainda este ano.

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina sempre deu exemplo, senhores deputados. Nós nunca fomos de deixar coisas na gaveta, e vamos fazer o que pudermos para esse Código Ambiental ser votado ainda este ano, a fim de dar segurança àqueles que produzem, àqueles propriedades consolidadas, mesmo as que estejam dentro de APPs, desde que estejam preservando, que não estejam poluindo. Que essas propriedades continuem progredindo para que os agricultores possam continuar trabalhando.

Eu tenho consciência que nós precisamos preservar, que não podemos poluir, mas também tenho consciência que precisamos continuar desenvolvendo o nosso Estado e o nosso país. Santa Catarina é um Estado diferente dos demais, por isso não podemos admitir que a mesma legislação que regulamenta os grandes Estados regulamente as mais de duzentas mil propriedades agrícolas em Santa Catarina, sendo 90% delas com menos de 50 hectares.

Portanto, acho que o que vamos colher aqui hoje, como as sugestões de poderão vir de vocês neste debate, vai ajudar a nos conscientizar ainda mais que temos esse compromisso de responder à sociedade com lealdade, com seriedade e com sinceridade. É isso que vamos nos propor a fazer na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado e um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Queremos fazer uma saudação às pessoas que aqui estão, aos representantes de algumas entidades, os quais vou apenas nominar porque não temos espaço na mesa para todos (e assim iremos proceder no decorrer desta audiência): senhor José Luiz Ronconi, vereador de Nova Veneza representando o deputado federal Cláudio Vignatti; senhor Ademar Paulo Simon, representando o deputado federal Valdir Colatto; senhor Vilmar José da Silva, representando a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá; senhora Arlete Bloemer, representando o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Rio Fortuna e Região; senhor Aníbal Daros, representando a Associação de Moradores Tenente Jacinto Machado; senhor Antônio José Porto, representando o Sindicato de Produtores Rurais de Jacinto Machado; senhor Donato Favarin, representando o Sindicato de Produtores Rurais de Turvo; senhor Ancelmo Acordi, secretário do Sindicato Rural de Produtores de Turvo; senhora Maria Goreti Natal Milac, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Criciúma; senhor Adriano Schurhoff, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Braço de Norte; senhor Lorisvaldo Felisbino Constante, representando a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol/Jaguaruna); senhores Fabiano Krieger e Armando Agostini, consultores jurídicos da Alesc; senhor João Batista Rodrigues, secretário de Agricultura de Içara; senhor Fernando Driessen, representando o Crea de Florianópolis; senhor Sérgio Francisco Silvano, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Armazém; senhor Ari Geraldo Neumann, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina; senhor Antônio Adílio da Silveira, representando a Casan; senhor Sérgio Pagnen, representando Sindicer e Coopemi; senhor Natival José Recchia, representando a Agroindustrial Urbano de Meleiro; senhor Diacir Carlos Pavei, presidente do Secovi; senhora Cenilda Maria Mazzuco, presidente da União das Associações de Urussanga; senhor Fábio Belletini Paganini, representando a Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado; senhor Natalino Bianco, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orleans; senhor Edson José Baesso, representando a Cooperativa do Rio do Peixe de Orleans; senhor João dos Santos Souza, secretário da Agricultura e Pesca de Jaguaruna; senhor Marcelo Siqueira, representando a Associação Empresarial de Tubarão (Acit); senhor Evandro Boaroli, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Veneza; senhor Odair José Coral, neste ato representando o prefeito de Nova Veneza; senhor André Smaniott, representando a Acic de Criciúma; senhor Adilson Marcon Nandi, representando a Aparccs de Tubarão; senhor Vanir Zanatta, presidente da Cooperja de Jacinto Machado; senhor Cláudio José Tomazi, vice-prefeito de Meleiro, neste ato repre-

sentando o prefeito; senhor Joelsio Coelho Jerônimo, representando o Samae; senhor César Paulo De Luca, diretor de planejamento, neste ato representando o senhor Walmor De Luca, presidente da Casan; senhora Silvia Maria da Silva, representando o Sesc de Criciúma; senhor Valmir de Bom, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Siderópolis e Treviso; senhora Dilma Magagnin Possamai, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urussanga; senhor Luiz Sartor, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro da Fumaça; senhor Paulino Saccon, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro Grande; senhor Jair de Stefani, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara; senhor Ivanor Sorato, representando o Grupo de Família de Urussanga; senhor José Bruno, diretor-geral da SDR de Criciúma; senhor Jonei Zanetti, prefeito eleito de Meleiro; senhora Nialva Nice Mezzari Del Moro, vereadora de Meleiro; senhor Nestor Sprigico, prefeito de Lauro Müller; senhora Maria Westrupp, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Forquilha; senhor Valdir Barbosa de Oliveira, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacinto Machado; senhor Osvaldo Balbino, representando a SDR de Braço do Norte; senhor Enivaldo Duminelli, vereador de Meleiro; senhor Hélio Giusti, vereador de Jacinto Machado, representando a Cresol; senhor Valcir Vassoler, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Meleiro; senhor Tadeu Santos, representando a Feec; senhor Rui Geraldino Fernandes, presidente do Sindicato Rural de Jaguaruna; senhor Rafael Bif Ortolan, presidente da Associação Familiar Preservação Socioambiental dos Amigos de Meleiro; senhor Pedro Duarte, vereador de Meleiro; senhor Amilton Guidi, presidente da Fundação Ambiental de Criciúma; senhor Camilo Bussolo, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orleans; senhor Marcos Nesi, representando a Fundação Ambiental de Lauro Müller; senhor Reginaldo Ghellere, representando a Gerência Regional da Epagri de Araranguá; senhor Cassemiro Novak, representando o Microbacias 2 de Linha Anta e Linha Batista; senhor Vergínio Assis Guedin, representando a Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Criciúma (CMDR); senhor Luiz Gonzaga da Silva Rocke, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araranguá; senhor Valdelir Cesconetto, presidente da Cooperar de Araranguá; senhor Walmor Macari, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Secretaria da Agricultura de Lauro Müller.

Com a palavra a deputada Ada De Luca, por até dois minutos.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA (SC) - Boa tarde a todos.

Cumprimento o presidente da Comissão de Justiça, deputado Romildo Titon; os demais participantes da mesa; as autoridades aqui presentes.

Também gostaria muito de agradecer ao governador Luiz Henrique, que enviou esse projeto para a Assembléia. E os deputados, as comunidades, o povo de Santa Catarina estão na fase de aperfeiçoar o projeto de lei que trata do Código Ambiental do nosso Estado, que é de suma importância não só para nós hoje, que estamos aqui, mas para as futuras gerações: nossos filhos, netos, bisnetos e por aí fora. E se não cuidarmos hoje desta parte, o que será de nossos filhos?

Aqui bem perto nós temos um grande problema, deputados, o nosso rio Criciúma, que é uma vergonha (desculpem-me, mas ele é uma latrina), e temos que dar uma resposta satisfatória a todos. Temos vários problemas aqui na nossa região, que é bastante (e bastante mesmo!) polêmica em relação à extração de argila para as cerâmicas, às olarias, ao ouro negro e seus resíduos. Então, é muito polêmica a nossa região, talvez mais polêmica que a região do deputado Titon e a do deputado Moacir Sopelsa, porque nós aqui dependemos muito do nosso solo, e isso nos preocupa, sim. Porém, não podemos também atrapancar o progresso.

Portanto, são coisas que nós temos que discutir e debater muito, e isso vai da responsabilidade de cada um que está aqui dentro deste ambiente hoje. A responsabilidade não é de a, de b, de c nem do político a, b ou c, é de todos. Estamos nesta audiência pública para que, no fim da falação dos políticos, vocês se pronunciem e tudo seja, além de registrado, literalmente bem feito. E depois de elaborado, que se faça cumprir, porque leis e códigos, caros colegas, nós temos muitos, o problema é que nem sempre se cumpre. E quando são cumpridos, também nada é resolvido.

Então nós temos que exigir que este Código seja aprovado de acordo com a nossa comunidade, com as regiões, com as reivindicações das regiões, porque daí, sim, fechou, está tudo redondinho. Claro que é uma coisa que não vai agradar a todos os 99%, disso eu tenho certeza, mas vamos procurar fazer o melhor, e com a ajuda de vocês. Se vocês não participarem, não vai ficar como a nossa região quer, como a nossa região exige. E a nossa região precisa de pessoas que, literalmente, entendam do problema, que o vivam no dia-a-dia, porque nós somos responsáveis pelo amanhã de todo mundo, principalmente das novas gerações.

Para não me alongar mais, espero que nós tenhamos uma audiência bastante proveitosa, e o que é mais importante: com resultados.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Eu já havia chamado e vou chamar de novo o nosso eminente deputado Altair Guidi para nos dar a honra de fazer parte da mesa. Fique à vontade.

Com a palavra, por até dois minutos, o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR GRANDÓ (SC) - O nosso boa-tarde a todos, desejando muita saúde e felicidade.

O objetivo de estarmos aqui hoje é ouvir. E o que é o Código Ambiental? Ele é uma síntese de várias leis em que se busca o consenso, em que se busca atualizar, e alguns dos itens vai até substituir outras leis. Isso é louvável, é bom, porque nós vamos ter uma diretriz, vamos ter uma síntese para seguirmos e orientarmos-nos. Então, fica mais fácil. Só que isso envolve todos os setores da sociedade de forma multidisciplinar, de forma eclética, de forma sistêmica.

Notem que aqui não está somente a Comissão de Turismo e Meio Ambiente para fazer a discussão, está a Comissão de Agricultura e Política Rural, porque envolve a agricultura, a de Constituição e Justiça, a de Finanças e Tributação, a de Ciência, Tecnologia, enfim, a discussão desse Código envolve todos os setores. Não é mais somente uma visão tecnológica, é uma visão de integração - e sobre isso vai ter conflito, sim!

Por isso, o governador do Estado de Santa Catarina está de parabéns por tomar essa iniciativa, por ter essa coragem, e o País todo está acompanhando a elaboração do nosso Código Ambiental. E por que isso sucedeu? Porque as administrações regionais, em todos os recantos de Santa Catarina, começaram a receber reclamações, desencontros, interpretações errôneas. Com isso, mobilizaram o governo para que, em conjunto com uma equipe do órgão ambiental, elaborasse uma minuta, uma proposta de um Código Ambiental, fazendo essa soma de leis e enviando-a à Assembléia para fazer um único Código, uma única lei.

Nesse sentido, o governo cumpriu a sua etapa e nós estamos cumprindo a nossa, realizando essas audiências públicas. Mas há um problema muito grande de conflito de competência, e é para isso que o País está olhando. O governo federal não normatizou os artigos 23 e 24; assim, não determinou o que é de competência federal, estadual e municipal no que se refere ao meio ambiente. Como nada está normatizado, estamos num processo de conflito de competência.

Por isso, queremos dirimir essas questões de competência e consolidar, aí sim, um processo de leis elaboradas de baixo para cima. Daí a importância de o Ministério Público estar presente, para que sinta a ânsia popular, pois muitas coisas poderão ser resolvidas através de Termos de Ajuste de Conduta, que são de sua competência.

Enfim, se nós formos falar, ficaremos aqui uma hora conversando sobre uma das coisas mais apaixonantes e importantes - e há consenso, para isso eu quero alertar. Ninguém aqui está sendo a favor ou contra, porque temos um consenso claro e objetivo: só há um tipo de desenvolvimento, que é o desenvolvimento sustentável. Todos nós estamos aqui, hoje, discutindo: os senhores, que são os principais e mais importantes participantes da audiência pública; nós, que estamos buscando o consenso e, por isso, vamos dar o exemplo para o Brasil, o exemplo para o nosso povo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra a deputada Professora Odete de Jesus, por até dois minutos.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PROFESSORA ODETE DE JESUS (SC) - Muito boa-tarde a todos, cumprimento as autoridades constituídas à mesa. Não vou me alongar muito, porque a peça mais importante desta audiência pública não somos nós, os parlamentares, mas vocês, todos os senhores que estão aqui participando, que saíram de suas residências para trazer suas sugestões e opiniões.

Ao todo, são dez audiências públicas - nós já participamos em Videira, Campos Novos, Lages, e hoje estamos aqui, em Criciúma. Eu sou integrante da Comissão de Finanças e Tributação - inclusive, senti falta do meu presidente, deputado Jorginho Mello, que não pôde estar presente, mas não tem problema: eu estou representando essa importante Comissão junto com os meus colegas parlamentares. Quero dizer para todos os senhores, como já salientei, que vocês são a peça mais importante desta audiência pública. Graças a Deus, hoje podemos tê-los aqui para darem suas sugestões.

Outrora, era tudo a portas fechadas, de cima para baixo - hoje, não. Hoje, os senhores podem dar sugestões. Hoje, os senhores poderão se inscrever e falar de suas angústias, porque queremos contribuir e legislar de acordo com as necessidades das comunidades, de acordo com a realidade das regiões.

Portanto, não quero me alongar muito, mas me coloco à inteira disposição de todos. Depois, nós vamos ter acesso à ata desta audiência através das nossas taquígrafas, que estão registrando tudo.

Eu peço escusa, não vou poder continuar aqui até o término desta audiência pública porque tenho compromisso em Florianópolis, mas o meu gabinete está à inteira disposição para alguma emenda que os senhores queiram que façamos.

Desejo a todos uma excelente audiência pública - e tenho certeza de que será, porque vocês saíram das suas casas e vieram aqui não apenas para passar o tempo, mas para dar suas sugestões, que serão muito ricas e muito bem-vindas para complementarmos este projeto de suma importância.

Que bom que o nosso Estado de Santa Catarina tem sido pioneiro nas eleições, através das urnas eletrônicas; pioneiro neste projeto, que foi elaborado por uma equipe de excelentes profissionais da área ambiental e de diversas outras áreas, que estudou este projeto durante meses e meses para elaborá-lo e trazê-lo à Assembléia Legislativa - depois, a doutora Juliana vai falar sobre ele.

Sendo uma deputada de Oposição, não posso deixar de parabenizar o autor deste projeto, porque o meio ambiente precisa ser preservado para termos saúde. Saúde quer dizer meio ambiente, quer dizer qualidade de vida. O homem do campo contribui muito colocando em nossa mesa o nosso pãozinho, o nosso belo café da manhã com o nosso leitinho.

Então, temos que analisar muito bem o projeto do Código, para depois aprová-lo. Alguns deputados salientaram que querem aprovar o projeto bem rapidinho, mas me permitam discordar da pressa, porque sou inimiga da pressa. Eu quero discutir este projeto; acho que ele precisa ser bastante analisado para ser aprovado de acordo com as necessidades da população e dos nossos agricultores.

Um abraço bem grande e que Deus os abençoe. Boa-tarde para todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOARES PONTICELLI (SC) - Quero saudar o presidente, deputado Titon; os demais colegas e autoridades que compõem a mesa e todos os que vieram a esta audiência pública.

Aqui, na nossa região sul, como nas demais do Estado, pela grande presença do setor produtivo, de ambientalistas, de lideranças políticas e empresariais, está demonstrada a necessidade de a nossa Assembléia Legislativa dar essa resposta - rapidamente, sim - à sociedade catarinense.

Deputado Sopelsa, eu quero reconhecer o esforço que o governo fez para encaminhar esta matéria à nossa Assembléia, mas não é ela que pode ficar com a responsabilidade de terminar a sessão legislativa de 2008 sem dar uma resposta a Santa Catarina. Eu defendo, junto com a minha bancada, que esta matéria seja votada ainda no exercício de 2008.

Esta matéria já foi plenamente discutida (*palmas*) e as audiências públicas são um complemento dessa discussão. O governo fez um amplo debate. Nós estamos aqui, com as audiências públicas, para complementar, deputado Ceron, para aperfeiçoar. Temos tempo hábil, sim. A nossa sessão legislativa vai até o dia 22 de dezembro, e até lá a Assembléia terá condições e deverá dar essa resposta para a sociedade catarinense. Eu vou fazer parte do time que vai trabalhar pela aprovação dessa matéria ainda este ano, pois não há nada que determine a sua postergação. Penso que a discussão não quer o afogadilho, mas acho que há tempo suficiente para aperfeiçoar eventuais incorreções dessa matéria. Temos tempo para isso.

O Código Nacional que está em discussão no Congresso nos dá essa perspectiva positiva de poder elaborar o nosso. Essa autonomia que os Estados estão recebendo é um avanço - e nós precisamos avançar, também, multiplicando essa autonomia para os comitês de bacias. Dentro do próprio Estado, com a diversidade que temos, precisamos também conceder essa autonomia a cada comitê de bacia para que possa especificar as ações no âmbito da sua região.

Portanto, quero deixar público já nesta audiência que trabalharemos firme. Essa é a principal matéria que está em discussão na Casa neste ano e o nosso fechamento de questão (espero que amanhã), na maioria das bancadas, deverá ser na direção de até 22 de dezembro entregá-la para a sociedade catarinense. A Assembléia não pode terminar a sessão legislativa sem aprovar essa matéria, sob pena de ter que dar, durante todo o recesso e por muito mais tempo, explicações pouco convincentes à sociedade catarinense.

Um exemplo disso, deputado Sopelsa - V.Exa. participou ativamente daquela discussão com o deputado Ceron, com a deputada Odete, com o deputado Titon -, foi quando, há duas legislaturas, iniciamos a discussão do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Na legislatura passada é que conseguimos aprová-lo, numa proposta diferente das que há em outros Estados do Brasil, mas com dezoito anos de atraso (*sic*). Levamos dezoito anos (*sic*) para aprovar o nosso Plano de Gerenciamento Costeiro. Por isso que tem as "moedas verdes da vida", porque ninguém sabe até onde pode ir e aí acaba acontecendo o que aconteceu, levando o nome da nossa Capital a manchetes nada positivas para Santa Catarina, exatamente pela nossa omissão, enquanto Poder Público, em não definir até onde o setor produtivo pode chegar, até onde temos que preservar, porque esse também tem que ser o nosso compromisso com as gerações futuras e não podemos ficar adiando mais essa discussão.

No Plano de Gerenciamento Costeiro, por exemplo - e este é o tempo em que reconheço o avanço e o esforço do governo para encaminhar essa proposta para a Assembléia, deputado Grandó -, até hoje não houve a regulamentação de dispositivos importantes. A Assembléia deu a resposta, fez a sua parte, mas cabe ao Executivo ainda detalhar, complementar, definir algumas regras que precisam ser postas à lei que foi aprovada pela Assembléia.

Portanto, espero que a gente possa ouvi-los na tarde de hoje, receber suas contribuições, e tenho certeza de que da nossa parte, da parte da nossa bancada, o esforço será para aprovar essa matéria ainda no exercício de 2008.

Um abraço e bom trabalho a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Antes de passar a palavra à doutora Juliana, quero anunciar a presença de mais alguns representantes - fazemos questão de citá-los porque a representatividade está bastante grande aqui, o que para nós é uma grande satisfação: senhor Ander Luiz Warmling, superintendente da Fundação Ambiental de Forquilha; Júlio Nicolete Brovedan, presidente da Câmara de Vereadores de Morro Grande; Édio Warmling, representando Associação de Criadores de Suínos do Município de Armazém (ACSM); Antônio Dalmolin Neto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Meleiro; Adir João Francisco, vereador de Meleiro; Ivete Maria Fernandes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maracajá; Joel Scarpari, representando a Cooperativa de Irrigação de Meleiro; Ovalcir Bez Fontana, presidente do Sindicato da Construção de Criciúma (Sinduscon); padre Jacinto Benedet, representando a diocese de Criciúma; Tarciso Costa Engels, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará - parabéns a minha terra natal -; Amarildo Alexandre, diretor do Samae de Timbé do Sul; Dionísio Bressan Lemos, presidente da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, representando a Associação de Municípios da Região de Laguna (Amurel); José Antonio de Pieri, presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Tubarão; Julcimar Siviero, representando a Seara. Muito obrigado pela presença de todos os senhores.

Temos, agora, um bloco em que a doutora Juliana fará uma exposição sobre o projeto do Código Ambiental de Santa Catarina, e todos os senhores e as senhoras poderão se situar. Se já tiverem perguntas depois da manifestação, por gentileza, mais uma vez repetimos: façam a inscrição, na entrada, com as funcionárias da Assembléia Legislativa.

Depois da doutora Juliana, vamos ouvir o representante do Ministério Público estadual, o procurador da República aqui presente, os quatro segmentos do setor produtivo, que são nossos convidados, e o secretário Ceron. Posteriormente, abriremos o debate para os senhores participantes.

Com a palavra a doutora Juliana Guimarães Malta Corte, representando o governo do Estado de Santa Catarina e o secretário de Estado Onofre Santo Agostini, que vai fazer a exposição do projeto pelo tempo que for necessário.

A SRA. JULIANA GUIMARÃES MALTA CORTE - Boa-tarde a todos. Meu nome é Juliana Guimarães Malta Corte e represento o governo do Estado e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, do secretário Onofre Santo Agostini.

Gostaria de cumprimentar aqui todos os membros da mesa; todos os deputados; os representantes das entidades; o secretário da Agricultura, Ceron. Fico muito feliz que estejam com a gente os representantes do Ministério Público, para debater o Código. Cumprimento também os senhores e as senhoras, que vieram participar da apresentação do projeto de lei mais importante do Estado.

(*Procede-se a apresentação de imagens.*)

Eu gostaria de começar a apresentação falando um pouco sobre como foi feito este projeto de lei. Em 2007, o senhor governador do Estado determinou à Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fatma) que coordenasse a confecção de uma minuta que elaborasse este projeto de lei.

A Fatma juntou nove grupos, compostos de vários técnicos, e eu os ressalto aqui para mostrar quão diversificados foram: Grupo Rural, Grupo Industrial e Urbano, Grupo Mineração, Grupo Proteção de Ecossistemas e Unidades de Conservação, Grupo de Recursos Hídricos, Grupo Licenciamento, Grupo Fiscalização, Grupo Resíduos Sólidos e Grupo Institucional.

Após a confecção dessa minuta, mais algumas alterações foram inseridas pelo setor produtivo via Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Secretaria da Agricultura. Mais tarde, em julho de 2008, o Código adentrou a Assembléia Legislativa, onde está em discussão - agora, estamos na quarta audiência pública para que todos vocês possam debatê-lo, para que o público participe efetivamente e o Código se torne mais transparente.

O que é o Código? Sabemos que, hoje, a legislação ambiental é bem diversificada, é esparsa, existem várias leis federais e estaduais. E por que se decidiu fazer o Código? Para que se pudessem reunir várias leis num sistema coordenado, para facilitar o entendimento dos interessados. Ou seja, para aqueles que estão interessados na legislação ambiental e que dela se utilizam - e hoje se entende que é toda a população - haverá um Código para consultar, e isso dará maior segurança jurídica a todos porque haverá um Código, uma só legislação. Isso não quer dizer, é claro, que não existam outras legislações que disponham sobre outros assuntos relacionados ao meio ambiente - mas haverá este Código e ele facilitará o entendimento de todos.

O que é e por que foi feito o Código Ambiental de Santa Catarina? Ele é uma sistematização das leis federais e estaduais, com importantes inovações. Foram, sim, inseridas inovações junto com essas leis. Inovações polêmicas, sim. Por quê? Para poder adequar o Código à realidade catarinense, hoje - esse foi o objetivo.

O novo Código Ambiental de Santa Catarina visa criar um ambiente legal de efetiva proteção ao meio ambiente e maior segurança jurídica para todos os investimentos do setor produtivo. É importante ressaltar que a legislação que está sendo proposta está adequada à realidade ambiental, econômica e social do Estado de Santa Catarina, sempre com o intuito de proteção ao meio ambiente.

Qual o principal objetivo do Código Ambiental de Santa Catarina? Sem dúvida nenhuma, o Código busca resguardar todos os princípios constitucionais - inclusive, sabemos que o nosso Estado de Santa Catarina é 100% bioma mata atlântica. Então, ele está resguardando um princípio básico que consta na Constituição: alcançar a produção de forma sustentável. O que é isso? É a utilização dos recursos naturais de forma socialmente justa. Todos querem que se utilizem os recursos naturais de forma adequada, sim, mas socialmente justa e economicamente viável, garantindo um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Então, este projeto de lei está gerando e vai gerar polêmica - mas digo aqui, e repito: o Ministério Público busca razoabilidade e adequação, hoje, à nossa realidade catarinense.

O Código Ambiental foi dividido em sete títulos (*passa a ler*): "Título I - Disposições Gerais; Título II - Política estadual do meio ambiente; Título III - Dos Conceitos; Título IV - Dos Instrumentos da Política estadual do meio ambiente; Título V - Da Gestão dos Recursos Ambientais; Título VI - Das Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental; Título VII - Das Disposições Finais e Transitórias". Geralmente, como são feitos os códigos, esses títulos são divididos em capítulos, e esses em seções e subseções.

O artigo 1º do Código estabelece as normas gerais, visando à proteção e melhoria da qualidade ambiental no território do Estado de Santa Catarina.

É importante ressaltar que estão excluídas do projeto de lei as políticas estaduais de educação ambiental, de recursos hídricos e saneamento, embora dentro da lei sejam citadas algumas coisas relativas a esses assuntos.

O Código é composto de 23 princípios e diretrizes da política estadual do meio ambiente, dos quais destaquei aqueles que considero mais importantes e relevantes, aqueles aos quais devemos prestar atenção por serem os pilares do Código e da lei em geral (e é isso o que queremos que sejam). São eles: a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção e preservação da biodiversidade e melhoria da qualidade ambiental; a formação de uma consciência pública voltada para a necessidade da melhoria e proteção da qualidade ambiental; a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo; e, muito importante, a cooperação entre o Poder Público, o setor produtivo e a sociedade civil, porque a gente só vai para frente aqui - essa lei vai ser efetivamente aprovada e eficaz se tiver essa cooperação entre o Poder Público, o setor produtivo e a sociedade civil, a cooperação de todo mundo, de toda a coletividade.

Os objetivos da política estadual do meio ambiente que constam do Código são (*passa a ler*): "Proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente; remediar e recuperar áreas degradadas; assegurar a utilização adequada e racional dos recursos ambientais; gerar benefícios sociais e econômicos; incentivar a cooperação entre municípios e a adoção de soluções conjuntas; e proteger e recuperar processos ecológicos essenciais para a reprodução e manutenção da biodiversidade."

Destaque para o artigo 9º (*passa a ler*): "Compete ao Poder Público estadual e municipal e à coletividade" - de novo, sempre dando esse binômio de que compete ao Poder Público e à coletividade - "promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora". Parágrafo único (*passa a ler*): "É dever do cidadão informar ao Poder Público estadual e municipal sobre atividades poluidoras ou degradadoras de que tiver conhecimento".

Como já dito pelo deputado Titon, é uma norma que ficou bem extensa, já que tentou prever quase tudo em se tratando de meio ambiente; então, ela ficou com 306 artigos. Destaco os pontos mais relevantes deste projeto de lei, e começo falando dos órgãos ambientais.

Hoje, no nosso Estado, quais são os órgãos ambientais? Temos a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, órgão central no qual eu trabalho, que é o responsável por planejar a política estadual do meio ambiente. Nós temos os órgãos executores, que são a Fatma e a Polícia Ambiental, responsáveis pela fiscalização, sendo a Fatma responsável pelo licenciamento; e temos o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), órgão superior, em instância deliberativa, para onde os recursos administrativos vão a fim de serem decididos em última instância.

A inovação deste Código é a criação das Juntas Administrativas Regionais de Infrações Ambientais (Jarias), um órgão estadual intermediário de julgamento que será composto de três membros governamentais e três membros do setor produtivo.

Outra inovação que está sendo criada nesta lei é a elaboração do Fundo de Compensação Ambiental e Desenvolvimento (FCAD), que tem os seguintes objetivos (*passa a ler*): "Investir no sistema estadual de unidades de conservação, especialmente na regularização fundiária dessas unidades" - hoje, isso é um problema no Estado, todos nós sabemos -; "remunerar os proprietários rurais e urbanos que mantêm áreas florestais nativas ou plantadas, sem fins de produção madeireira, acima das exigidas por este Código Ambiental; financiar e subsidiar projetos produtivos que venham mudar o uso atual do solo e regularizar ambientalmente as propriedades rurais ou urbanas; financiar e subsidiar projetos produtivos que venham diminuir o potencial de impacto ambiental das atividades poluidoras instaladas no Estado; desenvolver o turismo e a urbanização sustentável no Estado."

O artigo 29 do Código dispõe sobre vários conceitos na área ambiental, vou destacar os três mais relevantes. Um deles concerne às áreas rurais ou pesqueiras consolidadas, ou seja, as áreas já existentes no Estado. "Área rural ou pesqueira consolidada é aquela na qual já havia atividades agropecuárias frutíferas ou pesqueiras de forma contínua". Serão vistas soluções para essas áreas que já existem.

Então, destaca-se nessa parte que as atividades rurais de produção de gêneros alimentícios vegetal e animal serão consideradas por essa norma atividades de interesse social. Ao mesmo tempo, a norma prevê que caso as atividades mencionadas estejam em desacordo com a legislação ambiental será priorizada a adoção de medidas que permitam compatibilizar a manutenção da atividade com a proteção do meio ambiente.

Outro conceito inserido no Código é o de auditoria ambiental voluntária e o de campos de altitude acima de 1.800 metros.

Também foi ratificado nesse Código aquilo que já é parte de resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente: as atividades passíveis de licenciamento ambiental. Existe hoje no Consema uma lista de várias atividades que são passíveis de licenciamento, como vários dos senhores já sabem - agora na lei fica ratificado que aquelas atividades que estão na lista são as atividades passíveis de licenciamento ambiental.

Também é colocado no Código o comprometimento do empreendedor com a conscientização no que diz respeito às questões ambientais; dispensa de novo processo de licenciamento nas reformas de plantio com culturas permanentes desde que ocorra na vigência da Licença Ambiental de Operação; desburocratização no processo de licenciamento; clara definição dos estudos ambientais a serem exigidos; obrigatoriedade de parecer técnico embaixador do órgão licenciador; dispensa da Licença Ambiental de Instalação com os requisitos dispostos no Código, ou seja, para licenciamentos que não exijam o Estudo de Impacto Ambiental, para licenciamento em que seja exigido Relatório Ambiental Prévio ou para aqueles cujos pressupostos da própria Licença Ambiental de Instalação já estejam presentes no processo de licenciamento.

Nessa norma também é previsto o Licenciamento Ambiental Coletivo de atividades e empreendimentos cuja proximidade e localização recomendem ações coletivas integradas; isenção da cobrança de taxas do pequeno produtor rural, que nada mais é do que um incentivo para o pequeno produtor rural pedir licenciamento; possibilidade de dispensa da Licença Ambiental de Operação em casos excepcionais (esses casos previstos logicamente aqui na lei) e com decisão motivada do órgão licenciador.

Quanto à interface do licenciamento ambiental dos recursos hídricos, como eu falei, a Política Estadual de Recursos Hídricos não está prevista dentro do Código, porque ela tem lei específica, tanto federal como estadual, que trata do assunto e também está sendo elaborado hoje na Secretaria do Meio Ambiente, que é a nossa do Desenvolvimento Econômico Sustentável, o Plano

Estadual dos Recursos Hídricos, está sendo feito um grande estudo para isso. Mesmo assim, o Código dispõe sobre algumas normas dos recursos hídricos, porque é um dos pontos mais importantes do meio ambiente. Então, a norma esclarece que quando o empreendedor for requerer a licença ambiental prévia ele precisará apresentar a outorga preventiva dos recursos hídricos, que é dada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Aqui na lei diz também que quando o empreendedor for requerer a Licença Ambiental de Operação ele terá que apresentar para o órgão licenciador a outorga de uso dos recursos hídricos, que já não é mais a outorga preventiva.

A norma também diz que o requerimento de certidões e declarações expedidas pela Fatma deve ser gratuito - isso já consta na Constituição Federal; prazo de sessenta dias para resposta do órgão licenciador, sob pena de aprovação automática - isso quer dizer mais agilidade para resposta do órgão licenciador quando há pedido; no que concerne às penalidades, segue-se o que já está na norma federal.

Destaque para os custos resultantes do embargo ou da interdição, temporário ou definitivo: serão ressarcidos pelo infrator caso transite em julgado o processo administrativo e quando comprovada a prática da infração aí será ressarcido pelo empreendedor.

No processo administrativo infracional ficam destacados nessa norma todos os princípios já previstos na legislação federal.

Incentivo à reparação do dano ambiental quando previsto que as multas deste Código podem ter a sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obriga-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

Propostas em relação às Áreas de Preservação Permanente (APP) - ponto relevante e polêmico do Código:

- Adequação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) ao longo dos cursos de água de acordo com a realidade do nosso Estado, ou seja, procurou-se adequar o Código ao que hoje existe no Estado.

- Possibilidade de plantio em Área de Preservação Permanente de pequena propriedade rural.

- A não-consideração com Áreas de Preservação Permanente em canais, valas, galerias e canais de adução.

Propostas do Código em relação à Reserva Legal:

- Possibilidade de utilização de 100% da Área de Preservação Permanente em Reserva Legal de pequena propriedade ou posse rural.

- Explícita as possibilidades de utilização de Reserva Legal na pequena propriedade rural.

- Expressamente permite o cumprimento da Reserva Legal nas áreas de posse rural.

- Previsão de cotas de Reserva Florestal - título representativo de vegetação nativa sob regime de servidão florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) ou reserva legal - isso aqui apenas ratifica o que já tem no Código Florestal brasileiro.

- Exploração sustentável da erva-mate, livre de qualquer autorização ambiental, desde que obedecidos os critérios estabelecidos na lei.

Em relação às Unidades de Conservação, foi colocado um ponto muito importante: de acordo com a Lei do Snuc, que é a lei federal sobre a Unidade de Conservação, as unidades de conservação são criadas por ato do Poder Executivo. Aqui no nosso projeto de lei colocamos que as unidades de conservação serão criadas por lei, que deverá estabelecer todos os critérios para a criação dessas unidades.

Também é colocado na norma o direito de permanência no imóvel enquanto não houver indenização aos proprietários das terras onde são implantadas as unidades de conservação.

Por fim, ressalto também o artigo 171: "Adotam-se para o Estado os padrões de qualidade dos recursos ambientais previstos em normas federais, podendo o Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente) estabelecer padrões adicionais inexistentes no âmbito federal, ressaltando que os padrões estabelecidos pelo Consema sempre serão mais restritivos do que aqueles estabelecidos em norma federal".

No artigo 184 segue aquela linha que já falei aqui: "Os órgãos do sistema estadual do meio ambiente devem possuir sistemas de informações ambientais unificados entre si capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade.

Artigo 191. O Poder Público estadual deve publicar, por meio da Secretaria de Estado responsável pelo meio ambiente, periodicamente, relatórios com os dados do monitoramento ambiental obtidos diretamente ou repassados pelos órgãos integrantes do sistema de informações ambientais."

Por fim, o Código também prevê sobre o Plano de Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos - diz no Código que o gerenciamento deve ser feito por todos os municípios do Estado, destaca-se isso no Código.

Outro ponto de extrema relevância previsto no Código, já mencionado aqui pelos deputados, citado pelo deputado Décio Góes: tem que ser feito o Zoneamento Ecológico-Econômico, que será regulamentado por decreto do chefe do Poder Executivo.

Esses são os pontos de maior destaque, sendo que, como já foi mencionado aqui, o projeto de lei está disponível no site da Alesc.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, doutora Juliana.

Eu quero, antecipadamente, fazer o agradecimento à Embralite, que nos cedeu o espaço para realizarmos este encontro. O senhor Rui Inocêncio, gerente de Desenvolvimento da empresa, está nos dando a honra da sua presença.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao senhor Luciano Trieweller Naschenweng, promotor de Justiça do Ministério Público Estadual de Criciúma, por até três minutos.

O SR. PROMOTOR LUCIANO TRIEWELLER NASCHENWENG - Senhores deputados, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, em nome do Ministério Público de Santa Catarina eu gostaria de agradecer à Assembléia Legislativa pelo convite formulado à instituição no sentido de se fazer presente a essas audiências públicas com o intuito de trazer informações e sugestões e discutir questões para o aperfeiçoamento desse projeto de lei.

Atualmente eu exerço a função de promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Criciúma. Tenho feito um trabalho bastante intenso nessa questão de proteção do meio ambiente. Conheço um pouco da realidade da nossa região sul, não só a dificuldade dos agricultores, mas também a dificuldade de aplicação da lei em alguns setores.

Nós sabemos de todas essas dificuldades e nos colocamos à disposição para discutir e aperfeiçoar cada vez mais esse projeto de lei que é muito importante para Santa Catarina.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, doutor Luciano.

Concedo a palavra ao senhor Darlan Airton Dias, procurador da República de Criciúma.

O SR. PROCURADOR DARLAN AIRTON DIAS - Boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar o deputado Romildo Titon, as senhoras deputadas, os senhores deputados, os senhores secretários de Estado e as demais autoridades presentes.

Eu estudei os 306 artigos do projeto de lei. Como o tempo é curto, comprometo-me a encaminhar depois aos senhores deputados uma série de sugestões que acredito que possa contribuir para o aperfeiçoamento dessa lei.

Quero aproveitar esses três minutos para pontuar algumas coisas que me preocupam bastante, mas antes quero fazer um elogio: acredito que o Código em si é muito positivo, pela consolidação de uma série de leis. A principal dificuldade, ou uma das dificuldades do setor produtivo, é entender essa parafernália que é a legislação ambiental. Isso, por si só, justifica o projeto.

Existem várias coisas bem positivas no Código. Instrumentos Econômicos eu acredito que seja um jeito moderno de tratar a questão ambiental, dando incentivo econômico para aquelas pessoas que preservam a sua propriedade, porque a gente sabe que preservar significa ganhar menos dinheiro em cima da propriedade, pelo menos na lógica econômica de hoje.

Como já falei, existem muitos aspectos bem positivos, mas como o tempo é curto, vou chamar a atenção só para três coisas que me preocupam, e penso que os senhores deputados deveriam refletir sobre isso: primeiro, o artigo 54, parágrafo 3º, que a doutora Juliana passou rapidamente, cria a licença ambiental por decurso de prazo. Isso é muito preocupante. Acredito que nós não devemos admitir, com todo o respeito, porque existe uma preocupação no Código de que o processo de licenciamento seja célere - com isso eu concordo.

Eu acompanho de perto aqui, por exemplo, o pessoal da argila que sofre pela demora nas licenças, e o pessoal do carvão (*ininteligível*). A lentidão no processo ambiental iguala o bom empresário e o mau empresário. Isso é péssimo, porque mesmo aquele que faz tudo certinho acaba pagando pela demora. Só que o jeito de consertar isso, com todo o respeito, não é criando licença ambiental por decurso de prazo, porque se a Fatma não analisar a licença em sessenta dias ela é automaticamente concedida. Isso, com o devido respeito, é uma loucura! Imaginem um projeto de uma usina termoelétrica, de uma mina de carvão ou de um empreendimento de grande porte que demanda uma demora na análise pela própria complexidade do empreendimento! Ai, passados sessenta dias, sai a licença automaticamente? Isso, até onde sei, não tem em lugar nenhum do Brasil.

Qual é o jeito para que o processo seja célere? O Código traz vários aspectos positivos nessa direção, como a informatização e a criação de Juntas Regionais de Julgamento, mas precisa o quê? Estruturar o órgão ambiental, botar gente, técnicos na Fatma. (Palmas.)

Depois de vinte anos, ou seja, passados vários governos (não é uma questão partidária), ninguém fez concurso para a Fatma. Este ano, por pressão do Ministério Público, foi feito um concurso, só que o salário é tão baixo que não atraiu ninguém, sobrou vaga.

Então, nós sofremos aqui em Criciúma (a deputada Ada lembrou bem das atividades econômicas daqui) com a demora do licenciamento. A solução é que tem que se fortalecer o órgão ambiental. Para aqueles que eventualmente pensam que um órgão ambiental vai atrapalhar o desenvolvimento, eu recomendo que olhem como é o órgão ambiental de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que, na minha opinião, são os melhores. São órgãos fortes. E aí eu pergunto: esses Estados não se desenvolvem? Pelo contrário! O empresário sério quer um órgão ambiental forte!

O segundo ponto é a questão das APPs, as Áreas de Preservação Permanente. É bem claro que esse Código quer flexibilizar as Áreas de Preservação Permanente, tornar menos exigente a legislação ambiental nesse ponto. Eu penso realmente que essa matéria precisa de uma revisão, porque não dá para comparar um rio de um metro de largura com um rio de 30 metros ou com um rio de 10 metros; um rio lá da Amazônia com um rio aqui do Sul. Só que aqui, da maneira como está no projeto, tem um problema de constitucionalidade. Se passar do jeito que está, não vai ser aplicado, porque é inconstitucional. Por quê? Porque está restringindo a proteção, sendo que existe uma lei federal - acho que foi o deputado Ponticelli que disse que isso está sendo revisto no Congresso Nacional. Bom, se o Congresso Nacional fizer uma (*ininteligível*) mudando o Código Florestal ou delegando competência para os Estados, muito bem, mas do jeito que está, na minha opinião, é inconstitucional.

Outro aspecto: mesmo que venha uma alteração da lei federal, penso que nós devemos refletir se a maneira como está proposto é a melhor, porque não só reduz a largura das faixas de APP ao longo dos rios, mas, no caso de nascentes, por exemplo, que no Código Florestal é de 50 metros, no Código Estadual é zero, porque o artigo 115 não prevê Área de Preservação Permanente ao redor de nascentes.

Eu acho que todo mundo sabe a importância de preservar os recursos hídricos, que estão cada vez mais escassos. Aqui na nossa região, que tivemos os recursos hídricos seriamente comprometidos por várias atividades como carvão, rizicultura, argila etc., que ajudaram a construir as nossas cidades, mas hoje nós temos um problema sério de água. Teve que ser construída a barragem do rio São Bento, tem um projeto aí para construir a barragem do rio do Salto, porque não tem água. Então, peço que os senhores deputados reflitam sobre isso. E também no artigo 118 diz que não existe APP no entorno de reservatórios artificiais. Então a barragem do rio São Bento não precisa ter nem um metro de mata ciliar? Parece-me um absurdo isso. A não ser que eu não tenha entendido a redação como está.

Acho que isso é o essencial, e eu me comprometo a encaminhar depois por escrito essas sugestões.

Encerro a minha fala dizendo que tem um trecho no artigo 24, parágrafo 2º, do projeto de lei, que, na minha visão, reflete bem a lógica do Código Ambiental proposto aqui. Diz que um fundo especial (que vai ter dinheiro para isso) vai custear estudos "com o objetivo de adequar a legislação ambiental à realidade social, econômica e fundiária do Estado." Acho que isso é correto, só que nós devemos nos perguntar, em razão do caos ambiental que estamos vivendo pela mudança climática, pela falta de água e por tudo que está acontecendo aqui (e a nossa região talvez seja a mais castigada em todo o Estado, teve até furacão), em que medida não deveríamos mudar a nossa realidade social, econômica e fundiária para preservar o meio ambiente, e não o contrário.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Obrigado, doutor Darlan.

Vamos ouvir agora quatro setores representativos no Estado de Santa Catarina: Fetaesc, Faesc, Ocesc e Fiesc.

Inicialmente, passo a palavra ao senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), por até três minutos.

O SR. HILÁRIO GOTTSSELIG - Cumprimento os deputados e as deputadas aqui presentes; o secretário; o Ministério Público; os demais membros da mesa; os homens e as mulheres que participam desta audiência pública.

A Fetaesc representa hoje 204 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais no nosso Estado (muitos deles já se apresentaram aqui hoje) e mais de 186 mil associados e associadas. Se multiplicarmos isso pelo número de famílias com uma média de três, quatro pessoas, veremos a importância que essa organização tem em Santa Catarina.

Nós estamos defendendo a proposta do Código Ambiental catarinense por três razões. A primeira delas, que ele leve em consideração os três grandes aspectos importantes para nós: preservação ambiental do nosso Estado; que as pessoas possam viver com dignidade e com condições econômicas e sociais no meio rural; e que leve em consideração também a atividade econômica, a atividade agrícola desenvolvida pelos nossos agricultores.

Então, esses três aspectos importantes nós destacamos muito fortemente, e levamos em consideração o Código, de cuja construção participamos ativamente, que o governador encaminhou à Assembleia Legislativa. Muitas das pessoas que estão aqui, por vários momentos, em reuniões, assembleias, encontros nossos, seminários, participaram ativamente na construção dele e nas adequações necessárias para que esse Código pudesse chegar ao nível em que tem se apresentado.

Cabe aqui parabenizar o governador por ter encaminhado o projeto, liderado, inclusive, pelo secretário Ceron, da Agricultura, e pelo secretário Onofre, da SDS, que não está aqui conosco. Eles também lideraram, dentro do governo, essa discussão conosco, com a participação das organizações que estão aqui.

Então essas três questões são importantes. E aqui, no sul, o Código também tem uma importância forte para nós. A grande maioria sabe o papel que nós tivemos que desenvolver, inclusive na negociação com o Ministério Público, aqui no Estado, para a construção do TAC do arroz, para fazermos os ajustes necessários para que se pudesse viabilizar a atividade dos agricultores, especialmente dos pequenos agricultores da nossa região. E fomos acordando o TAC do arroz para que pudéssemos nos adequar (nem adequar muito) à legislação nacional, para que fosse viabilizada a atividade econômica e também social dos nossos agricultores. E o Código Ambiental reflete um pouco do processo construído no TAC do arroz, aquilo que foi construído, naquele momento, no TAC do arroz.

Nós entendemos que é preciso fazer as adequações, os ajustes necessários, agora, também não podemos cumprir rigorosamente o que está no Código nacional, porque isso inviabiliza grande parte das nossas atividades no Estado, especialmente a agricultura familiar.

Eu gostaria também de falar, só para clarear para todos e para todas que estão aqui, que a agricultura catarinense tem sido penalizada, muitas vezes até criminalizada pelo não-cumprimento de muitas questões na preservação ambiental. Talvez esse seja um dos setores que tem tido o foco centrado na questão da responsabilização pela preservação ambiental do nosso Estado. E se nós olharmos Santa Catarina dos últimos quinze anos para cá, principalmente, veremos que temos buscado uma recuperação ambiental extraordinária, olhando a nossa agricultura.

Só para vocês terem uma noção - inclusive os dados apresentados ainda estão em consolidação, porque vão ser melhores do que estamos vendo agora -, tivemos uma recuperação, estamos hoje com mais de 37% da área do Estado coberta com mata nativa. Sabem o que significa num Estado como o nosso ser coberto com 37% com mata nativa? Nós não estamos falando de 15%, de 20%, estamos falando de 37%! Se incluirmos aí capoeiras, reflorestamento formado, campos de altitude, cobertura rasteira, enfim, toda essa parte, chegaremos a 50% do território catarinense coberto com mata verde, seja nativa ou não. Então, nós não estamos falando aqui que a agricultura está destruindo, nós estamos recuperando o processo.

Precisam ser feitos alguns ajustes, sim, e acho que o Código realmente garante isso. Que ajustes vamos discutir na questão? Eu não vou entrar agora nos detalhes, no porquê dos pontos que estamos defendendo, seja na questão regulatória da adequação da mata ciliar, da compensação ambiental, que é muito importante para os agricultores e para aqueles que fazem a sua preservação ou estão na área de APP terem uma remuneração por isso. Nós defendemos isso, inclusive já vínhamos discutindo com a Secretaria da Agricultura, há muitos anos, o salário-natureza. E aqui, no Código, ele se insere como compensação ambiental. Vamos discutir sua forma e como fazer isso dentro do Código Ambiental. Então esses são pontos centrais.

Para finalizar, já que o meu tempo esgotou, eu queria agradecer o espaço que nos foi cedido e colocar que nós, como organização, estamos atentos a toda discussão, assim como na construção e na adequação necessária. Estamos com o nosso pessoal, dirigentes e técnicos, à disposição para discutir e acompanhar na Assembleia Legislativa a fim de que possamos garantir a aprovação do Código Ambiental catarinense, na íntegra ou com pequenos ajustes que viabilizem a nossa atuação no Estado.

O nosso muito-obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Obrigado, Hilário.

Com a palavra o senhor Enori Barbieri, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc).

O SR. ENORI BARBIERI - Inicialmente boa-tarde a todos. Cumprimento o deputado Titon e os demais parlamentares; a Promotoria, o procurador nacional; o nosso secretário da Agricultura e demais autoridades.

Quero fazer um agradecimento aos companheiros que ajudaram a elaborar este projeto; ao governador Luiz Henrique por ter encaminhado esse projeto à Assembleia Legislativa; e parabenizar a Assembleia pela forma democrática de discutir uma lei que vai passar a comandar os destinos do meio ambiente do Estado de Santa Catarina. Se todas as leis deste país fossem democráticas, não estaríamos aqui desta forma. Infelizmente somos governados por Brasília através de instruções normativas do Inbra, através de resoluções e decretos do Ministério do Meio Ambiente, através de portarias do Ministério da Justiça criando áreas indígenas e quilombolas. É dessa forma que nós estamos sendo governados, sem dar o direito de os nossos representantes discutirem para dar a sua opinião. E na democracia, se não tiver consenso, é o voto que decide.

Quero dizer que nós não estamos aqui discutindo ideologia político-partidária, nós estamos aqui discutindo talvez a sobrevivência do futuro; sobrevivência para os ambientalistas, que querem o meio ambiente da sua forma; sobrevivência para os agricultores, a quem está sendo negado o direito de ganhar a sua subsistência através da terra, o que neste momento está sendo tirada através das normas, das leis e das multas.

Também quero aproveitar a presença da Promotoria Pública para dizer que infelizmente ela foi eleita inimiga número um dos agricultores por força do seu trabalho, da sua honestidade em ter que julgar e decidir em cima daquilo que está escrito. É função da Promotoria fazer isso. E nós, agricultores, penalizados com multas, estamos lá há cinquenta anos sem entender por que fomos multados.

Nenhum cidadão teve delegação de Deus para dizer o que é certo e o que é errado. O que se precisa, neste momento, é bom senso. Este é um Estado diferenciado, com montanhas, vales e tantas outras coisas, portanto é preciso ter bom senso. É só isso que precisa! Se formos seguir a lei federal, nos tiram o direito de trabalhar e até de viver em alguns locais, porque quem mora em morro com mais de 45% de aclive ou declive tem que sair.

No oeste catarinense tem uma instrução normativa criando a ratificação de todos os títulos de fronteira; são noventa mil propriedades que precisam ratificar o título, e precisam da reserva legal, e precisam de mais não sei o quê, não sei o quê... Por isso não dá para esperar por esse projeto. Esse projeto decide a vida de muita gente. Muitas empresas estão esperando licença e outras coisas mais (para se adaptar ou não se adaptar) para poder se instalar.

Então, eu acho que com um pouco de bom senso de todos é possível, talvez, a Assembleia melhorar o projeto que está aí. Aqueles que o fizeram, tenham certeza que não está perfeito, mas com um pouco de cada um, eu não tenho dúvida, gente... Todos que estão aqui querem sobreviver, querem progredir, querem trabalhar, mas todos sabem que o meio ambiente é importante. Também temos a ciência que está aí para nos ajudar a cuidar do meio ambiente; temos as universidades para nos ajudar a dizer o que é melhor e o que não é. E por isso a Faesc está aqui com a Assembleia, não para criticar, mas para construir com todos vocês. E eu não tenho nenhuma dúvida em dizer que nenhum dos quarenta deputados quer o mal de alguém ou quer beneficiar um e prejudicar outro.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, Enori.

Com a palavra o senhor Décio Sonaglio, representando a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc).

O SR. DÉCIO SONAGLIO - Inicialmente cumprimento todos que compõem a mesa e os produtores rurais aqui presentes.

Como representante da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), eu gostaria de informar a todos que estão presentes neste recinto - os deputados já sabem, porque participamos das audiências públicas em Lages, Campos Novos e Videira - que tive o privilégio de coordenar o grupo de entidades representativas do setor produtivo e contribuir, como a doutora Juliana falou, com a nova proposta de legislação ambiental que está aí.

Gostaria de registrar também a participação das seguintes entidades que contribuíram e que estão aqui torcendo pelo sucesso desta proposta: além da Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), que responde por 25% do PIB agropecuário de Santa Catarina e 12,5% do Produto Interno Bruto catarinense, merece respeito, portanto; a Federação das Cooperativas (Fecoagro) - só complementando, mais de 60 mil pequenos produtores rurais familiares estão embaixo dos guarda-chuvas dessas cooperativas, estamos lutando muito para que esses produtores sobrevivam e consigam dar continuidade aos seus negócios; a Faesc, Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina, que tem como seu representante o Barbieri; a Fetaesc, Federação dos Trabalhadores, aqui representada pelo seu presidente, senhor Hilário, que já se pronunciou; a Fiesc; o Sindicarne; a Associação Catarinense da Avicultura; o Sindileite - uma atividade social-econômica de extrema relevância; e que se não mudar a lei, a hora em que for aplicada a lei dos licenciamentos ambientais no gado leiteiro em Santa Catarina, 60% dos produtores estarão fora do processo se for aplicada da forma como está, é um absurdo isso e duvido que a Constituição preveja alguma coisa nesse sentido; o Sindarroz, Sindicatos das Indústrias de Arroz, esses pequenos arroseiros que estão aí espalhados por essa serra abaixo; a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã e Frutas em Geral de Carço; a Associação Catarinense de Criadores de Suínos; o Crea, Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia; a Aeasc, Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina; Engenheiros Florestais; Zootecnistas; a Associação dos Médicos Veterinários de Santa Catarina; e a Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina, os homens que trabalham no campo, com o produtor, ajudando a desenvolver os seus negócios. Não são os homens de gabinete, que usam da prerrogativa de serem os donos da verdade, de querer fazer lei e impor, goela abaixo, à sociedade, fazendo estragos da maneira como a lei ambiental está fazendo hoje.

Eu queria colocar alguns posicionamentos, mas peço a um advogado ou dois advogados, porque nós trabalhamos dentro das perspectivas de análises jurídicas e técnicas e o posicionamento dos advogados é muito importante - até gostaria que o doutor Leonardo se pronunciasse, pois nos ajudou *pari passu*; também o doutor Carlos, da Fiesc; o doutor Adriano; a própria doutora Juliana que se coloca nessa questão da constitucionalidade - porque, afinal de contas, essa lei foi feita em 1965 pela ditadura militar, sem a participação do Congresso Nacional que estava com medo de ser cassado. Depois, dali para frente foram apenas portarias normativas, coisas que regulamentaram todo esse troço, e as leis estaduais foram feitas baseadas nessa questão.

Nós estamos sendo confiscados nas nossas propriedades; 30%, 40% das nossas propriedades estão sendo confiscadas, e sem indenização nenhuma! Sem indenização nenhuma, o pequeno produtor rural! Não é possível que tenha alguma coisa desse tipo na Constituição brasileira. Não é possível! Não dá para conceber algo nesse sentido!

Em relação à questão das APPs e das matas ciliares, sob a alegação de conservar - estou falando isto aqui como um técnico de 35 anos de vida lá no campo, presidente de uma cooperativa com 7.800 produtores há mais de vinte anos -, não garante sustentabilidade de manancial de água. Mata ciliar... (Vaias.) Podem vaiar. Esses aí não têm propriedade. (Palmas.)

Os agricultores que estão aqui sabem que se preserva mananciais de água, bacias hidrográficas com matas ciliares, sim, com reserva legal, sim, às custas exclusivamente do pequeno produtor, daquele que tem que lutar para sobreviver com a sua renda, mas está pagando a conta da preservação ambiental sozinho. (Palmas.)

Bacias hidrográficas e mananciais de água são preservados com superfícies geográficas, onde a água da chuva cai a cada metro quadrado e onde são usadas tecnologias não poluentes, conservacionistas e preservacionistas de solo, que permitem que cada milímetro da água da chuva não escorra, percole e vá abastecendo os lençóis freáticos. Não são aqueles metrinhos de mata ciliar em roda de nascente e de córregos de água que garantem a sustentabilidade dos rios! São áreas geográficas que se faz com preservação, com conservação, com cobertura vegetal.

O presidente da Fetaesc já colocou, mas muita gente nega, é surdo e não escuta a estatística, de que quase 40% das pequenas propriedades rurais de Santa Catarina já têm quase 40% de vegetação em fase de recuperação da mata nativa anterior.

Nós não encontramos aqui mobilizadas estão fazendo um apelo ao Minipodemos mais aceitar isso. Todas as entidades que se esteriorizam para que nos ajude. Quanto à questão da constitucionalidade ou inconstitucionalidade, peço aos advogados que coloquem, mas com certeza, conservar esse princípio de inconstitucionalidade e continuar fazendo estrago nas propriedades rurais, não está previsto na Constituição.

Deputados Titon, Sopelsa, Décio Góes, Joares Ponticelli, Altair Guidi - o deputado Jorginho Mello e a deputada Ada não estão aqui no momento -, contamos com todos os senhores, com a consciência de voltar a pôr justiça nesse campo, tirar esse cargueiro de injustiça que os produtores rurais estão carregando sozinhos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Guido Búrigo, vice-presidente da Fiesc.

O SR. GUIDO BÚRIGO - Boa-tarde, senhoras e senhores.

Em nome da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, quero dizer que sempre defendemos o desenvolvimento sustentável - temos no Estado hoje mais de 28 mil indústrias.

Gostaria de fazer um agradecimento aos presidentes das Comissões - deputado Romildo Titon, deputado Jorginho Mello, deputado Moacir Sopelsa e deputado Décio Góes - pela dedicação às causas do nosso Estado, bem como aos demais deputados e deputadas pela participação nessa lei nova que vai trazer mais desenvolvimento para o nosso Estado.

Em nome da Federação das Indústrias e em nome do nosso presidente, Alcântaro Corrêa, gostaria de agradecer ao Luiz Henrique, nosso governador, que teve a coragem de encaminhar essa lei e acabar com essas polêmicas. Inclusive, ouvindo aqui a manifestação do Décio, observamos o desejo e a vontade de uma mudança a fim de que coisas possam melhorar em nosso Estado.

Também quero dizer que a Fiesc discute muito o desenvolvimento industrial de Santa Catarina, mas sempre aliada à Faesc, à Ocesc e à Fetaesc, de mãos dadas, buscando realmente aquilo que possa ser o futuro para o nosso Estado - desenvolvimento sustentável -, pensando nas próximas gerações para que possamos ter neste Estado um desenvolvimento, um Estado que possa continuar a ser modelo para o Brasil e para a América Latina.

Quero pedir aos deputados empenho para que realmente isso ocorra da melhor forma possível para o bem do desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado. Boa-tarde a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Aqueles que desejam fazer alguma pergunta, alguma colocação, por gentileza façam a sua inscrição com as funcionárias da Assembleia Legislativa. Após as falas das autoridades, vamos iniciar o debate com os inscritos.

Com a palavra o senhor Antônio Ceron, secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina.

A partir deste momento passo a coordenação dos trabalhos ao deputado estadual Décio Góes.

(O senhor deputado Décio Góes assume a presidência.)

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO CERON (SC) - Obrigado, deputado Titon. Boa-tarde a todos.

Vou procurar ser rápido, até porque a parte mais importante é exatamente aquela em que toda a sociedade terá a oportunidade, além de ouvir, de expressar aqui o seu sentimento, que a sua vontade esteja contemplada nessa lei. Torcemos tanto para que a Assembleia, quem sabe, dê esse presente a Santa Catarina ainda neste ano, deputado Joares Ponticelli, deputado Sopelsa, que citaram essa possibilidade.

Esta é a quarta audiência pública. Começou quarta-feira, em Lages; depois teve em Campos Novos; quinta-feira, em Videira; e hoje aqui em Criciúma. Eu estava comentando com o doutor Darlan que em todas elas ficou muita gente de pé. Por que será isso? Porque de fato esse é um tema que está angustiando toda a sociedade de Santa Catarina. E aqui não vamos separar, tentar polemizar produtor, ambientalista, porque é interesse do Estado de Santa Catarina cuidar e preservar o meio ambiente como defender e proteger o setor produtivo.

E tenho certeza absoluta que os nossos quarenta deputados estaduais, após essas dez audiências públicas, vão ter a capacidade de aprovar a lei, exatamente com esse equilíbrio entre as duas questões, pois dá para compatibilizar com toda certeza. O que não dá, com certeza, é continuar como está.

A lei federal é de 1965, muitos de nós aqui ainda não havia nascido, e a lei estadual é do futuro, porque nós não temos ainda. Então nesse meio tempo o que permeia, o que norteia toda a nossa atividade, seja ambiental ou produtiva? É norma, é resolução, é decreto etc., e é muitas vezes do bom senso. Inclusive, lá em Videira, eu cumprimentei o Ministério Público de Santa Catarina pelo bom senso que tem. Hoje a atividade dos rizicultores existe porque o [Ministério Público] faz o Termo de Ajuste de Conduta; que tem para suíno; tem para fruticultura etc. Por que tem o Termo de Ajuste de Conduta? Porque a lei que existe é inexistente.

Então, quero fazer um apelo para que a sociedade continue participando das audiências públicas. E a Assembleia Legislativa, após a ouvida e o debate, aprimore o projeto.

O doutor Darlan colocou aqui quatro questões - uma eu entendo até contemplada, outras são dúvidas - para que sejam contempladas a tempo. Quem faz a lei é o deputado, é o Parlamento, é o vereador, e a Assembleia de Santa Catarina nunca faltou e não vai faltar de novo. Nós temos um Estado modelo, representamos 1% do território, somos grandes produtores de tudo, mas mais que produzir produtos, temos que continuar produzindo a melhor qualidade de vida do Brasil, e esse projeto vai ajudar a fazer isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Neste momento a nossa audiência pública passa a ouvir as pessoas que se inscreveram, por até dois minutos. Se não for possível apresentar aqui todas as sugestões, estas ainda poderão ser feitas através da Internet, acessando o *site* da Assembléia Legislativa, página das Comissões (Constituição e Justiça, Finanças, Agricultura e a Comissão de Mérito, que é a do Meio Ambiente) ou dos deputados estaduais.

Com a palavra o senhor Otmar Josef Müller, por até dois minutos.

O SR. OTMAR JOSEF MÜLLER - Boa-tarde a todos os componentes da mesa e a todos os presentes.

Inicialmente quero parabenizar e elogiar o governo do Estado e a Assembléia Legislativa pela iniciativa bem como pela maneira democrática que está sendo conduzido esse processo.

Concordo com o doutor Darlan sobre a questão da necessidade e da melhor estruturação dos órgãos ambientais. Não me refiro somente à Fatma, que tem um corpo técnico capacitado e em quantidade para dar agilidade aos licenciamentos, como também à Polícia Ambiental e ao Consema. No caso da Polícia Ambiental, acreditamos que deva haver uma melhor definição da sua autonomia e da forma de atuação. Quanto ao Consema, a sua composição talvez mais equilibrada, prevendo um espaço para o governo, para a sociedade civil e aos representantes do setor produtivo dos diversos setores - industrial, agrícola, turismo.

Também vemos nesse Código diversas colocações que nos parecem ter um caráter arrecadatório, devido a um aumento de novas tarifas e taxas. Por exemplo, o artigo 45 proíbe a renovação de licenças. Ou seja, exaurido o prazo de uma licença tem que se iniciar todo o processo, mas sabemos que isso onera a atividade. Prevendo requisitos, é claro, mas acreditamos que deva haver possibilidade de renovação. A mesma coisa se aplica no caso de ampliação de empreendimentos, como se estivesse partindo do zero.

Também no artigo 157 há falta de clareza, de critérios e até de limites para as taxas de compensação ambiental.

Sugerimos, e isso nós vamos fazer também através do *site*, que haja incentivos fiscais visando premiar os empreendedores que minimizem ou eliminem os impactos ambientais.

Quanto à questão das auditorias voluntárias, que sejam compensadas através de reduções das taxas, facilitando o licenciamento. Então, que se fuja desse caráter arrecadatório que nós vemos em alguns itens do Código. Com certeza a aprovação do Código será um avanço, pois deverá conciliar tanto as atividades do Ministério Público quanto dos órgãos fiscalizadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - A doutora Juliana fará um esclarecimento.

A SRA. JULIANA MALTA CORTE - Otmar, o senhor está se referindo às taxas previstas aqui no Código?

(*O senhor Otmar Josef Müller responde fora do microfone: "Sim".*)

Talvez o senhor não esteja [se referindo ao] Projeto de Lei 238.

(*O senhor Otmar Josef Müller manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

É porque isso já se respeitou.

Em relação à taxa, eu digo que aqui não estão previstas taxas...

O SR. OTMAR JOSEF MÜLLER - Mas nessas proibições de renovação e exigências de novas licenças está implícito um ônus adicional das taxas que...

A SRA. JULIANA MALTA CORTE - Inclusive eu gostaria de esclarecer que está tramitando uma lei separada na Assembléia correspondente à taxa de compensação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, doutora Juliana.

Com a palavra o senhor Tadeu dos Santos.

O SR. TADEU DOS SANTOS - Boa-tarde a todos, estou representando a ONG Sócios da Natureza.

Antes de fazer a leitura de um documento da Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC), gostaria de fazer algumas considerações.

Finalmente o Estado, a administração atual, está se voltando para as questões ambientais de uma forma um tanto atrasada e errônea, porque a sociedade civil não foi convidada a participar nem citada como convidada com os setores produtivos.

A nossa região, o sul de Santa Catarina, é uma das mais poluídas do País. A questão da agricultura, os agricultores que praticam a agricultura familiar são tão marginalizados quanto as favelas das grandes cidades. O Estado de Santa Catarina e a própria União têm olhado mais para a monocultura. O Estado de Santa

Catarina, a atual administração, dá subsídio para a metalurgia, para asfalto, para vidro, para carvão, para rizicultura, mas nunca dá atenção para o agricultor da agricultura familiar.

Acho que a questão é oportuna para discussão da mata ciliar, pois na bacia hidrográfica do rio Araranguá não existe mais mata ciliar, não existem mais nascentes na mata ciliar na região ou na bacia hidrográfica do rio Uruguai não existe mais mata ciliar, não existe mais nascentes na planície. As únicas nascentes preservadas estão nas encostas.

Eu não estou aqui culpando os agricultores por não existirem mais nichos de mata atlântica, ou de mata nativa, ou de mata ciliar na planície e por existir ameaça de cortes nas encostas. Eu culpo o Estado desde o tempo da Epagri por um tal de PróVárzea.

Nós temos é que pedir para que o Estado olhe para o pequeno agricultor concedendo subsídios, apoio e políticas àquele que ainda tem na sua propriedade alguma reserva legal e que tem uma horta, um arvoredo, um jardim, porque os agricultores da rizicultura da região da Amesc só têm a casa na sua propriedade. Toda a mata nativa foi dizimada para a rizicultura, por isso está faltando água.

(*Palmas e manifestações simultâneas ininteligível.*)

Por isso o Estado agora tem que gastar mais de R\$ 60 milhões com a barragem do rio do Salto como gastou na barragem do rio São Bento por causa do carvão! Então, não tem sentido. O doutor Darlan levantou muito bem a questão, assim como o Décio no início, que é preciso discutir um novo Código Ambiental para o Estado de Santa Catarina, mas que seja de uma forma que não venha prejudicar o futuro das futuras gerações dos próprios agricultores. Não adianta atender essa questão imediatista da agricultura, da monocultura, ou do carvão, ou de qualquer outra indústria... e como fica a Agenda 21 que manifesta o direito das futuras gerações de terem água potável, de terem recursos naturais para a sua sobrevivência?

Eu vou ler aqui a mensagem da Federação (*passa a ler*): "As conclusões até o momento alcançadas são verdadeiramente lamentáveis. Resta-nos sérias dúvidas sobre as intenções do Executivo estadual com a proposição de tal projeto de lei".

Concluindo - eu vou passar por cima de uma série de observações, a Feec pede que (*passa a ler*): "Desta forma, solicitamos que seja imediatamente suspensa a projeção de votação do Código em dezembro do presente ano, estabelecendo-se para o ano de 2009, visando propiciar tempo para reformulações e engrandecimento de tão importante diploma legal".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Tadeu. Por favor, entregue o documento à mesa para que depois possa ser analisado.

Com a palavra o senhor Vilibaldo Michels.

O SR. VILIBALDO MICHELS - Boa-tarde. Eu queria cumprimentar toda a mesa; o nosso Governo do Estado através dos nossos deputados; e os nossos proprietários de pequenas propriedades, porque o nosso Estado é feito essencialmente de pequenas propriedades.

Eu vou falar uma coisa que sinto na carne, que sinto na pele. O que o nosso amigo falou é verdade. Realmente nós estamos precisando de muito apoio, mas pelo que estou vendo o senhor não depende de uma propriedade rural no interior como a gente para sobreviver.

Essa lei ambiental tem que ser mudada, e diferente da lei federal. Tem que ser criada uma lei para o Estado, porque vai inviabilizar todos nós, produtores rurais do Estado de Santa Catarina. Esses que estão presentes aqui, todo ele é inviabilizado a continuar na sua propriedade (*sig*); eu tenho uma propriedade de 15 hectares, onde passa um rio na cabeceira, um córrego no meio, uma estrada e tenho que preservar - e tenho dois vizinhos. O meu terreno tem 120 metros de largura, pela lei federal tenho que deixar 30 metros de cada lado na extrema. Portanto, com o rio, mais 30 metros e outro córrego que passa no meio, quatro vezes três é igual a doze, são 120 metros. Portanto, eu ainda tenho que comprar mais 20 metros para doar (*palmas*) e tenho que sair da minha propriedade. Isso é lamentável! Na minha propriedade vivem dez pessoas, ela é pequena, mas bem aproveitada.

Agora, eu não tenho condições de respeitar essa lei. Eu concordo que a Lei foi feita para respeitar, mas quanto a essa lei de 1965, nós não podemos. Nós não queremos nada. Queremos ficar na nossa propriedade, trabalhar, criar os nossos suínos e fazer a nossa plantação. Então, eu acho que o nosso lugar é lá. Sai mais caro de repente virmos aqui fundar uma ONG ou qualquer coisa, nos instalarmos e ficar pensando que vamos resolver sem trabalho, mas nós não vamos resolver sem trabalhar.

Eu quero deixar bem claro que nós temos que mudar. Não há dúvida quanto a isso. Quem mora 2 metros do rio... Por que eu não posso morar a 2 metros do rio se eu não poluir? Eu acho que pode, sim. Eu posso morar a 2 metros do rio.

Ninguém tem mais interesse do que nós em preservar o nosso meio ambiente. O produtor rural... quando falou o nosso amigo da Cooperio, ninguém mais interessado... Eu nasci naquela propriedade, vivo lá e vou morrer na minha propriedade. O produtor rural não tem outra saída, ele vai ter ficar na propriedade. E o maior interessado em cuidar da propriedade é o produtor rural.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Edésio Oenning, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Braço do Norte, produtor de lei e criador de suínos.

O SR. EDÉSIO OENNING - Apenas gostaria de registrar que neste momento é uma necessidade parabenizar todos vocês que estão se colocando no sacrifício ao fazer isso que é legal, e que deve ser feito! E de uma maneira muito especial, cumprimento o nosso governador que teve a coragem.

Eu, na condição de secretário do município da Agricultura e Meio Ambiente... O vale do Braço do Norte é um pólo da suinocultura e do leite. Estamos tendo sérios problemas, e os produtores acabam procurando ou o presidente do Sindicato Rural ou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou o secretário da Agricultura e Meio Ambiente.

Tenho pena quando vejo o cidadão acuado dentro da sua propriedade, porque são muitas coisas, muitas leis sendo colocadas em prática e muita exigência. E no momento que ele resolve vender para ir embora para a cidade, ela também não vale mais nada. Inclusive a Secretária de Meio Ambiente fez um trabalho de preservação das nascentes (30% de 1.200 produtores do nosso município fizeram a preservação correta de uma nascente, os técnicos aqui são testemunhas disso), premiando com uma série de computadores os melhores trabalhos de preservação. Eu acho que a conscientização da nossa juventude vai contribuir bastante.

Agora, é lamentável você ver um produtor rural que criou a sua família, que já está na quarta ou quinta geração em cima dessa propriedade, os seus ancestrais chegaram nessas terras em torno de 1868, 1870, dividiram as propriedades, na época eram 75 hectares, hoje a média de Braço do Norte está em 16 ou 17 hectares, e vemos o cidadão acuado. Isso acontece quase toda semana. Quando chega um carro da Fatma, não é tão agressivo, é um órgão que gosta muito de taxas e tal, mas quando vêm três policiais do Ibama e saltam para fora daquele negócio com uma metralhadora na mão... Olha, o cidadão chega lá pasmo, branco, e diz: "Edésio, eu pedi para a mulher trazer um copo de água porque me senti mal, disseram que tem uma denúncia de que eu andei tirando uma lenhinha para a estufa, e de fato denunciaram".

Então, eu acho que este é o momento para nos ajudarmos. Todos nós temos responsabilidades.

Parabéns a vocês que estão conduzindo este processo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Edésio.

Com a palavra Vergílio Assis Guedin, secretário de Agricultura do município de Criciúma.

O SR. VERGÍNIO ASSIS GUEDIN - Boa-tarde senhores deputados, secretário de Agricultura, demais pessoas que aqui se encontram.

No meu modo de pensar, e aqui representando o Conselho Municipal de Agricultura de Criciúma, deveria ser feito uma parceria entre os agricultores e a população urbana. As leis, querendo ou não, virão em cima das propriedades rurais. Quando aquele senhor comentou, alguns vieram, outros ficaram contrariados. Mas se pegarmos, por exemplo, a região produtora de arroz, ela enfrenta sérios problemas de água, são necessários recursos altíssimos do governo do Estado para fazer um canal de irrigação - eu participei da comissão -, só que ela também deveria cuidar das propriedades, das nascentes, porque o setor de arroz aplinou tudo, mudou curso de rios... Não estou aqui condenando ninguém. Só estou levantando um problema sério. Depois caem em cima de quem? Partem para cima das secretarias regionais e vão para cima do governo do Estado querendo recurso para água.

Então, todos têm que fazer a sua parte, assim como a cidade deve contribuir. Porque nós temos que cuidar das nascentes de água nas propriedades, dos nossos rios lá no interior! E a cidade? Joga o lixo a céu aberto nos rios. É verdade ou não? Anda de carro de manhã à noite, para frente e para trás, poluindo o meio ambiente. Todo mundo diz: não, os agricultores que têm propriedade rural é que devem cuidar da mata ciliar, que plante mais, que capriche na sua propriedade. É lixo para cá, lixo para lá, inclusive lixo de algumas pessoas que andam de carro e jogam na propriedade rural. Fazem muito isso nas beiras das rodovias (palmas). Não precisa aplaudir, não! Este é um problema sério que temos que olhar com carinho.

Espero que vocês incluam uma contrapartida financeira também da água da Casan, dos municípios que a Casan atende, ou outras entidades, e invistam na propriedade rural como contrapartida da benfeitoria que vão deixar para todos nós e para o futuro.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Concedo a palavra ao senhor Valentin Brognara.

O SR. VALENTIN BROGNARA - Boa-tarde. É um prazer estar aqui neste momento muito importante, um dos mais importantes que eu vi nos últimos 35 anos como dirigente sindical de trabalhadores rurais.

Primeiramente, eu lamento do pouco que se fala em rios. Convivo com o rio Tubarão há 55 anos, 60 anos, passei alguns janelos, e quantas vezes parei na ponte para presenciar um cardume de tainhas no rio Tubarão! Mas há anos desapareceu por causa de quê? Não foi por causa da mata atlântica, não foi por causa do desmatamento, mas por causa da contaminação das águas. Então, nós não podemos culpar só o agricultor. Nós temos que envolver a cidade, o comércio, as indústrias, enfim, o brasileiro. Não é verdade?

E de que forma nós vamos resolver isso? Não é com mata atlântica que nós vamos destruir o rio. Não é esse o caminho. Eu me preocupo muito com três aspectos: primeiro este Código; depois do Código Florestal, preocupo-me com mais alimento, que é o programa dos governos mundiais, não brasileiro; e depois com o êxodo rural. Nós temos um diagnóstico, e vamos tratar aqui a doença do meio ambiente. Vamos ter muito cuidado com que remédio vamos tratar o meio ambiente, porque eu já vi médicos dizer: "esse teu parente têm três, quatro diagnósticos de doenças diferentes." Eu faço um tratamento de uma doença e prejudico outras. Cuidado com esse Código que nós vamos aprovar - se Deus quiser até o fim do mês que vem. Não vamos fazer um Código, senhores deputados, que vai tratar do meio ambiente que prejudique a produção de alimentos e cause o êxodo rural, que não passemos para o menos alimento e não mais alimentos, que é a grande preocupação dos nossos governadores.

Essa é a recomendação que eu queria deixar para vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, senhor Valentin.

Com a palavra o senhor Leonardo Papp, por até dois minutos.

O SR. LEONARDO PAPP - Boa-tarde. Antes de mais nada, eu acho que é fundamental parabenizar a Assembléia por tentar aprimorar esse projeto de lei ouvindo todos os lados; um tema tão polêmico, ouvindo as polêmicas e querendo retirar qual vai ser a opção política da Assembléia Legislativa a partir desses vários pontos de vista.

Eu gostaria de me manifestar um pouco em relação à discussão da legislação federal e dos limites da legislação estadual. O pensamento tradicional do direito ambiental é, de fato, que a lei estadual deve respeitar a legislação federal. Agora, devemos tomar um pouco de cuidado com isso e ver se essa é a única leitura possível da Constituição. Porque, se chegarmos a essa conclusão, automaticamente nós estaríamos chegando e dizendo que não importa o que o Congresso Nacional diga. Obrigatoriamente nós só temos uma opção: nos curvamos. Obrigatoriamente só podemos fazer uma coisa: chorarmos e lamentarmos.

A minha pergunta é (não é para fazer folclore) como levar essa discussão? Como deve ser interpretada a Constituição no que diz respeito a esse ponto? E aqui vai uma proposta, que talvez seja uma nova linha de... seria até falta de humildade da minha parte dizendo que é nova, mas há artigos escritos nesse sentido, como a Fiesc, por exemplo, que tem uma informação jurídica muito interessante no sentido de como se deve interpretar a Constituição Federal em relação a esse ponto.

Acho que antes de mais nada, nós não podemos esquecer que existe na Constituição Federal princípios fundamentais da República. Essa expressão não é minha, é expressão do artigo 3º da Constituição Federal. São os seguintes os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil (*passa a ler*): "I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

Então isso é o que norteia, o que fundamenta a interpretação de todo e qualquer dispositivo emanado da Constituição, inclusive aqueles dispositivos que dizem respeito à questão ambiental. Uma lei ambiental só vai ser constitucionalmente adequada se estiver de acordo com aqueles fundamentos da República Federativa do Brasil.

Muito bem! Como é que a Constituição tenta buscar essa adequação? O artigo 24 da Constituição Federal vai dizer que "em matéria ambiental, as normas federais deverão se limitar a estabelecer normas de caráter geral". É o que está lá explícito: "As normas federais limitar-se-ão a estabelecer normas de caráter geral".

Ora, por que isso? Porque as normas estaduais deverão disciplinar aquilo que é específico do Estado. Esta é a discussão que nós temos que ter. O Código Florestal - só para pegar este ponto específico que é o que está sendo discutido aqui - ao estabelecer aqueles limites iguais para todo o País, iguais para todo o território nacional, está estabelecendo aspectos de caráter meramente geral. Mais do que isso, é uma norma que, sob o prisma do Estado de Santa Catarina, promove dignidade da pessoa humana. Se a resposta é positiva, nada nós temos aqui a fazer a não ser respeitar aquela norma de caráter geral.

Porém, aplicando os princípios da razoabilidade, analisando-se qual é o impacto dessa legislação supostamente de caráter geral aqui no Estado de Santa Catarina, e tendo em mente os princípios que fundamentam a República Federativa do Brasil, é crível, sob o prisma jurídico, e na minha opinião, imaginar que o Código Florestal foi além de estabelecer normas de caráter geral. E indo para além da competência constitucional, poderíamos muito bem nós aqui, em Santa Catarina, adequar essa questão à nossa realidade, à nossa peculiaridade, não sem qualquer objetivo, mas com o objetivo de atender os fundamentos da República Federativa do Brasil: desenvolvimento nacional, busca do pleno emprego, redução das desigualdades regionais e, especialmente, dignidade da pessoa humana.

Era isso o que eu tinha a dizer, só para dar uma nova visão em relação a essa questão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Leonardo.

Com a palavra o senhor Joaquim Teixeira Neto, representando o Cemea.

O SR. JOAQUIM TEIXEIRA NETO - Boa-tarde a todos. Sou de Criciúma e quero parabenizar a iniciativa da Assembléia Legislativa, porém, demonstrando certa indignação pelo processo, que não está sendo muito democrático, pelo menos para os moradores de Criciúma. Parece que aqui existem muitos agricultores, mas que antecipar que são aliados nossos (moradores da cidade) e dos ambientalistas. Se hoje no Brasil existe mata é porque tem agricultor. E se tem é mata porque temos um Código Florestal. É preciso que as pessoas se informem melhor sobre o Código Florestal, porque felizmente a nossa legislação ambiental é uma das melhores do mundo, e atualíssima. O que precisamos fazer é colocá-la em prática, fazer com que aqueles que estão depredando paguem e não o pequeno agricultor, que, assim como o pequeno empresário neste país, está sofrendo.

Portanto, quando houve aqui uma manifestação contra os ambientalistas, quero que entendam que as ONGs de Criciúma apoiaram o movimento dos agricultores de Içara, que, por sinal, não estão aqui presentes; são trezentas famílias de agricultores que não estão aqui presentes. Também não estão presentes os agricultores de Criciúma, Verdinho, Linha Anta, Capão Bonito, São Roque, Sangão. Quer dizer, é um debate em que a sociedade não está representada. Às vezes o sindicato não representa o interesse da sociedade, e vice-versa. A gente tem que levar em conta isso.

Então, é preciso que esta audiência não seja definida hoje, Décio. Sugiro até, como representante do Cemea (a Ada estava presente também), que se faça uma nova audiência na região, para que possamos conhecer melhor [o Código]. Moro em Criciúma há mais de quarenta anos, recebi o Código há uma semana e ainda não li. Portanto, é muito pouco tempo para fazer uma leitura na íntegra e intervir.

Com relação ao que foi falado ali, só gostaria de registrar que foi criada uma instância na qual haverá três representantes do Poder Executivo e três do setor produtivo. A sociedade civil mais uma vez ficou esquecida. Não entendi bem a proposta, até gostaria que fosse esclarecida, porque mais uma vez a sociedade civil não está representada nessa nova instância, que não sei qual é o Poder, mas do ponto de vista de representatividade, foi negado isso à sociedade civil.

Até como informação, gostaria de dizer que mata nativa não é o eucalipto. Nós temos muito verde em Santa Catarina, Criciúma também está cheia de verde, é só olhar aí ao lado que verão eucaliptos, a única árvore que pega em cima de carvão. Quer dizer, nós só temos 3% de mata nativa em Santa Catarina. Tínhamos no Estado 98%...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Então, vão discutir com o João de Deus, que é da Universidade Federal de Santa Catarina e que pode dar a resposta para vocês.

O nosso Estado, inicialmente, tinha 98% de mata atlântica, hoje estamos com 8%. Quer dizer, não se preocupar com a floresta é também levar junto as nascentes, das quais todos nós precisamos.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - A instância que ele falou é a Jaria (Junta Administrativa Regional de Infrações Ambientais), que é o órgão de recurso intermediário dos autos de infração. A doutora Juliana vai explicar rapidamente qual a sua composição.

A SRA. JULIANA GUIMARÃES MALTA CORTE - Eu só queria esclarecer que a Jaria é formada por três membros do governo (Fatma, Polícia Ambiental e um representante da SDR) e pelo setor produtivo, que é a sociedade civil.

(Manifestação ininteligível fora do microfone.)

Sim, três representantes da sociedade civil. Leia-se setor produtivo como sociedade civil também. E isso, não é uma coisa separada da outra, o setor produtivo faz parte da sociedade civil. É isso que eu gostaria de mencionar.

E se há alguma sugestão nesse sentido, que fique registrada aqui na audiência pública como emenda ao Código. E também é importante lembrar que há o Consema, que é o conselho deliberativo superior, onde se decidem em última instância os recursos administrativos. É importante que vocês saibam sobre o Consema, que hoje é um órgão paritário composto por trinta membros - está prestes a mudar, terá mais membros ainda, é paritário, dividido também entre sociedade civil e órgãos governamentais. É bem dividido o Consema, e é importante que vocês tenham conhecimento dele para saber como está dividido e como são debatidos os temas lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado. Só para esclarecer: esse aspecto da lei tem recebido, em várias audiências, algumas sugestões de modificações. Depois das audiências públicas a gente vai analisá-las.

As sugestões também não precisam se esgotar aqui, neste momento. Através dos sites das comissões ou diretamente com os deputados elas podem ser enviadas em tempo hábil (que eu considero até o fim do mês) para que a gente possa aproveitá-las no nosso debate.

Passo a palavra ao senhor Darlan Airton da Silva, procurador da República de Criciúma, também por trinta segundos, para tecer comentários sobre essa questão da Jaria.

O SR. PROCURADOR DARLAN AIRTON DA SILVA - Só para mencionar que, lendo atentamente, o Código, no artigo 21, parágrafo 1º, diz que o representante da instituição que lavrou o auto de infração (que sempre vai ser a Fatma ou a Polícia Ambiental) não pode participar do julgamento da Jaria. Então, por essa lógica, sempre o setor produtivo vai ser maioria de três a dois na Jaria.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Ademar Paulo Simon, assessor parlamentar do deputado federal Valdir Colatto.

O SR. ADEMAR PAULO SIMON - Cumprimento o deputado Décio, que está presidindo a mesa, e em seu nome os demais deputados.

Eu estou aqui representando, como assessor parlamentar, o deputado federal Valdir Colatto, que traz a mensagem de que está aberto o canal para conversar com os membros dessas comissões que estão fazendo as audiências públicas - como está também acontecendo, em nível de Câmara Federal, num grupo interinstitucional, o estudo para definir os rumos do Código Ambiental brasileiro. Então, que seja possível interagir as demandas que estão sendo levantadas pelas audiências e pelo projeto de lei que está em estudo, com esse grupo formado do qual o deputado, que é presidente da Frente Parlamentar, é membro. Então o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente, a Frente Parlamentar, a Comissão de Agricultura e outras instituições estão estudando esse Código.

Eu queria também dizer, como mensagem do deputado, que em função desse estudo do Código Ambiental brasileiro foi sobrestada a Lei 6.514, que regulamenta a Lei dos Crimes Ambientais e que também prevê a averbação da reserva legal em nível de cartório.

Esta semana está se protelando ao mesmo espaço de tempo da complementação desse estudo do Código Ambiental brasileiro... De forma que, se vocês pudessem, eu não digo sustar totalmente aqueles que de fato são necessários, mas que procurem protelar para que passe esta semana e esse decreto possa vigorar, e protelar, então, nesse mesmo espaço de tempo, a obrigatoriedade da averbação da reserva legal (*sic*).

Foi citado aqui, Décio, que este Código não teve participação democrática ou não teve discussão em nível de Estado. Teve! Iniciou em novembro de 2004, na sede da Fiesc, com todas as entidades aqui representadas. Foram 46 reuniões para levantar a opinião de todo o Estado de Santa Catarina, e saiu um documento, que era a proposta de uma agenda ambiental para o setor produtivo - o secretário da Agricultura era o nosso deputado Sopelsa. Esse documento foi pedido pelo governador Luiz Henrique, mas quem recebeu foi o governador Eduardo Pinho Moreira, já que o governador Luiz Henrique tinha se licenciado em junho de 2006. Aqui em Criciúma foi feita uma reunião, na qual eu estava presente. Deve ter aqui gente que participou da discussão da agenda ambiental do setor produtivo, e esse documento redundou então nesses três trabalhos: a conclusão do florístico, o Código Ambiental e o Zoneamento Ecológico-Econômico. De forma que teve, sim, essa discussão.

Ao Décio, eu gostaria de dizer que fui procurar e realmente tem na Constituição da República Federativa do Brasil, no seu Título II, Capítulo I, artigo 5º, o seguinte: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)". Está aqui escrito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Stefano Felipe, do Movimento pela Vida.

O SR. STEFANO FELIPPE - Boa-tarde a todos. Sou morador urbano da cidade de Criciúma e consumidor do produto de muitos dos senhores aqui.

Gostaria de dizer que, infelizmente, todos nós dependemos do respeito às leis, do respeito às normas, porque somos muito gananciosos, os senhores, eu, todos aqui. É falácia essa história de que não precisamos da proteção de uma lei para respeitar os limites do uso até dos nossos pertences, da nossa propriedade, no caso dos senhores, da terra.

É possível plantar arroz sem usar agrotóxico? Não é possível! Só isso já ensaja uma proteção legal que garanta a todos, quem mora na cidade e quem mora no campo, proteção para conseguir sobreviver e conciliar os interesses. Não podemos ficar nos enganando dizendo que não é necessário mata ciliar, que podemos morar a 2 metros da margem do rio. Isso é bobagem. Nós temos que encarar a realidade! Muitos dos senhores aqui são casados e têm filhos e tenho certeza de que a sua vontade é que seus filhos, se acharem por bem continuar na terra, continuem explorando a agricultura. Agora, não podemos nos enganar achando que tendo uma lei facilitando, uma lei permitindo tudo que a gente acha certo, tudo que a nossa ganância, o nosso interesse acha bom, que vai durar para sempre. Se fosse diferente, não estaríamos aqui, não precisaríamos vir aqui. Os senhores não precisariam estar lutando para melhorar suas condições de trabalho.

Existem problemas, sim. Existem vários problemas. Temos que conciliar os interesses de todos, mas não elaborando uma lei que confronte tudo que já existe na legislação federal.

A Constituição Federal garante direitos ao cidadão, realmente, mas muitos ainda estão pendentes de regulamentação pelo Congresso Nacional. E nós aqui não podemos trabalhar para que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina aprove uma lei que amanhã será contestada, será debatida e não gere nenhum benefício para os senhores, certo?

Eu acredito que deve, sim, haver bom senso entre todas as partes. Estou aqui na cidade e quero continuar consumindo o produto dos senhores. Agora, os senhores têm que entender que precisam respeitar certas normas e ter certos limites no uso da propriedade, sim. É duro isso? É! Eu, que moro aqui na cidade, tenho que respeitar uma série de restrições; tenho que respeitar as leis de trânsito, as leis civis, assim como os senhores. (*Manifestação da plenária.*) Todos nós respeitamos as leis, certo?

Façamos uma lei justa. Não adianta os senhores virem aqui brigar por uma lei que não sirva para nada. Eu alerto isso aos senhores, porque, amanhã ou depois, vão ficar em suas propriedades dizendo que perderam seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Concluindo, Stefano.

O SR. STEFANO FELIPPE - Muito obrigado. (*Vaias.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Nós ainda temos várias inscrições e vamos respeitá-las. Com a palavra o senhor Ancelmo Acordi, do Sindicato Rural de Turvo. (*Manifestação na plenária.*)

Vamos garantir a palavra ao senhor Ancelmo.

O SR. ANCELMO ACORDI - Boa-tarde a todos.

Eu queria agradecer por estar conversando mais uma vez aqui, por estar presente, porque sou réu pela terceira vez. Durante a minha vida, 65 anos, nunca tinha sido chamado perante um juiz para prestar depoimento como réu, mas agora já fui três vezes.

Na primeira vez em que fui chamado, eu estava limpando um valo na rodovia José Tiscoski, no município de Gaivotá e fui denunciado pelo Ibama. Para não ser preso, tive que pagar R\$ 3 mil, mais cesta básica e ainda estou com o inquérito aberto no Fórum de Sombrio. Não dá para tirar a folha corrida, não dá para fazer um novo projeto, porque tem aquele *impeachment* ali. Essa foi a primeira vez.

Eu desmanchei uma casa velha para fazer uma nova para o meu filho. Quando ela estava pronta, faltando só instalar a energia elétrica, novamente fui denunciado, porque a casa estava a mais ou menos 8 metros de um córrego em que só corre água quando chove, depois não corre mais. Para deixar a casa onde está, tive que pagar R\$ 15 mil - fica no município de Garuva.

Na terceira vez em que fui chamado, fiquei assustado com esse negócio de meio ambiente. Gastei R\$ 20 mil para fazer um projeto para plantar arroz no município de Garuva, perto de Joinville, e quando o valo estava pronto (tem que fazer valo para enxugar o terreno para fazer o manejo do plantio de arroz) fui denunciado, porque ele desbarrancou e derrubou algumas árvores. Isso me custou mais R\$ 15 mil, tive que replantar toda aquela área e o projeto ficou embargado.

Então, quero que este projeto seja aprovado o quanto antes, porque senão daqui um ano ou dois anos vou vender tudo o que tenho para as ONGs, não quero que os meus quatro filhos sejam agricultores para sofrerem o que estou sofrendo.

Quero que os deputados levem esta mensagem: 20% da área que compramos e pagamos com muita dificuldade, porque tem que replantar em mata... Santa Catarina tem 15% da sua população no meio rural. O Brasil tem 18%. Por que nós temos que doar terra para o governo, para o meio ambiente? Alguém da cidade tem que participar desse custo! (*Palmas.*) Não é possível, gente!

Eu ia falar mais alguma coisa, mas o tempo é curto e muitos já disseram o que eu queria dizer. Desculpem a emoção, mas o que falei foi de coração.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Muito obrigado, senhor Ancelmo.

Com a palavra a senhora Arlete Bloemer, representando o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Rio Fortuna e Região (Sintraf).

A SRA. ARLETE BLOEMER - Boa-tarde a todos e a todas.

Gostaria de fazer uma ponderação aos nossos colegas, ao pessoal do Sindicato Rural. Para mim, é bem simples vir aqui defender o agricultor, e devo fazer isso enquanto sindicalista. Só que não é de hoje, o Código Ambiental vem de muito tempo, é uma problemática que agora está aflorando e não é de responsabilidade só do agricultor. É muito mais amplo do que esse simples debate que a gente está tendo aqui hoje.

Então, é importante a gente discutir quem tem que ser colocado nesse balaio. E não é só o agricultor. São as grandes cooperativas, sim, que têm responsabilidades, sim; são as grandes empresas integradoras, sim, porque elas muitas vezes exploram os nossos agricultores, levam o ônus e deixam o bônus para nós; uma "Souza Cruz da vida", uma "Sadia da vida", enfim, um monte de empresas que vêm só explorar, e às vezes a gente defende e não sabe nem o que está defendendo. Por isso, é importante deixar bem claro hoje a responsabilidade de cada um.

A gente foi colocado num modelo de desenvolvimento em que não tem saída para o agricultor. Nesse modelo em que a gente vive e produz, vamos ser sempre contrários ao meio ambiente, porque na época não foi pensada uma política diferenciada para nós, que aprendemos a trabalhar com veneno, com adubo químico. Não sabemos ser diferentes. Então, vamos fazer com que o governo assuma essa responsabilidade também, porque fomos colocados nesse pacote sem ser perguntado se queríamos ou não. Que todos assumam essa responsabilidade. E nós preservamos lá não só para nós, não é só o agricultor que toma água limpa, que respira ar puro. Por isso, acho que a sociedade tem que contribuir também, tem que ajudar a pagar essa conta. É mais do que justo.

Com relação ao debate do projeto, penso que teria que ser mais amplo, porque é uma coisa muito importante para ser discutida em seis, sete meses e ser aprovada. Tem que voltar para a base, sim. (*Palmas.*) Tem que voltar para lá, porque hoje eu represento dez sindicatos da micro litoral sul, da Fetraf, que, pelo que vi, não foi convidada para participar deste debate - se eu estiver enganada, perdoem-me, mas, pelo que vi, não foi.

Então, vamos voltar a discutir, sim, porque tem muita gente excluída desse processo que precisa ser considerada. Muitas entidades que estão aqui que representam cooperativas não foram colocadas aí nesse balaio. Por isso a gente precisa voltar a discutir.

Enfim, acho que têm que ser discutidos os diversos papéis que tem aí nesse contexto. E que essa lei não seja igual para todos, que seja diferenciada, porque a agricultura é diferenciada. Hoje não podemos colocar no mesmo cesto o pequeno e o grande agricultor. Aquilo que o Vilibaldo falou é verdade: como cobrar de mim a mesma condição se tenho uma propriedade com nove hectares e quatro ou cinco nascentes de água? Como vou conseguir sobreviver dentro de uma propriedade dessas? Eu tenho que ser considerada de forma diferente! Agora, o grande produtor, sim, tem outra condição. Então, que tudo isso seja considerado aí nessa lei; que ela não seja mais um instrumento de exploração dos nossos agricultores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Muito obrigado, Arlete.

Com a palavra o senhor André Leandro Richter, da Aefsul.

O SR. ANDRÉ LEANDRO RICHTER - Boa-tarde à mesa e a todos aqui.

Sou engenheiro florestal e quero dar aqui o exemplo da cidade de Braço do Norte, onde trabalho: o município inteiro tem 20 mil hectares. No ano passado fizemos o plano diretor do município, que ainda está em fase de aprovação na Câmara de Vereadores. O doutor Edésio Oenning comentou bem (ele é secretário e participou das discussões), foi feito um estudo no município inteiro, em especial nas áreas de preservação permanente. Na primeira proposta que foi apresentada, inclusive colocando todo o Código Florestal, a questão de topo de morro etc., sobrou de área útil para o município 10%. Ou seja, 90% do município de Braço do Norte ficariam como área de preservação permanente. Então, teríamos que pegar nossas malas e nos mudar, inclusive da cidade, que é praticamente toda à beira do rio.

Acho que o advogado já saiu, mas ele comentou que a lei realmente tem que ter a razoabilidade e cuidar do bem-estar do cidadão. Então, o Código Ambiental de Santa Catarina, na verdade, remete ao Código Florestal de 1965, que eram os 5 metros da lei prevista.

Eu lembro aos doutores e aos senhores que essa lei que está valendo hoje, os 30 metros, foi feita por medida provisória em 1989. Na verdade, ela foi mudada por uma MP. Todo mundo aí sabe das MPs que foram alteradas. Essa, particularmente, se não me engano, foi reeditada 63 vezes. Então, essa lei que estamos obedecendo é uma medida provisória editada pelo presidente, não é uma lei - os doutores da lei entendem disso mais do que eu.

A minha sugestão é a seguinte: que seja garantido a cada município o direito de ter a sua lei municipal, porque mais uma vez estamos fazendo uma lei para Santa Catarina inteira, e tenho certeza absoluta de que Braço do Norte é diferente de Lajes, é diferente de Canoinhas, é diferente de Chapecó. Então, se o município tiver estudos, e cada município tem os seus profissionais que podem fazer isso muito bem... Em Braço do Norte estamos encaminhando um estudo, que é justamente para compor qual a APP correta para nós, e lá tem engenheiro florestal, engenheiro agrônomo, geólogo, biólogo, vários profissionais para dar embasamento à Câmara de Vereadores para suprir isso. Mais uma vez está sendo discutido isso e não se tem nenhum estudo dizendo que o ideal são 30 metros. Por que não 32,5 metros? Por que não 27 metros? Por que não 5 metros? Por que não 3 metros?

Concluindo, eu diria o seguinte: que seja incluído um artigo dando ao município o direito de fazer sua própria legislação. Caso não tenha, que seja cumprido o Código Ambiental do Estado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Vanderlei Ingrácio.

O SR. VANDERLEI INGRÁCIO - Boa-tarde a todos.

Eu queria perguntar se já passou pela cabeça dos deputados quantos, por esses 20% para as pequenas propriedades... Uma pessoa que tem 5 hectares de terra, em 1 hectare ele não pode mexer!

Hoje um amigo falou que não aparece agricultor aqui. Tem! Eu sou agricultor! Tem vários agricultores aqui!

Eu queria saber também se já passou pela cabeça dos deputados quanto vai ser pago para cada agricultor, porque R\$ 50,00, R\$ 100,00 não resolvem o problema.

Então, a gente queria saber a quantia que os deputados vão dar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Vanderlei.

Concedo a palavra ao senhor Vanderlei Moretto, da Associação de Irrigação de Forquilha.

O SR. VANDERLEI MORETTO - Boa-tarde a todos.

Como agricultor, sinto que um está empurrando a bola para o outro, não querendo assumir no total. Há quinze anos trabalho na agricultura e vejo que as leis começam a vir, as taxas vão chegando e a gente chega ao ponto de pensar se vale a pena continuar trabalhando, investindo num patrimônio, ou se o melhor é pegar um emprego e parar de se arriscar, porque a gente tem que contar com tempo bom, porque se cair uma chuva de granizo ou se der uma enchente a gente perde tudo que investiu. Não podemos jogar a culpa só nos agricultores, temos que assumir num todo.

Quero dizer às pessoas que vão fazer essas leis que não façam leis duras, que conscientizem os agricultores; que tenha mais pessoas trabalhando nas regiões para explicar aos agricultores; que não cheguem já aplicando multas altas. Isso destrói uma família! Destroí! Não tem mais como recuperar, porque é difícil tirar aquele pouco líquido num ano.

Quero pedir que sejam mais cautelosos com as leis, que não sejam tão rigorosos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Dionísio Bressan Lemos, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar.

O SR. DIONÍSIO BRESSAN LEMOS - Boa-tarde, senhores deputados, procurador da República, lideranças, senhoras e senhores.

Sou também presidente de uma cooperativa agropecuária e vereador eleito em Tubarão.

Vemos nesses momentos quase uma disputa, nem tanto de interesses, às vezes até ideológicas, que, seguramente, dificultam o encontro da solução ideal. Antes de tudo, precisamos nos despir de qualquer interesse individual, de qualquer vaidade. Não tenho dúvida de que todos aqui, ambientalistas e agricultores, querem um meio ambiente saudável, porque todos vivem nesse meio ambiente.

É possível encontrar, pelo menos, o equilíbrio entre tudo que está relacionado entre a área produtiva e a questão ambiental.

Seguramente, a lei de 1965, tinha a melhor das intenções, mas passados mais de quarenta anos a lei ficou ultrapassada. Embora tenha havido alterações, é preciso ser revista. Não vamos cometer o exagero de achar que a lei é burra, ela pode ser muito mais inteligente do que nos parece.

Hoje, por uma questão até conceitual, considerar a mata ciliar fundamental para a existência de água é um erro muito grande. Mata ciliar em rios de planícies nada mais serve do que para proteção das suas margens.

A quantidade de água existente nos aquíferos, que, em consequência, pode jorrar através de uma nascente, depende não só da nascente, mas da área de recarga dos aquíferos, e essas estão situadas em áreas de mata, não interessando onde estejam.

Precisamos rever esses conceitos, senhores deputados, e tentar tornar a lei mais inteligente. Se temos áreas improdutivas, áreas que por questões de declividade não servem para a agricultura, para a pecuária e, às vezes, nem para a silvicultura, que elas sejam prioritárias para servir de área de recarga dos aquíferos, aí, com certeza, teremos água em abundância durante muito tempo.

Na questão da qualidade das águas, em alguns lugares temos problema de falta de água, mas na grande maioria dos locais temos problemas de qualidade das águas. O problema está hoje relacionado... Cito como exemplo a bacia hidrográfica do rio Tubarão. O carvão tem uma participação importante na deterioração da qualidade da água - extração, transporte, beneficiamento e utilização; a suinocultura também tem um papel importante, assim como a rizicultura, os efluentes industriais, os resíduos sólidos das cidades e, principalmente, a falta de tratamento de esgoto sanitário - esse é o grande vilão.

Se olharmos sob essa ótica, vamos ver que as cidades estão sendo muito mais responsáveis pelo problema da qualidade da água do que o meio rural. Precisamos rever alguns conceitos, e aí o Ministério Público é muito importante, assim como a Procuradoria-Geral da República, a própria legislação estadual, para que obrigue, definitivamente, a inversão de investimento dos municípios serem feitas na coleta e no tratamento do esgoto sanitário para que nós possamos ter água com qualidade.

Preocupou-me, sobretudo, na questão do projeto de lei apresentado, doutora Juliana, um artigo específico com relação à questão do Complexo Lagunar Sul.

Quem é da região de Tubarão deve temer, assim como eu, que o Código vá resultar em muito pouco benefício se tivermos as exceções propostas para o Complexo Lagunar Sul. Temo que isso realmente nos afete, porque as políticas para proteção do meio ambiente que estão propostas para o Complexo Lagunar Sul, acho, têm que estar propostas para todo o Estado de Santa Catarina.

Eu não vejo razão da exceção criada para o Complexo Lagunar Sul. Proteger e recuperar o meio ambiente, os rios e as lagoas é uma necessidade, mas não sob a forma de exceção, como ali está colocado.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Se alguém tiver mais alguma sugestão, pode encaminhar por escrito.

Queria finalizar este evento dizendo que nós temos um desafio muito grande. Todas as manifestações aqui apontaram para o desafio de se encontrar equilíbrio entre produzir e preservar.

Vivemos numa região - eu sou daqui, deputado Sopelsa, deputado Grandó e deputado Titon - em que há o exemplo do desequilíbrio entre produzir e preservar. Nós comprometemos as águas dos nossos rios aqui na região. Obrigaram-nos a fazer a barragem do rio São Bento para manter tanto a agricultura como as nossas cidades, a produção industrial, enfim, toda a área de produção. Essa área foi construída para trinta anos e já se passaram dez. Temos somente mais vinte anos para recuperar os nossos mananciais, sob pena de faltar água novamente. E eu sei bem o que é sofrer com a falta de água nesta cidade, ter que deixar de jogar futebol, quando criança, para buscar água no poço da vizinha. A água é um bem incalculável para as nossas vidas.

O mesmo processo acontece no Vale do Araranguá, onde a solução apontada está sendo a barragem do rio do Salto, que também tem uma sobrevida de vinte anos. Daqui a vinte anos voltará a faltar água se nós não terminarmos a construção logo.

É preciso que essa lei tenha esse pacto pela água, pela preservação e pela produção. Sem culpa, sem disputa, vamos encontrar a melhor solução.

Esse o espírito que nos faz sair da Assembléia Legislativa para escutar a população em dez reuniões pelo Estado. Assim, refletimos e buscamos o melhor dessa legislação.

É imprescindível que saia dessa legislação uma lei de compensação por serviços ambientais, estou extremamente convencido dessa necessidade. Não pode só o agricultor, só o produtor rural, e principalmente os pequenos pagarem a conta sozinhos. Eles têm que receber por isso (*palmas*). Eu não tenho dúvida de que iniciando este debate vamos chegar ao melhor possível.

Então, eu queria agradecer a todos vocês que se deslocaram dos seus lares e vieram até aqui nos ajudar nessa tarefa; à Embralite por nos ceder este espaço; a toda a equipe da Assembléia Legislativa que nos ajudou a organizar, monitorar e divulgar a reunião; ao Governo do Estado, na pessoa da doutora Juliana, que veio aqui também dar a sua assessoria; enfim, a todos os deputados e a todas as autoridades presentes.

Foi muito importante a ajuda de cada um de vocês.

Um abraço e obrigado. (*Palmas*.)

(Está encerrada a audiência pública.)

DEPUTADO ROMILDO TITON - PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DEPUTADO JORGIMNHO MELLO - PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
DEPUTADO DÉCIO GÓES - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
TURISMO E MEIO AMBIENTE
DEPUTADO MOACIR SOPELSA - PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, TURISMO E MEIO AMBIENTE E DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL PARA DEBATER SOBRE O CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, RELIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 18H, NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) -
 Senhoras e senhores, boa-noite.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública proposta pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Agricultura e Política Rural, e de Turismo e Meio Ambiente, para discutir o Projeto de Lei nº 0238.0/2008, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente.

Informamos que o projeto de lei está disponível, na íntegra, para pesquisa, no site da Alesc: www.ale.sc.gov.br.

Convidamos para tomar assento junto à mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator do projeto; deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural; deputado Jorginho Mello, presidente da Comissão de Finanças e Tributação; deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente; deputado Darci de Matos; e deputado estadual Professor Grando. (*Palmas*.)

O cerimonial comunica aos interessados em fazer uso da palavra que façam a sua inscrição com os servidores das Comissões.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator do projeto, que irá conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Boa-noite. Inicialmente, agradecemos a presença de todos que estão participando conosco desta audiência pública.

Convido para fazer parte da mesa o senhor Manoel José Mendonça, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Joinville; a palestrante Juliana Guimarães Malta Corte, neste ato representando o governador do Estado de Santa Catarina, senhor Luiz Henrique da Silveira; o senhor Décio Sonaglio, neste ato representando a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc); o senhor Enori Barbieri, 1º vice-presidente de Secretaria da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc); o senhor Albano Schmidt, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); o senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc); o senhor Sílvio Thadeu de Menezes, neste ato representando o senhor secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina, deputado Antônio Ceron.

Queremos também que faça parte da mesa conosco a representante de um segmento importante para nós, a senhora Mariluz Brenneisen, vice-presidente da OAB de Joinville, neste ato representando o senhor Paulo Roberto de Borba, presidente da OAB de Santa Catarina. Em todas as audiências públicas, faz parte da mesa conosco um representante do Ministério Público. Por gentileza, se está no plenário algum promotor público que ainda não se identificou na chegada, gostaríamos de convidá-lo para estar conosco aqui na frente. Queremos também convidar o senhor Roque Antônio Mattei, neste ato representando o diretor-geral da Sociesc, senhor Sandro Murilo Santos, que gentilmente nos cedeu este espaço para fazermos o evento. (*Palmas*.)

Senhores presentes, mais uma vez quero agradecer de coração a todos aqueles que estão participando conosco desta audiência pública. Estamos realizando dez audiências públicas em todo o Estado de Santa Catarina, com o intuito de ouvir a sociedade (os segmentos organizados, o setor produtivo) sobre o projeto de lei que o governador remeteu à Assembléia Legislativa e que cria o Código Ambiental do Estado de Santa Catarina.

É um projeto importante, um dos debates mais importantes que a Assembléia está desenvolvendo. Antes de os deputados tomarem suas decisões com relação aos pareceres dos relatores, ou mesmo com relação à votação, nós resolvemos ouvir a sociedade, discutir, de forma geral, para que possamos aperfeiçoar o projeto e fazer o melhor para todos nós, catarinenses. Esse tem sido o objetivo das audiências públicas que estamos realizando.

Esta é a quinta reunião que estamos fazendo, e pretendemos terminar no dia 19 de novembro, com uma audiência pública na Capital, que deixamos por último. Posteriormente, estaremos aptos a discutir na Assembléia e poderemos emitir os pareceres. Como presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator deste projeto, estou procurando ouvir todos para que eu possa emitir meu parecer com relação a este projeto.

Com relação ao funcionamento desta audiência pública, nós vamos fazer aqui uma rápida apresentação dos demais presidentes das Comissões. Essas audiências públicas são conjuntas entre a Comissão de Constituição e Justiça; a Comissão de Finanças e Tributação, que está aqui representada pelo seu presidente, deputado Jorginho Mello; a Comissão de Agricultura e Política Rural representada pelo deputado Moacir Sopelsa; e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente representada pelo deputado Décio Góes. Posteriormente, faremos uma apresentação do projeto através da doutora Juliana, que vai colocar os principais avanços do mesmo para que possamos abrir o debate. Após, por dois minutos, nós vamos conceder a palavra aos demais deputados aqui presentes. Ouviremos também os quatro segmentos importantes do setor produtivo, que nós convidamos que fizessem parte da mesa. Logo em seguida, a gente abre o debate aos senhores e senhoras presentes.

Aqueles que desejarem usar da palavra, fazer sua contribuição, oferecer algo que possa melhorar o projeto - de maneira geral, discutir o projeto -, poderão se inscrever com as funcionárias da Assembléia que estão aqui. Então, por gentileza, aqueles que desejarem participar, inscrevam-se que serão chamados e terão a oportunidade de participar do debate.

Está conosco, também, o deputado Dirceu Dresch, que acabou de chegar. Queremos que faça parte da mesa, assim como o deputado Kennedy Nunes.

Com a palavra o deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, para a sua saudação inicial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Boa-noite a todos que nos prestigiam nesta audiência pública. De antemão, quero agradecer por estarem participando e nos ajudando a fazer uma análise dessa proposta do governo. A idéia das audiências é colhermos as sugestões e as impressões das pessoas a partir do conhecimento do texto da lei, que elas terão nessas reuniões.

Ela é uma lei importante porque consolida todas as leis ambientais num único instrumento. Isso facilita o entendimento da lei, facilita a análise e a aprovação dos projetos pelos órgãos ambientais e também facilita a sua fiscalização. Mas queremos lembrar que, por si só, esta lei não esgota todo o assunto da questão ambiental. É preciso que o Estado complemente o Zoneamento Ecológico-Econômico, inclusive, isso tem causado alguns conflitos no Estado; precisa ser feito o levantamento florístico florestal para complementar, o Plano de Gerenciamento Costeiro. Enfim, há um conjunto de instrumentos que complementam essa lei e que são necessários para que as questões que a gente levanta realmente sejam resolvidas.

A idéia desse Código também é importante porque pode adaptar uma série de questões da lei federal às peculiaridades de Santa Catarina - inclusive, a gente pode avançar na idéia de compensação por serviços ambientais. Não é justo àquele que preserva pagar a conta sozinho. Eu acho que, com esse Código, a gente pode avançar nesse item e em outros mais.

Então, eu quero agradecer a presença de vocês e desejar uma boa audiência a todos nós, saudando a mesa em nome do presidente Titon, do deputado Darci de Matos e do deputado Kennedy Nunes, que são da Casa. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Jorginho Mello, presidente da Comissão de Finanças.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JORGINHO MELLO (SC) - Boa-noite a todas as senhoras e a todos os senhores. Eu quero, de forma muito rápida, saudar o deputado Darci e o deputado Kennedy Nunes, que representam esta cidade, e também dizer que o deputado Nilson Gonçalves, por outros compromissos, não pôde estar presente, mas deixou um abraço e falou do seu interesse neste trabalho. Quero saudar a doutora Juliana, que representa o governo de Santa Catarina; a doutora Mariluz, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil; e a ex-deputada Simone Schramm, em nome dessas três mulheres, peço permissão para saudar todos os deputados e demais pessoas que fazem parte da mesa, que representam a sociedade, enfim.

Deputado Titon, que bom que a casa está cada vez maior e mais cheia. Estamos felizes porque estamos entendendo que todos os senhores estão preocupados com essa nova legislação, uma legislação que o governo teve coragem de encaminhar à Assembléia. Ela teve a participação maiúscula do deputado Ceron, como secretário da Agricultura, do deputado Onofre, como secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e o envolvimento de quem produz e de quem preserva, porque quem preserva também produz.

Então, nós estamos aqui nesta tarde e gostaríamos de aproveitar a oportunidade. Desejo que a participação de cada um dos senhores seja o mais interessante possível. A nossa grande vontade é colher mais sugestões para crescermos nos 319 artigos do Código e, até o final do ano, se Deus quiser, aprovar essa legislação para que Santa Catarina, além de ter uma legislação responsável, possa também ser vanguarda na modificação de alguma coisa na legislação federal.

A nossa bancada federal já tem esse entendimento: fazer um trabalho com a maior seriedade possível, porque ninguém veio aqui para fazer discurso, ficar de conversa fiada, brincar com quem produz e brincar com a natureza; viemos aqui para ouvi-los, para ter uma participação democrática de cada segmento, e não dar mais tempo para alguém falar e menos para outro. Viemos aqui com muita responsabilidade, as quatro Comissões, para dar corpo, tamanho e volume, porque esta matéria assim o requer.

Portanto, quero saudar todas as senhoras e todos os senhores, desejando que, de forma democrática, cada um participe, dê a sua sugestão, a sua crítica, muitas vezes o seu desabafo, para nos ajudarem a construir essa legislação que vai ser de Santa Catarina.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA (SC) - Boa-noite a todos.

Quero cumprimentar, com a permissão dos demais deputados, os deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes, que representam esta querida e bela região de Joinville; todos os segmentos aqui representados; os demais participantes desta audiência pública.

Saúdo também o secretário Regional Manoel Mendonça, de quem tive a felicidade de ser colega quando fui secretário da Agricultura. Manoel, você tem um belo trabalho!

Estou no meu terceiro mandato na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Já participei, posso dizer, de uma centena de audiências públicas, mas nunca tivemos a participação de tantas pessoas de todos os segmentos, de todas as classes da sociedade como nessas cinco audiências públicas que já realizamos sobre o Código Ambiental. E tenho certeza de que teremos a casa cheia nas outras cinco que vamos fazer, devido ao assunto.

O governador, juntamente com o deputado Antônio Ceron, secretário da Agricultura, e o deputado Onofre Santo Agostini, secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, teve a coragem de encaminhar esse projeto para a Assembléia Legislativa, e nós precisamos fazer uma lei que possa trazer equilíbrio para o Estado de Santa Catarina.

Temos uma lei que hoje, obedecida, exclui, não ajuda o desenvolvimento, não ajuda a conservar o meio ambiente, porque quando não se tem a possibilidade do trabalho, a possibilidade do desenvolvimento, não se tem também possibilidade de preservar, de conservar.

Nós vivemos com medidas provisórias, vivemos com resoluções que não servem para o nosso Estado. Por isso, quero dizer que estamos diante de um dos projetos de lei mais importantes que vieram para a Assembléia Legislativa, e está em nossas mãos, nas mãos da sociedade catarinense. Nós, deputados, precisamos respeitar aquilo que a nossa população pensa e deixar uma lei na Assembléia Legislativa que possa servir, inclusive, de exemplo para a nossa lei federal, para o nosso Congresso Nacional.

Há quatro anos, quando era secretário da Agricultura, tive a iniciativa de trazer para Santa Catarina o relator, no Congresso Nacional, da nova legislação ambiental, o deputado federal Moacir Micheletto, mas até hoje ela não saiu das gavetas. E nós não podemos fazer isso na Assembléia, em Santa Catarina. Nós temos que ouvir, nós temos que escutar, nós temos que discutir.

O governador mandou um projeto de lei que pode ser melhorado, que pode ser modificado, que pode ter emendas; não é um projeto de lei que quer liberar tudo, como já se está dizendo. Não é verdade. Nós queremos dar oportunidade de trabalhar, de progredir, e queremos também ter a segurança, sim, da preservação.

Por isso quero deixar aqui, em nome dos deputados da Comissão de Agricultura, daqueles que também não estão aqui, a nossa responsabilidade de construirmos essa lei, esse Código Ambiental que venha em defesa do desenvolvimento, do equilíbrio, da preservação e da conservação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Antes de passar a palavra à doutora Juliana, eu quero fazer uma saudação às autoridades que se inscreveram lá na frente. Não temos lugar para todo mundo aqui, então vamos fazer a saudação: senhor Gilmar Germano Jacobowski, diretor regional do Crea de Joinville; senhor Lenin Peña, presidente do Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDS) de Joinville; senhor Indalécio Sumech; presidente da Associação de Turismo Eco-Rural de Joinville; senhor Miguel Iankovski, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Papanduva; senhora Angélica Ponciano, neste ato representando o senhor deputado estadual Nelson Gonçalves; senhor Gilberto Luiz da Silva Azevedo, presidente da Câmara de Vereadores de São João do Itaperiú; senhor Jonhathas Adelin Alves, neste ato representando o Comar; senhor Eni José Voltolini, neste ato representando a Cidas de Joinville; senhora Roseli Taschek, neste ato representando o Sindicato de Agricultura dos Trabalhadores Rurais de São Bento do Sul; senhor Mauro Kazmierczak, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaipópolis; senhor Amauri Eduardo Kollross, diretor do Sindicato da Indústria e da Construção Imobiliária de Mafra; senhor Leônidas Pacheco de Miranda Lima, presidente em exercício do Sindicato dos Produtores Rurais de Canoinhas; senhor Mário Cezar de Aguiar, neste ato representando a Acij; senhor Edgar Hornburg, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaraguá do Sul; senhor Leoberto Weinert, prefeito do município de Canoinhas, neste ato representando os prefeitos da região do planalto norte; senhor Antônio Francisco Albano, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaramirim; senhor Lourival Elyas Filho, neste ato representando o Instituto Viva o Cachoeira (IVC); senhor Eduardo Schroeder, diretor executivo da Fundema de Joinville; senhor Orlando Uber, vice-presidente da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (Acomac); senhor Mário Raimundo Orth, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto União; senhor Wilson Beyersdorff, presidente da Associação de Micro e Pequenos Produtores Rurais do município de Três Barras; senhor Jucelino Wejchichowski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Major Vieira; senhora Janete Rosane Pacheco, agricultora e presidente da microbacia Santos Anjos, em Três Barras; senhor José Odorico Munhoz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre; senhor Amindo Sésar Tassi, vereador do município de Massaranduba; senhora Eloisa Corrente, presidente da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Joinville, neste ato representando a Secretaria Municipal de Educação de Joinville; senhor Lúcio Stolf, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massaranduba; senhor Mário Fernando Reinke, vice-prefeito de Massaranduba; senhor José Valmor Nicoluzzi, vereador do município de Irineópolis e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irineópolis; senhor Arno Luiz Denk, presidente da Câmara de Vereadores do município de Irineópolis; senhor Vilson Reichert, vereador do município de São Francisco do Sul; senhor Waldir Schaefer, neste ato representando o deputado federal Cláudio Vignatti; senhor Agostinho Eidt, conselheiro da Secretaria Regional de Joinville, neste ato representando a Acij; senhor Lauri Carlos Kaghofer, secretário municipal da Agricultura de Garuva; senhor Rolf Rothbarth, presidente da Associação dos Produtores Rurais do município de Garuva; senhor Nelson Holz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joinville; senhor Fabiano Krieger, consultor jurídico da Alesc; senhor Armando Agostini, consultor jurídico da Alesc; senhor Ronald Röder, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Garuva; senhor Sílvio Carlos Medeiros, presidente do Sindicato de Agricultura dos Trabalhadores Rurais do município de Três Barras; senhora Denise Fernandes dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Papanduva; senhor Pedro Benigres, neste ato representando a Polícia Militar Ambiental de Joinville; e senhor Jonas Schenekemberg, presidente da Associação do Agricultor de Urubuquara e Três Barras. É muito importante citarmos as autoridades presentes, porque se trata da representatividade das entidades que estão aqui.

Passamos a palavra à senhora Juliana Guimarães Malta Corte, representante do senhor Onofre Santo Agostini, secretário de

Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e do governo do Estado de Santa Catarina que fará a exposição do projeto para que, posteriormente, nós possamos discuti-lo.

A SRA. JULIANA GUIMARÃES MALTA CORTE - Boa-noite a todos. Em nome do deputado Romildo Titon, cumprimento todos os membros da mesa, os senhores e as senhoras.

Eu trabalho na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e vim aqui, representando o governo do Estado, para falar sobre o Projeto de Lei 238, de 2008, que é um dos projetos mais importante apresentado aqui no Estado, sobre o Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina. Começo com uma pequena introdução sobre como foi elaborado esse projeto de lei.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

No ano de 2007, o governador do Estado incumbiu o presidente da Fundação do Meio Ambiente (Fatma) de coordenar a elaboração desse importante trabalho. E o presidente da Fatma assim o fez, por intermédio de nove grupos de trabalho: Grupo Rural, Grupo Industrial e Urbano, Grupo Mineração, Grupo Proteção de Ecossistemas e Unidades de Conservação, Grupo de Recursos Hídricos, Grupo Licenciamento, Grupo Fiscalização, Grupo Resíduos Sólidos e Grupo Institucional. Como os senhores podem ver, houve uma série de entidades e órgãos envolvidos na elaboração dessa minuta de Código.

Posteriormente, a minuta foi enviada para a Secretaria da Agricultura e para a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, tendo recebido algumas alterações inseridas pelo setor produtivo aqui do Estado. A referida minuta ingressou na Assembléia Legislativa no dia 24 de julho deste ano.

Por que foi elaborado um Código? Como todo mundo sabe, existe uma vasta legislação sobre o meio ambiente; existe muita legislação esparsa, muitas leis. Então, optou-se por fazer um Código para que se pudessem reunir todas essas leis em um só corpo.

Portanto, o que é um Código? Um Código é uma sistematização de leis de um mesmo ramo do Direito. Ele dá uma visão panorâmica do Direito; ele é um conjunto de leis em um sistema coordenado, e serve justamente para facilitar aqueles que estão interessados nessas leis a obtenção das mesmas. Estando todas as leis ambientais reunidas num só corpo, fica muito mais fácil para todos aqueles que estão interessados e para a população em geral procurar as leis ambientais.

O que é o Código Ambiental do Estado de Santa Catarina que está sendo proposto? Ele é uma sistematização das leis federais e das leis estaduais já existentes com algumas inovações com o objetivo de adequar a realidade do território catarinense. É importante frisar que a nova lei visa criar um ambiente legal de efetiva proteção ao meio ambiente e maior segurança jurídica para os investimentos do setor produtivo no Estado.

A legislação que está sendo proposta está adequada à realidade ambiental, econômica e social do Estado de Santa Catarina, sempre visando à proteção ao meio ambiente.

É importante frisar também que o Código busca resguardar todos os princípios previstos na Constituição da República, tanto aquele que está lá no artigo 225, que fala sobre um meio ambiente ecologicamente equilibrado para uso de todos, da coletividade, como, também, a dignidade da pessoa humana e o direito ao trabalho.

Então, todos esses princípios estão resguardados por este Código Ambiental.

O que busca o Código? Busca a produção de forma sustentável, ou seja, a utilização dos recursos naturais de forma socialmente justa e economicamente viável, garantindo um meio ambiente ecologicamente equilibrado baseado em duas coisas muito importantes: a razoabilidade e a adequação. É isso que se está buscando com esse Código: adequar as leis à realidade catarinense, à realidade do nosso território. Temos uma legislação que abrange o Brasil inteiro, e a gente sabe que é um país de dimensões continentais. Então, queremos criar um fato para poder adaptar ao nosso Estado.

O Código Ambiental, como a maioria dos códigos, é dividido em títulos: Título I - Disposições Gerais; Título II - Política Estadual do Meio Ambiente; Título III - Dos Conceitos; Título IV - Dos Instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente; Título V - Da Gestão dos Recursos Ambientais; Título VI - Das Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental; e Título VII - Das Disposições Finais e Transitórias. Esses títulos são divididos em capítulos, que são divididos em seções e subseções.

O Código estabelece normas gerais visando à proteção e à melhoria da qualidade ambiental no território do Estado de Santa Catarina.

Ressalto aqui que estão excluídas do Código as Políticas Estaduais de Educação Ambiental, Recursos Hídricos e Saneamento. Por quê? Porque já têm leis especiais prevendo sobre essas políticas, embora o Código faça menção sobre elas.

O Código é composto por 23 princípios e diretrizes da Política Estadual do Meio Ambiente, todos muito importantes, mas escolhi para apresentar a vocês os que julgo de fundamental importância de serem colocados aqui, que são os seguintes:

Compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção e preservação da biodiversidade e melhoria da qualidade ambiental; formação de uma consciência pública voltada para a necessidade da melhoria e proteção da qualidade ambiental; promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo; e cooperação entre o Poder Público, o setor produtivo e a sociedade civil.

O Código, a norma, nos seus 306 artigos, destaca isso o tempo inteiro: cooperação entre o Poder Público, a sociedade civil e o setor produtivo.

Objetivos da Política Estadual do Meio Ambiente: I - proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente; II - remediar ou recuperar áreas degradadas; III - assegurar a utilização adequada e racional dos recursos ambientais; IV - gerar benefícios sociais e econômicos; V - incentivar a cooperação entre municípios e a adoção de soluções conjuntas; e VI - proteger e recuperar processos ecológicos essenciais para a reprodução e a manutenção da biodiversidade.

Destaque para o artigo 9º, que diz que: Compete ao Poder Público estadual e municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora.

É dever do cidadão informar ao Poder Público estadual e municipal sobre atividades poluidoras ou degradadoras de que tiver conhecimento.

Destaquei esse artigo mais uma vez para ressaltar que o meio ambiente, como está na Constituição, não é responsabilidade só do Poder Público, mas de toda a coletividade. Então, é responsabilidade de todo mundo a preservação do meio ambiente.

Como já disse, a norma é muito extensa, são 306 artigos. Então, destaquei aqui os pontos que considerarei mais relevantes para poder expor para vocês, e começo falando sobre os órgãos que tratam do meio ambiente aqui no nosso Estado.

Hoje, existe o órgão central, a Secretaria do Meio Ambiente, que é a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, responsável por coordenar a política estadual do meio ambiente; existem os órgãos executores, que são a Fatma (responsável pelo licenciamento ambiental) e a Polícia Ambiental; o Consema, o nosso Conselho Estadual do Meio Ambiente, órgão superior deliberativo e normativo que julga em última instância os recursos administrativos; e a inovação deste Código é que estão sendo criadas as Juntas Administrativas Regionais de Infrações Ambientais, órgão julgador intermediário, que será composto por três membros do governo e três membros do setor produtivo.

Quero destacar outra inovação importante: sabemos que já existe aqui o Fepema, que é o Fundo Estadual do Meio Ambiente, um fundo de extrema relevância que está sendo ratificado no nosso Código, mas como inovação está sendo instituído um novo fundo, um fundo diferente, que é o Fundo de Compensação Ambiental e Desenvolvimento com o objetivo de: I - investir no Sistema Estadual de Unidades de Conservação, especialmente na regularização fundiária dessas unidades; II - remunerar os proprietários rurais e urbanos que mantenham áreas florestais nativas ou plantadas sem fins de produção madeireira; IV - financiar e subsidiar projetos produtivos que venham mudar o uso atual do solo e regularizar ambientalmente as propriedades rurais e urbanas; V - financiar e subsidiar projetos produtivos que venham diminuir o impacto ambiental das atividades poluidoras instaladas no Estado; e VI - desenvolver o turismo e a urbanização sustentável do Estado.

Nos conceitos constantes do artigo 29 do Código, destaco três novos que considero importante. Um deles é a área rural ou pesqueira consolidada, que está no Código como aquela em que já havia atividades agropecuárias, frutíferas ou pesqueira de forma contínua, destacando que as atividades rurais de produção de gêneros alimentícios vegetal e animal são consideradas atividades de interesse social. Essa é uma inovação que está sendo colocada nessa norma: passarão a ser atividades de interesse social, mas, ao mesmo tempo, a norma prevê que, caso essas atividades mencionadas estejam em desacordo com a legislação ambiental, será priorizada a adoção de medidas que permitam compatibilizar a sua manutenção com a proteção do meio ambiente.

Outro conceito inovador é a auditoria ambiental voluntária. E, por fim, foi determinado aqui nesse projeto de lei que os campos de altitude ficarão acima de 1.800 metros.

Outros pontos relevantes, aquilo que já está determinado em resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente: que as atividades passíveis de licenciamento ambiental constam da resolução do Consema - fica ratificado aqui na legislação.

Também consta na lei o comprometimento do empreendedor com a conscientização no que diz respeito às questões ambientais; dispensa de novo processo de licenciamento às reformas de plantios com culturas permanentes, desde que ocorra na vigência da Licença Ambiental de Operação; desburocratização no processo de licenciamento; clara definição dos estudos ambientais a serem exigidos; obrigatoriedade de parecer técnico embasador (muito importante); dispensa da Licença Ambiental de Instalação (isso aí, para alguns casos, já consta da lei vigente hoje, mas aqui são estabelecidos os critérios para isso) no caso de licenciamento em que não seja exigido o Estudo de Impacto Ambiental; para licenciamentos em que seja exigido o Relatório Ambiental Prévio ou naqueles licenciamentos em que os pressupostos do Licenciamento Ambiental de Instalação estejam presentes no processo.

Outra inovação: Licenciamento Ambiental Coletivo de atividades e empreendimentos, cuja proximidade e localização recomendam ações coletivas integradas; isenção de cobrança de taxa do pequeno produtor rural; possibilidade de dispensa da Licença Ambiental de Operação em casos excepcionais e decisão motivada pelo órgão licenciador.

Quanto à interface do licenciamento ambiental e dos recursos hídricos. Embora o Código não trate da política estadual de recursos hídricos ele menciona algumas coisas a respeito, como o esclarecimento de que a outorga preventiva para uso dos recursos hídricos no Estado, que hoje é dada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, deve ser solicitada pelo empreendedor e apresentada para a obtenção da Licença Ambiental Prévia ao órgão licenciador; a outorga de direito de uso dos recursos hídricos deve ser apresentada ao órgão ambiental licenciador para obtenção de Licença Ambiental de Operação.

Outro ponto: o requerimento de certidões e declarações expedidas pela Fatma deve ser gratuito, como já consta na Constituição Federal; prazo de sessenta dias para a resposta do órgão licenciador, sob pena de aprovação automática.

No que concerne às penalidades, segue-se o que já estava previsto na legislação federal.

Destaque para os custos resultantes do embargo ou da interdição, temporário ou definitivo, serão ressarcidos pelo infrator depois de encerrado o processo administrativo e quando comprovada a prática da infração.

No processo administrativo infracional ficam destacados aqui na norma os princípios já previstos em legislação federal.

Incentivo à reparação do dano ambiental quando previsto que as multas previstas neste Código podem ter a sua exigibilidade suspensa, quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

Propostas em relação às Áreas de Preservação Permanente, as APPs: adequação das APPs ao longo dos cursos de água, de acordo com a realidade do nosso Estado.

Possibilidade de plantio em APP de pequena propriedade rural.

A não-consideração de APPs em canais, valas, galerias e canais de adução.

Propostas em relação à reserva legal: possibilidade de utilização de 100% de APP em reserva legal de pequena propriedade ou posse rural; explicita as possibilidades de utilização de reserva legal na pequena propriedade rural; expressamente permite o cumprimento da reserva legal nas áreas de posse rural; previsão de cotas de reserva florestal - título representativo de vegetação nativa sob regime de servidão florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) ou reserva legal. Isso aqui apenas ratifica o que já tem no Código Florestal brasileiro.

- Exploração sustentável de erva-mate, livre de qualquer autorização ambiental, desde que obedecidos os critérios estabelecidos na lei.

Propostas em relação às Unidades de Conservação (UCs).

Na nossa Norma foi colocado um ponto muito importante. Na lei federal do Snuc (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) é previsto que essas unidades de conservação sejam criadas por ato do Poder Executivo, e aqui na nossa lei as unidades de conservação estadual serão criadas por lei. E nestas leis deverão estar estabelecidos todos os critérios para essas unidades de conservação e direito de permanência no imóvel enquanto não houver indenização.

Por fim, outros pontos relevantes do projeto de lei são, destaque para o artigo 171:

- Adota-se no Estado os padrões de qualidade para os recursos ambientais previstos em normas federais, podendo o

Consema estabelecer padrões adicionais inexistentes em âmbito federal. Caso estejam previstos no Código e utilizados os padrões estabelecidos pelo Consema, desde que eles sejam mais restritivos que os federais.

Artigo 184. Os órgãos do sistema estadual do meio ambiente devem possuir de sistemas de informações ambientais unificados entre si, capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade.

Artigo 191. O Poder Público estadual deve publicar, por meio da secretaria de Estado responsável pelo meio ambiente, periodicamente, relatórios com os dados do monitoramento ambiental, diretamente repassados pelos órgãos integrantes do Sistema de Informações Ambientais.

Artigo 203. Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, que deve ser elaborado e atualizado pelo poder Executivo, em instância técnico-administrativa, por grupo de coordenação dirigido pela secretaria responsável pelo meio ambiente, com composição e forma de atuação definidas no decreto regulamentar.

Hoje a Secretaria responsável é a de Desenvolvimento Econômico Sustentável, com composição e forma de atuação definidas em decreto regulamentar.

O Código também prevê sobre a política estadual de resíduos sólidos, parcelamento do solo e antenas de telecomunicação.

Esses são os pontos mais importantes da norma.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Obrigado,

doutora Juliana.

Convido para fazer parte da mesa dos trabalhos o senhor Carlos da Costa Soares, procurador da Fatma. (Palmas.)

Há muitas pessoas lá fora que não conseguiram adentrar ao recinto. Não temos mais cadeiras, mas vocês podem ocupar as laterais para acompanhar esta audiência pública.

Estamos felizes pela quantidade de pessoas presentes, o que demonstra que todos estão interessados no debate desse projeto, que é importante para Santa Catarina.

Agora nós vamos ouvir rapidamente os senhores deputados, já que estamos aqui mais para ouvir a sociedade do que para discursar.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS (SC) -

Desejo saudar com grande alegria os senhores e as senhoras; as autoridades; a imprensa; o setor produtivo, na pessoa do vice-presidente da Fiesc, o doutor Albano Schmidt; o presidente da Comissão de Finanças, deputado Jorginho Mello; o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Décio Góes; o presidente da Comissão de Justiça, deputado Romildo Titon; os deputados Kennedy, Dirceu e Professor Grando; e a representante do governador Luiz Henrique da Silveira, doutora Juliana, que fez uma bela exposição.

Objetivamente eu desejo enaltecer o ato do governador Luiz Henrique, de, juntamente com a sua equipe, elaborar esse projeto de lei que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e mandá-lo para a Assembleia Legislativa. Esse é um fato relevante e importante para Santa Catarina, e cabe a nós, deputados, debater amplamente com a sociedade civil organizada - que é o que nós estamos fazendo neste momento -, e por esse fato parabênizos as Comissões da Assembleia.

Quero dizer que não tenho dúvidas de que nós, até pela participação, deputado Jorginho, pelo interesse da sociedade catarinense, haveremos de aperfeiçoar essa lei, fazer alterações se for necessário, no sentido de buscar um denominador comum que é o quê? Mantermos o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

Temos que preservar, mas não podemos engessar o nosso Estado, que precisa continuar se desenvolvendo e, sobretudo, crescendo com qualidade de vida.

Quero dizer que nós vivemos um conflito de competência, deputado Sopesa. Muitas vezes o cidadão catarinense, os empresários e nós, deputados, em alguns momentos de licenciamento não sabemos se a competência é do Ibama, se é da Fatma, se é das fundações ou das secretarias municipais do Meio Ambiente de Santa Catarina, dos municípios maiores. Isso tem que ser resolvido! E o governo federal tem tomado as suas ações, como foi dito aqui, através de resoluções do Conama, portarias, medidas provisórias. Isso é um absurdo. O governo federal e o Congresso Nacional têm que se posicionar firmemente no que diz respeito à legislação ambiental. De que forma? Delegando autonomia para o Estado catarinense fazer a sua legislação.

É isso que nós queremos. Porque, por exemplo, no artigo 115 vamos reduzir, certamente, de 30 metros para 5 metros para os cursos de água inferiores a 5 metros de largura. Vamos ousar, temos que ousar, mas corremos o risco de sofrermos uma ação direta de inconstitucionalidade. Temos que ousar e, mais do que isso, temos que pressionar o Congresso Nacional para alterar o Código Florestal. Isso tem que ser feito. E essa redução aqui tem que ser para a área agrícola e para a área urbana, porque aplicar o Código Florestal na área agrícola já é um absurdo, agora, na área urbana, é muito mais ainda. Inviabiliza cidades como Joinville.

Então, estou satisfeito. Tenho certeza de que haveremos de chegar a um bom termo com esta audiência pública.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES (SC) - Senhor presidente, entendo que este é o momento em que temos que ouvir, portanto, os dois minutos que me cabem eu cedo para quem está sofrendo na pele essa questão, preocupado com o Código, com essa nova lei.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Com a palavra o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR GRANDÓ (SC) - O nosso boa-noite, desejando muita saúde e felicidade a todos.

Gostaria de dizer que é elogiável, é corajosa a atitude do senhor governador, através de órgãos como a Fatma, a SDS envolvendo todos os setores da administração, elaborar essa minuta do projeto do novo Código Ambiental e a mandar para a Assembléia. O nosso dever como deputado é realizar as audiências públicas para ouvir todos os senhores, colhendo sugestões a fim de melhorar ainda mais esse projeto de lei.

Meus amigos, eu entendo que nós não podemos fazer o discurso fácil nem estabelecer conflitos quando todos sabemos que temos que ter unidade. Todos nós que aqui estamos queremos que tipo de desenvolvimento? Só tem um tipo de desenvolvimento hoje, que é o desenvolvimento sustentável. Portanto, isso nos une, isso nos dá forças para que possamos elaborar um bom projeto de lei. Todos somos a favor do desenvolvimento sustentável.

Temos alguns problemas? Temos. Não é fácil, e temos que vencê-los. E para isso nada melhor do que discutir democraticamente e com competência. Por exemplo, temos justamente a questão de competência, qual a competência federal e como deve trabalhar seu órgão executor, no caso, o Ibama? Tem a Constituição Federal; tem o papel do poder do Estado, o nosso Estado tem a sua Constituição Estadual e o seu órgão executor, a Fatma; e tem o município, que tem a sua Constituição, que é a Lei Orgânica que tem como órgão responsável, a Fundação do Meio Ambiente. Ora, se há conflito entre esses órgãos, acontece o que está acontecendo no dia-a-dia na sociedade, em muitos exemplos que estamos vendo.

Então, meus amigos, quando não há união ocorre omissão, porque muitos desses órgãos, em função da competência, se omitem, falta cidadania, e se falta cidadania, há repressão, e aí os senhores sentem na pele, no dia-a-dia, quando a polícia adentra na sua propriedade intervindo, prendendo, causando muitas vezes constrangimentos. Isso porque nós não estamos construindo uma cidadania de responsabilidade em que todos são favoráveis ao desenvolvimento sustentável e porque não está definido o trabalho de cada setor.

Portanto, nada mais justo que esse trabalho seja multidisciplinar. Não é mais somente uma visão técnica, restrita e só ambiental. Hoje, todos nós falamos no desenvolvimento econômico, social e ambiental. Os senhores estão vendo aqui a Comissão de Finanças, a do Meio Ambiente, a da Agricultura, a de Justiça e todos os órgãos da sociedade civil se manifestando. Temos que ter essa visão multidisciplinar que interessa a todos dentro do desenvolvimento sustentável, então tem que ser um processo eclético e sistêmico, porque envolve todos.

Portanto, nesse sentido, nós temos muito que complementar e melhorar. Melhorar, sim, pois esse é o papel dos parlamentares, no meu ponto de vista.

Quanto a esse Código. Ele é válido, realmente é pioneiro. O Brasil está olhando para esse Código, e os outros Estados estão querendo realmente seguir esse exemplo. Nós temos uma responsabilidade muito grande.

Mas nós temos que ter aqui o saneamento. Santa Catarina não pode mais ser o penúltimo Estado em saneamento. Penúltimo! Só ganhamos do Piauí. E se nós falamos em saneamento, nós temos que cuidar da água, pois sem água não há saneamento, não há qualidade de vida, não há alimentação. Vocês sabem, muito bem, que a água tem que ser saudável para produzir o milho, o feijão, o frango, o porco, enfim, toda a alimentação depende da água.

Inclusive, vocês sabem que a quantidade de água para produzir um quilo de frango é de dois mil litros e que para produzir um quilo de milho é de um mil litros de água. E como é que vem essa água? Só quando chove ou nós temos que cuidar da nossa bacia hidrográfica, que também não está no Código Ambiental? Então, temos que trabalhar a bacia hidrográfica, de montante a jusante, para saber como deve ser esse desenvolvimento sustentável.

Mais do que isso, a questão do resíduo sólido, que não se encontra [uma solução], mas nós temos que discutir. Estamos aí para isso, para fazer emendas.

E outra questão importante é a questão das florestas nacionais. Nós só vamos continuar reflorestando com *Pinus*? Por que não podemos reflorestar com bracatinga, como é o caso do Paraná? Por que o nosso Estado não pode? Por que não podemos reflorestar com bambu, com araucária e assim por diante? Então, nós temos que oferecer alternativas econômicas sustentáveis. Nada contra outro tipo de reflorestamento, mas temos que criar outras opções.

Enfim, minha gente, nós temos que ter claro que é necessário que se tenha o estudo florístico-florestal para consolidar qualquer código ambiental (para isso o Estado está empreendendo um esforço há mais de cinco anos, provavelmente em 2009 estará pronto); e um trabalho de levantamento econômico ambiental. Por quê? Porque nós temos áreas consolidadas.

Quais são as áreas consolidadas? Os senhores sabem mais do que ninguém! O agricultor quer proteger a terra por quê? Porque ele sabe que para seus filhos continuarem a sua atividade só depende dele. Se ele fizer o reflorestamento certo, cuidar da terra da maneira certa, se fizer de forma sustentável, os seus filhos, os seus netos, os seus tataranetos vão continuar vivendo daquela área. Se fizer de forma diferente, vai colocar em risco a sua propriedade e a sua descendência.

Então, mais do que ninguém, o agricultor conhece palmo a palmo a sua propriedade, sabe das nascentes, sabe como cuidar direito de tudo. Nós precisamos dar valor às áreas consolidadas. Por exemplo, várzea: "Ah, tem plantio de arroz há cem anos, há cinquenta anos". Nessas áreas consolidadas a Constituição diz que é possível, foi demonstrado... E aí o Ministério Público, em vez de ficar no gabinete, vai lá resolver o problema para que se continue produzindo da melhor maneira possível, sem atrapalhar ou prejudicar o agricultor. Nós temos que ter cuidado com a generalização. Se um soldado está doente, nós não podemos dar purgante para a tropa toda.

Então nós vamos cuidar da área que deve ser cuidada, e aquela exceção, por ser consolidada na produção e no trabalho através do levantamento e do estudo econômico e ambiental, vai permitir continuar valorizando os nossos agricultores e a produção.

E assim por diante, meus amigos, começaremos já a partir de hoje.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH (SC) - Boa-noite a todos os presentes e a todas as lideranças da mesa em nome dos presidentes das Comissões.

Falar em dois minutos, três minutos sobre um tema tão polêmico é difícil para nós também. Vamos tentar aqui fazer uma breve síntese do que a gente está sentindo em relação ao debate do Código Ambiental.

Entendemos que é preciso consolidar uma lei que unifique, que facilite a operação, o processo, o entendimento, a legislação do Ibama, da Fatma e tal.

Agora, eu quero dizer que essa não é uma discussão fácil, e não pode ser de partido político, desse ou daquele governo. Não pode ser uma disputa feita principalmente na emoção dos problemas do dia-a-dia porque nós estamos lidando com o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos, com o futuro da humanidade. Por isso esta questão é muito séria!

Antes, nós tínhamos uma visão de que podíamos usar a água, mas hoje em dia nós já temos que ter uma visão de produzir água.

Como eu sou agricultor e sempre lidei com o sindicalismo, tenho muita clareza de que Santa Catarina tem um grande potencial, não só ambiental como econômico, em relação à nossa água. Então, não podemos só olhar a água como um problema da questão ambiental e sim, como um grande potencial. Nós só avançaremos na produção de proteína animal - leite, carnes - se tivermos água. Passamos por quatro ou cinco estiagens aqui no Estado e sentimos o que é não ter água para dar aos nossos animais.

Então, o que o deputado Grandó falou aqui sobre a questão da água é fundamental. A produção de arroz, se não tiver água não produz arroz irrigado; a sociedade nas cidades não tem condições de viver se não tiver água.

Até queria me reportar sobre uma matéria importante que O Globo Rural do último domingo trouxe: ou a gente enfrenta essa questão de quem preserva e quem produz água deve receber por isso ou estaremos comprometendo o nosso futuro. Esta é a grande questão que está em debate!

Existem muitas coisas no Código Ambiental com as quais não concordamos, por isso achamos que tem que se construir uma lei e debatê-la para podermos avançar.

Queremos discutir sobre os 150 projetos, ou até mais, de repente 500, de hidrelétricas que Santa Catarina vai ter, pois ficamos a nos perguntar o que os agricultores que produzem água receberão dessa produção de energia elétrica do Estado? As grandes indústrias que consomem muita água, que necessitam que o agricultor preserve, vão pagar o quê por essa preservação para o futuro?

Essas são perguntas que entendemos que devem ser centrais no debate do Código Ambiental. A discussão ambiental no Brasil está avançando; o Acre e o Amazonas têm muitos projetos sendo discutidos em relação a essa questão.

Então, é compensação ambiental, sim, para os nossos agricultores que protegem e preservam o meio ambiente. Não é possível o agricultor preservar e uma cidade, Deputado Darci de Matos, igual à Joinville vai contribuir com os agricultores que estão protegendo as nascentes dos rios que abastecem essa cidade? Vamos ter que pensar nisso para o futuro.

O nosso papel enquanto Estado é fundamental. Primeiro, a questão das alternativas dentro das áreas de preservação: podemos produzir polpas nativas, por exemplo.

Outra questão que devemos discutir é o aumento da estrutura da própria Fatma para dar acompanhamento à fiscalização, ou não à fiscalização, mas dar o licenciamento para os agricultores. Hoje a lei permite que o agricultor tire 15 metros cúbicos de madeira a cada cinco anos, mas isso tem que ter acompanhamento, tem que ter averbação legal, só que também tem o problema do custo de tudo isso. Se as agroindústrias estão assinando o ISO 14.000 garantindo que irão preservar o meio ambiente aqui no Brasil, esse custo não pode cair sobre os agricultores. A lei diz que para propriedades com menos de 50 hectares o licenciamento e a averbação têm que ser gratuitos. Portanto, o Estado tem que assumir isso.

Então, acho que essa é uma luta importante que as organizações e os sindicatos devem assumir a fim de garantir esse direito aos nossos agricultores. O Estado ou as indústrias, enfim, alguém tem que ajudar a pagar essa conta; R\$ 1.300,00 ou R\$ 1.500,00 por família, o agricultor não tem como assumir esse custo sozinho.

Precisamos construir um plano estadual de recursos hídricos e fazer um inventário florestal, já comentado aqui, porque é uma necessidade que temos no Estado.

Mas eu quero chamar a atenção dos senhores para o seguinte fato: o Estado de Santa Catarina é um dos Estados que mais perdeu mata atlântica em todo o País. E o que nós estamos vendo é que os agricultores não estão conseguindo licença para nada, então onde está acontecendo isso? Essa é uma pergunta que fica no ar. São 9.100 hectares de mata atlântica que foram desmatados de 2002 a 2005. E pelo que eu vejo (essa é a queixa dos agricultores) não são os agricultores familiares que estão fazendo esse desmatamento. Alguém está desmatando. Então, a pergunta que fica no ar é como se consegue licença para isso?

A gente precisa discutir que estão acontecendo essas coisas durante esse processo do Código Ambiental. Temos que constituir um fundo, e não é com qualquer recurso, tem que ser um fundo em torno de R\$ 1 bilhão por ano, destinado à indenização dos nossos agricultores e ao pagamento por serviços ambientais. Se ele preserva tem que receber por isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Teremos agora um bloco das entidades representativas do setor produtivo. Farão uso da palavra, por até quatro minutos, os representantes das seguintes entidades: Fetaesc - Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Faesc - Federação da Agricultura; Fiesc - Federação das Indústrias; e Ocesc - Organização das Cooperativas. Apenas solicitamos que respeitem o tempo para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho.

Com a palavra o senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc).

O SR. HILÁRIO GOTTSSELIG - Inicialmente, gostaríamos de cumprimentar todos os deputados aqui presentes, os componentes da mesa, especialmente as agricultoras e os agricultores, pois este é o nosso grande público.

Vale salientar a importância da presença dos agricultores e das agricultoras em todas as nossas audiências públicas trazendo as suas expectativas e as suas ansiedades a todos nós. Acho que isso nos remete, inclusive, a uma das preocupações que hoje estamos vivendo em relação à viabilidade dos nossos agricultores e agricultoras, especialmente os pequenos agricultores do nosso Estado.

A Fetaesc hoje representa 204 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras do nosso Estado, inclusive boa parte deles está presente aqui, do planalto norte e do litoral norte do Estado de Santa Catarina, vários já foram anunciados, outros ainda não, mas estou vendo muitos aqui conosco. Temos mais de 186 mil famílias filiadas a sindicatos como também à nossa federação.

Então, nós não estamos falando aqui em nome de algumas pessoas, mas sim de um grande grupo, de um grande número de pessoas e de famílias envolvidas, com uma grande expectativa quanto à aprovação do Código Ambiental para Santa Catarina.

Nós defendemos o Código Ambiental de Santa Catarina, a sua aprovação, inclusive, por algumas razões bastante importantes. Eu não vou mencionar todas pelo tempo que temos disponível aqui neste momento, mas, no geral, vale a pena nos atermos à seguinte ordem.

Nós entendemos que o desenvolvimento e o desenvolvimento da agricultura catarinense têm que estar centrados a um processo bastante equilibrado. Ou seja, que as famílias do meio possam viver com dignidade e condições de vida, seja econômica, social ou ambiental.

Por isso, o nosso tripé está focado em três níveis: primeiro, que possamos ter um campo, uma agricultura com gente com dignidade e com prazer de viver lá; segundo, que possa ter um espaço agradável para se viver, ambientalmente sustentável correto; terceiro, que não adianta ter as pessoas num ambiente onde não possam viver dignamente porque não tem uma remuneração daquilo que estão produzindo. Então, para nós, esse tripé - econômico, social e ambiental - é muito importante. E é nesse foco que nós trabalhamos e construímos, participando ativamente na construção do Código Ambiental de Santa Catarina.

Vocês viram na apresentação da doutora, no painel, vários pontos (não vou mencionar todos) que realmente nos dão sustentabilidade para a aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina.

Eu também gostaria de destacar que nós, agricultores, especialmente os agricultores de Santa Catarina, pois cerca de 90% deles possuem até 50 hectares de terra, já estamos fazendo a nossa parte, independentemente de a lei existir para nós.

A sociedade muitas vezes criminaliza os agricultores do nosso Estado porque pensa que nós estamos desmatando, que estamos derrubando tudo, quando, na verdade, se olharmos os números, essa informação não procede. Primeiro por quê? Porque o Estado de Santa Catarina já está com 37.5% coberto com mata nativa - e não estou me referindo à mata original -, mas à mata que se deixou de cortar nos últimos cinco, dez anos, e se transformou em mata nativa - é só andarmos pelo Estado para ver como ele se encontra; e, segundo, porque temos apenas 5.13% de reflorestamento plantado. Agora, também temos 5.1% de campo nativo, 0.23% de restinga e 0.1% de capoeira.

Então, o Estado de Santa Catarina possui cerca de 48.23% de cobertura. Isso mostra que realmente a nossa agricultura está garantindo a sua parte até então. Precisamos também olhar em outra direção para ver quem está poluindo ou degradando o meio ambiente. Outro dia ouvi a seguinte pergunta: por que as cidades só utilizam a água dos rios antes de eles chegarem às cidades e não depois de passarem por elas?

Lembro-me o que um agricultor disse em uma dessas audiências, inclusive desafiando um promotor, na área do TC do arroz: "Eu quero que o senhor tome a água que entra na minha arrozeira, porque garanto que eu tomo a água que sai da minha arrozeira e vou viver por muito tempo, agora o senhor eu não sei". Os nossos agricultores, inclusive em relação à água, fazem a sua parte.

Encerro aqui desafiando e conclamando os deputados da Assembléia Legislativa para que garantam a aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina. E se for necessário fazer alguns ajustes, estamos à disposição. Vamos juntos construir, garantindo a viabilidade sócio-econômica das pessoas do meio rural. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Albano Schmidt, vice-presidente da Fiesc - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, por quatro minutos.

O SR. ALBANO SCHMIDT - Inicialmente cumprimento o deputado Romildo Titon, os componentes da mesa, as autoridades, as senhoras e os senhores presentes neste dia chuvoso, aqui em Joinville.

Eu gostaria muito de cumprimentar o nosso governador do Estado por essa atitude arrojada, de fato, de fazer e encaminhar à Assembléia Legislativa um projeto de lei que institui o Código Ambiental de Santa Catarina, levando em consideração todas as características sócio-ambientais do nosso Estado.

Queria também parabenizar e cumprimentar os presidentes das Comissões pela sensibilidade política de realizar, em conjunto, essas audiências públicas por todo o Estado, demonstrando a preocupação e a prioridade que o tema traz à nossa sociedade, com o objetivo de ouvir os anseios e os clamores de toda a nossa sociedade.

Eu queria lembrar aos participantes que este é o momento de a gente se manifestar, de mostrarmos aos nossos deputados as nossas necessidades, os nossos problemas, como vemos esse Código e como podemos trabalhar em conjunto. Então, enfatizo a presença de todos e os cumprimentos pela participação.

Nos poucos minutos que estamos aqui, anotei algumas coisas que gostaria de enfatizar. Ouvi aqui que a lei que temos hoje não ajuda o desenvolvimento; que é uma lei que estamos propondo para ser referência nacional; que é uma lei para dar oportunidade para trabalhar, progredir e também proteger o meio ambiente; que precisamos adequá-la à realidade catarinense tanto econômica quanto socialmente; que precisamos ter uma produção sustentável, economicamente viável e ambientalmente responsável. Isso tudo foi dito.

Então, gostaria de fazer aqui algumas considerações e lembrar que Santa Catarina se desenvolveu num território que hoje é quase todo denominado de mata atlântica. Quando que os nossos imigrantes, adentrando as nossas florestas, iriam imaginar que de repente isso ia ser mata atlântica? O Estado inteiro é coberto por essa mata, e hoje vamos ser penalizados por isso? Acho uma injustiça.

Temos uma riqueza em nascentes, córregos, rios que possibilitam assentamentos por todo esse nosso Estado, em todas as regiões, sendo Santa Catarina um exemplo de distribuição demográfica justamente por causa disso, justamente pelas pequenas propriedades rurais que instituímos neste Estado, e vamos ser penalizados por isso?

Mais uma vez, quero lembrar o histórico do desenvolvimento de Santa Catarina, cujas regiões se desenvolveram quase que igualmente pelo Estado inteiro, pelo extrativismo mineral, pelo desenvolvimento florestal, pela produção dos integrados, pelas indústrias.

Então, senhores, acho que esse é realmente um momento ímpar e de importância para todo o setor organizado no sentido de ordenar isso tudo num único ponto: num código, num órgão. Porque hoje é uma verdadeira colcha de retalhos: várias autarquias e órgãos se sobrepõem e legislam um diferentemente do outro, criando um verdadeiro (e desculpem o termo) vespeiro, onde nenhum assume a responsabilidade final. Isso dá uma insegurança jurídica muito grande à iniciativa privada, aos agricultores, a qualquer um. E muitas vezes sendo-lhes imputadas multas e responsabilidades, muito além da capacidade do empreendimento. É o que nós ouvimos aqui agora.

Não temos em Santa Catarina um histórico generalizado de degradação ambiental (tivemos em um ou outro local, e já estão sendo todos recuperados), pelo contrário! Acredito que o nosso Estado pode até ser considerado exemplo nacional de exploração sustentada do meio ambiente, pois temos ciência de que esta riqueza natural tem que ser preservada e cuidada, sob pena de exaurirmos a capacidade de geração futura de riqueza.

Então, senhores, com essas considerações, gostaria de dizer que temos trabalhado em conjunto com os nossos parceiros aqui, como Faesc, Ocesc, Fetaesc, juntamente com a Fatma, para aprovarmos de fato um Código importante para o Estado. A Fiesc entende que esta é uma oportunidade única e importantíssima que deve ser utilizada por nós todos, sem timidez, participando desse processo.

Este é um debate importante e deve ter a participação de todos nós com o objetivo de atender o interesse público maior do povo catarinense.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, senhor Albano.

Passo a palavra ao senhor Enori Barbieri, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), por até quatro minutos.

O SR. ENORI BARBIERI - Inicialmente, cumprimentando o deputado Titon eu queria cumprimentar todos os deputados presentes neste evento; saudar demais autoridades, agricultores, nossos presidentes de sindicatos. Quero agradecer àqueles que ajudaram a elaborar este projeto: governador Luiz Henrique, Assembleia Legislativa, em nome das Comissões, pela democracia que está sendo usada para levar ao interior do Estado este debate.

Acima de tudo, gostaria que a Assembleia tivesse pressa porque nós estamos vivendo uma indústria de multas pelo interior deste Estado. Formou-se uma rede de denunciantes - e eu não sei com o quê, mas sei comandada por quem - que entrega os seus vizinhos, que entrega as pessoas naquilo que está consolidado. E a Polícia Ambiental e a promotoria pública nem sempre têm a coerência de entender as pessoas. Como foi falado, pesadas multas são atribuídas sem que essas pessoas tenham condições de quitá-las. Muitos termos de ajuste de conduta são feitos sem que as pessoas tenham condições de cumpri-los no futuro. E este projeto vai acabar com isso.

É por isso que eu faço um apelo aos membros das Comissões para que façam um acordo com o Ministério Público até que se aprove este projeto: que se cesse ou que se estabeleça o projeto como parâmetro, para que não ocorra mais o que está ocorrendo.

Quero dizer também que a agricultura não sobrevive mais da forma como o Meio Ambiente está elaborando as leis e as normas. Disse o ministro da Agricultura, ontem, numa audiência pública no Congresso Nacional: "É preciso que o Meio Ambiente leve em consideração a realidade em que vive a agricultura, não fazendo leis sem enxergar o outro lado". E por isso que estamos aqui, hoje, a grande maioria são agricultores, e os urbanos deveriam estar também. Infelizmente, os urbanos eu até os perdoo, porque eles não têm noção do que é ser agricultor, o que é ser penalizado porque surgiu uma lei depois que ele está estabelecido. Já falaram muitas coisas que acontecem na cidade, e os problemas da cidade também terão que ser resolvidos.

Por isso eu não tenho nenhuma dúvida de que as pessoas e os senhores deputados terão a coerência de estabelecer aquilo que serve para os dois; o que é necessário para o ambientalista viver e o que é necessário para o agricultor sobreviver. Um não vive sem o outro. Não queiram estabelecer quem vai ganhar ou quem vai perder. Todos precisamos ganhar para sobreviver.

Para encerrar, eu quero fazer um encaminhamento. Ontem deveria ter acontecido uma audiência pública na Assembleia sobre a questão da bracinga, por solicitação do deputado Kennedy e do deputado Reno, que conversaram com o deputado Sopelsa, e nós pedimos para que fosse suspensa porque aqueles que a solicitaram são do planalto norte - a maioria deles está aqui presente. Eu gostaria que, depois, quando fosse encaminhado o tema, a Assembleia o acatasse porque nós estamos vivendo um drama pontual no planalto norte. Em plena colheita do fumo, a grande maioria dos agricultores está com a sua lenha embargada pela Polícia Federal e não pode proceder à secagem do fumo, tirando-lhes o direito à sobrevivência, o seu ganha-pão.

Então, esse tema vai ser encaminhado depois e eu gostaria que os deputados dessem a devida atenção.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Obrigado,

Enori.

Passamos a palavra ao senhor Décio Sonaglio, neste ato representando a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), por quatro minutos.

O SR. DÉCIO SONAGLIO - Gostaria de cumprimentar os membros da mesa.

Como me chamaram a atenção sobre as extrapolações de horário, vou ser mais disciplinado agora, com certeza.

Queria registrar, para que todos tomem conhecimento (muitos deputados já sabem, mas tem deputados que estão participando pela primeira vez das audiências públicas, e já estamos na quinta), as entidades representativas do setor produtivo e as entidades profissionais, como a doutora Juliana colocou, que participaram contribuindo e dando o seu posicionamento sobre essa questão, que redundou na proposta que foi encabeçada pela Secretaria da Agricultura e pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, aceita pelo governador e encaminhada à Assembleia.

Associação dos Técnicos Agrícolas. Participaram as seguintes entidades: Ocesc (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina); Fecoagro; Faesc, aqui representada pelo Barbieri; Fetaesc, representada aqui pelo Hilário; Fiesc, que evidentemente se pronunciou; Sindicame; Associação Catarinense de Avicultura; Sindileite Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados), e vai ser muito problemático no momento em que forem aplicados os licenciamentos ambientais no setor leiteiro; Sindicato da Indústria do Arroz; Associação Brasileira de Produtores de Maçã; Associação Catarinense de Criadores de Suíno; Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia); Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina; florestais; zootecnistas; Associação dos Médicos Veterinários; Todas essas entidades nós conseguimos aglutinar e reunir numa sala, com cada uma dando o seu posicionamento, e conseguimos propor algumas questões, muitas delas apresentadas aqui nesse Código.

Além desse registro, gostaria de reforçar um pouco aquilo que o Barbieri e o Hilário da Fetaesc levantaram sobre a questão da mata atlântica. Reforçar aquilo que o presidente colocou sobre os pequenos produtores rurais. Eu tenho sido muito enfático nas outras audiências, e gostaria de colocar com mais calma (os agricultores que estão aqui sabem muito bem disso) o seguinte: ninguém recuperou mais a questão ambiental nos últimos trinta anos do que o pequeno produtor rural de Santa Catarina nas 187 mil propriedades rurais que existem neste Estado.

Há trinta anos os produtores iam para os topos de morros e plantavam, na época do plantio, com cabo de arado, enxada, cargueiro, carroça. Eles iam realmente sem tecnologia de conservação de solo, de preservação, sem tecnologia não poluente nas suas criações. Hoje a realidade é diferente.

Conforme disse o presidente da Fetaesc, temos hoje quase 40% das propriedades rurais com cobertura vegetal. Não é aquela mata atlântica nativa de antigamente, mas está aí um processo de recomposição ao longo desses últimos trinta anos por parte dos produtores rurais nessa questão, e é injusto continuar penalizando-os, já que eles estão colocando 20% da sua propriedade como reserva legal.

Então, vamos discutir mata ciliar nas APPs e flexibilizar essa questão, já que o produtor está fazendo a sua parte. As áreas de preservação estão com quase 40% de cobertura vegetal; o produtor a está preservando e não está recebendo, até o momento, nada por isso. Então, esse Código está modificando essa questão.

Portanto, queria chamar atenção para que se levasse isso em consideração, pois são produtores familiares que têm nessas propriedades o sustento das suas famílias. Por isso, gostaria de colocar aos deputados que precisamos que essa lei seja votada o mais rápido possível. Os ajustes estão acontecendo nestas audiências públicas através de sugestões, e acho que o projeto tem condições de ser votado ainda este ano. Essa é a posição da Organização das Cooperativas, e estamos apostando as fichas nos nossos deputados, que, desta vez, estão fazendo lei. É preciso que o Congresso Nacional siga esse exemplo de Santa Catarina, porque os deputados têm que fazer leis - essa é prerrogativa deles -, e não deixar Ministério Público, resoluções etc. fazer leis. A lei sai justa, sai uma coisa adequada à sociedade quando o deputado a faz.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, Décio.

O deputado Darci de Matos questiona sobre a possibilidade de inconstitucionalidade do artigo 115, que trata das APPs, e cabe a mim, como relator da Comissão de Constituição e Justiça, emitir o parecer sobre essa legalidade. Então, gostaria de pedir ao doutor Leonardo Papp que, em até três minutos, desse o seu posicionamento em relação ao artigo 115.

O SR. LEONARDO PAPP - Boa-noite a todos.

Gostaria de dizer que este momento da audiência pública é importante porque é quando os senhores deputados começam a definir as escolhas que vão fazer para esse projeto de lei, e não é diferente no aspecto jurídico.

A gente vem ouvindo falar que nós, do Estado de Santa Catarina, nada podemos fazer diferentemente daquilo que prevê a legislação federal. Se essa for uma verdade incontestável, de fato, a única coisa que nos sobriaria seria aguardar que talvez algum dia se altere a legislação federal.

Porém, o que a gente precisa ter em mente é se essa é a interpretação mais adequada ou se essa é a única interpretação possível da Constituição. Por quê? Porque a nossa Constituição, de maneira bastante sábia, lá no artigo 3º instituiu alguns princípios fundamentais da República, e esses princípios, criados pela própria Constituição, são os seguintes: desenvolvimento nacional, busca do pleno emprego, redução das desigualdades regionais e, mais do que isso: dignidade da pessoa humana.

Então, toda e qualquer lei, todo e qualquer direito previsto na Constituição têm que atender para esses fundamentos da República. Não é diferente com a questão do meio ambiente, ou seja, a legislação ambiental deve estar atenta a esses princípios fundamentais da República.

Especificamente no que diz respeito à legislação ambiental, temos uma norma tentando definir competência. O parágrafo 1º do artigo 24 da Constituição diz que, "em matéria ambiental, a lei federal somente pode estabelecer regras de caráter geral", e é aqui que está a discussão! Se aquilo que temos hoje na legislação federal pode ser considerado uma norma de caráter geral e atende aos princípios da República Federativa se aplicada em Santa Catarina, realmente nada temos a fazer. Porém, se considerarmos que a legislação federal, tal qual está colocada hoje, não atende aos princípios fundamentais e vai além do estabelecimento de normas de caráter geral, o Estado de Santa Catarina tem a possibilidade jurídica de fazer normas adequando a questão ambiental à realidade do seu Estado, legislando naquilo que é a sua competência, ou seja, normas de caráter específico. Inclusive, em relação a isso tem um estudo inicial feito pela assessoria jurídica da Fiesc - até acho que seria importante ela se manifestar, para complementar.

De qualquer maneira, o ponto central é este: se a norma federal está fazendo aquilo que é da sua competência constitucional e até que ponto nós não podemos e devemos, atendendo à própria Constituição - que é mais importante do que atender ao Código Florestal -, adequar à legislação ambiental as peculiaridades do nosso Estado de forma a atender aqueles princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, que são, volto a dizer: busca do pleno emprego, redução das desigualdades regionais, desenvolvimento nacional e, especialmente, dignidade da pessoa humana.

Acho que era nesse sentido o esclarecimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Obrigado, doutor Leonardo.

Vamos passar agora para o bloco das inscrições, que será comandado pelo eminente deputado Jorginho Mello, presidente da Comissão de Finanças.

(O deputado Jorginho Mello assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Os senhores já observaram o critério. Gostaríamos de dar o maior tempo possível para se manifestarem, infelizmente, não podemos, já que desejamos oportunizar a palavra a um número maior de pessoas.

Com a palavra o senhor Leonardo Aguiar Morelli, neste ato representando a Defensoria da Água, por até dois minutos.

O SR. LEONARDO AGUIAR MORELLI - O deputado Grando chegou a colocar que o Brasil inteiro está de olho nesse Código, e posso dizer que uma boa parte está de olho nisso com medo, pelo risco da flexibilização de uma série de questões.

Por exemplo, o Código de Santa Catarina estabelece no seu título III, "Dos Conceitos", um perigoso processo que envolve a questão de co-processamento de resíduos, que pode permitir o espalhamento de material contaminado, como no caso recente que o Consema aprovou em relação à areia de fundição, produzida principalmente na região de Joinville, eis que grande parte poderá ser espalhada pelas estradas, pelas ruas, e pessoas poderão ter acesso a material contaminado.

O Código estabelece que o Consema tem poder deliberativo e consultivo sem estabelecer no que é consultivo e no que é deliberativo. Também estabelece a possibilidade de descarte de efluentes sem estabelecer nenhum critério, nem mínimo nem máximo. Quer dizer, as pessoas podem jogar água poluída de qualquer maneira.

Na verdade, o que está em jogo nessa discussão do Código Ambiental é uma questão que divide a pequena propriedade agrícola, o grande industrial do agronegócio e também a grande indústria, que está se utilizando dessa grande cortina que é um código ambiental para criar uma falácia, uma forma de burlar todas as normas.

A Constituição garante que nenhuma norma estadual deve ser menos restritiva do que a federal, e o que se está vendo é um verdadeiro queijo suíço, com buracos por todos os lados. O que nos preocupa não é a situação do pequeno produtor rural, que em grande parte acaba fazendo pressão para aprovar esse Código Ambiental às pressas, que vai beneficiar tanto o grande capital do agronegócio - que quer, sim, o desflorestamento - como a grande indústria. Não é à toa que a Fiesc quer a aprovação desse Código Ambiental do jeito que está. Tem um monte de armações dentro desse Código que foram elaboradas dentro da Fiesc e que tem como ponto de perspectiva criar um fenômeno neste País, qual seja, a possibilidade de as grandes indústrias criarem códigos ambientais exatamente para acabar com todas as conquistas que levaram ao conceito do poluidor pagador.

Então, quero aqui fazer uma denúncia: o pequeno agricultor está sendo usado para pressionar e beneficiar o grande industrial do agronegócio e as grandes indústrias, que estão por trás de uma grande maracutaia.

Obrigado. (Palmas e vaías.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Senhores, é uma audiência pública, e eu entendo, compreendo, mas gostaria do carinho de cada um dos senhores.

Concedo a palavra ao senhor Mário Eugênio Boehm, neste ato representando a empresa Calema Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Alinc.

O SR. MÁRIO EUGÊNIO BOEHM - Alinc significa Associação dos Loteadores e Imobiliárias do Norte Catarinense.

A Associação apóia o plano, concorda com a maior parte dos artigos, mas descobriu, entre eles, alguns que ainda podem ser mais aperfeiçoados. Vou citar apenas alguns poucos, e pediria licença para encaminhar um rol de sugestões muito grande que levaria muito tempo para elencar aqui, e acho que ninguém teria paciência para escutar, então, gostaria que ficasse assegurado o direito de encaminhar posteriormente.

A primeira coisa para a qual eu gostaria de chamar atenção é que é loucura querer aplicar o Código Florestal(sic) no perímetro urbano. Não tem sentido. As cidades foram criadas ao longo de rios, e hoje ficam penalizadas por esse motivo - é impossível a manutenção disso.

Gostaríamos também que fosse dada abertura para que os municípios que tivessem uma fundação municipal de meio ambiente e conselhos municipais do meio ambiente, legalmente constituídos, organizados e funcionando, pudessem legislar sobre o meio ambiente dos municípios.

Uma contribuição: é ingenuidade achar que as áreas de mata ciliar de 30 metros ou mais sejam uma garantia contra enchente. A maior enchente de todos os tempos em Blumenau se deu um ano depois da sua fundação, com 100% do meio ambiente intacto. Então, é ingenuidade achar que isso seja proteção contra enchente.

Não sei se ainda tenho tempo, mas gostaria de pegar um gancho no que foi dito. A propriedade tem que atender três funções: social, ambiental e econômica também. A propriedade tem que gerar recursos. Deixar área de preservação permanente sem gerar coisa nenhuma fere essa obrigação fundamental da propriedade.

A Associação dos Loteadores apóia em grande parte o Código Ambiental de Santa Catarina.

Era isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Concedo a palavra ao senhor Guilherme Adolfo Voss, secretário do Sindicato Rural de Joinville.

O SR. GUILHERME ADOLFO VOSS - Senhores deputados, senhores presentes, boa-noite.

Antes de fazer um pequeno comentário, gostaria de sugerir, como já participei de um órgão licenciador, que seja alterado o parágrafo 3º do artigo 54, porque estipular que o órgão licenciador dê uma resposta em sessenta dias, com a estrutura atual que tem e com a estrutura que virá, é para penalizar todos esses funcionários.

Por fim, como filho de agricultor, como alguém que labuta na agricultura, como alguém que já viu muita audiência pública e muita aplicação de leis, compreendo muito a ação a que estão sendo sujeitos, principalmente os pequenos agricultores, que não estão acreditando no que está acontecendo com eles. Na terça-feira, da semana passada, tivemos um encontro em Florianópolis, e eu fiquei preocupado quando vi como estão desolados os agricultores. Ouvi muitos dizerem o seguinte: estou vendendo minha terra em lotes de 20 mil metros quadrados para poder formar os meus filhos, para que eles não precisem mais da agricultura. E quando indaguei se isso não iria virar chacinhas não produtivas, um deles respondeu: eu estou fazendo a minha parte de sobrevivência!

Então, acredito que esse Código tem que olhar muito para essa parte, e está olhando. É um Código que podemos apoiar, e estamos apoiando. Tem pequenas correções a serem feitas também, para que a gente não inviabilize, mas para quem está perto do agricultor, para quem labuta, para quem vê a forma de aplicação... E a Polícia Ambiental não é a culpada disso, nem o promotor, os culpados são aqueles que fazem as leis. Agora, os nossos deputados estão resgatando isso com coragem.

Parabéns e esperamos a sua aprovação e que realmente permaneça no Código aquilo que prevê essa sustentabilidade.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Obrigado, Guilherme.

Concedo a palavra ao senhor Rolf Rothbarth, presidente da Associação dos Produtores Rurais do município de Garuva.

O SR. ROLF ROTHBARTH - Quero cumprimentar os deputados e pessoas que compõem a mesa.

Sempre que se fala em meio ambiente, o agricultor tem grande preocupação. Não que ele não queira preservar ou não goste de preservar, o agricultor sempre foi a favor da preservação do meio ambiente, a preocupação dele era com as leis que vinham com o meio ambiente.

Finalmente, posso dizer que volto para a minha comunidade, pelos discursos que ouvi dos nossos deputados (e amanhã na reunião da Associação vou dizer isso), convencido de que teremos um Código de leis ambientais justo.

O deputado Moacir Sopelsa usou a palavra certa: equilíbrio. Nós queremos preservar, mas precisamos sobreviver, e queremos ter o direito de ter a nossa família lá. Tenho três filhas, graças a Deus todas formadas na faculdade e trabalhando na agricultura.

Como prova de que também somos a favor do meio ambiente, gostaria de dizer que quando se fala em reserva legal, eu acho muito justo, só o nome que não é sugestivo. Deveria ser "doação do agricultor em forma de preservação do meio ambiente".

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o senhor Mauro Kazmierczak, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaipópolis.

O SR. MAURO KAZMIERCZAK - Boa-noite a todos. Em nome dos agricultores do planalto norte, quero cumprimentar esta seleta mesa.

Estamos em grande número aqui nesta reunião exatamente para dizer que todos os agricultores do planalto norte, como os das demais regiões de Santa Catarina, têm consciência ecológica, têm consciência de preservação do meio ambiente. Sabemos que temos que olhar para as nossas embalagens de agrotóxicos, para os nossos lixos domésticos e assim por diante.

Como disse o Barbieri, no planalto norte está tendo uma indústria de multas, e se existe essa indústria de multas, a sede é em Itaipópolis. Nós, pequenos produtores daquele município e de toda a região, já não agüentamos mais. Estamos engessados, não podemos mais trabalhar porque a indústria da multa está pesadíssima. Houve multa de até de R\$ 63 mil para um único produtor rural porque ele cortou algumas lenhas para secar a sua safra de fumo. Essa lenha está amontoada ou empilhada em sua propriedade, e certamente ficará lá apodrecendo se não tomarmos algumas providências.

Certamente esse agricultor (e muitos outros) precisará dessa lenha para secar a sua safra de fumo, e se não liberarem essa lenha apreendida, seqüestrada, ele vai cortar outra lenha para secar o fumo, porque ele precisa dessa safra para o sustento de sua família.

Temos duas grandes reivindicações para fazer: primeiro, que as autoridades do Estado liberem o corte da bracatinga, que facilitem o corte dessa madeira para lenha. A bracatinga é uma grande fonte de energia, e nós, agricultores, sabemos como manejá-la. Segundo, que aquela lenha seqüestrada seja liberada. Porque o nosso agricultor tem que secar a sua safra, e vai cortar outra lenha se aquela não for liberada.

Esse é o grande pedido do planalto norte, principalmente do município de Itaipópolis.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Leoberto Weinert, prefeito do município de Canoinhas, neste ato representando os prefeitos da região do planalto norte.

O SR. PREFEITO LEOBERTO WEINERT (Canoinhas/SC) - Boa-noite a todos os membros da mesa, aos companheiros e aos produtores aqui presentes.

Estamos falando não só pelo município de Canoinhas, mas também pelos prefeitos do planalto norte e pelos produtores, tanto os produtores rurais quanto todo o processo produtivo, a indústria, porque sentimos esse projeto como um projeto que está chegando para resolver os problemas do processo produtivo, em especial das pequenas propriedades.

Quero avaliar aqui também as palavras do Mauro. O problema da bracatinga é de todo o planalto norte, e já foram tomadas iniciativas, que caíram por terra. Nós precisamos realmente da retirada desse material, que é um material energético, de renovação espontânea, e é uma espécie de madeira que com cinco ou seis anos está morrendo. Então, estamos tirando a oportunidade de o produtor ter um material de custo baixíssimo para que ele possa viabilizar a sua propriedade.

Quero aqui, em nome de todos os produtores, apoiar o projeto e dizer que os prefeitos do planalto norte estão dia a dia, passo a passo, acompanhando a discussão dele e desejando que seja aprovado o mais rápido possível, para que possamos implementar no Estado de Santa Catarina a possibilidade de sustentabilidade, de permanência do cidadão no campo e do processo produtivo.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Passo a palavra à senhora Janete Rosane Pacheco, agricultora e presidente da Microbacia Santos Anjos, em Três Barras.

A SRA. JANETE ROSANE PACHECO - Muito bem, eu quero que todos reflitam o seguinte: desde que nascemos, nós causamos impacto ambiental. Não vou nem avaliar mais isso, porque vai demorar muito, mas eu, como mãe e agricultora, vendo todos os filhos dos agricultores indo embora das propriedades, quero dizer uma coisa para vocês: não precisa o governo gastar quantias vultosas com Polícia Ambiental, com Fatma, com todo esse pessoal. O salário de um policial ambiental dá para pagar quatro agricultores para cuidar de propriedade. Por que o governo não vem beneficiar, não vem remunerar os agricultores que estão cuidando desse meio ambiente e possibilitar que os filhos desses agricultores continuem na propriedade, sendo remunerados?

Nós vivemos num ambiente maravilhoso que a nossa família conservou, mas não temos como viver sem renda nem como manter nossos filhos na propriedade. Precisamos de renda para dar continuidade e ter uma vida justa e digna. Também precisamos que várias decisões sejam tomadas para os jovens na área da comunicação. Eles não podem sair para estudar, e quando saem, não voltam mais, porque conhecem outra vida. Com os meus filhos aconteceu isso. Eu tenho quatro filhos, mas só tenho um em casa.

Então, eu faço um apelo: que se dê ao jovem uma chance de ele poder estudar morando na propriedade, e para isso é preciso ter ônibus, é preciso que as comunicações sejam melhoradas, é preciso que ele possa ter celular, bem como Internet lá na sua propriedade. Que se dê também incentivo ao turismo rural, do qual faço parte, porque não estou sentindo incentivo do governo do Estado.

Nós cuidamos das florestas, cuidamos das nascentes, e queremos abrir a possibilidade de a sociedade vir à nossa propriedade e visitar o que temos de melhor. Mas nós precisamos de muita ajuda ainda para chegar lá, certo?

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito obrigado, dona Janete.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, que deseja fazer um esclarecimento.

SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIOR SOPELSA (SC) - Nós devemos uma satisfação ao Mauro e ao prefeito Leoberto, que pediram que se fizesse uma audiência pública - e já foi dito aqui pelo Barbieri - em Florianópolis para tratar disso.

Eu quero registrar a compreensão de vocês por terem aceitado vir aqui fazer as colocações, mas é preciso deixar registrado aqui que não é só deputado que faz lei. O Ibama tem uma resolução proibindo derrubar, cortar bracatinga em Santa Catarina, e no Paraná autoriza. É para vocês verem que muitas coisas são feitas por gente que não conhece a realidade.

É por isso que nós temos que ter a coragem de ir buscar. Quem é que não sabe - aqui foi dito pelo prefeito, e falei com o Grando, que é um professor - que a bracatinga, em menos de dez, doze anos, seca e morre? E nós não estamos deixando o agricultor manejar, estamos proibindo o agricultor de usar uma árvore, que não tem vida mais de dez anos, para uma atividade que é necessária. Como vão fazer a secagem do seu produto?

Então quero dizer ao Mauro e ao Leoberto: vamos tentar, quem sabe

na segunda-feira, no nosso retorno a Florianópolis, buscar uma solução para a safra que está aí.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Passamos a palavra ao senhor Lenin Peña, presidente do Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDS), de Joinville.

O SR. LENIN PEÑA - Boa-noite, senhores. Senhores deputados, me permitam dar os parabéns pela iniciativa dessas audiências públicas, porém lamentar que elas não estejam sendo tão públicas como se pensa em relação ao termo público.

Existe uma deficiência de comunicação, então entendo que todo catarinense - seria o ideal, claro, é utópico - deveria conhecer esse Código. Joinville, por sorte, tem o melhor plano diretor do País, um plano de desenvolvimento sustentado, elaborado e entregue este ano. Esse plano diretor de desenvolvimento sustentado de Joinville é o melhor do País porque foi elaborado com uma visão holística, sistêmica e ecológica. Ali fala na área da educação, os pilares necessários para uma correta educação, e não aquela que todo mundo diz que é educação de qualidade, sem sequer dizer se é qualidade boa ou ruim. Esse plano diretor é bom porque fala sobre o conceito real de saúde. E o que diz o conceito de saúde? Segundo a própria Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, saúde é um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doenças e enfermidades.

Assim, digo aos senhores que é bonito estarmos aqui e por necessidade, sim, de sobrevivência, querer defender um Código que possivelmente vai salvar o nosso dia-a-dia, este momento. Mas será que vai salvar os dias passados, dos nossos descendentes? Será que estamos pensando no futuro em construir um município, uma sociedade, um Estado ou um país?

Senhores, senhores deputados, nós precisamos pensar seriamente, e graças a Deus o Brasil está pensando seriamente. Nós temos essa Saúde Ambiental (*mostra cartilha*), que recomendo aos senhores deputados adquirirem para se informar. Esse é o documento mais sério que tenho visto em termos de meio ambiente, pois que chama, conclama e obriga que todos os Ministérios estejam interligados.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Por favor, senhor Pena, concluindo.

O SR. LENIN PEÑA - Mas eu gostaria de dizer, senhores, que o Código de Meio Ambiente de Joinville é mil vezes melhor do que se propõe Santa Catarina, mas nós já havíamos dito que precisava ser atualizado. Nós precisamos, sim, senhores deputados e comunidade presente, termos realmente o real conceito de valores, mudarmos toda essa deficiência da economia.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito obrigado, senhor Peña. Eu gostaria de contar com a sua compreensão.

O SR. LENIN PEÑA - Nós temos os Estados Unidos que estão quebrados, por falta de preservação ecológica. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito obrigado.

Passamos a palavra ao procurador da Fatma, senhor Carlos da Costa Soares.

O SR. CARLOS DA COSTA SOARES - Boa-noite a todos. Deputado, eu só queria justificar que declinei do convite para participar da mesa porque eu não represento oficialmente a Fundação do Meio Ambiente, mas, sim, o conjunto dos servidores, dos técnicos da Fatma, que estão bastante preocupados com o que está sendo discutido pelo Estado em termos de Código Ambiental.

E para que isso fique bem claro, a postura deste que vos fala, eu vou me permitir fazer um breve histórico de como foi o início e a conclusão do Código Ambiental, que foi discutido pelos servidores da Fatma. Eu vou complementar.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Eu só gostaria que o senhor nos ajudasse, pois são dois minutos para cada um.

O SR. CARLOS DA COSTA SOARES - Infelizmente, pois teria aqui uma série de ponderações a fazer, mas vou tentar ser breve, pelo menos ficarei no relato daquilo que se constituiu a discussão do Código Ambiental. E aí vou me permitir...

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Depois o senhor pode até entregar para nós tudo o que o senhor tiver.

O SR. CARLOS DA COSTA SOARES - Eu farei isso na audiência de Florianópolis. Agora, vou me permitir pedir à doutora que eu apenas complemente aquilo que ela iniciou, mas não fez na sua totalidade.

O Código Ambiental foi constituído no início de 1997, a pedido do senhor governador do Estado - a idéia de se condensar todas as legislações em um único Código é maravilhosa, é fantástica. Acontece que essa discussão foi levada por nove comissões, compostas em torno de trinta pessoas das mais diferentes entidades do Estado, e aqui eu posso citar a PGE, a Polícia Militar, a Fetaesc, a Fiesc, a Fecam, a SDS, a Unisul, a Unoesc, o Sinduscon, o Comitê de Reserva da Biosfera, e por diversas outras ONGs. Essas entidades discutiram em comissões compostas por trinta membros cada uma, em média, durante um ano. Não foi um mês! Como querem nos fazer agora aceitar esse Código Ambiental? Foi um ano de discussão do Código Ambiental, discussão levada com seriedade por técnicos que conhecem e trabalham no meio ambiente há trinta anos. Há trinta anos, não é um mês! Há trinta anos respeitando a preocupação aqui demonstrada pela presença de todos esses agricultores - que foi levada, sim, em consideração por todos.

Esse projeto foi entregue ao senhor governador do Estado e, misteriosamente, hoje, pela primeira vez eu ouvi o deputado Sopelsa e o deputado Jorginho Mello falarem na autoria desse projeto que está aqui, que não é o da Fatma. E por isso a minha manifestação. Quero dizer a vocês que esse projeto que tramita sob o número 238/08 não é o projeto que foi discutido pelos servidores da Fatma, pelo conjunto da sociedade organizada e por todos esses outros órgãos que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Por favor...

O SR. CARLOS DA COSTA SOARES - Deputado, em nome da Fatma eu peço... Eu vi tanto aqui se falar em segurança jurídica, e eu ouso divergir do colega, porque a tese dele só esqueceu de combinar com o Judiciário. Mas digo a vocês o seguinte: quem nos garante que a Polícia Ambiental e o Ibama não vão continuar expedindo os autos de infração? E quem lhes garante que os técnicos da Fatma vão respeitar o Código Ambiental tendo na cabeça deles o risco de serem processados pelo Ministério Público federal e pelo Ministério Público estadual, que não aceitamos o Código na forma como ele está? Essa... (*Palmas e vaias.*)

O meu muito-obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o agricultor e vereador Arno Luiz Denk, presidente da Câmara de Vereadores de Irineópolis. **O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello)** - Obrigado, amigo.

Com a palavra ao senhor Carlos Maier, produtor rural de Irineópolis, por até dois minutos.

O SR. CARLOS MAIER - Muito boa-noite a todos. Eu agradeço em primeiro lugar à comissão organizadora.

Eu sou do município de Irineópolis e estou preocupado com essa lei ambiental que está vindo, pois sou proprietário de 5 alqueires de terra e dois litros (?), onde eu já tenho respeitadas as contas de águas, de cabeceiras, tenho deixado a reserva de mata legal. E dentro de onde eu planto dá uns 2 alqueires, onde passam ainda uns arroios muito estreitinhos. E se eu tiver que respeitar toda essa metragem de cada lado, o que vai sobre para eu plantar?

Então, eu gostaria perguntar: quem vai me pagar isso? Se eu tiver que respeitar, vou parar de plantar, porque não tenho onde plantar, mas aí eu vou comer o quê? Como eu vou sustentar a minha família? Será que daí o governo me paga para cuidar dessa propriedade?

O SR. VEREADOR ARNO LUIZ DENK (Irineópolis/SC) - Inicialmente quero cumprimentar os senhores deputados, o pessoal aqui presente, especialmente o pessoal de Irineópolis.

Eu quero registrar a importância da realização desta audiência pública aqui no interior, o que demonstra a preocupação dos nossos deputados com as questões ambientais e com o desenvolvimento do nosso Estado. Então, eu quero parabenizar os deputados por esta iniciativa, porque realizando estas audiências públicas no interior do Estado se dá a oportunidade a todos de participarem desta discussão, inclusive os nossos agricultores.

Eu estou preocupado exatamente com o que o companheiro colocou há pouco em relação às multas aplicadas aos nossos agricultores. Ainda na semana passada eu presenciei o seguinte fato: um agricultor do interior de Irineópolis adquiriu uma área de terra que não poderia ser plantada, ele desmatou uma parte, aproximadamente 25% da área que adquiriu para plantar fumo a fim de sustentar a sua família. Aí ele foi indiciado, multado e penalizado e a pena imposta pela Promotora foi o reforestamento do total da área desmatada. Como vai sobreviver uma família dessa no interior do município?

Então, penso que a lei ambiental vigente no País hoje não prejudica onde está havendo um maior desmatamento, que é mais no interior do País, no Brasil central como chamam, porque lá existem fazendas com 2 mil, 3 mil alqueires de terra com apenas um rio passando no meio, e se deixar 30 metros ou 50 metros de cada lado não compromete a sua produção, não compromete a sua sobrevivência. Mas, como falou o nosso amigo Carlos Maier, quem tem uma pequena propriedade com muitas fontes de água, sabemos que o nosso produtor é consciente, que realmente está cuidando do meio ambiente, preservando a natureza, porque ele sabe que vai deixar essas áreas para os seus filhos, para os seus netos. Eu também planto em cima de uma área de terra que herdei do meu pai e que era do meu avô, há setenta anos estamos plantando nela, mas se formos cumprir a lei ela vai virar mata.

Então, eu quero pedir aos senhores deputados que aprovelem essa lei como está, porque temos certeza que o agricultor vai fazer a sua parte.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o senhor Silvério Orzechowski, neste ato representando o Sindicato da Indústria do Arroz no Estado de Santa Catarina.

O SR. SILVÉRIO ORZECOWSKI - Primeiramente quero cumprimentar os nobres deputados, que com muita coragem estão levando essas audiências públicas para todo o Estado de Santa Catarina, até numa atitude de enfrentamento de situações que aqui já foram expostas. Todos nós sabemos que quando queremos modificar alguma coisa, isso dói, incomoda, e vai nos incomodar com certeza, mas também sabemos que existem remédios para evitar e solucionar essas situações.

Na condição de secretário do Sindicato da Indústria do Arroz, representando aqui 48 indústrias do nosso Estado, que produzem em torno de 1 milhão e 400 mil toneladas de arroz, apesar de o Estado produzir somente 1 milhão e 50 mil toneladas, o restante estamos buscando no Rio Grande do Sul, levando divisas catarinenses para lá. Por quê? Porque cada vez está mais difícil plantar arroz dentro do nosso Estado.

Então, esse Código que está sendo posto agora merece

toda a aprovação - falando agora também em nome das cinco cooperativas de arroz do nosso Estado -, pois que vem realmente ao encontro dos anseios dos produtores e também dos industriais.

Querer fazer com que o produtor hoje cumpra os 30 metros de APP, como está no Código Florestal, é penalizar novamente o agricultor. Muitos dos senhores devem lembrar, na década de 1970 apareceu no Brasil o ProVárzea, e quem teve projeto do ProVárzea, o que acontecia? Queria se respeitar a área de APP, mas você não conseguia o financiamento, porque era obrigado a aproveitar toda a área. Então, se chegava o máximo para o rio. E hoje exigir que esse produtor, depois de ter feito todo esse investimento, cumpra com isso, é novamente penalizar o nosso produtor.

Então, estamos de acordo com a aprovação do Código, com um pequeno ajuste em relação às nascentes, pois me parece que não está bem claro qual é a APP em torno das nascentes, não sei se no caso se aplicaria o Código Florestal ou não. Nesse sentido seria a nossa participação.

O primeiro Código veio em 1934, com nada falando. Depois nós tivemos com 5 metros e hoje temos com 30 metros. Agora, gente, se este Código não for aprovado, nós vamos instituir mais um movimento, que é o MSA - Movimento dos Sem-Arrozeiros. Era isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Concedo a palavra ao senhor Waldir Schaefer, neste ato representando o deputado federal Cláudio Vignatti.

O SR. WALDIR SCHAEFER - Quero cumprimentar os componentes da mesa e antes de eu iniciar a minha intervenção, gostaria de saber do deputado Jorginho Mello se há possibilidade de fazer uma emenda aditiva, nesta audiência pública. Há essa condição ou não?

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Nós vamos receber todas as sugestões, inclusive de emenda, para levar ao deputado Titon, que é o relator na Comissão de Justiça, a fim de que possa analisar e ver a viabilidade de acatar ou não.

O SR. WALDIR SCHAEFER - Certo. Como cidadão comum e como eu acredito que mais de 90% das pessoas que estão aqui não têm conhecimento profundo do conteúdo desse projeto de lei, gostaria de dizer que ele me traz algumas preocupações.

Por exemplo, a questão hídrica colocada aqui pelo deputado Sérgio Grando, que é vital não apenas para a produção, mas para a vida de todos os seres vivos deste planeta. É uma questão que preocupa todo mundo. Como é que um Código do Meio Ambiente não traz... Inclusive para mim o Código tem que ser um documento que trate da formação, principalmente da preservação da água, que já está escassa. Não é tratada aqui a questão do Aquífero Guarani, que precisa ser preservado, pois já está sendo poluído. É um Código que me traz essas preocupações.

Por isso eu peço uma emenda aditiva para incluir neste projeto de lei a questão hídrica que é fundamental. Ou os plantadores de arroz vão plantar arroz no seco?! Como fica a questão da água para a agricultura, para a produção, para a agroindústria?!

Outra questão que eu gostaria de perguntar à doutora Juliana: quais os critérios que o governo do Estado adotou para reduzir de 30 metros para 5 metros a questão da preservação da mata ciliar? E nós sabemos que também é fundamental para a questão da preservação da água.

Eu gostaria de perguntar para o deputado Jorginho Mello por que o projeto da Fatma, feito pelos técnicos que têm conhecimento profundo, estudando há mais de trinta anos, foi ignorado e quem fez este projeto da forma como ele está aqui? Porque como ele está aqui... E eu peço, inclusive, a supressão do artigo 54, que diz que se em sessenta dias o governo não der uma resposta da licença ambiental, ela estará concedida. Que absurdo é esse?! Não se conhece a demanda que tem, não se conhece as condições humanas existentes para julgar ou para dar um retorno. Que projeto é esse?! (Vaias.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito obrigado, amigo.

O SR. WALDIR SCHAEFER - Outra questão que eu quero solicitar é a supressão dos artigos 19 a 21, que tratam da questão das Jarias.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Senhor Waldir, obrigado. Ajude-nos, senhor Waldir.

O SR. WALDIR SCHAEFER - Só para concluir. Como é que pode: eu cometi um crime e eu mesmo vou julgar o crime que cometi?! Isso, no mínimo, é um absurdo.

Gente, nós estamos aqui e deveríamos discutir com profundidade. Nós não temos conhecimento do conteúdo como deveríamos ter e temos que pensar não só no amanhã, mas nos nossos filhos, nos nossos netos, qual a água que eles vão tomar amanhã, mas o Código Ambiental do Estado nem sequer trata desse assunto! (Palmas.) Então, é preocupante! E aqui se falou da coragem do governo do Estado em elaborar esse Código. (Manifestações simultâneas ininteligíveis.) Realmente precisa ter muita coragem ou muito comprometimento para elaborar um Código como esse. (Palmas e vaias da plenária.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Essa

legislação está na Internet para o conhecimento de todas as pessoas.

Respondendo ao Waldir, se a Fatma participou ou não do projeto, a Fatma é uma fundação e é de competência do Poder Executivo, então deve ter participado. Se não foi, o governador que chame o presidente da Fatma e os seus diretores e decidam. Eu não sei se foi ou não, mas se o governo encaminhou, eu acho que a Fatma não encaminharia uma matéria e o governador outra. Acho que faz parte do Poder Executivo. (Palmas.)

Doutora Juliana, por gentileza, responda à indagação do senhor Waldir.

A SRA. JULIANA GUIMARÃES MALTA CORTE - Quanto à participação da Fatma, faço minhas as suas palavras, essa é uma questão entre o governador e o presidente da Fatma. A Fatma sabe muito bem que participou do projeto. O projeto quase inteiro foi feito por vocês, por todos esses grupos que o senhor mencionou e posteriormente foram feitas algumas alterações. Essa é a pura verdade, é fato! Depois o senhor discuta com o seu presidente, mais tarde.

Quanto à questão da Política Estadual de Recursos Hídricos, foi feito estudo pelos técnicos especializados dos nove grupos de trabalho e veio dessa maneira, sendo escolhido que a Política Estadual de Recursos Hídricos ficaria fora do Código. E é perfeitamente explicável: hoje existe no Estado uma legislação especial que prevê sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos - há uma lei especial, há a lei federal, há um decreto no Estado, inclusive está sendo feito o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que está em andamento lá na Secretaria para quem quiser ver. Estão sendo feitos vários estudos para o diagnóstico da água aqui no Estado e quem quiser acompanhar pode ir à Secretaria ou pode entrar no site. Por isso que essa Política está de fora.

Quanto aos critérios da Área de Preservação Permanente, existem várias áreas consolidadas no Estado e por isso se adotou esse critério. E como eu falei durante a explicação do Código, isso foi feito para se criar um fato, para ser discutido, para realmente polemizar e se rever o que está sendo feito no Estado hoje. O objetivo é esse, é para se adaptar, e tem aquela questão da constitucionalidade, como o doutor Leonardo já falou aqui, que é para ser realmente discutido e ver o que se vai fazer, se adequar à realidade. A gente sabe como está aqui no Estado hoje e que é diferente do resto do Brasil. Por isso está sendo discutido, por isso está aqui na Assembléia, por isso estão sendo realizadas estas audiências públicas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o senhor José Lourival Magri, presidente da Câmara do Meio Ambiente da Fiesc.

O SR. JOSÉ LOURIVAL MAGRI - Boa-noite a todos.

Senhores deputados, a Fiesc foi citada pelo doutor Morelli e eu gostaria de dar alguns esclarecimentos. Primeiro, a Fiesc, como foi colocado pelo procurador da Fatma, desde o início participou em todos os nove grupos de trabalho. Inclusive a criação institucional foi sugestão da própria Fiesc. Portanto, desde o início dos trabalhos ela chamou experts em cada área e colocou-os para fazer parte dos trabalhos, assim como outras instituições.

Com relação à questão do co-processamento aqui citado, o que significa isso, senhores? Significa nós fazermos o reaproveitamento. Ou seja, na minha atividade industrial eu posso gerar um resíduo que pode ser matéria-prima em outra atividade. O Brasil é hoje o maior reciclador de latas de alumínio, e é isso o que nós queremos: diminuir a quantidade através da reciclagem. Se não der para reduzir a produção, que se reduza a disposição final e se reaproveitem esses resíduos.

Com relação à norma do Consema, o senhor Morelli foi convidado pelo grupo de trabalho que estava estudando a questão da disposição de resíduos, norma específica do Consema, e também esteve lá presente o pessoal que está estudando, defendendo dissertação de mestrado, tese de doutorado. E o que nós sugerimos ao Consema? Que a gente aproveite no Brasil o que está sendo feito lá fora, na Europa, no Japão, nos Estados Unidos. O que está bom, vamos aproveitar, e isso foi feito. O Morelli sabe disso muito bem, porque participou da reunião.

Quanto aos efluentes líquidos que o Código não aborda, que ele colocou que estaria liberando a indústria para lançar os efluentes da forma como ela quisesse, e isso não é verdade, porque o Estado tem uma política de recursos hídricos, assim como tem uma política de educação ambiental, que não entrou no Código de Meio Ambiente. Por quê? Porque já tem uma política, que foi votada na Assembléia Legislativa.

Com relação aos pagamentos dos serviços ambientais, questão colocada aqui pelo deputado, quem assistiu ao Globo Rural nos últimos três finais de semana viu que a cidade de Nova Iorque paga por serviços ambientais, pela água, que não dispõe de sistema de tratamento. O pagamento de serviços ambientais foi uma sugestão que nós discutimos (eu, particularmente, participei da discussão), e na América Central temos o caso da Guatemala, onde existe uma CID para pagamento dos serviços ambientais, pois eles estão cobrando do combustível.

Então, em função do que foi colocado, a posição da Fiesc foi oficializada em carta ao presidente da Fatma, o doutor Carlos Kreuz, e ao secretário do Meio Ambiente do Estado.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito obrigado, doutor Lourival.

Com a palavra o senhor Waldir Bauer, agricultor de Itaiópolis.

O SR. WALDIR BAUER - Senhores deputados, quero cumprimentar os meus amigos Mauro Kazmierczak, presidente do sindicato, e o Alcir Veiga, que não mediram esforços para que estivéssemos aqui hoje, nesta audiência pública.

Agora, eu quero lembrar um fato que li há alguns meses no jornal A Notícia - e passou até na Globo - dizendo que Itaiópolis era o campeão do desmatamento, o município que mais desmatava aqui em Santa Catarina. Mas ninguém lembrou que se esse município desmatou foi porque tinha mato, foi porque tinha o que tirar. Não iríamos tirar mato de onde não existe. *(Palmas.)*

Por que o Ibama e a Fatma não vão lá para Cascavel, lá para o meio do Brasil onde estão destruindo tudo? *(Palmas.)* Nós, aqui, estamos com uma mixaria de terra aberta para a agricultura.

O pequeno agricultor está preservando o meio ambiente, tirando o suficiente para sua vida, mas não temos mais o que dar aos nossos filhos e estamos sendo caçados como se fôssemos criminosos pela Fatma, pelo Ibama que não saem de lá!

Estão afundando carreira lá em Itaiópolis! São dezesseis carros do Ibama andando por todo o município à cata de agricultor que tenha aberto um ou dois hectares de chão! Por exemplo, eu sou um dos maiores defensores do meio ambiente: tenho 75 hectares de terra e cultivo apenas 17 hectares. (Eu faço 150 hectares de lavoura, mas em sociedade com um vizinho que tem terras. O meu é só de 17 hectares, pagando aluguel ou plantando em parceria.) E Esse foi o reconhecimento que eu tive: abri uma área de dois hectares e o Ibama foi lá e me multou porque disse que eu destruí mata atlântica! Era um cerrado onde não tinha nem mais lenha, mas tinha um guatigueiro de 1 metro de altura. Foi lá, limpei e o Ibama me multou em R\$ 21 mil.

É para isso que o Ibama serve? É para isso que a Fatma serve? É assim que eles estão defendendo o meio ambiente? *(Palmas.)* Por que eles não vão...?

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito bem seu Waldir, conclua, por favor!

O SR. WALDIR BAUER - Terminando.

Eu quero saber por que eles não vão naqueles que realmente estão destruindo, que são os grandes fazendeiros que têm dinheiro e fazem o que bem querem neste país. Enquanto nós, os pequenos, somos indefesos; não temos ninguém para nos defender. Então é fácil: somos cordeirinhos fáceis de ser agarrado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito bem, seu Waldir.

O SR. WALDIR BAUER - Isso está acontecendo aqui em Santa Catarina, principalmente nas pequenas e médias propriedades.

Era isso o que eu queria dizer.

Muito obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito obrigado, seu Waldir.

Com a palavra a senhora Eloísa Corrente, presidente da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Joinville, neste ato representando a Secretaria Municipal de Educação de Joinville.

A SRA. ELOÍSA CORRENTE - Boa-noite.

Na realidade, eu tenho duas perguntas. Uma, é para compactuar com a pergunta do Waldir: o artigo 54 prevê que qualquer pedido de licenciamento ou autorização ambiental possa ser aprovado se em 60 dias o órgão ambiental não se manifestar. Instituir o licenciamento ambiental por decurso de prazo não fere a importância desse instrumento no sentido de prevenir ou reduzir o dano ambiental?

A outra pergunta: as Juntas Administrativas Regionais de Infrações Ambientais (Jarias) são constituídas por representantes do setor governamental e produtivo. Isso não dá margem para que interesses econômicos prevaleçam no tratamento das sanções aplicáveis a crimes ambientais?

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito bem. Doutora Juliana, depois a senhora responde; por enquanto, não.

Passo a palavra ao senhor João Altanir Grein, neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Canoinhas.

O SR. JOÃO ALTANIR GREIN - Boa-noite aos membros da mesa; aos deputados presentes; ao deputado Dirceu Dresch, que também é um agricultor familiar; boa-noite ao nosso prefeito de Canoinhas, Leoberto Weinert; e principalmente aos agricultores e agricultoras aqui presentes que estão fazendo esta audiência pública com a maior qualidade.

Também quero reforçar essa questão de que os recursos hídricos têm que estar em pauta, têm que estar em uma discussão responsável. Nós, agricultores familiares, não temos medo de discutir o nosso modelo de produção, porque preservamos por instinto e há muito tempo, inclusive quando não tinham leis. Mas nós não queremos, daqui a pouco, estar impedidos ou ter que pagar muito caro pela água usada para a produção de alimentos, e pela energia. Então, os recursos hídricos têm que ser discutido com mais responsabilidade, inclusive com a nossa participação, como está acontecendo hoje. E quero parabenizar a Assembléia por isso.

Uma outra questão: nós estamos discutindo equilíbrio social, ambiental e econômico. Eu quero, em nome da nossa região

do planalto norte, que se discuta também com responsabilidade a questão do *pinus*, porque o *pinus* desagregou o interior, concentrou terra e excluiu pessoas, criou pobreza - é só pegar o mapa do *pinus* que se vê o mapa da pobreza. Portanto, não tem equilíbrio. Não estou dizendo para não plantar *pinus*, ou acabar com o *pinus*, temos é que discutir essa questão do equilíbrio. Então, quero que seja discutida a questão do *pinus*, porque na nossa região não deu certo. Onde tem *pinus* tem pobreza.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito bem, seu João.

Passamos a palavra ao senhor Carlos José Kurtz, advogado da Fiesc.

O SR. CARLOS JOSÉ KURTZ - Boa-noite.

Eu queria concordar com os meus colegas da Federação que falaram anteriormente, tanto com o advogado da Ocesc, da tese que ele defendeu e que acho ser uma oportunidade, como com o Magri, que disse que a Fiesc participou ativamente com a Fatma das discussões. Foram discussões importantes que a Fiesc ratifica, e o fez por escrito. Mas posteriormente houve a possibilidade, junto com outras entidades, de se ampliar a discussão para um território além do que estava estabelecido na legislação federal - e aí vieram outras sugestões, que a Fiesc basicamente não fez, mas está aqui apoiando. E o que a Fiesc está aqui apoiando? Está apoiando a possibilidade de se encontrar o modelo adequado para Santa Catarina. E o que é adequado, eu não tenho nenhum inconveniente em dizer, é constitucional! Ou é ou será. Não minha opinião, é.

Então, mais importante do que se estabelecer, está previsto no âmbito federal, no âmbito estadual, decreto ou regulamento, é saber que se essa norma for adequada para Santa Catarina, se tiver a cara de Santa Catarina do ponto de vista técnico, social, econômico e principalmente ambiental, com certeza haverá de ser constitucional. Podem ter certeza disso. Porque a Assembléia Legislativa e o Congresso Nacional haverão de fazê-la constitucional; muito acima dos interesses da indústria e dos agricultores. O Judiciário e o próprio Ministério Público, que são guardiões da lei e aplicadores do direito, não podem desconhecer a realidade, porque a realidade é a adequação, e a adequação é constitucional.

Essa é a nossa posição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Concedo a palavra ao senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), por dois minutos.

O SR. HILÁRIO GOTTSSELIG - Gostaria de dar um esclarecimento: primeiro, foi mencionado que a nossa organização, os nossos agricultores (os que estão e os que não estão aqui) estavam se vendendo para alguns setores de Santa Catarina.

Gostaria de dizer que nós participamos ativamente em centenas de reuniões, encontros, assembleias, seminários no interior de Santa Catarina; participamos ativamente inclusive na proposta inicial lá na Fatma. Acontece que as nossas propostas não foram aceitas nem inseridas no primeiro projeto.

Tivemos que discutir, para que posteriormente fosse incluído aquilo que foi discutido com todos os nossos agricultores, agricultores familiares do nosso Estado.

Em segundo lugar, se quiserem podem perguntar aos agricultores e agricultoras qual deles foi forçados a estar aqui? Se alguém recebeu um real para estar aqui? Se recebeu alguma contribuição para participar de cada uma das discussões também? Cada um veio com toda a sua força, está aqui de graça e os relatos anteriormente comprovam isso.

Outra questão é que, do mesmo jeito que estamos sendo acusados, podemos dizer o seguinte: a Câmara Federal, a Polícia Federal e muitas das pessoas e das organizações que se dizem defensores do ambiente de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná estão usando, falsificando e inventando mapas para estar penalizando a nossa agricultura catarinense.

Então gostaríamos de colocar que participamos ativamente, e continuaremos participando, sem receber nada por isso. Não nos vendemos para ninguém, estamos fazendo isso por todos nós.

Vamos participar ativamente e a nossa opinião vai valer. Vamos nos posicionar em todos os espaços que tivermos oportunidade. Os agricultores, a agricultura familiar e os dirigentes estão aqui para afirmar essa questão que estamos falando. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito obrigado, presidente Hilário.

Antes de passamos a palavra para a doutora Juliana responder a pergunta da senhora Eloísa, vamos conceder a palavra ao Sr. Décio Sonaglio, por dois minutos, da Ocesc.

O SR. DÉCIO SONAGLIO - Eu não consigo agüentar e quero ver se coloco em dois minutos.

A mesma pergunta que foi feita aqui: quem foi que disse que é cinco metros e por que cinco metros? Quero fazer a mesma pergunta: quem foi que disse que é trinta metros e por que trinta metros? Quais são os fundamentos técnicos e científicos dos trinta metros? (Palmas.)

A segunda, ao nosso amigo de Brasília, que veio aqui, conhece os produtores daqui, conhece a estrutura fundiária, ouviu o que falamos aqui, que 40% das pequenas propriedades rurais já têm mais matas em composição e recomposição, não ouviu? Não conhece? Não sabe? Conhece Brasília! (Palmas.)

Se for um rapaz dessas ONGs, que não têm cara, que não têm rosto, que não prestam contas para a sociedade, que não se sabe qual pano de fundo está atrás disso, que jogo de interesse internacional tem, que não se sabe quanto dinheiro manipulam dentro da Amazônia e por este país afora.

Aqui em Santa Catarina estamos dando o exemplo! Deveriam estar preocupados com a Amazônia que não tem dono, está cheia de grileiros; que o governo não sabe controlar, que não sabe quanta área devoluta tem, quanta terra indígena; o desmatamento que tem, e está lá, uma terra sem dono. É lá que os ambientalistas têm que estar cuidando. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Obrigado, Décio.

O SR. DÉCIO SONAGLIO - Só mais um minuto. Nós sabemos que o presidente da Fatma contratou uma empresa de consultoria - conhecem a doutora Rodnei - que não conhece nada de pequeno produtor e agricultura e fizeram a minuta desse negócio.

Para terminar, já estou estourando o horário: servidor público não está aí para fazer lei, quem está aqui para fazer lei são os deputados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Obrigado, Décio.

Doutora Juliana, a senhora quer responder à senhora Eloísa?

A SRA. JULIANA GUIMARÃES MALTA CORTE - A senhora Eloísa perguntou sobre a questão do artigo 54, questão que tem sido levantada reiteradamente em todas as audiências públicas.

Então, o que tenho a dizer é o seguinte (está registrada nesta audiência como nas outras): acho que a esse respeito os deputados farão alguma coisa, pois esse assunto tem sido levantado reiteradamente. É o que posso responder: está nas mãos dos deputados.

Sobre a composição das Jarias, isso não é nenhuma novidade. Se a senhora for ver, o Conselho de Contribuintes do Estado, por exemplo, é formado desse jeito e sempre funcionou, com bastante eficácia. Então, não se inventou alguma coisa, pegou-se algo que já existe e é eficaz e se fez algo parecido.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Muito obrigado.

Com a palavra o senhor deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH (SC) - Eu queria dizer que há na Casa Civil um decreto que regulamenta a questão do uso, da utilização da mata atlântica. Inclusive, poderia ser tirado daqui um encaminhamento no sentido de que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível, porque é muito importante para Santa Catarina, nessa perspectiva.

Em segundo lugar, há mais uma dúvida sobre as várias questões da bracinga, que os agricultores levantaram aqui. Se não me falha a memória, eu andei conversando com algumas pessoas, que não me deram segurança disso, mas queria encaminhar com a mesa, porque acho que é uma das coisas que precisam ser encaminhadas: não tem uma lei em Santa Catarina que regulamente o uso da bracinga.

Se isso for verdade, quero propor um encaminhamento: o Estado fazer uma lei para o uso dessa madeira - parece que já há uma lei tramitando na Assembleia Legislativa. É uma coisa que podemos resolver urgentemente aqui no Estado, inclusive com o acordo dos deputados. A informação que circulou foi a seguinte: que o Ibama só está intervindo nisso porque não tem uma lei. Há informações de que no Paraná isso está regulamentado, os agricultores estão usando a bracinga na produção de fumo.

Então, se de fato isso existe, os deputados podem assumir e encaminhar o mais rápido possível uma lei regulamentando essa questão do uso da madeira aqui em Santa Catarina, tirando esse peso dos nossos agricultores. Fora o Código Ambiental, a gente poderia construir rapidamente uma legislação sobre isso, quem sabe teremos a possibilidade de aprovar até final do ano.

Quero também levantar aqui uma preocupação sobre o custo ambiental, que precisamos ter presente. Tive a oportunidade de visitar a região da Bretanha, na França, onde os agricultores são vítimas de um modelo de desenvolvimento. E quero chamar a atenção para que a gente não entre nessa estratégia, para no futuro não sermos vítimas na seguinte questão: muitos agricultores na Bretanha estão apavorados, porque viraram os grandes reféns do processo na questão ambiental. O governo está gastando 59 bilhões para tentar recuperar a questão ambiental, está indenizando todos os agricultores das costas de rios para que não usem mais as áreas. É um custo alto!

Por isso, estamos nessa luta, queremos a regulamentação justa desse processo. Que os agricultores não sejam vítimas do processo nem no futuro nem agora.

Está sendo dito por aí que muita gente vai ser expulsa. É verdade, a questão ambiental pode expulsar muita gente! Agora, nós precisamos discutir uma questão: a renda dos agricultores.

Tenho um dado aqui de que dos 38 aviários que estão fechados em Coronel Freitas, só dois têm relação com a questão ambiental. Os outros fecharam por problema de renda. Os agricultores estão recebendo muito pouco pelas aves, assim como por outros produtos, como o fumo. Temos que brigar também na questão da fitocultura para o agricultor ficar com mais renda.

Temos que discutir a questão ambiental, sim, mas temos também que discutir outras políticas públicas, a política de renda do nosso produto, senão logo estaremos com todas as propriedades produzindo, mas os nossos filhos continuarão indo embora, pois não têm condições de renda para a sobrevivência na terra. Então, não podemos olhar só para a questão ambiental. Esse é um problema, mas tem outros também.

Reforço aqui novamente, a questão da renda para o agricultor, de ter uma política de compensação ambiental pública no Estado de Santa Catarina. Essa é uma grande luta que temos que fazer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Jorginho Mello) - Deputado estadual Professor Grandó, V.Exa. tem a palavra porque as inscrições do plenário já terminaram, por até dois minutos.

Já aproveite e passo o comando (sic) ao deputado estadual Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR GRANDÓ (SC) - Eu pedi a palavra se não houvesse mais inscrito no plenário, pois o inscrito do plenário tem preferência, se não tem a gente fala.

Amigos, eu quero contar uma experiência que é fundamental para orientar os amigos, porque o passado, a história, é a força motriz, por isso que temos que ver de forma verdadeira.

Em 2003, pela primeira vez em Santa Catarina, houve um ajuste de conduta com a suinocultura. Nós chamamos o Ministério Público, as entidades, as grandes empresas agropecuárias, e dissemos: "Olha, para poder exportar a carne, tem que ter o licenciamento". Mas o que é o licenciamento? Até lá não se tinha licenciamento para poder criar os suínos. E aí foi feito um ajuste interessante.

Primeiro, todos os chiqueiros tinham que captar a água do telhado, porque um estava no rio captando a água já contaminada pelo outro, contaminando, e a qualidade era pior. Então, tinha que fazer as canaletas, captar a água, fazer uma cisterna e fazer todo serviço de higiene, alimentação. Daí para frente todo o licenciamento tinha que obedecer a essa questão de captar a água do telhado.

Mais do que isso, chamamos as empresas e dissemos: "O agricultor é seu parceiro, ele não é o seu escravo. Vocês vendem a matriz, mandam ele ir ao banco pegar o dinheiro emprestado para fazer a matriz, o banco ganha sobre isso, dá financiamento em função dessa relação com vocês. E por que eu vou multar o agricultor? Vocês são parceiros, são responsáveis por ele estar criando porco e pela a qualidade da sua empresa. Precisa dizer para ele como fazer o chiqueiro, a que distância dos rios, dizer direitinho qual é a questão."

De imediato através do Sindicame foram contratados sessenta engenheiros agrônomos, que embarcaram nos jipes e foram para o interior trabalhar com os agricultores, porque estes eram parceiros. E começamos a multar o empresário, a empresa, e não o agricultor. Com isso, fizemos esse ajuste, se produziu, se exportou. Está aí a realidade. Depois fizemos com o arroz. Coisa boa, a saca estava R\$ 42,00, depois caiu para R\$ 17,00, e agora está R\$ 30,00. Então, naquela época o arroz compensava, todo mundo fez o ajuste de conduta por cinco anos. Depois foi para o minério, o carvão, a cerâmica, a maçã, fomos resolvendo todos os gargalos.

E o que quero falar como exemplo agora é que os sindicatos e os agricultores do norte têm que se mobilizar.

Primeiro, o Conama permitiu plantar a bracinga, sim, no Paraná, através de resolução no Conama, porque o governo do Estado naquela época, há quinze anos, através de influência conseguiu plantar. Quem é dos municípios vizinhos sabe que no Paraná tem bracingal, que é a nova maneira de reflorestar. Eles inclusive desenvolveram técnicas de como a semente germinar, que é através do fogo, então vocês sabem como isso ocorre. Então, são os novos reflorestadores.

Nós aqui estamos proibidos pela resolução do Conama. Já fizemos grupos que foram a Brasília tratar desse caso bracingal, que é da Universidade Federal, dos professores. Trabalhamos, não conseguimos até hoje, e tem que inserir no Código Ambiental para que se resolva, porque está proibido tanto aqui em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul. E aí tu olhas no município, do outro lado da divisa, pode plantar a bracinga, do lado de cá não pode, do outro lado do trilho do trem pode plantar, do lado de cá não pode. Então o que tem que fazer?

A bracinga é a melhor madeira para secar o fumo, por quê? Porque se você usar *pinus* e eucalipto, deixa cheiro. Como os índios secavam a erva-mate para não ter cheiro? Você não vai secar

a erva-mate com *pinus* ou com eucalipto, porque o cheiro fica impregnado e você não consegue tomar, eles secavam com a bracinga mesmo. Essa experiência tem que ter.

Então, o que tem que fazer? As indústrias de fumo, as fumageiras, que são parceiras, vão lá e dão as mudas para o colono, dão assistência técnica e tudo, mas não dizem que tem que ter madeira para secar. Escolhem entre *x* parceiros quem vai plantar o reflorestamento para secar o fumo, que seria uma atividade a mais para ter ganhos financeiros. E aí a gente vê o agricultor às 3h da madrugada, subindo o morro, indo na beira de rio, cortando as árvores da natureza para secar o fumo.

Ele pode tirar da natureza por ano, tem direito a 15 m³ - que significa 42 estéril, que dá para uma plantação razoável - ele pode tirar da natureza. Pode! Tem esse direito! Só que ele planta mais e não é suficiente. E na redondeza não tem para vender madeira, porque não foi feito reflorestamento, não foi plantado. Então, não tem que multar.

A polícia ambiental está aí, os sindicatos estão aí! Tem que buscar o Ministério Público, porque quem tem que pagar as multas porque usou a madeira para secar o fumo (às vezes o agricultor não sabe) é a indústria do fumo, são as fumageiras que estão mandando plantar! (*Palmas.*) É dessa forma que se tem que trabalhar através do ajuste da conduta, porque vocês são parceiros! Não pode explorar a natureza, porque é obrigada, a indústria fumageira sabe que tem que secar o fumo.

O pessoal da polícia ambiental faz isso, multa umas quatro ou cinco fumageiras porque é ela quem manda plantar e chega na hora da secagem é isso, que em dois meses se resolve o problema e nunca mais os agricultores vão se incomodar.

Era isso que eu tinha para falar, em função das experiências que tivemos em outras áreas. Os sindicatos, todos, têm que se mobilizar. É errado que o coitado do agricultor esteja sempre pagando o pato. Aí não dá! (*Palmas.*)

(*O deputado Romildo Titon reassume a presidência dos trabalhos.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Queremos agradecer a participação de todos. Eu, como relator, pude colher aqui muitas sugestões para oferecer no nosso parecer.

Foi importante a participação de todos e até outra oportunidade.

Muito obrigado.

(*Encerra-se a audiência pública.*)

DEPUTADO ROMILDO TITON - PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DEPUTADO JORGIMNHO MELLO - PRESIDENTE DA

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DEPUTADO DÉCIO GÓES - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE

TURISMO E MEIO AMBIENTE

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - PRESIDENTE DA

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, TURISMO E MEIO AMBIENTE E DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL PARA DEBATER SOBRE O CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, RELIZADA NO DIA 13 DE

NOVEMBRO DE 2008, ÀS 18H, NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid)

- Senhoras e senhores, boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública proposta pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente para discutir o Projeto de Lei n. 0238.0/2008, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente.

Informamos que, através do site www.alesc.sc.gov.br, o projeto de lei está disponível na íntegra para pesquisa.

Convidamos para tomar assento à mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: senhor deputado estadual Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça; senhor deputado estadual Moacir Sopesa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural; senhor deputado estadual Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente; senhor deputado estadual Rogério Peninha Mendonça; senhor deputado estadual Professor Grando.

O cerimonial informa que os interessados em fazer uso da palavra deverão fazer sua inscrição com os integrantes das Comissões na mesa de registro das autoridades.

Com a palavra o senhor deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator do projeto, para a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Boa-tarde a todos. Queremos agradecer, inicialmente, a todos aqueles que atenderam o nosso convite para estar conosco nesta audiência pública.

Quero convidar para fazer parte da mesa a senhora Juliana Guimarães Malta Corte, neste ato representando o governo do Estado, que vai fazer a exposição do projeto de lei que trata do Código Ambiental de Santa Catarina; o senhor Germano Emilio Purnhagen, secretário do Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa

Catarina (Fiesc) - regional Alto Vale do Itajaí; o senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc); o senhor Décio Sonaglio, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc); o senhor Enori Barbieri, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc); o senhor Silvio Thadeu de Menezes, engenheiro agrônomo, neste ato representando o senhor Antônio Ceron, secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural; o doutor Ernani Dutra, promotor de justiça da comarca de Rio do Sul, responsável pela Curadoria do Meio Ambiente.

Se o prefeito anfitrião estiver presente ou alguém que o represente, por gentileza, sente-se à mesa conosco.

Senhores presentes, esta audiência pública tem como objetivo levar ao conhecimento da sociedade catarinense, das entidades organizadas o projeto de lei que o governador Luiz Henrique da Silveira enviou à Assembleia Legislativa, que cria o Código Ambiental do Estado de Santa Catarina. É um projeto bastante grande, ao qual se somam 306 artigos e revogam-se outras 26 leis. E por ser um projeto com esse volume, não temos condições de distribuí-lo para todos os presentes.

As nossas audiências públicas, além de levar esse projeto ao conhecimento da sociedade catarinense, objetiva colher sugestões e críticas daqueles que desejam contribuir para o aperfeiçoamento de um dos projetos mais importantes que a Assembleia Legislativa está discutindo nos últimos tempos.

Estão fazendo essas audiências públicas quatro Comissões da Assembleia Legislativa, que vão analisar primeiramente o projeto antes de ele ir à votação no plenário: a Comissão de Constituição e Justiça, a qual eu presido - também sou relator desse projeto; a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes; a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopesa; e a Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Jorginho Mello.

Após essas Comissões emitirem os seus pareceres é que o projeto vai a plenário para a devida aprovação ou não. Posteriormente, ele vai para o sancionamento do governo do Estado.

Como vai funcionar esta nossa audiência pública? Inicialmente, vamos conceder a palavra aos presidentes das Comissões para que façam uma saudação rápida; depois, a doutora Juliana vai expor os principais avanços que esse projeto de lei está trazendo para a sociedade catarinense; logo em seguida, ouviremos os demais parlamentares que estão aqui e, após isso, teremos um bloco com as entidades representativas do setor produtivo, que recentemente convidamos para a mesa oficial. Posteriormente, abriremos o debate para todos aqueles que desejarem usar da palavra e dar a sua contribuição.

Portanto, as pessoas que quiserem se pronunciar deverão se inscrever com as nossas funcionárias da Assembleia Legislativa lá na entrada.

É dessa forma que iremos conduzir esta audiência pública, e pedimos a todos aqueles que forem usar da palavra que, por gentileza, procurem se ater ao tempo estipulado, para que possamos concluir esta reunião de forma pacífica e com todos tendo a oportunidade de se manifestar.

Desde já agradecemos a participação de todos os senhores.

Passamos a palavra ao deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Boa-tarde, ou quase boa-noite, a todos os presentes.

Inicialmente, quero agradecer a presença de cada um por nos ajudar nessa tarefa de analisar os aspectos que envolvem essa nova lei do Código Ambiental. Essa proposta de lei é uma organização, é um conjunto de todas as leis que existem sobre o meio ambiente compiladas em praticamente uma só lei, de forma a facilitar o entendimento da sociedade em relação às leis ambientais, facilitar a análise, a aprovação e a elaboração de projetos que serão submetidos aos órgãos ambientais, bem como facilitar a fiscalização pelos órgãos de fiscalização.

É um avanço nesse sentido, por isso a responsabilidade de se fazer um bom debate, uma boa discussão, para se achar o ponto de equilíbrio entre produzir e preservar. Esse é o grande desafio que temos.

Também acho que temos que aproveitar este debate para avançar em várias questões, como aproveitar os instrumentos que a Lei Maior nos dá para adaptar a nossa lei às realidades de Santa Catarina.

Outro ponto em que podemos avançar é que o Código proposto fala muito pouco das questões urbanas, sobrando a maior carga para o setor rural, principalmente para os pequenos agricultores.

Outra questão em que podemos avançar nessa lei é regulamentar, implantar em Santa Catarina um sistema de compensação pelos serviços ambientais, principalmente para os pequenos agricultores.

O Código proposto, a meu ver, tem igualado as pequenas propriedades com as grandes propriedades, e acho que dá para avançar também nessa área.

Outra questão seria fazer com que o Estado assumira compromisso com pesquisa, para que possamos ter dados técnico-científicos e conhecimento sobre o manejo sustentável das nossas florestas naturais e, com isso, aferirmos várias formas alternativas de renda, porque hoje, em vários casos, invariavelmente há muito mais mercado do que, às vezes, as culturas tradicionais que estamos desenvolvendo.

Penso que a lei, que o Código por si só não se complementa. O Estado precisa assumir compromissos com prazos em relação a alguns planos e políticas estaduais, que já têm lei definida, como o Plano de Gerenciamento Costeiro, o Plano Estadual de Recursos Hídricos (estão sendo aprovadas pequenas centrais hidrelétricas sem ainda uma complementação legal firme e forte), o Zoneamento Ecológico-Econômico, o levantamento florístico florestal, enfim, um plano estadual de educação ambiental.

O Código por si só é um avanço, mas não é tudo, o Estado precisa cumprir políticas que já foram definidas e as quais já se tem, precisa assumir prazos e compromissos, porque muitos dos conflitos que se percebem nas audiências públicas são frutos da falta desses instrumentos.

Com o Zoneamento Ecológico-Econômico muitos desses conflitos seriam tirados, porque estariam mapeadas as áreas de preservação de interesse do Estado, as potencialidades econômicas que temos em cada área e as políticas que vamos fazer para otimizar tudo isso.

Penso que estamos no caminho certo ao realizarmos essas dez audiências pelo Estado, escutando a população e tendo subsídios para depois fazermos uma boa tramitação do projeto, um bom debate na Assembléia Legislativa.

Agradeço a presença de cada um aqui e a colaboração de vocês no sentido de nos ajudarem a fazer a análise da presente lei.

Quero saudar os componentes da mesa em nome do deputado Titon, presidente da Comissão de Constituição de Justiça, e do deputado Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura, que, juntamente com a Comissão de Finanças e com a Comissão de Meio Ambiente, estão fazendo essas audiências em conjunto para otimizar o trabalho.

Muito obrigado, e bom trabalho para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Convidamos para fazer parte da mesa o senhor Adalberto Exterkottter, promotor de justiça de Ituporanga, e o senhor Marco Aurélio Bertoli, presidente da subseção da OAB/SC.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA (SC) - Boa tarde a todos. Quero dizer que é uma alegria e um prazer poder ver todos aqui.

O governador encaminhou esse projeto de lei para a Assembléia discutir, e quando começamos as audiências públicas, foi dito que os locais onde elas seriam realizadas estariam sempre cheios devido à importância desse projeto para o Estado de Santa Catarina, devido à necessidade de fazermos alguma coisa para o nosso Estado.

Gostaria de cumprimentar o deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa; o deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente; o deputado Professor Grando; o deputado Rogério Peninha Mendonça, secretário da mesa; os representantes de entidades; a Juliana, que representa o governo do Estado e faz a explanação do que é o Código Ambiental; os promotores; o secretário regional; os demais presentes.

Como deputado, sinto-me no dever de me colocar em defesa de um código que possa trazer equilíbrio para Santa Catarina. Não tenho nenhuma dúvida de que se formos observar onde começam a morrer os rios, veremos que, na maioria dos casos, mais de 90% morrem depois que passam pela cidade, e não por causa da agricultura. Depois que o rio passa pelos centros das cidades é que começa a morrer, porque lá não é cobrado da mesma forma que se cobra no interior.

Santa Catarina é diferente dos demais Estados. É diferente do Estado do Paraná, do Estado do Mato Grosso, da Amazônia. Noventa por cento das nossas propriedades têm, no máximo, 50 hectares. Não temos propriedades de 2.000 ou 3.000 hectares, os nossos agricultores não têm propriedades de 1.500 ou 2.000 hectares. Portanto, não podemos ter a mesma legislação dos outros Estados. Claro que temos o dever, assim como os outros Estados, de preservar, de conservar, mas temos a obrigação também de dar oportunidade para essas pessoas trabalharem.

Questiona-se que esse projeto de lei vai ser inconstitucional, e quero dizer para vocês que inconstitucional, que não cumprir a Constituição é expulsar do campo mais de 32 mil famílias.

Se formos obedecer todas as leis em vigor, 32.800 famílias abandonarão a agricultura em Santa Catarina, e não têm lugar para ir.

Onde essas pessoas vão morar? O que essas pessoas vão fazer? E isso é inconstitucional, porque a Constituição garante o direito de vida, garante a qualidade de vida, portanto, temos que buscar isso para fazer com que se tenha em Santa Catarina, sim, preservação e conservação do meio ambiente.

Às vezes temos medidas provisórias e resoluções feitas em gabinetes, que não conhecem a realidade. A verdade é que muitas vezes somos geridos por leis que não espelham uma realidade, por isso temos que buscar identificar este Estado e fazer com que esse projeto de lei possa de fato atender a necessidade de Santa Catarina. Na produção de arroz, temos que diferenciar quando é um rio e quando é um canal que foi aberto, porque a nascente de rio é diferente de canal. E se uma propriedade consolidada na suinocultura está dentro de uma APP e não está poluindo, por que temos que tirar o produtor dali? A nossa lei precisa dar proteção para essa propriedade. Se o agricultor está produzindo e não está poluindo, está conservando, se morou a vida toda nessa propriedade, por que temos que tirá-lo de lá? Se formos obedecer à legislação federal, temos que tirar essa pessoa dali; então, o Estado precisa fazer a sua parte. O nosso Congresso Nacional também precisa fazer a sua parte, porque a Constituição garante direitos aos Estados, garante que façam as suas legislações conforme a situação de cada um deles.

Quando fui secretário da Agricultura, pedi que viesse a Santa Catarina o relator do novo Código Florestal nacional, o deputado federal Moacir Micheletto, do Paraná. Isso faz cinco anos, e esse projeto ainda continua sendo discutido em Brasília. Enquanto isso, vamos excluindo gente, vamos multando os agricultores, vamos tirando o sono daqueles que estão trabalhando e daqueles que querem produzir.

Então, esta é a missão que a Assembléia Legislativa tem: respeitar, sim, a nossa Lei Maior, desde que ela também respeite as nossas atividades, as nossas particularidades. Temos o dever e a obrigação de preservar e conservar, mas para respirar, nós também precisamos nos alimentar.

Sei que vamos ter divergências, e já disse, no início da minha fala, que essas divergências devem ser colocadas abaixo dos interesses de todos. Precisamos construir unidos com os ambientalistas, com os nossos agricultores, com as nossas autoridades.

E o Ministério Público, que está aqui presente, manda cumprir a lei, porque é dever dele fazer isso. Às vezes, reclamamos da Polícia Ambiental, mas ela está apenas cumprindo aquilo que determina a lei, só que essa lei não tem condições de ser cumprida em Santa Catarina.

Agradeço a presença de todos vocês. Vamos fazer desta audiência pública mais uma discussão e retirar daqui subsídios para levar para a Assembléia. E quero crer que este ano ainda vamos votar essa lei, para dar um pouco mais de sossego e de segurança à nossa população.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Quero convidar para a mesa o eminente deputado estadual Serafim Venzon.

Aqui decidimos tudo em colegiado. O que a maioria dos presidentes das Comissões decide...

Também convido para compor a mesa dos trabalhos a senhora Edelaine Dick, neste ato representando a Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC).

Se for representante de uma federação, está convidado, porque aqui estão representantes de federações. Não temos como abrir para outras entidades, senão não vamos ter lugar aqui na mesa para todos.

A senhora Edelaine não apareceu. Em seu lugar, tomou assento à mesa o senhor Urbano Schmitt Junior.

Registro a presença das seguintes autoridades: senhor Alcides Francisco Pivatto, vereador do município de Salete; Francisco Geremias, vereador do município de Vitor Meireles; Nildo Melmestet, vereador do município de Braço Trombudo; Odair Fernandes, vice-presidente da Agência de Águas do Vale de Itajaí; pastor Almir dos Santos, neste ato representando a 1ª Igreja Batista de Rio do Sul; vereadores João Miguel Rodrigues da Costa e Jonas César Will, do município de Agrolândia; senhor Marcelino Alberton, secretário da Agricultura do município de Vitor Meireles; senhor Leonir Lunelli, chefe-de-gabinete da 14ª Secretaria do Desenvolvimento Regional de Ibirama; senhor Arnaldo Weiss, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Sul; senhora Sueli Demetrio, representando o Sesc; vereador Sílvio Vieira de Souza, do município de São Cristóvão do Sul; vereador Luiz Nelson Borghesan, do município

de Pouso Redondo; senhor Henrique Backmeier, presidente da Credicrivil de Rio do Sul; senhor Heitor Borinelli, gerente de Desenvolvimento Sustentável e Agricultura da Secretaria de Taió; senhor Rubens Tadeu Rodrigues Lima, chefe do Ibama de Rio do Sul; senhor Sidinez Furlan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitiba e membro do Movimento dos Pequenos Agricultores; senhor Túlio Ramos, presidente do Sindicato Rural de Agrolândia; senhor Clésio Lopes, engenheiro agrônomo da Fatma de Rio do Sul; senhor Dirceu Leite, secretário municipal da Agricultura de Agrolândia; vereador Ademar Schulze, do município de Presidente Getúlio; senhor Orival Franz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirama; senhor Clóvis Braatz, secretário de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente de Ibirama; vereador Natalício dos Reis, do município de Ibirama; senhor Milton Kuhnen, neste ato representando a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Taió; vereadores Evaldo Erhardt e Henrique Leopoldo Erhardt, do município de Imbuia; senhor Paulo Olavo Peixer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pouso Redondo; senhor Arno Zimmermann, gerente regional da Fatma; senhor Albano Luiz Hammes, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Rio do Sul; senhor Raul Imhof Júnior, neste ato representando a Cidasc; senhor Jaime Cesca, prefeito do município de São Cristóvão do Sul; senhor João Burg, presidente do Sindicato do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Lontras; senhor Lindolfo Hoepers, neste ato representando a Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Faesc); senhor Glauco Henrique Lindner, neste ato representando o deputado estadual Jailson Lima da Silva; senhor Odair José Demarco, neste ato representando o deputado estadual Dirceu Dresch; senhor Eraldo Luís Monteiro, neste ato representando o senhor Fábio Capistrano, secretário municipal da Agricultura de Chapadão do Lageado; senhor Fábio Capistrano, secretário municipal da Agricultura de Chapadão do Lageado; Guido Koch, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Salete; Cláudio Luiz, presidente do Sindicato da Indústria Cerâmica do Alto Vale do Rio Itajaí; Marcolino Pety, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aurora; Gaudêncio José Dalplaz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Oeste; Nicanor Depiné, vereador do município de Rio do Oeste; Remo Carlo Bortoluzzi, representando a Unidavi; Dimas Evaldo Becker, neste ato representando a Câmara de Vereadores de Atalanta; Alirio Henckemeier, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Imbuia; Igmar Becker, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lontras; Adenor de Moraes, secretário da Agricultura e Meio Ambiente do município de Salete; Guilherme Bilk, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapadão do Lageado; Harry Dorow, presidente da Cravil de Rio do Sul; Melissa Michelotti, representando a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul; José Batista da Silva, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul; César Luiz Cunha, gestor ambiental da Casan na região Norte/Vale; Rangel Barbosa, chefe do setor de Tratamento e Controle de Qualidade da Água do Norte/Vale.

Muito obrigado a todos que aqui citamos e que estão abrihantando a nossa audiência pública.

Concedemos a palavra à doutora Juliana, que vai fazer uma exposição do projeto do Código Ambiental.

A SRA. JULIANA GUIMARÃES MALTA CORTE - Boa-tarde a todos. Cumprimento em nome do deputado Romildo Titon todos os membros da mesa e todas as autoridades presentes.

Estou aqui para apresentar para vocês um pouco do que é o projeto de lei do Código Estadual do Meio Ambiente, uma norma muito extensa, com 306 artigos. Para começar, farei uma introdução de como foi elaborada essa norma.

(Procede-se à exibição de imagens.)

No ano de 2007, o governador de Santa Catarina determinou à Fundação do Meio Ambiente (Fatma) que coordenasse a elaboração de um projeto de lei do Código Estadual do Meio Ambiente.

Para a elaboração do trabalho, o presidente da Fatma constituiu nove grupos de trabalho, composto por vários técnicos, tanto da própria Fatma como de várias outras instituições. Os nove grupos eram os seguintes: Grupo Rural, Grupo Industrial e Urbano, Grupo Mineração, Grupo Proteção de Ecossistemas e Unidades de Conservação, Grupo de Recursos Hídricos, Grupo Licenciamento, Grupo Fiscalização, Grupo Resíduos Sólidos e Grupo Institucional.

Participaram da confecção da minuta órgãos e instituições governamentais e não-governamentais, bem como entidades do setor produtivo, que trabalharam mais ou menos durante um ano.

Depois de tecnicamente concluída, por determinação do senhor governador, a minuta do Código Ambiental veio para a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável e para a

Secretaria da Agricultura, onde foram inseridas algumas alterações sugeridas pelo setor produtivo do Estado.

A minuta foi entregue pelos secretários ao senhor governador no dia 3 de março, em sessão solene no Teatro Álvaro de Carvalho, e ingressou na Assembléia Legislativa no dia 24 de julho de 2008.

Por que se decidiu colocar as leis do Estado de Santa Catarina num código? Porque um código é uma sistematização de leis de um mesmo ramo do Direito, é um conjunto de leis coordenadas entre si. Então, como existem hoje muitas leis sobre o meio ambiente, essas leis esparsas foram colocadas num código, para poder haver uma visão panorâmica do Direito a que pertencem, facilitando assim a obtenção por parte dos interessados.

O Código Ambiental de Santa Catarina é uma sistematização da lei federal com importantes inovações que se aplicam às peculiaridades ambientais do território catarinense. A nova lei visa criar um ambiente legal de efetiva proteção ao meio ambiente e maior segurança jurídica para investimentos do setor produtivo.

É importante ressaltar que a legislação que está sendo proposta está adequada à realidade ambiental, econômica e social do Estado de Santa Catarina, sempre com o intuito de proteção ao meio ambiente.

O principal objetivo do Código é resguardar os princípios da Constituição, não só o princípio que está disposto no artigo 225, que é um ambiente ecologicamente equilibrado, mas também as garantias fundamentais, que estão no início da Constituição, que são, por exemplo, a dignidade da pessoa humana e a garantia de pleno emprego a todos, de trabalho para todos.

O Código procura juntar tudo isso com o conceito que todos buscam hoje: produção e exploração sustentável, que está exposta na Lei da Mata Atlântica. Hoje, sabemos que o Estado é 100% mata atlântica. Então, ele busca uma produção sustentável, que é a utilização dos recursos naturais de forma socialmente justa, economicamente viável, garantindo um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Esse projeto de lei é baseado em razoabilidade, adequação e equilíbrio, sempre buscando adequar às peculiaridades do nosso Estado.

O Código Ambiental, como geralmente é feito nesse tipo de norma, é dividido em sete títulos: Disposições Gerais; Política Estadual do Meio Ambiente; Dos Conceitos; Dos Instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente; Das Gestões dos Recursos Ambientais; Das Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental; Das Disposições Finais e Transitórias. Por sua vez, esses títulos são divididos em capítulos, que são divididos em seções e subseções.

Por opção, tecnicamente foram excluídas do Código as políticas estaduais de educação ambiental, recursos hídricos e saneamento, embora dentro do Código estejam previstos dispositivos sobre o assunto.

É importante salientar aqui (depois, o nosso diretor de recursos hídricos vai expor alguma coisa sobre isso) que essas políticas estão excluídas do Código não porque se deixou de lado, mas porque são tão importantes que hoje existem no Estado várias leis esparsas sobre o assunto que tratam diretamente dessas políticas. Hoje, no Estado, estão sendo feitos planos a respeito desses assuntos.

São 23 os princípios e diretrizes da Política Estadual do Meio Ambiente de que tratam o Código. Para não ficar muito extenso, destaquei quatro princípios que considero imprescindíveis: a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção e preservação da biodiversidade e melhoria da qualidade ambiental; a formação de uma consciência pública voltada para a necessidade da melhoria e proteção da qualidade ambiental; a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo; e a cooperação entre o Poder Público, o setor produtivo e a sociedade civil, já que o meio ambiente é um bem de todos nós, é um bem de uso comum da coletividade.

Objetivos da política estadual do meio ambiente: proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente; remediar ou recuperar áreas degradadas; assegurar a utilização adequada e racional dos recursos ambientais; gerar benefícios sociais e econômicos; incentivar a cooperação entre municípios e a adoção de soluções conjuntas; e proteger e recuperar processos ecológicos essenciais para a reprodução e manutenção da biodiversidade.

Eu destaquei aqui o artigo 9º do Código, que diz o seguinte: "Compete ao Poder Público estadual e municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora."

Parágrafo único: É dever do cidadão informar ao Poder Público estadual e municipal sobre atividades poluidoras ou degradadoras de que tiver conhecimento".

Como eu disse, a norma é muito extensa. Por isso, destaquei os pontos que considero mais relevantes no projeto de lei.

Quanto aos órgãos do Sistema Estadual do Meio Ambiente, temos hoje como órgão central a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a qual represento, que é responsável pelo planejamento e formulação da política estadual do meio ambiente; como órgãos executores a Polícia Ambiental e a Fatma, que concede a licença e é também fiscalizadora; os órgãos municipais locais (é importante ressaltar, já que isso já foi levantado em audiências públicas, que hoje o nosso Conselho Estadual do Meio Ambiente habilita os municípios a conceder licenciamento); e o Conselho Estadual do Meio Ambiente, que é uma instância superior que julga os recursos administrativos como órgão consultivo e deliberativo.

Uma inovação é a criação das Jarias, que são as Juntas Administrativas Regionais de Infrações Ambientais, órgão julgador intermediário composto por três membros do Poder Executivo e três membros do setor produtivo.

Outra inovação importante colocada no Código é a criação do Fundo de Compensação Ambiental e Desenvolvimento, que tem como objetivos investir no Sistema Estadual de Unidades de Conservação, especialmente na regularização fundiária dessas unidades; remunerar os proprietários rurais e urbanos que mantenham áreas florestais nativas ou plantadas, sem fins de produção madeireira, acima das exigidas pelo Código; financiar e subsidiar projetos produtivos que venham mudar o uso atual do solo e regularizar ambientalmente as propriedades rurais e urbanas; financiar e subsidiar projetos produtivos que venham diminuir o potencial de impacto ambiental das atividades poluidoras instaladas no Estado; e desenvolver o turismo e a urbanização sustentável no Estado.

No artigo 29, que fala sobre os conceitos ambientais, foi introduzido o conceito área rural ou pesqueira consolidada, que são aquelas nas quais já havia atividades agropecuárias frutíferas ou pesqueiras de forma contínua, destacando que as atividades rurais de produção de gêneros alimentícios, vegetal e animal, são consideradas atividades de interesse social, como está lá no Código Florestal brasileiro, que fala sobre interesse social, mas, ao mesmo tempo, a norma prevê que, caso essas atividades mencionadas estejam em desacordo com a legislação ambiental, será priorizada a adoção de medidas que permitam compatibilizar a manutenção da atividade com a proteção do meio ambiente.

Outros dois conceitos: auditoria ambiental voluntária e campos de altitude acima de 1.800 metros.

Foi colocado também na norma que as atividades passíveis de licenciamento ambiental constam da resolução do Consema: comprometimento do empreendedor com a conscientização no que diz respeito às questões ambientais; dispensa de novo processo de licenciamento nas reformas de plantios com culturas permanentes, desde que ocorra na vigência da Licença Ambiental de Operação.

Não consta aqui na nossa norma, porque no Estado existe lei específica no que concerne às taxas que são pagas à Fatma pelos seus serviços... Então, está colocado aqui na norma que o requerimento de meras certidões e declarações expedidas pela Fatma deve ser gratuito, de acordo com o que já está na Constituição Federal.

Outro item é a desburocratização do processo do licenciamento; a clara definição dos estudos ambientais a serem exigidos; e a obrigatoriedade de parecer técnico embaixador.

Também consta a dispensa da Licença Ambiental de Instalação, que já consta da norma estadual vigente, mas aqui são colocados alguns requisitos. É dispensa da Licença Ambiental de Instalação quando: para licenciamentos em que não seja exigido o Estudo de Impacto Ambiental, para licenciamentos em que seja exigido o Relatório Ambiental Prévio ou para licenciamentos em que os pressupostos para a Licença Ambiental de Instalação já estejam presentes no processo de licenciamento.

Também é previsto licenciamento ambiental coletivo de atividades e empreendimentos cuja proximidade e localização recomendem ações coletivas integradas; isenção da cobrança de taxa do pequeno produtor rural; possibilidade da dispensa da Licença Ambiental de Operação em casos excepcionais e decisão motivada pelo órgão licenciador.

Como já falei, o Código não prevê sobre a política estadual de recursos hídricos, embora fale alguma coisa sobre ela. Então, são determinados aqui na norma os procedimentos para a obtenção da outorga de direito de uso dos recursos hídricos - hoje, a outorga do direito de uso da água aqui no Estado é dada pela Secretaria do

Desenvolvimento Econômico Sustentável; e, também, que o lançamento de efluentes líquidos deve estar articulado com os procedimentos de licenciamento ambiental concedidos pela Fatma.

Então, fica esclarecido aqui na norma que a outorga preventiva de uso dos recursos hídricos deve ser solicitada pelo empreendedor e apresentada para obtenção da Licença Ambiental Prévia; a outorga de direito de uso dos recursos hídricos deve ser apresentada ao órgão ambiental licenciador para a obtenção da Licença Ambiental de Operação.

Quanto às penalidades, segue-se o que determina a legislação federal e o que determina a legislação estadual vigente.

Destaque para os custos resultantes do embargo ou da interdição, temporário ou definitivo: serão ressarcidos pelo infrator só quando encerrado o processo administrativo e quando comprovada a prática da infração.

Também foi colocado na norma, na parte de sanções administrativas, participação... Como sanção administrativa do infrator em programa de educação ambiental (isso é muito importante), custeada pelo próprio infrator.

Outro item é o incentivo à reparação do dano ambiental quando previsto que as multas previstas na norma podem ter a sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obriga-se a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

Outro ponto: em caso da não-ocorrência de dano ambiental relevante, há a possibilidade de a pena de multa ser convertida em advertência.

Propostas em relação às áreas consideradas de preservação permanente (ponto mais polêmico do projeto de lei): adequação das áreas de preservação permanente ao longo dos cursos de água de acordo com a realidade do nosso Estado; possibilidade de plantio em área considerada de preservação permanente de pequena propriedade rural; a não-consideração de área de preservação permanente em canais, valas, galerias e canais de adução.

Propostas em relação à reserva legal: possibilidade de utilização de 100% da área de preservação permanente em reserva legal de pequena propriedade ou posse rural; explicita as possibilidades de utilização de reserva legal na pequena propriedade rural; expressamente permite o cumprimento da reserva legal nas áreas de posse rural; previsão de cotas de reserva florestal - isso já está previsto lá no Código Florestal, apenas foi colocado aqui no projeto de lei; exploração sustentável de erva-mate livre de qualquer autorização ambiental, desde que obedecidos os critérios estabelecidos aqui na lei.

Propostas em relação às unidades de conservação aqui no Estado: criação de unidades de conservação por lei - a lei nacional de unidade de conservação prevê que unidade de conservação tem que ser criada por ato do Poder Executivo e aqui na nossa norma estamos colocando que a criação de unidade de conservação estadual deve ser criada por lei, devendo a implantação de tais unidades estar condicionada a recursos previamente inseridos no Orçamento do Estado destinados a desapropriações e indenizações, que é um grande problema, todos nós sabemos; critérios para a criação dessas unidades de conservação devem estar inseridos na lei de criação; e direito de permanência no imóvel enquanto não houver indenização.

Por fim, destaco o artigo 171 do Código, que diz que se adotam para o Estado os padrões de qualidade dos recursos ambientais previstos em normas federais, podendo o Conselho Estadual do Meio Ambiente estabelecer padrões adicionais inexistentes no âmbito federal, sendo que a norma coloca também que os padrões estabelecidos pelo Consema só serão utilizados se forem mais restritivos que os federais.

O artigo 184 coloca que os órgãos do Sistema Estadual do Meio Ambiente devem possuir sistemas de informações ambientais unificados entre si, capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade.

No artigo 191, o Poder Público estadual deve publicar, por meio da Secretaria de Estado responsável pelo meio ambiente, periodicamente, relatórios com os dados do monitoramento ambiental obtidos diretamente ou repassados pelos órgãos integrantes do Sistema de Informações Ambientais.

O artigo 203 fala sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Este projeto de lei prevê o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro também, que é de extrema relevância aqui para o Estado. Este artigo diz que deve o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro ser elaborado e atualizado pelo Poder Executivo, em instância técnico-administrativa, por grupo de

coordenação dirigido pela Secretaria de Estado responsável pelo meio ambiente, com composição e forma de atuação definidas em decreto regulamentar. Não está colocado aqui nesta transparência, mas o projeto de lei também prevê o Zoneamento Ecológico-Econômico, nos artigos 199 e 200, que está sendo citado reiteradamente porque é de extrema importância para o Estado. Segundo a norma, o Zoneamento Ecológico-Econômico vai ter que ser regulamentado pelo Poder Executivo, mas é muito importante porque já está sendo previsto aqui na norma, então já estamos começando. Depois ele tem que ser complementado, logicamente.

Por fim, a norma prevê também a Política Estadual de Resíduos Sólidos, o parcelamento do solo e antenas de telecomunicação.

Eu gostaria de fazer só uma ressalva: na audiência pública passada, ouvi de alguém aqui o comentário de que nós perdemos a oportunidade de colocar no projeto de lei algumas coisas. Na verdade, eu gostaria de dizer para todos os senhores que nós não perdemos oportunidade nenhuma porque isso aqui é um projeto de lei. Então, não perdemos a oportunidade.

Este é um projeto de lei e cabe a eles transformá-lo em lei, com a ajuda de todo mundo. Então, que todos colaborem para que saia, realmente, uma lei eficaz em todos aqueles sentidos de que falei, por um ambiente ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável para todos.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Ouviremos agora os demais deputados, por dois minutos. Começamos com o deputado Rogério Peninha Mendonça, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (SC) - Inicialmente, eu gostaria de saudar o deputado Titon, o deputado Sopelsa e o deputado Décio Góes, presidentes das Comissões que estão realizando essas audiências públicas em todo o Estado de Santa Catarina; saudar o secretário Germano, que representa o governo do Estado; os demais componentes da mesa; os demais deputados estaduais que estão aqui conosco; o deputado Grandó e o deputado Venzon.

Ao mesmo tempo, quero justificar a ausência do deputado Jailson Lima, que me pediu que o fizesse, até porque talvez muitos estejam estranhando. Se o deputado é daqui, por que não está presente?! Na verdade, ele está numa missão talvez tão importante quanto esta aqui: está representando a Assembleia Legislativa num encontro do Parlasul, no Uruguai. Portanto, é só em função disso que ele não está presente, mas disse que tomará conhecimento de tudo o que está acontecendo e dará o encaminhamento lá na Assembleia Legislativa.

Também quero cumprimentar todos vocês que aqui estão, homens e mulheres, agricultores, ambientalistas, todos os representantes dos diversos segmentos da nossa sociedade do Alto Vale do Itajaí que estão presentes.

Em relação a esse tema do Código Ambiental de Santa Catarina, não é de hoje, há muito tempo eu tenho participado de audiências públicas, de seminários, de encontros, de reuniões, tenho recebido correspondências pedindo modificações no Código Ambiental, na legislação ambiental e florestal do Estado de Santa Catarina. Esse anseio acontece há muito tempo, principalmente por parte do nosso segmento da agropecuária de Santa Catarina.

O governo do Estado foi sensível a esses reclames e elaborou uma proposta, que foi encaminhada à Assembleia Legislativa. Esta, por sua vez, poderia fazer uma grande audiência em Florianópolis (como normalmente se faz na grande maioria dos projetos que lá tramitam), e poderíamos votar, os quarenta deputados, de acordo com as nossas cabeças. Mas não, as Comissões de Justiça, de Meio Ambiente, de Agricultura e todos os deputados tiveram a iniciativa de percorrer todas as regiões de Santa Catarina e ouvir o que cada um, cada segmento, o que o setor ambiental, o setor produtivo da agricultura e os empresários têm a dizer, quais os seus pedidos e as suas sugestões. Foi dito pela Fernanda: na verdade, a oportunidade é agora.

Já estou no meu terceiro mandato como deputado estadual, e quero dizer que estou tendo a responsabilidade de votar, talvez, o projeto mais importante entre todos aqueles de que já participei na Assembleia Legislativa. Na última eleição, elegei-me com aproximadamente 55 mil votos; entre os quarenta deputados de Santa Catarina que se elegeram, fui o quarto mais votado. Eu moro em um município relativamente pequeno, Ituporanga, e a grande maioria dos meus votos é de pequenos agricultores iguais a vocês, que estão aí.

Eu também tenho compromisso com as questões ambientais, tenho! Tenho compromisso com o setor empresarial, mas a minha grande bandeira tem sido, e será o pequeno

agricultor. Em Santa Catarina, aproximadamente 80% das propriedades são pequenas propriedades rurais, áreas com menos de 50 hectares, sendo que essas pequenas propriedades englobam, aproximadamente, 40% de toda a área. Mais de 30 mil famílias estão voltadas à pequena propriedade rural. Por isso o meu compromisso e a minha responsabilidade com este Código.

A partir do momento em que o projeto entrou na Assembleia Legislativa, e antes mesmo, tenho dedicado grande parte do meu tempo (à noite, no fim-de-semana) a lê-lo e estudá-lo. Quero aqui propor a vocês: quem tiver idéias e sugestões de emendas, que as encaminhe ao meu gabinete e terei o máximo prazer em recebê-las, estudá-las, e se forem realmente do interesse de Santa Catarina, do pequeno agricultor, terei prazer em encaminhá-las.

Lá na Assembleia já tenho essa característica e fama (até pela minha profissão de engenheiro agrônomo) de ser o deputado da agricultura. Há um tempo, recebi o apelido de "deputado bracatinga" quando, no meu primeiro mandato, discutimos a questão da liberalização do corte da bracatinga aqui em Santa Catarina.

Estou estudando e já pedi para técnicos que me dão assessoria analisarem uma emenda para que possamos, da mesma forma como foi colocado para a erva-mate, liberar o corte da bracatinga para os nossos pequenos agricultores de Santa Catarina. Nesta região a bracatinga tem muito interesse. Por que vamos plantar pinus e eucalipto? Por que não podemos aproveitar melhor a bracatinga, que é nativa e dá melhores condições até de fertilidade para as nossas terras e, ao mesmo tempo, se recompõe rapidamente? Essa é uma das propostas que tenho ouvido dos pequenos agricultores e que vou levar como emenda para a Assembleia Legislativa na votação deste projeto, mas quero receber muito mais propostas.

Portanto, quero dizer que estou totalmente à disposição na Assembleia e que serei um guardião dos interesses dos rizicultores, dos pequenos produtores e dos agricultores, de modo geral, de Santa Catarina e, principalmente, da nossa região do Alto Vale do Itajaí, que tenho grande orgulho de representar.

Um abraço e obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR GRANDÓ - Nosso boa-tarde, com muita saúde e felicidade a todos.

Primeiro, parabeno o governador Luiz Henrique, que teve a sensibilidade, a coragem de mandar este projeto ao Poder Legislativo.

Isso não ocorreu por acaso, mas devido às secretarias regionais que estão presentes nas 36 regiões do Estado, e um dos assuntos prementes, todos os dias, é com relação ao pequeno agricultor e às atividades agrícolas, o que sensibilizou o governo central. Por quê? Porque temos a meta da valorização do homem e de sua fixação na agricultura. Com isso, ao enviar este Código ao Parlamento catarinense, todo o Brasil está de olho em Santa Catarina por ser o Estado pioneiro na discussão dessa questão.

Portanto, já sabemos que vamos ter conflitos, porque o Código é um apanhado de leis, um resumo, uma atualização (há leis de mais de 30 anos), uma síntese. Foram disponibilizadas 27 leis num único Código para que todos possam ter um entendimento melhor nos 306 artigos.

Como vai ficar lá no final, após ouvirmos as dez regiões em que estamos fazendo audiências públicas, vai depender... Por isso que o mais importante é ouvirmos os companheiros, os agricultores que aqui estão.

Mas eu queria alertar sobre um assunto que é muito importante: tem conflito, sim! Não podemos fazer o discurso fácil, enganador ou emocional. A Constituição Federal, até hoje, não normatizou os artigos 23 e 24, "Das Competências". E não é novidade! A Constituição completou 20 anos e tem 51 artigos que ainda não foram normatizados - um deles envolve a questão ambiental: o que é de competência do governo federal, através da sua Constituição, o que é de competência do governo estadual, através da sua Constituição, e o que é de competência do município, através da sua Constituição, que é a lei orgânica. Ou seja, nos três entes federados não se sabe o que é papel do município, do Estado e do governo federal.

Ora, se há omissão, se a lei não está clara, não se constrói a cidadania. O artigo 225 diz que todos são responsáveis pelo meio ambiente. E se não se constrói a cidadania, é fácil fazer repressão - e é isso o que, às vezes, acontece com o nosso agricultor quando adentram sua propriedade: a repressão por muitas coisas de que não tem conhecimento; ele leva multa por não ter consciência. E esse é o objetivo desta reunião, e é bom que os

agricultores sejam maioria aqui, porque assim vão adquirindo essa consciência e essa educação.

Para finalizar, quero alertar o seguinte: não vamos estabelecer conflitos. É importante que tenhamos idéias diferentes, que façamos a discussão. Vamos avançar, estamos aqui para ouvir todas as sugestões para melhorar o Código. O conflito não constrói nada. Por que não devemos ter conflitos ou agressões? Porque existe um ponto comum para todos nós: hoje, sabemos que só existe um tipo de desenvolvimento - não há outro! É o desenvolvimento sustentável. Ele interessa à agricultura, à parte urbana, às entidades ambientais, ao Poder Público, e precisamos tê-lo como meta, sim, para um mundo sustentável.

E aí eu tenho um testemunho: ninguém conhece melhor as nascentes, ninguém conhece melhor a sua terra, ninguém conhece, passo a passo, todas as questões da proteção ambiental... E Santa Catarina é um Estado diferenciado. Quem andar por aí vai ver como, realmente, a natureza foi protegida. E vamos cuidar da água, que é outra discussão importante, fundamental, porque para produzir alimentos tem que ter água boa. Vocês sabem que para produzir 1 quilo de frango tem que ter 2 mil litros d'água, para produzir 1 quilo de milho tem que ter mil litros d'água, e assim por diante. Essas águas têm nascentes, e as águas das nascentes estão boas, tanto as que correm para o leste quanto as que correm para o oeste na nossa Serra Geral e na nossa famosa Serra do Mar.

Portanto, meus amigos, lá em cima estão as nascentes, lá está a cumeieira ambiental que todos vocês aprenderam a respeitar porque sabem o quanto são importantes a água e a proteção da natureza.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM VENZON (SC) - Deputado Romildo Titon, senhores deputados, demais membros da mesa, vereadores, prefeitos, senhoras e senhores que vêm aqui dar essa grande colaboração à Assembléia Legislativa, que, após as audiências públicas, vai votar este projeto do Código Ambiental que o governador, obedecendo às normas gerais, encaminhou.

A Assembléia poderia simplesmente analisar, e os deputados votariam conforme a sua opinião. Porém, achamos salutar que viéssemos ouvir o máximo de opiniões - não só para ouvi-las, mas também para legitimar as que já ouvimos.

Na verdade, todos nós somos frutos de gerações em que nossos antepassados (os nossos pais, os nossos avós) não tinham conhecimento de toda a questão ambiental (não havia essa cultura de preservação do meio ambiente) e, de certa maneira, houve devastação. Agora, com o conhecimento que temos, sabendo da importância que tem cada elemento do ecossistema (o ar, a água, as árvores, os animais), nós sabemos que somos membros desse ecossistema. Ora, então temos que preservar essa grande casa em que todos estamos. E passamos por um período difícil, porque precisamos mudar esses hábitos. E não basta o senhor mudar esses hábitos, não basta o vizinho mudar: todos nós, juntos, precisamos modificar e ter uma conduta conjunta. Dessa forma, é estabelecido um Código Ambiental para que a mudança seja uniforme.

Conheço alguns de vocês, vim com alguns vereadores, com alguns prefeitos do Alto Vale - sou natural do município de Botuverá, do outro lado da montanha, que pertence à bacia do rio Itajaí-Mirim, e sei que as nossas propriedades têm, no mínimo, de 100 anos a 110 anos. Então, as terras que cultivamos já estão sendo utilizadas há tempos. Portanto, para estabelecer algumas normas, algumas proibições, é necessário ter muito jeito para não desrespeitar aqueles que sustentaram o Estado de Santa Catarina com bons alimentos durante este século inteiro!

Primeiro devemos discutir o Código, depois sua implantação tem que ser gradativa, educativa, respeitosa, justamente para que essa mudança seja legitimada por todos nós, por todos vocês. Em cem anos o meio ambiente mudou um pouco, mas acredito que em cinquenta anos vamos recuperá-lo - e bem -, tirando dele a nossa produção.

De forma que eu quero parabenizar a Assembléia Legislativa, o deputado Titon, o deputado Sopelsa, e encerro aqui com a iniciativa de ouvir aqueles que são os mais importantes, que serão os mais afetados, e aqueles, sim, que são os grandes colaboradores dessa mudança: os senhores, os agricultores, os investidores. Por isso, levaremos as sugestões de vocês para aprová-las neste Código.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito bem. Vamos entrar agora no bloco das federações.

Primeiramente, concedo a palavra ao senhor Enori Barbieri,

vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), por até quatro minutos.

O SR. ENORI BARBIERI - Inicialmente, boa-tarde a todos. Quero saudar o deputado Titon, presidente da mesa, e em seu nome todos os parlamentares; demais autoridades da mesa; autoridades presentes. Cumprimento as lideranças sindicais, que proporcionaram este encontro e convidaram este grande público - não tenho dúvida, mais de 90% dos presentes são agricultores. Agradeço também a todas as pessoas que trabalharam para elaborar este projeto; e ao governador Luiz Henrique, por tê-lo remetido à Assembléia. Parabenizo a Assembléia Legislativa pela forma democrática de discutir e de ouvir a comunidade para que este Código, quando votado, leve a vontade da sociedade.

É necessário votar este Código. Os agricultores não podem mais viver com a realidade de hoje, com as leis existentes. Essas leis são proibitivas e estão nos tirando o direito à vida, o direito de sustentar nossos filhos.

A promotoria é obrigada a cumprir a lei, o papel e o dever do promotor é fazer cumprir as leis. A gente acaba não gostando de pessoas que não conhecemos - tem dois aqui que eu não conhecia e já não gostava deles. É preciso mudar isso. Também não gosto de ecochato; eu gosto de ecologistas, porque defendem e reconhecem o agricultor. O ecochato acha que só o que ele fala é certo. Como disse o Grandó, é preciso ter equilíbrio.

Tem artigos no Código com os quais não concordo que tratam da lei do decurso de prazo, da ditadura, que dizem que em sessenta dias está válido. Isso é coisa do tempo da ditadura! Já se passaram trinta anos! Temos que acrescentar alguma coisa para dar legitimidade a isso.

Então, a Federação da Agricultura e os agricultores não estão aqui porque é bonito ver deputados, não! Se os senhores saíram de casa é porque isso tem que ser mudado. Não é mais possível, 99% dos pequenos agricultores deste Estado estão sendo penalizados. A sociedade urbana também deveria estar aqui! Certamente, na hora em que o calo apertar na cidade eles também vão procurar uma solução.

Quero dizer para se sentirem tranquilos: nós vamos trabalhar juntos, sim. É necessário o equilíbrio para o bem de todos, ninguém vive sem alimento e sem meio ambiente. Iremos chegar a um termo comum.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Urbano Schmitt Junior, neste ato representando a Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC), por até quatro minutos.

O SR. URBANO SCHMITT JUNIOR - Cumprimento os membros da mesa e os demais participantes desta audiência.

Estou muito contente em ouvir uns quantos discursos que já se dirigem no sentido de quebrar aquela dicotomia defesa de meio ambiente e desenvolvimento. A primeira coisa que precisamos fazer é irmos desarmados para as assembleias, para que a discussão seja construtiva.

Um princípio elementar (e parece-me que o mundo está entendendo cada vez mais isso) é que a defesa do meio ambiente jamais foi contra o desenvolvimento. Muito pelo contrário, a Terra já existia há bilhões de anos quando nasceu o ser humano - e essa condição foi necessária para que o planeta tivesse todos os elementos para o ser humano ter uma vida plena, boa e digna.

O ser humano, infelizmente, inventou modelos de desenvolvimento que trabalharam contra o princípio da criação divina. E o que gerou esse desenvolvimento? Esse desenvolvimento gerou a degradação ambiental, com catástrofes pelo mundo afora e anúncios de catástrofes muito maiores. Ainda anteontem eu estava ouvindo na televisão que a primeira atitude do presidente das Ilhas Maldivas vai ser comprar terras em outros países para alocar a sua população, porque o aumento do nível do mar vai submergir todo o seu país. E nós aqui, em Santa Catarina, não somos uma ilha: somos parte desse todo.

Outra coisa que é importante saber (e parece-me que algumas pessoas vêem no Código Ambiental um passo nessa direção) é que nós temos que mudar esse modelo de desenvolvimento que, de certa forma, além de gerar a degradação ambiental não trouxe riqueza para a maioria dos que trabalham. E vocês, que são agricultores, sabem disso: para onde vai o lucro do trabalho de vocês? A maior parte do lucro do trabalho de vocês vai para corrigir o solo que está degradado, para buscar a água que está cada vez mais longe ou mais profunda. E assim vai a situação. Então, nós temos que buscar uma fórmula que traga bem-estar para todos. Acho que todo mundo já ouviu falar das catástrofes, porque os meios de comunicação estão aí a divulgar.

Mas eu queria me reportar ao Código Ambiental proposto. Muitas coisas nele colocadas estão em contradição, não há uma conciliação entre todos os itens do Código Florestal - ele não ataca

os problemas reais da defesa e da preservação do meio ambiente com o desenvolvimento do equilíbrio. Por exemplo: ele mantém dois fundos de meio ambiente, quando precisaria só de um. Para quê dois fundos, que vão precisar de duas estruturas para administrar, gastando boa parte dos fundos na administração dos mesmos?

Além disso, há um conflito sério com a legislação federal - e a Constituição de 1988 diz que as legislações inferiores, estaduais e municipais, podem existir, mas têm que observar o parâmetro da legislação federal (jamais flexibilizando para baixo, ela pode restringir para mais).

O capítulo do Zoneamento Ecológico-Econômico é lamentável da maneira como está colocado. O Código não cria uma estrutura administrativa para gerenciar e incentivar os comitês de bacias. Também não há nenhum avanço no tocante à proteção do solo, do ar, da fauna e da flora.

Então, uma série de coisas precisam ser melhor discutidas. Em função dessas coisas e de outras tantas que não foram relatadas aqui por exigüidade de tempo, nós entendemos que, mesmo valendo esta audiência pública (onde ouvimos as pessoas e os representantes das entidades), é preciso uma discussão mais profunda. É preciso, talvez, resgatar este projeto, trazê-lo de novo à discussão com pessoas que entendam do assunto, para que tragam uma proposta mais coerente para novas audiências públicas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Nós agradecemos sua participação.

Com a palavra o senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), por até quatro minutos.

O SR. HILÁRIO GOTTSSELIG - Gostaria de cumprimentar os deputados, toda a mesa e os demais participantes desta audiência pública, especialmente os nossos agricultores e as nossas agricultoras, principalmente os familiares.

A Fetaesc hoje representa 204 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras do nosso Estado. Temos mais de 186 mil associados, agricultores, agricultores familiares e assalariados que pagam as mensalidades rigorosamente em dia em nosso Sindicato. Se multiplicarmos isso pelas pessoas que estão em cada uma dessas famílias, teremos mais de seiscentos mil envolvidos.

Este Código que estamos defendendo, inclusive a sua aprovação ainda este ano, já discutíamos em 2002. Quem lembra os primeiros TACs que começaram a surgir em Santa Catarina? Foi em 2002, e começando pelo arroz. Já discutíamos essa condição da nossa agricultura, especialmente da agricultura familiar, que na condição apresentada no Código Ambiental Nacional não se viabilizava. Passamos 2003 e conseguimos resolver por dois anos; veio 2004 (na época o secretário era o deputado Sopelsa) e provocamos essa discussão, liderada também pelo Sopelsa, para saber como poderíamos mudar o Código Ambiental Nacional. Construímos uma proposta catarinense com praticamente a cara da que está sendo apresentada hoje e não conseguimos avançar nada em nível nacional. Construímos, inclusive, o pacto estadual ambiental. A partir disso, vendo que não tínhamos nenhuma resposta, nenhum caminho em nível nacional, começamos, juntamente com outras organizações, a pensar em uma nova tarefa para Santa Catarina. Participamos ativamente na construção do Código estadual em nível da Fatma. Trabalhamos todo aquele período e nada daquilo que pudesse atender os agricultores familiares e os pequenos proprietários de Santa Catarina estava contemplado na proposta da Fatma. Ai, sim, a partir do projeto apresentado pela Fatma, também participamos com as demais organizações na construção de uma proposta alternativa que viesse dar viabilidade e sustentabilidade para os agricultores e para os agricultores familiares de Santa Catarina.

Portanto, gente, essa discussão não está acontecendo só hoje, não está acontecendo só nessas audiências públicas. Já são quase dez anos de conversa, já são quase dez anos de discussão em nosso Estado e até agora não conseguimos avançar. Acho que este é o momento. E agora ou nunca. Temos que fazer com que esse Código seja aprovado ainda este ano - e aí, deputados, acho que é tarefa de vocês, já que o governador encaminhou para a Assembléia Legislativa.

Se houver outras questões que precisam ser agregadas a ele, podemos fazer no próximo ano. Inclusive, acho que é tarefa nossa discutir a questão das águas e outros pontos a serem agregados. Não podemos permitir que esse Código não seja aprovado este ano por essas razões. Os agricultores estão aqui para podermos viabilizar isso.

Eu lembro a discussão do TAC aqui em Agrônômica, quando se falou muito em água. Numa das discussões, inclusive, o Ministério Público estava na reunião lá em Florianópolis e veio toda

a discussão: cumpre ou não cumpre a lei? De que forma acertaríamos o TAC do arroz? O Ministério Público queria aproximar ao máximo daquilo que está no Código Nacional e nós do mínimo que viabilizasse a atividade dos nossos pequenos rizicultores daqui da região e do Estado de Santa Catarina. E eu me lembro muito bem de um agricultor que se levantou e disse para todos nós: "Eu planto arroz. Tenho 8 hectares de arroz, dos quais a minha família está vivendo. Agora, doutor, eu gostaria que o senhor tomasse a água que uso na plantação do meu arroz. Eu tomo a água que sai da minha arrozeira e garanto que vou viver muito tempo. Agora, eu não sei se sobreviverei mais tempo tomando a água que entra".

Os nossos agricultores estão protegendo a água e a floresta de Santa Catarina. Se olharmos os dados de Santa Catarina, a recuperação ambiental, nos últimos doze anos, é extremamente grande. Nós estamos com mais de 40% de área coberta com mata nativa no Estado. Então, estamos fazendo a nossa parte.

Portanto, nós estamos trabalhando. Os nossos agricultores não estão aqui de graça ou porque gostam, mas porque estão sentindo na pele o que realmente estão vivendo no dia-a-dia. Sendo assim, nós queremos a aprovação, trabalhamos pela aprovação. Vamos continuar discutindo, mas também estamos abertos às mudanças necessárias e às adequações que precisam ser feitas. Agora, não podemos aceitar a questão simplesmente de deixar isso de lado e pensar mais para a frente. Nós temos que garantir a aprovação do projeto. Quanto aos ajustes, nós os faremos posteriormente. Se tiver problema de conflito nacional, esse Código vai permitir fazermos a discussão lá em Brasília quando necessário. Acho que se não fizermos aqui, nem em Brasília faremos. Então, a nossa defesa como organização é pela aprovação do nosso Código.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Décio Sonaglio, neste ato representando a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), por até quatro minutos.

O SR. DÉCIO SONAGLIO - Inicialmente, cumprimento o presidente Titon e todos que fazem parte da mesa.

Eu gostaria de pedir aos nossos produtores rurais, àqueles que vivem da terra, que se levantem um pouquinho (*praticamente toda a plenária fica em pé*).

Senhores deputados, isto aqui já diz tudo!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A doutora Juliana colocou como foi estruturada a elaboração desse projeto de lei. No meio do caminho, pela primeira vez, nós, as entidades representativas do setor produtivo, conseguimos nos juntar em uma sala para entrar em ação e discutir essas questões que a Fatma elaborou. Passamos um pente-fino, artigo por artigo, no que foi colocado lá. Aquela proposta que a Fatma elaborou ia ficar pior do que a que está aí. Vou dar um exemplo: na proposta da Fatma, pedida pelo governador, consta autorização para poder de polícia e porte de arma para os funcionários da Fatma. Já não chega a Polícia Ambiental, que está ali cumprindo o seu papel, o seu dever? Um órgão ambiental ter porte de arma e poder de polícia é uma coisa inaceitável! E nós, olhando para o semblante de todos esses produtores, podemos ver que eles não têm cara de grileiros da Amazônia, não têm cara de bandido, são produtores de bem que querem deixar as propriedades sustentáveis para os seus filhos.

Então, eu queria deixar registrado que nós, as entidades, entramos em ação, ficamos um ano contribuindo com esse trabalho para a Secretaria da Agricultura e para a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável. O governador assumiu o compromisso e acatou a proposta enviando o projeto à Assembléia Legislativa.

A Ocesc, a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, que congrega mais de sessenta mil pequenos produtores rurais no Estado, é o grande guarda-chuva que dá sustentação às atividades e aos negócios dos pequenos produtores rurais; a Fecoagro, a Federação das Cooperativas; a Faesc, aqui representada pelo Barbieri; a Fetaesc, aqui representada pelo Hilário; a Fiesc, essa grande entidade do setor econômico, industrial e produtivo; o Sindicarne; a Associação Catarinense da Avicultura; o Sindileite, de extrema importância para os pequenos produtores rurais familiares de Santa Catarina; a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã; a Associação Catarinense dos Criadores de Suínos; o Crea, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; a AEASC, a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina; a Associação dos Médicos Veterinários de Santa Catarina; e a Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina, todas essas entidades, com suas equipes técnicas, advogados, técnicos

experientes, contribuíram para corrigir e colocar o posicionamento do setor produtivo nessa proposta, na maneira que está.

Eu queria fazer apenas alguns comentários sobre esse aspecto. Esse projeto resgata a dignidade no campo, corrige as injustiças que estão fazendo com a lei ambiental e com os pequenos produtores rurais de Santa Catarina. Por exemplo: na área urbana tem área consolidada, na área rural não tem. Essa é uma das grandes injustiças.

A segunda injustiça: quais foram as pessoas que disseram que tem que ser 30 metros nas margens de rio e 50 metros nas nascentes? E baseado em que fundamento técnico-científico são 30 metros ou 50 metros? Quem foi?

Nós estamos aqui discutindo, os deputados estão aqui para ouvir a contribuição de todas as pessoas e estão alegando essa questão da inconstitucionalidade em cima de um negócio que meia dúzia de burocratas, em Brasília, achou por bem colocar sem discutir com ninguém, através de resolução, de norma e de não sei o quê! Dentro de uma opinião, achando-se um deus, o dono da verdade, que aquilo que sabe é a absoluta verdade e não tem nada que questione.

Essa lei vem resgatar esse confisco. A lei diz que pega 40% de uma propriedade rural e diz: agora você não manda mais nesses 40% dessa propriedade. Isso aqui é para a sociedade manter um ambiente saudável. Agora, você paga o registro da averbação da reserva legal. Você não manda aqui na APP. Nós vamos mandar. É a sociedade que quer que você preserve, mas você não vai receber nada por isso. Pague as custas cartoriais, as taxas e disponibilize para a sociedade. O pessoal da cidade não precisa pagar nada, não tem nada. Essa é a injustiça que eu digo e que está se colocando.

Eu queria fazer um depoimento aqui. O Hilário e o deputado Peninha têm dito e a gente também precisa dizer: os pequenos produtores rurais de Santa Catarina, essas 187 mil propriedades familiares rurais de Santa Catarina, é que fizeram a recuperação ambiental. Não foram os ambientalistas! Ninguém mais do que os produtores fizeram a recuperação ambiental. Hoje as propriedades rurais de Santa Catarina têm quase 40% de cobertura vegetal. Tem ambientalista que é surdo quando a gente fala essas coisas, continua batendo em mata atlântica e 3%. É claro que não tem mais mata atlântica. Ela foi derrubada há trinta, quarenta anos! Essa mata está aí sendo recuperada, crescendo nas propriedades do oeste de Santa Catarina. É só ir lá para ver. Tem ambientalista que olha por satélite para ver se estão desmatando, mas vai lá para ver a mata sendo recuperada nas propriedades!

Eu queria fazer um apelo aos deputados, em nome da Ocesc e dessas entidades: que se faça justiça o mais rápido possível, que votem este ano essa proposta que é boa, só faltam ajustes. As sugestões virão. O negócio está pronto, vamos tirar essa carga de injustiça das costas dos pequenos produtores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Germano Emílio Purnhagen, vice-presidente da Fiesc da regional Alto Vale do Itajaí e secretário de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul.

O SR. GERMANO EMÍLIO PURNHAGEN - Quero cumprimentar o deputado Romildo Titon, os demais componentes da mesa, as autoridades, os agricultores em geral interessados nessa questão tão importante que estamos tratando nos últimos tempos em Santa Catarina.

O nosso governador teve uma visão muito arrojada em submeter à Assembléia essa legislação ambiental. O Código Ambiental de Santa Catarina, certamente, servirá de modelo para o Brasil. Os presidentes dessas Comissões da Assembléia Legislativa estão demonstrando que é prioridade ouvir as necessidades do meio rural do nosso Estado.

Quero dizer a todos os presentes, principalmente os da área da agricultura que comparecem a essas audiências públicas, para ouvir e discutir o que realmente nos interessa, através das manifestações e discussões muito bem encaminhadas para o aprimoramento da nossa lei.

Também quero registrar que a Faesc, a Ocesc, a Fetaesc, a Federação das Indústrias de Santa Catarina, que estão desde o início apoiando a iniciativa desse projeto, que os grupos têm trabalhado com muito afinco, com a Fatma, auxiliando na construção jurídica que ampara a adequação do Código à realidade catarinense.

A Fiesc entende que essa é uma oportunidade política importante para Santa Catarina e deve ser utilizada sem timidez. Este debate é importante e merece ser realizado por todos nós com o objetivo maior de atender ao interesse público de todas as áreas sociais que convivem em nosso maravilhoso e verde Estado.

Quero parabenizar todos que aqui estão e, em nome da Fiesc, deixar o nosso apoio e a nossa solidariedade aos deputados.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Marco Aurélio Bertoli, presidente da subseção da OAB de Santa Catarina.

O SR. MARCO AURÉLIO BERTOLI - Boa-noite a todos.

Quero cumprimentar o deputado Rogério Mendonça, nosso representante na Assembléia, e os demais presentes, como agricultores, empresários do ramo madeireiro, do setor de química, ecologistas, entre outras entidades de classe.

Nós queremos dizer o seguinte: nas nossas casas, em conversa com a nossa família, a gente comenta que as coisas são decididas em Brasília e em Florianópolis, pelo presidente e pelos deputados, e a gente tem que cumprir.

Então, como já foi colocado aqui, quero parabenizar a Assembléia Legislativa por trazer essa discussão para cá. Nós não vamos poder reclamar depois que a coisa foi decidida em Florianópolis ou em Brasília. Os senhores é que vão decidir.

Se o Código já tem 306 artigos, Ingo Shell, que conheço lá do interior de Mirim Doce, coloque 307 artigos, coloque o seu! Levante a sua voz hoje! Fale! Com a sua simplicidade, mas com o seu conhecimento de causa, fale: eu gostaria que fosse colocado isso.

Família Bonin, que conheço há muito tempo e que está aqui hoje, coloque também mais dois ou três artigos! Ou seja, expressem a sua vontade, expressem a sua luta e o seu interesse.

Os senhores deputados estão aqui. Nós não vamos conseguir fazer hoje à noite isso aqui, não. Assim como os senhores vieram para esta audiência, de Van, de Kombi, de ônibus, devem ir à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ao gabinete do deputado Rogério Mendonça, e dizer o seguinte: "Deputado, eu tenho essa sugestão para o senhor". E digo isso não em nome do deputado Rogério Mendonça, mas de todos aqui presentes: façam valer a sua vontade; lutem pelos seus interesses e defendam os seus direitos.

O pensador Pablo Neruda escreveu uma poesia que vou resumir: um dia, eles entraram no meu jardim e eu não falei nada; no dia seguinte, eles entraram no meu jardim, pegaram uma flor e eu não falei nada; no dia seguinte, eles entraram no meu jardim, pegaram a minha flor, entraram na minha casa e quando eu quis falar alguma coisa já era tarde, porque antes eu nunca tinha falado nada.

Senhores, falem, reivindiquem seus direitos, defendam seus interesses de forma democrática e justa! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Ernani Dutra, promotor de Justiça da Comarca de Rio do Sul, por três minutos.

É uma grande honra ouvir V.Exa.

O SR. PROMOTOR ERNANI DUTRA - Obrigado, deputado Titon, a quem saúdo com muito carinho.

Também saúdo nossos deputados Décio, Peninha, Sopelsa, Venzon, nossos representantes das federações, o secretário de Desenvolvimento Regional Germano Emílio Purnhagen, o meu colega Adalberto, enfim, todos os participantes da mesa e este povo que aqui se encontra.

Acho que várias definições foram aqui esposadas, e com muito acerto, até esse entendimento de que o promotor é o grande vilão da história, é o grande cobrador. Agora, eu gostaria, deputado Titon, de fazer uma referência toda especial ao senhor Harry Dorow, presidente da Cravil, que entendo como um dos grandes responsáveis por essa grande platéia que temos hoje aqui.

O meu amigo Marco Aurélio, presidente da OAB, referiu-se a vários setores, mas, conhecendo a maioria das pessoas que aqui se encontra, identifico muito poucos integrantes de outros setores. Eu entendo que o grande motivo de esta platéia ser constituída praticamente por agricultores tem a ver com aquela verdade que foi dita aqui de que o grande pagador das questões ambientais tem sido o agricultor. Quem paga a despesa é o agricultor. E por isso os nossos industriais, o povo como um todo... Porque eu não acredito que as nossas cidades poluam menos os nossos rios do que os nossos agricultores. O povo inteiro deveria estar aqui. *(Palmas.)* Mas quem paga a conta é o agricultor.

Quem conhece os meus quase 21 anos como promotor de Justiça aqui em Rio do Sul sabe que sempre procurei ser parceiro do agricultor. Agora, eu tenho a mania de não mentir. Na Festa do Arroz, quando usei da palavra, cobreí dos nossos representantes em nível federal uma atitude para resolver esse problema, porque é de muito valor... E temos que aplaudir os nossos deputados estaduais que estão aqui, que nos escutam, mas, infelizmente, o poder de decisão

nessa questão ainda não está em suas mãos.

Hoje fiquei sabendo que o senador Neuto De Conto está trabalhando com bastante afinco em busca da solução, que tem de ser em nível federal. Nós precisamos mudar a legislação federal; precisamos de autonomia para legislar dentro da nossa peculiaridade, do nosso caso concreto. Aqui no Alto Vale precisamos saber o que nos interessa, o que é importante para nós. Eu não sei quem disse que 30 metros são suficientes para preservar o rio, não sei quem disse que é preciso 100 metros ou que 5 metros são suficientes. Agora, nós podemos aqui, como estávamos falando aqui perto, utilizar os nossos técnicos para, caso a caso, com conhecimento da região, tratar a questão.

Quando eu digo que não gosto de perder uma oportunidade, que não gosto de mentir e que não gosto de deixar as pessoas saírem iludidas é porque esse projeto, infelizmente, não atende à nossa Constituição Estadual, não atende à nossa Constituição Federal. Vamos sair daqui dizendo que resolvemos todos os problemas e na semana que vem os meus colegas promotores vão entrar com uma ação, vão ganhar a liminar e aí tranca tudo.

Então, essa manifestação eu entendo como muito válida. Devemos fazer a nossa voz chegar lá em Brasília. Que se altere a legislação federal; que nos deem suporte para a nossa legislação estadual. Sem isso, não adianta aprovarmos a inconstitucionalidade.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Adalberto Exterkötter, digníssimo promotor de Justiça de Ituporanga.

O SR. ADALBERTO EXTERKÖTTER - Inicialmente quero cumprimentar o deputado Titon, a quem encontrei pela última vez no município de Ibiã, perto de Tangará, tomando um belo vinho numa noite de inverno, em seu nome, cumprimento todos os integrantes da mesa.

Quando falamos em meio ambiente não estamos falando de um direito do deputado Serafim Venzon, do deputado Peninha, dele, dele, dele *(aponta para as pessoas)*, mas de um direito de todos nós, indistintamente, por isso os [direitos] difusos, enfim, todos temos direito a um meio ambiente equilibrado. E por isso nós temos que prestar muita atenção em todos os interesses que estão em jogo - não podemos atender em demasia a esquerda e esquecer da direita.

Meu pai - e eu me considero agricultor até hoje - tem lá em São Bonifácio uma propriedade que ele guardou intacta, do jeito que veio ao mundo, para tirar algumas árvores quando fosse velho - e está velho -, só que agora ele não pode mais retirar aquelas árvores. Então é óbvio que nós temos que mudar algumas coisas; é óbvio que todo agricultor que conserva - e eu vejo com alegria que o Código contempla algumas coisas nesse sentido - grande parte da sua propriedade, não só deve ser ressarcido dos seus impostos, como deve receber por fazer isso, porque aquela água, aquele ar que ele conserva serve a todos.

Então, esse Código deve ser muito bem pensado, e como membro do Ministério Público tenho o dever de fazer cumprir as leis que devem servir a todos.

Temos observado, nos sete municípios que compõem a Comarca de Ituporanga, muitos problemas, a começar pelo atendimento aos agricultores. Muitos deles, senhores deputados, têm interesse em fazer um plano de corte, têm interesse em regularizar a sua situação, mas a estrutura do Estado não atende, deputado Peninha, a contento aquele agricultor. Por exemplo, o agricultor da localidade de Cinema não tem condições de vir sequer ao centro de Rio do Sul para fazer isso, muitas vezes não sabe nem como chegar ao local.

Precisamos fazer chegar [ao agricultor] todo esse conhecimento que temos. Caso contrário, pouco nos adianta falar em unidades de conservação, efeito gases estufa, efeito ozônio e assim por diante.

Os agricultores que aqui estão - os seus cabelos brancos são a prova da experiência que adquiriram ao longo dos anos - sabem muito bem que o nível do rio não é aquele de 50 anos atrás, que o clima não é o mesmo de 50 anos atrás e que alguma coisa está errada. Então, nós temos que observar. Não adianta dizer 'o pessoal do campo' e o 'pessoal da cidade', temos, sim, que pensar em uma solução conjunta.

Iniciamos há pouco em Ituporanga - com a colaboração do deputado Peninha, felizmente, e num esforço conjunto da Fundação Casan (Fucas) e da Associação Mãe D'Água - um projeto socioambiental com o intuito de levantar aspectos dos sete municípios que compõem a Comarca para trabalhar em cima da

educação, fazendo com que a informação chegue a cada agricultor para tornar a sua propriedade sustentável.

Mas nós temos que pensar muito bem em tudo o que queremos, porque não é só para nós, mas para aqueles que ainda não nasceram e que talvez nunca vejam a luz do sol. E isso eu falo de cadeira, porque nasci em uma propriedade rural, para azar da minha mãe, com 4,8 quilos, em casa, no interior de São Bonifácio. Hoje, vejo pedras naquele rio que não via há muitos anos. E tudo isso nos traz preocupações, com bastante serenidade, mas são preocupações que todos devemos ter.

Penso que todos os deputados fizeram colocações muito sábias (por isso exatamente são deputados) quando falaram em desenvolvimento sustentável, quando falaram em cuidado, quando falaram que devemos estar atentos a diversas questões. Por isso, como integrante do Ministério Público, e como pessoa, penso que ao observarmos o nosso interesse também temos que observar o interesse daquele que está ao nosso lado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito obrigado.

Encerrado este bloco, passamos a ouvir as pessoas que se inscreveram. Passamos a condução deste bloco ao eminente deputado Moacir Sopelsa.

(O senhor deputado Moacir Sopelsa assume a presidência.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Titon.

Com a palavra o primeiro inscrito, senhor Harry Dorow, presidente da Cravil de Rio do Sul, por até dois minutos, prorrogados por mais um.

O SR. HARRY DOROW - Agradecendo a oportunidade, cumprimento o deputado Titon, que preside os trabalhos juntamente com os deputados Sopelsa e Décio Góes. Cumprimento o deputado Venzon; o deputado Peninha, representante da região; os representantes das federações do setor produtivo, o senhor Germano; e o pessoal do Ministério Público - fico muito feliz em vê-los aqui. E por que digo que fico feliz em ver o pessoal do Ministério Público debatendo aqui essa questão? Porque muito discutimos isso quando fizemos o Termo de Ajuste de Conduta na rizicultura e muitos não entenderam, mas esse Termo veio ao encontro da pequena propriedade, tanto é que em nossas reuniões concluímos que se o Termo de Ajuste de Conduta virasse lei serviria para os produtores de arroz da forma como está, compreendendo o período de 2006 a 2008.

Quero agradecer ao pessoal que está aqui, nossos produtores, associados da Cravil, pois a presença de vocês aqui significa o nosso interesse em resolver os problemas ambientais que estão sendo questionados, que não foram criados só por nós, mas criados e fomentados desde 1965, senhores deputados, porque quando foi criado o Código Florestal brasileiro, na mesma época, implantou-se no Brasil a revolução verde. E o que trouxe a revolução verde? Ela trouxe os fertilizantes, ela trouxe os agrotóxicos. E quais eram os interesses? Os interesses não eram dos agricultores (eu me considero e me incluo nisso) mas das grandes multinacionais, que tinham que trazer o seu produto para vender aqui. Claro que nós conseguimos atingir um desenvolvimento muito importante em Santa Catarina graças ao modelo da época. Há cinco décadas estamos trabalhando com esse sistema produtivo, com essas tecnologias, e não vai ser em um ano, em dois anos ou em três anos que vamos conseguir substituir rapidamente esse modelo para um sustentável; modelo sustentável que vai atender, sim, o social, o econômico e o ambiental que todos nós queremos preservar.

Tenho certeza de que esses produtores que aqui estão, aqueles que estiveram nas reuniões e debates que tivemos, os presidentes de sindicatos do Alto Vale, enfim, todos que lidam com a agricultura - a Epagri e os técnicos que aí estão - defendem essa questão. Mas precisa ser viabilizado, e não é com o Código Florestal brasileiro que viabilizaremos isso.

Eu me preocupo quando o doutor Ernani, nosso promotor, que conhece a lei, conhece bem o Código Florestal brasileiro, sabe das limitações que ele impõe aos Estados com relação às competências... Por isso, deputado Titon, é muito importante que o Congresso Nacional, de uma vez por todas, abra esse Código Florestal Brasileiro e faça com que ele trate das linhas gerais de interesse nacional, que dê competência aos nossos Estados da Federação para discutir as questões ambientais e de desenvolvimentos sustentável de cada região. Essa é a única solução que a gente vê.

Por isso, sentamos um dia e analisamos juntamente com os presidentes dos sindicatos, com os produtores, com os técnicos da Epagri, com os secretários da Agricultura dos municípios do Alto

Vale e com os técnicos da Cravil o Código Ambiental de Santa Catarina, e chegamos a seguinte conclusão: que ele atende adequadamente às necessidades do Vale do Itajaí, - estou falando em nome do Vale do Itajaí, de todo o setor produtivo. Fizemos apenas algumas ressalvas.

Uma delas é com relação às nascentes que não estão contempladas ali; a outra, é com relação ao distanciamento das margens dos rios e dos córregos, dos cursos de água. Mas fizemos uma referência muito importante: para mudar o modelo que temos é preciso que implementemos todo um programa de educação e também de incentivo aos agricultores. Por quê? Porque nós, que estamos produzindo hoje, não fomos educados para isso; fomos educados para aplicar tecnologia, aumentar a produtividade e produzir alimento para aqueles que precisam comer.

Parabenizo todos os senhores e a Assembléia Legislativa pela esta iniciativa de debater este assunto conosco.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(O senhor deputado Romildo Titon assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Nós que agradecemos.

Abrimos um espaço maior ao presidente da Cravil porque estávamos sabendo a respeito da reunião e do esforço que fizeram para dar a sua contribuição juntamente com as demais entidades. Muito obrigado.

Com a palavra o próximo inscrito, senhor Jaime Cesca, prefeito de São Cristóvão do Sul.

O SR. PREFEITO JAIME CESCA (São Cristóvão do Sul/SC) - Inicialmente quero cumprimentar a mesa. Sou do município de São Cristóvão do Sul, que fica no pé da serra, no divisor das nascentes de água que vai para Curitibaanos, Anita e Celso Ramos. Parte das nascentes vai para Mirim Doce, Taió e de Pouso Redondo até em Rio do Sul.

Não prestei muita atenção quanto à questão do Código porque lá no fundo estava difícil de ouvir, mas eu gostaria de saber se no processo consta remuneração aos pequenos agricultores que vão preservar água, porque lá em Celso Ramos e Anita Garibaldi estão saindo muitas usinas. Sabemos que eles vão ganhar muito dinheiro com essas usinas, portanto onde está o processo de distribuição da renda? Se os produtores que vão conservar a água não receberem nada, acredito que muito pouco será feito. Vamos encerrar essa nossa luta.

Tenho absoluta certeza que todos os produtores, pequenos e médios, que receberão pela produção da água, em detrimento daquilo que não vão mais poder produzir nas suas propriedades (o leite, o alimento) vão preservar, sim. E isso vai trazer dignidade.

Então, o que nós queremos defender, e estamos aqui em nome dos produtores do município de São Cristóvão, é que temos de receber, sim, porque produzir água é produzir vida! Então vamos receber por produzir e por conservar essa água.

Esse é o desafio, é a nossa opinião e é a contribuição que o município de São Cristóvão gostaria de trazer neste momento. Até porque, permitam-me dizer, o município de Extrema, em Minas Gerais, tem um projeto de incentivo aos pequenos produtores que estão conservando a água. Então, por que não - União, Estados e municípios - se unirem nesse processo de incentivo, ou seja, remunerar os que vão preservar a água.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Obrigado, prefeito.

Com a palavra o senhor Valdir, representando a Unidavi

O SR. WALDIR TADEU CARARA - Senhor presidente, senhores deputados, autoridades, demais membros da mesa, agricultores, senhoras e senhores.

Falou-se bastante em preservação, mas não se falou em contaminação. Há doze anos trabalho na área de preservação, através da contaminação do uso solo. O que tem se constatado é que há deficiências em alguns trabalhos, não de responsabilidade dos senhores, mas das próprias oficinas mecânicas em não passar para vocês a preocupação do que é uma contaminação por substâncias derivadas do petróleo e do carboneto, pois são substâncias de origem cancerígena.

Organismos internacionais, assim como o Ministério de Ciência e Tecnologia, têm se preocupado muito com relação a esses aspectos. Então nós abordamos alguns pontos, já que temos um trabalho desenvolvido e concluído com a universidade, justamente pleiteando essa questão.

Hoje, um dos principais problemas de contaminação que tem acontecido por essas substâncias nas propriedades agrícolas é justamente por falta de informação do agricultor: Quando se fala em

óleo queimado, ele não se preocupa; quando ele vê o seu trator contaminando o solo, também não se preocupa porque é só uma gota óleo; ele não está sabendo que vai ter que usar mais fertilizantes, mais defensivos e que vai ter problemas para umedecer o solo porque aquilo acaba impermeabilizando. Enfim, cria-se uma série de problemas.

Então, estamos nos colocando à disposição da Comissão para apresentar aqui alguns pequenos tópicos, porque isso depende de uma maior interação sobre o assunto. Portanto, dispomos-nos a apresentar o trabalho em toda a sua abrangência para que realmente consigamos fazer alguma coisa pelo meio ambiente, não voltada só à preservação como também ao processo de contaminação.

Comenta-se em países desenvolvidos que no futuro o valor agregado à propriedade é a análise de contaminação do solo, você não vai determinar o preço da sua propriedade. E são contaminações involuntárias por falta de conhecimento e educação nessa área.

Obrigado, senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Obrigado, senhor Valdir.

Com a palavra o senhor Sidinez Furlan, do Sindicato Rural de Curitibaanos.

O SR. SIDINEZ FURLAN - Primeiramente, boa-tarde a todos.

O Jaime, prefeito de São Cristóvão do Sul, levantou a questão das barragens, mas eu queria saber o que consta no Código Ambiental, já que estamos falando de ambiente, a respeito dos agrotóxicos, se tem ou não alguma coisa no Código a esse respeito.

Outra questão que o Movimento Sindical sempre trabalha é a questão da política agrícola, pois não adianta aumentar a produção porque isso não garante renda. Se fosse assim, era só multiplicar a tua área de produção que aumentaria o teu lucro. Pelo contrário. Nós temos que debater seguro e garantia de renda para o nosso agricultor, porque quando se fala em crise do leite, crise disso ou crise daquilo é o agricultor quem sempre acaba pagando o pato; o agricultor não pode vender um litro de leite, não pode vender um quilo da banha, não pode vender nada, simplesmente produz para outros comercializarem.

Portanto, temos que fazer também esse debate para não ficarmos só na questão do meio ambiente, um quer ajudar e outro não, porque não podemos descolar a agricultura do meio ambiente; quem faz agricultura não pode ser descolado do meio ambiente. Até dá a impressão de que um quer preservar e o outro quer destruir.

Então, nós, agricultores, temos consciência do nosso papel. Agora, é preciso que o Estado.... Infelizmente não temos cópias do projeto, são 306 artigos, já fui vereador e tenho experiência, como vou fazer um debate sem saber o que está escrito e onde estão as contradições.

Para encerrar, eu só queria colocar a questão da barragem que existe lá na nossa região, pois ela ocupa 140 quilômetros de terra pública (armazena a água em cima do rio e nas barrancas do rio) e não paga um centavo. Então, temos que começar a exigir dessa gente, senão ficamos nós aqui, a "pintalhada", brigando.

Quando vamos discutir as coisas com seriedade?

Tivemos uma audiência com o secretário Sopelsa lá em Florianópolis, e eu disse pra ele: "Nem se alimentar nós sabemos". Não deram oportunidade para que o povo realmente discuta os seus problemas.

Infelizmente, de novo, estamos aqui fazendo um debate da maior grandeza e não conhecemos a sua íntegra e as suas contradições. Aí o meu medo, de novo, é que vamos crucificar Cristo e soltar Barrabás.

(O deputado Moacir Sopelsa assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, Furlan.

Quero lembrar que está na tela o *site* da Assembléia. Acessando-o, podemos buscar cópia do projeto.

Com a palavra o senhor José Odair Demarco, neste ato representando o deputado estadual Dirceu Dresch.

O SR. JOSÉ ODAIR DEMARCO - Boa-noite a todos. Quero cumprimentar os senhores deputados e os agricultores aqui presentes. Estou aqui na condição de representante do deputado estadual Dirceu Dresch.

Gostaria de dizer, nestes dois minutos, que 89.6% dos agricultores de Santa Catarina são agricultores familiares com menos de cinquenta hectares de terra. E não tenho dúvida de que todos produzem água, pois o primeiro critério ao adquirir uma propriedade era o de ter água.

Então, a nossa preocupação, assim como a de todos aqui, é a preservação da água, porque sem água não produzimos carne, não produzimos leite. Podem ter certeza que sem água os agricultores não continuarão residindo no meio rural.

Também temos que ter claro que não é aprovando o Código Ambiental que resolveremos o problema econômico dos agricultores, o problema de renda. Pode até ser um dos instrumentos para isso. Temos que ter isso muito claro, porque sempre quem paga a conta é o agricultor. Por isso nós temos que brigar, sim.

Qual é o papel do Estado nessa história? Qual é o papel da Epagri? Qual é o papel da Fatma? Como é que a Fatma vai dar licenciamento para todo o Estado de Santa Catarina com apenas 210 funcionários, quando o IAP do Paraná ou a Fepam do Rio Grande do Sul tem um quadro de aproximadamente dois mil servidores?

Então, nós precisamos ver realmente onde está o problema. Quem sabe em dezembro o Código seja aprovado, mas nos perguntamos como vamos colocá-lo em prática, concretizar o que está lá? Por isso, devemos estar muito conscientes nessa discussão.

E os agricultores têm que estar organizados para quê? Para cobrar, pois quem preserva tem que ser remunerado. O agricultor que preserva o olho d'água tem que ser remunerado por isso.

Eu assisti no Globo Rural três, quatro reportagens no domingo passado e nos demais referente a isso. Em Nova Iorque, a cada US\$ 1,00 investido na preservação retornam US\$ 7,00 para preservar a água que abastece a cidade, que todo mundo sabe como é.

Então, essa é a nossa preocupação. E os deputados aqui têm que estar muito conscientes, porque terão uma decisão muito importante. E os agricultores também têm que ficar muito atentos, porque tem a ISO 14.000, que é a ISO ambiental para as agroindústrias poderem vender para fora do País. Então temos que ver o que está em jogo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado,

Odair.

Com a palavra o senhor José Kulkamp, agricultor de Rio do Campo.

O SR. JOSÉ KULKAMP - Inicialmente o meu boa-noite a todos os agricultores e componentes da mesa.

Gostei muito do que o Décio Sonaglio, da Ocesc, falou a respeito da metragem de rio para preservar. Acho que não é retirando 30 metros da beira dos córregos que se consegue preservar o meio ambiente. Consegue-se preservar e fazer a coisa certa trabalhando atrás dos 30 metros. Podem ter certeza de que isso os agricultores estão fazendo cada vez mais. Se uma vez não faziam, hoje estão fazendo com muito empenho e muita garra.

O senhor Harry também comentou a questão das averbações de reserva legal. Hoje, se quisermos fazer investimentos, somos obrigados a fazer a averbação da reserva legal, mas para isso tem um custo.

Eu acho que todo agricultor, daqui a pouco, pelo que a gente sabe, vai ter que fazer averbação de reserva legal, então gostaríamos de pedir, se realmente isso for preciso, que o proprietário não tenha custos em cima disso.

Era isso o que eu tinha para falar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o senhor Sebastião Rosa, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga, por até dois minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROSA - Inicialmente, quero cumprimentar o deputado Moacir Sopelsa; meu companheiro Hilário, presidente da Fetaesc; meu amigo e conterrâneo Peninha, não é de nascimento, mas foi prefeito lá em Ituporanga; os senhores agricultores e cada um dos senhores e senhoras presentes nesta audiência pública para discutir sobre uma questão que considero da maior importância para nós da agricultura familiar do Estado de Santa Catarina.

Comentou-se no início desta audiência pública sobre a importância da agricultura familiar, sobre as dificuldades que enfrentam os nossos agricultores e o que o Código Ambiental Nacional representa para esses agricultores, que elimina 32 mil propriedades rurais, então eu pergunto: onde vamos viver? Onde vão viver esses agricultores, essas famílias de 32 mil propriedades do Estado de Santa Catarina? Então, senhores deputados, é grande a responsabilidade que tem a Assembleia Legislativa na questão do Código Florestal aqui do Estado, assim como dos representantes de Santa Catarina no Congresso Nacional, para mudar também o Código Florestal Nacional.

Muitas das questões elencadas no projeto do Código Florestal do Estado não podem ser aplicadas se não houver mudança no Código Florestal Nacional. Então, se existe uma legislação, como disseram aqui os nossos promotores, é para ser cumprida. Agora, nós não podemos admitir que essa legislação venha para excluir os nossos agricultores e aumentar as favelas nas cidades. Onde irão morar esses agricultores de pequenas propriedades se tiverem que abandoná-las? Vão aumentar as favelas nas cidades, onde o problema ambiental é dez vezes maior que no interior.

Então, é nesse sentido que a gente precisa do apoio dos nossos deputados. E nós, agricultores, precisamos cobrar para que esse Código seja aprovado e que o Estado disponibilize a licença ambiental aos nossos pequenos agricultores gratuitamente. Então, neste país onde a legislação é muito rígida e a aplicação, muitas vezes, é flexível, vamos inverter, que a legislação seja flexível para que se adapte à realidade de cada região. Af, sim, que a aplicação seja rígida para que todos possam cumprir a legislação. Sobre o salário-natureza, deputado Moacir, em 2004, quando discutíamos a pauta da reivindicação do Grito da Terra, estava lá (na época o senhor era secretário da Agricultura) o salário-natureza.

Então, vamos trabalhar para que aquele que não pode produzir na sua propriedade tenha remuneração suficiente para nela permanecer, mas com uma vida digna junto a sua família.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, senhor Sebastião.

Ainda tenho inscrito o doutor Leonardo, mas antes eu queria registrar uma informação que o senhor Ari nos trouxe do senador Neuto de Conto: o senador informa que está na mesa do presidente da República a portaria que prorroga por mais um ano a questão das reservas legais. Quer dizer, se tivermos a prorrogação, teremos um tempo para podermos discutir as melhores formas de fazer essas escrituras que temos que fazer, passando 20% das nossas áreas de terras para a União. Se for prorrogado por mais um ano, vai nos ajudar a discutir o melhor encaminhamento.

Com a palavra o doutor Leonardo, que vai falar sobre algumas questões de legalidade, que se discute entre aquilo que é constitucional e aquilo que não é constitucional.

O SR. LEONARDO PAPP - Boa-noite. Eu venho aqui me manifestar em relação a uma das polêmicas do Código Ambiental. Ela gera polêmica nos mais variados campos e também no que diz respeito a questões jurídicas.

O que vem se falando é que o grande problema, na verdade, seria qual é o limite da legislação estadual em relação à legislação federal? Esse é um tema extremamente polêmico para o Direito. Não existe ainda uma resposta pronta, uma resposta acabada em relação a isso. É absolutamente inadequado dizer que a legislação estadual pode colocar tudo em matéria ambiental, mas também o que nós precisamos pensar é se a legislação federal pode dizer tudo o que ela bem quiser em matéria ambiental. Por quê? Porque tanto a legislação estadual quanto a legislação ambiental tem limites definidos na Constituição Federal. Então, a resposta a esse problema, até onde pode ir a lei federal e até onde pode ir a lei estadual, está na Constituição Federal e depende da interpretação que nós dermos a ela.

Em relação à Constituição Federal, o que eu gostaria de destacar é que no início dela, do texto da Constituição, são estabelecidos alguns princípios fundamentais. Sendo princípios fundamentais, eles vão nortear toda a aplicação da Constituição, inclusive a questão relativa à matéria ambiental. Só para elencar alguns desses princípios, nós temos na Constituição: erradicação da pobreza, redução das desigualdades regionais, busca do pleno emprego, promoção da dignidade da pessoa humana, como princípios básicos. Então, tudo o que se produzir de normas, inclusive matéria ambiental, só vai ter pertinência constitucional se estiver de acordo com esses princípios fundamentais.

Mais do que isso, em matéria ambiental, a Constituição é clara ao definir um critério. A lei federal deve se limitar a estabelecer normas de caráter geral. E os Estados deverão disciplinar normas de caráter específico, levando em consideração as peculiaridades de um determinado Estado. Então, são essas as normas constitucionais que devemos ter em mente.

Se nós chegarmos à conclusão de que a norma federal é uma norma que não atende, quando aplicada ao Estado de Santa Catarina, aqueles princípios fundamentais - não gera dignidade da pessoa humana, não reduz desigualdade, não acrescenta para produção de emprego -, e mais do que isso, se nós chegarmos à conclusão de que a norma federal aplicada a Santa Catarina desconsidera as nossas peculiaridades, na realidade, nós encontraríamos um espaço para que a lei estadual pudesse promover essa adequação.

Volto a insistir, para finalizar: essa não é uma temática simples em matéria jurídica. Existe um posicionamento pelo qual a gente estará absolutamente amarrado à lei federal. Agora, existem outros posicionamentos

possíveis buscados da interpretação da própria Constituição. E a Assembléia Legislativa está diante dessa decisão: qual caminho jurídico vai seguir no que diz respeito ao nosso Código Ambiental. O caminho de que nós estamos absolutamente engessados em relação à legislação federal, ou o caminho de que, sim, é possível, interpretando a Constituição, adequar as normas ambientais as nossas peculiaridades, sem ferir o texto constitucional, porque consideramos, sim, que o que desdobra o texto constitucional, que vai além do texto constitucional, é a norma federal, que não leva em consideração os princípios fundamentais da Constituição e tampouco se restringe a estabelecer normas de caráter geral. Não é um caminho fácil, mas é um caminho juridicamente a ser avaliado e a ser pensado.

Era isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopesla) - Obrigado doutor Leonardo.

Eu quero agradecer a presença e a contribuição dos senhores deputados, das autoridades que compuseram a mesa, dos assessores, dos funcionários da Assembléia que nos acompanham ontem em Joinville, hoje em Blumenau, segunda-feira em Chapecó de manhã e em Concórdia à noite.

Quero agradecer os senhores e as senhoras que estiveram aqui, os representantes de todos os setores, especialmente o nosso agricultor que está apreensivo e que espera que alguma coisa seja feita em seu benefício.

Um grande abraço a todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Encerra-se a audiência pública.)

DEPUTADO ROMILDO TITON
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DEPUTADO JORGIMNHO MELLO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
DEPUTADO DÉCIO GÓES
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
DEPUTADO MOACIR SOPELSA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL
 *** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2009

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS COM INSTALAÇÃO E MONTAGEM NO LOCAL.

DATA: 27/04/2009 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 27 de abril de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 13 de abril de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
 Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2009

OBJETO: Instalação e habilitação de 150 pontos de TV por assinatura (TV a Cabo), incluindo a manutenção, cabeamento, acessórios, decoders digitais e demais materiais necessários a execução do serviço.

DATA: 28/04/2009 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 28 de abril de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 13 de abril de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
 Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 630/2009, de 30/03/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 009/2009, referente à contratação de empresa especializada para remodelação de estande com 40m² na 22ª Feira da Esperança que funcionará nas dependências do Centro de Convenções de Florianópolis (Centro Sul), incluindo o fornecimento de material e mão de obra qualificada, obteve o seguinte resultado:

Item Único -

Vencedora: ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 17.200,00

Florianópolis, 13 de abril de 2009.

VALTER EUCLIDES DAMASCO

Pregoeiro

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 034/2009

REFERENTE: 16º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 017/2006-00 celebrado em 20/02/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Cotrans Locação de Veículos LTDA.

OBJETO: Reajustar o contrato original em 7,85% (sete vírgula oitenta e cinco por cento) correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período de março/2008 a fevereiro/2009, com eficácia a partir da competência março/2008, inclusive, passando o valor mensal do contrato de R\$ 137.268,40 (cento e trinta e sete mil duzentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos) para R\$ 148.043,94 (cento e quarenta e oito mil quarenta e três reais e noventa e quatro centavos).

Valor mensal: R\$ 148.043,94

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "b" e § 8º da Lei nº 8.666/93; Cláusula Terceira, item quatro do Contrato Original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 30 de Março de 2009

Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC

Osni Prates Pacheco - Diretor Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 051/09

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Ofício nº 008/2009

Penha, 01 de abril de 2009

A

Assembléia Legislativa
 Florianópolis

Estimados Senhores:

Conforme Lei nº 14.182 de 01 de novembro de 2007, segue relação de documentos enviados para Manutenção da Utilidade Pública Estadual.

- Relatório anual de Atividades

- Declaração para manutenção da Utilidade Pública

Municipal

- Cópia do Estatuto em vigor

- Balanço patrimonial Ativo e Passivo de 01/01 a 30/06/2008

- Balancete de 01/01 a 30/06/2008

- Parecer do Conselho Fiscal e Conselho de Administração

- Balancete de 01/07 a 31/12/2008

- Parecer do Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Atenciosamente,

Rosane Teresinha Jahnke Vailatti
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 08/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 052/09

Instituto rã-bugio para conservação da biodiversidade

Assunto:**Relatório anual de comprovação de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**

- Cronograma das atividades desenvolvidas

- Atestado de Funcionamento da Instituição

- Balanços contábeis

*Lido no Expediente**Sessão de 08/04/09*

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 101/09**

Regula a venda de produtos e serviços através de telemarketing no Estado de Santa Catarina e dá outras providências

Art. 1º Para efeitos desta Lei considera-se venda de produtos e serviços todas as abrangidas pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei 8078 de 11 de setembro de 1990.

Art. 2º Com a finalidade de operacionalizar e controlar a funcionalidade da Lei fica criado o cadastro de cidadãos via internet que não desejam receber as ligações de telemarketing para venda de produtos descritos no art. 1.

Art. 3º Os cidadãos, residentes em Santa Catarina, que não desejarem receber as ligações de vendas através de telemarketing deverão cadastrar-se via internet em site a ser divulgado pelo Poder Executivo através do serviço de proteção ao consumidor.

Art. 4º As empresas de telemarketing não poderão efetuar as ligações para os cidadãos cadastrados no site e para tanto deverão solicitar, em requerimento fundamentado, o acesso on line a relação dos descritos no art. 3.

Art. 5º Aos cidadãos que se acharem violados na execução desta Lei deverão manifestar sua situação ao órgão de defesa do consumidor que notificará a empresa a apresentar defesa preliminar.

Art. 6º As empresas que descumprirem a presente Lei serão imputadas medidas coercitivas a serem valoradas pelo órgão de defesa do consumidor.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Giancarlo Tomelin

*Lido no Expediente**Sessão de 08/04/09***JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei tendente a regular a venda de produtos e serviços através de telemarketing.

Considerando o grande número de pessoas que são abordadas indiscriminadamente e impositivamente, por esse tipo de serviço, na maioria das vezes em sua atividade laboral ou em seu descanso;

Considerando que esse tipo de abordagem é, na maioria dos casos, insistente e abusiva, não totalmente claro, com efeitos contratuais e obrigacionais, e ainda com tendência a prolongar o tempo da ligação e a possibilidade de deixar o cidadão desprovido de paciência e noção exata do que está estabelecendo ou adquirindo;

Considerando que, mesmo sem precisar dos produtos e serviços, devido a perseguição implacável das centrais de telemarketing, com chamadas muitas vezes insistentes, repetidas e inoportunas, o cidadão sem orientação adequada, acaba aceitando a proposta como forma de se livrar dos mesmos;

Considerando que, esse tipo de serviço, devido a falta de regulamentação, toma proporções astronômicas e medidas de proteção ao consumidor devem ser implementadas;

Considerando o grande apelo popular, inclusive objeto de reportagem veiculada em rede nacional, é grandioso e os Deputados no exercício de seu mandato devem tomar partido nesta situação;

Considerando que, quando solicitadas a rever acordos, contratos ou produtos adquiridos, as empresas não dispensam a mesma atenção ao cidadão, ocasionando revolta e sensação de impotência no pleito a ser solicitado;

Considerando que, entre as profissões surgidas nos últimos anos, poucas são tão desgastantes e malvistas como a de operador de telemarketing. Durante seis horas por dia, 675.000 brasileiros telefonam para sua casa, seu trabalho, seu celular para lhe vender produtos. Um estudo da Unicamp mostra que 85% dos operadores são mulheres e que eles suportam forte pressão dos

chefes e indelicadezas de muitos clientes. Os operadores de telemarketing fazem, em média, 140 telefonemas por dia. Na sua jornada de seis horas, os operadores têm 15 minutos livres para tomar café ou água, conversar e ir ao banheiro. O salário médio é de 530 reais;

Considerando que, devido a natureza dos contatos: é comum o consumidor receber ligações indesejadas oferecendo negócios que não despertam interesse algum nessa pessoa. ou seja, a tentativa de venda nem sempre é direcionada.

Com base nos considerandos citamos anteriormente, **JUSTIFICAMOS** o presente Projeto de Lei que, com certeza irá proporcionar maior respeito aos cidadãos catarinenses e assim sendo solicito aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR /012/09**

A Lei Complementar nº 422, de 25 de agosto de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações.

Art. 1º O art. 5º da Lei complementar nº 422, de 25 de agosto de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.5º [...]

Durante o período de trinta anos, ou até a eliminação do déficit habitacional, serão destinados, anualmente, recursos orçamentários ao Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB em conformidade com o seguinte:

I - no mínimo um por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios, nos termos da Constituição.

Art. 2º. O art. 6º da Lei Complementar nº 422, de 25 de agosto de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.6º [...]

§ 4º Os recursos do FUNDHAB também poderão, na forma do regulamento, ser aplicados por meio de repasse a entidades privadas sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com os do Fundo, observados os seguintes parâmetros:

I - a definição de valor-limite de aplicação por projeto e por entidade;

II - o objeto social da entidade ser compatível com o projeto a ser implementado com os recursos repassados;

III - o funcionamento regular da entidade por no mínimo 3 (três) anos;

IV - a vedação de repasse a entidade que tenha como dirigentes membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, ou servidor público vinculado ao Conselho Gestor do FUNDHAB ou a Secretaria de Planejamento, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

V - o repasse de recursos do Fundo será precedido por chamada pública às entidades sem fins lucrativos, para seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto da aplicação;

VI - a utilização de normas contábeis aplicáveis para os registros a serem realizados na escrita contábil em relação aos recursos repassados pelo FUNDHAB;

VII - a aquisição de produtos e a contratação de serviços com recursos da União e do Estado transferidos a entidades deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do contrato, para efeito do disposto no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VIII - o atendimento às demais normas aplicáveis às transferências de recursos pelo Estado a entidades privadas.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 30 de março de 2009.

Deputado Dirceu Dresch - Líder

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Décio Góes

Deputado Jailson Lima da Silva

JUSTIFICATIVA

Objetiva a presente emenda adequar e atualizar a Lei Complementar Nº 422, de 25 de agosto de 2008, as inovações inseridas na lei federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que regula o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui Conselho Gestor do FNHIS. Outra adequação a matéria está baseada na MP nº 387 de 31 de julho de 2007 convertida na Lei 11.578 de 26 de novembro de 2007, que prevê o acesso direto de recursos do fundo nacional de interesse social por associações comunitárias e cooperativas de habitação.

O projeto de lei complementar também tem como finalidade reduzir o déficit habitacional uma vez que a necessidade habitacional no Estado de Santa Catarina. Nesta direção, essa proposta apresentada pela Bancada do Partido dos Trabalhadores caminha em conjunto com a Proposta de Emenda Constitucional 285/2008 que tramita na Câmara dos Deputados para reduzir o déficit habitacional no país. Para tanto, além dos instrumentos de política estadual de habitação já existentes, é preciso avançar na ampliação dos subsídios governamentais para as famílias sem capacidade de pagamento. Isso implica a priorização da política habitacional, como medida macroeconômica, fundamental para o crescimento do Estado. E o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina/FUNDHAB é um dos instrumentos legais que integrará o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Considerando que já existe legislação estadual do Estado de São Paulo acrescentou à alíquota de 1% da arrecadação do ICMS a produção de moradia popular sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbana do Estado de São Paulo (CDHU), conforme o artigo 3º da Lei nº 6.556, de 30 de novembro de 1989 (Lei que eleva o ICMS de 17% para 18%, esse 1% a mais, destinado para a habitação popular), regulamentada pelo decreto Nº 40.121, de 1º de junho de 1995, de autoria do ex-governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, sendo executados por autogestão em convenio com as associações e cooperativas habitacionais da época, obtendo-se excelentes resultados tanto qualitativos quanto quantitativo na sua produção.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores tem o entendimento que a construção de moradias através de cooperativas de habitação e associações comunitárias já é realidade em diversas cidades do Estado. Igualmente, é oportuno destacar que estas experiências têm reduzido os custos de produção das habitações e também gerado empregos indiretos, regionais e locais para as populações beneficiadas e em vulnerabilidade social, motivo pelo qual solicitamos o apoio dos nossos pares para aprovação da referida matéria.

É oportuno registrar que a proposta apresentada encontra-se em consonância com o disposto no artigo 6º, *caput*, da Constituição Federal, que preconiza o direito à moradia como direito social, e, em consequência, como direito fundamental a ser protegido pela Carta Magna, na condição de cláusula pétrea. Nesta direção, a Carta Magna brasileira busca garantir maior efetividade aos direitos sociais, dentre os quais se encontra a moradia, quando assevera como objetivo fundamental da República erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, para assim viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos deve, o Poder Público, direcionar a sua aplicação às ações de habilitação também, e outros programas de relevante interesse social, voltados para melhoria da qualidade de vida.

Nesse contexto é que estamos convocando nossos Pares nesta Casa para atacar de frente o déficit de moradia entre a população mais pobre, entendendo que um dos passos mais importantes para assegurar no plano constitucional recursos orçamentários do Estado destinados ao financiamento da moradia popular em condições mais ajustadas à capacidade de resposta financeira da população demais baixa renda.

Atendendo proposição do deputado Manoel Mota (PMDB), a Assembléia Legislativa realizou no dia 18 de fevereiro uma sessão especial para marcar o lançamento, em Santa Catarina, da Campanha Nacional Moradia Digna - Uma Prioridade Social. A campanha representa um esforço conjunto de diversos movimentos sociais e populares em favor da moradia, além de contar com a participação de representantes do poder público, empresários e parlamentares, a Frente Parlamentar e do Fórum Nacional pela Moradia Popular propõe uma reforma urbana completa no país.

A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina/COHAB-SC manifesta apoio integral a Proposta de Emenda Constitucional nº 285/2008 da Campanha Nacional para Moradia Digna - pela garantia de recursos permanentes para a habitação

social. Para auxiliar na aprovação da referida iniciativa foi elaborado um abaixo-assinado a ser enviado ao Congresso Nacional para o que toda a sociedade civil e setores vinculados à habitação de interesse social poderão colaborar. Segundo a diretora presidente da COHAB/SC, Maria Darci Mota Beck, a "Moradia, assim como educação e saúde, são direitos básicos do cidadão, então é justo que assim como essas duas outras áreas, a habitação possua repasse garantido de verba".

De acordo com a Fundação João Pinheiro, contratada pelo Ministério das Cidades, o déficit habitacional nacional é de cerca de 8 milhões. Em Santa Catarina ele representa a falta de mais de 226 mil moradias, sendo 195.947 no perímetro urbano e 30.696 na zona rural. Para Maria Darci, que apóia a PEC 285/2008, "Além [do programa] devolver a dignidade às famílias que não possuem moradia, é bom lembrar que a construção de casas vai gerar empregos e aquecerá a economia catarinense".

Por fim, estamos certo de contar com o apoio dos parlamentares para a aprovação da presente proposta.

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 705, de 13/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Tayana Cardoso de Oliveira	4761	3%	3%	01/02/09	0440/09
Elizabete Luiza Fernandes Baesco	4840	3%	3%	14/03/09	0444/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 706, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Alexandre Correa Rosa	4903	3%	3%	01/03/09	0375/09
Christian da Silveira	3160	3%	3%	01/03/09	0456/09
Hilda Gonçalves Tokarski	4868	3%	3%	01/03/09	0433/09
Juliana Cadore Coutinho	4765	3%	3%	01/02/09	0387/09
Narciso Luiz Andrade	4862	3%	3%	01/03/09	0432/09
Roberto Bohnenberger	4819	3%	3%	01/02/09	0379/09
Selma Machado Costa	4773	3%	3%	01/02/09	0436/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 707, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Antonio Felix de Souza Amorim Neto	4696	3%	3%	01/02/09	0404/09
Guilherme Mondardo Junior	4835	3%	3%	01/03/09	0435/09
Julyana Menezes Hulbert	3822	3%	3%	01/03/09	0465/09
Mario Amancio Henrique	3582	6%	6%	01/01/09	0462/09
Vera Lucia Dias	2914	3%	3%	01/01/09	0467/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 708, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARCOS FELIPE BUSS**, matrícula nº 5871, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Genesio Goulart).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 709, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NADIR GALVAN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Genesio Goulart).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 710, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **RODRIGO WAGNER**, matrícula nº 5302, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Renato Hinnig).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 711, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RODRIGO WAGNER, matrícula nº 5302 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Renato Hinnig).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 712, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RAFAEL DAGOSTIN DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Renato Hinnig).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 713, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **OSCAR GUILHERME GROTMANN FILHO**, matrícula nº 5999, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 714, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ATILA ZILLI SEEMANN**, matrícula nº 4541, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 715, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ATILA ZILLI SEEMANN, matrícula nº 4541 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 716, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EDUARDO RINNERT SCHULZE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 717, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARIANGELA MELLA**, matrícula nº 3737, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Liderança do PMDB).
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 718, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR CAMILA COSTA KOERICH, matrícula nº 5872, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PMDB).
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 719, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ROSE ELKE DEBIAZI**, matrícula nº 5211, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Sgto. Amauri Soares).
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 720, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ROSE ELKE DEBIAZI, matrícula nº 5211 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Sgto. Amauri Soares).
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 721, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ADRIANA CARVALHO**, matrícula nº 5381, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Sgto. Amauri Soares).
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 722, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ADRIANA CARVALHO, matrícula nº 5381 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Sgto. Amauri Soares).
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 723, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOSÉ RODOLFO LUCHETTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Giancarlo Tomelin).
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 724, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOELCIO RIBEIRO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Giancarlo Tomelin).
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 725, de 13/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0603/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde da servidora **MARIA INES CATALANO**, matrícula nº 0687, por 30 (trinta) dias, a contar de 01 de abril de 2009.
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***